

v. 25 n. 1

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

2024

CADERNOS DE LINGUAGEM E SOCIEDADE
Papers on Language and Society

EDITORAS-CHEFES

Viviane Cristina Vieira (UnB)
Maria Carmen A. Gomes (UnB)

EDITORA DE ENTREVISTA

Edna Cristina Muniz da Silva

EDITORA DE RESENHAS

Carolina Gonçalves Gonzales

ORGANIZAÇÃO DO FLUXO CONTÍNUO

Viviane Cristina Vieira
Maria Carmen A. Gomes

EDIÇÃO FINAL DO NÚMERO

Viviane Cristina Vieira
Maria Carmen A. Gomes
Sandra R. S. Campêlo

DIAGRAMAÇÃO

Sandra R. S. Campêlo

ISSN 0104-9712
e-ISSN 2179-4790

Cadernos de Linguagem e Sociedade (L&S) é um periódico interdisciplinar, de publicação semestral, que objetiva contribuir para a divulgação de pesquisas atuais, originais, resultantes de estudos da grande área dos estudos em Linguagem e Sociedade, com foco nas relações entre linguagem e práticas sociais, políticas, educacionais, culturais.

A Revista aceita, em fluxo contínuo, artigos científicos, resenhas, entrevistas e ensaios inéditos escritos em português, inglês, espanhol ou francês, resultantes de pesquisas científicas.

Dossiês especiais são propostos à Editoria e publicados por pares de outras universidades em parceria com membros/as do Comitê Científico da Revista.

COMITÊ CIENTÍFICO

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

IZABEL MAGALHÃES

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

CARMEN ROSA CALDAS-COULTHARD

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Universidade of Birmingham, Reino Unido

ANA BEATRIZ BARBOSA DE SOUZA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

CAROLINA GONÇALVES GONZALES

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
(Nelis/UnB)
Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

CAROLINA PARRINI FERREIRA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

CHRISTINE M. SOARES DE CARVALHO

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

CLAUDIANA NOGUEIRA DE ALENCAR

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil

CLÁUDIO MÁRCIO DO CARMO

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

DANIELE DE OLIVEIRA

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

DÉBORA DE CARVALHO FIGUEIREDO

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

DINA MARIA MARTINS FERREIRA

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

FÁBIO ALEXANDRE SILVA BEZERRA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

FLAVIANE FARIA CARVALHO

Universidade Federal de Alfnas (UNIFAL), Brasil

GUILHERME VEIGA RIOS

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
Universidade de Brasília (Nelis - UnB), Brasil

IRAN FERREIRA DE MELO

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
Brasil

JOANA PLAZA PINTO

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

JULIANA DE FREITAS DIAS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

KASSANDRA MUNIZ

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil

LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

LÚCIA GONÇALVES DE FREITAS

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil

MARIA APARECIDA RESENDE OTONNI

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

MARÍA LAURA PARDO GIL

Centro de Investigaciones en Antropología Filosófica y
Cultural (CIAFIC)

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y
Técnicas -CONICET, Facultad de Filosofía y LetrasFFYL,
Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina

MICHELLE GOMES ALONSO DOMINGUEZ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

MICHELINE MATTEDI TOMAZI

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL

Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

NURIA LORENZO-DUS

Swansea University, Reino Unido

RODRIGO ALBUQUERQUE

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

SOLANGE M. BARROS

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Brasil

TERESA OTEÍZA

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

VIVIANE DE MELO RESENDE

Universidade de Brasília (UnB), Brasil



COMITÊ CIENTÍFICO CONSULTIVO

ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

AMANDA OLIVEIRA RECHETNICOU

Instituto Federal do Sertão Pernambuco (IFSertãoPE),
Brasil

ANA CRISTINA OSTERMANN

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

ANDRÉ R. N. MARTINS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

ANGELA B. KLEIMAN

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

CARLOS A. M. GOUVEIA

Universidade de Lisboa, Portugal

CÉLIA MAGALHÃES

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

ENI PULCINELLI ORLANDI

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

GERSINEY PABLO SANTOS

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade/UnB, Brasil

HILDO HONÓRIO DO COUTO

Universidade de Brasília, Brasil

IDA LÚCIA MACHADO

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

IVEUTA DE ABREU LOPES

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

JACOB MEY

University of Southern Denmark, Odense, Dinamarca

KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Luiz Paulo da Moita Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria das Graças D. Pereira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Maria José Coracini

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

MARIA LUIZA M. SALES CORÔA

Universidade de Brasília, Brasil

MARINEY PEREIRA CONCEIÇÃO

Universidade de Brasília, Brasil

MARISA GRIGOLETTO

Universidade de São Paulo, Brasil

NORMAN FAIRCLOUGH

Lancaster University, Reino Unido

NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL

Universidad de Colombia, Colombia

PAULO SEGUNDO

Universidade de São Paulo, Brasil

STELLA MARIS BORTONI

Universidade de Brasília, Brasil

STEPHEN GRANT BAYNES

Universidade de Brasília, Brasil

ZILDA G. OLIVEIRA DE AQUINO

Universidade de São Paulo, Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO DO DOSSIÊ

ALEXANDRA BITTENCOURT DE CARVALHO

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

MATÍAS SOICH

Universidad de Buenos Aires, Argentina

MICHELINE MATTEDI TOMAZI

Universidade Federal Fluminense, Brasil

SAMUEL DE SÁ RIBEIRO

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

VIVIANE DE MELO RESENDE

Universidade de Brasília, Brasil

A revista Cadernos de Linguagem e Sociedade é publicada on-line desde 1995, com acesso universal e gratuito, no Portal dos Periódicos da UnB, sob responsabilidade da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, pelo Open Journal Systems (OJS).

O Cadernos de Linguagem e Sociedade não cobra taxa de editoração (Article Processing Charges "" APC), taxa de submissão ou publicação de artigos aos autores.

Cadernos de Linguagem e Sociedade utiliza uma licença Creative Commons - Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.



EDITORIAL

Viviane Cristina Vieira e Maria Carmen Aires Gomes

ARTIGOS

A RIGOROUS METHODOLOGY FOR AN ETHICAL AGENDA OF THE ACT: THE DIALOGICAL STRUCTURALISM OF CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

Guilherme Veiga Rios, Roberto Leiser Baronas

RELENDO A LINGUÍSTICA CRÍTICA: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E HISTÓRICO

Guilherme Brent

ENTRE PROPOSTAS E PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ENUNCIATIVO-DISCURSIVOS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Juliana Maria Piotrowski, Gisele Benck de Moraes

DO TÍTULO AO DISCURSO: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA À OBRA ESSA GENTE, DE CHICO BUARQUE

Luís Fernando Bulhões Figueira; Vitor Siqueira Macieira

IDEOLOGIA E PODER: A CRÍTICA DISCURSIVA NA CPI DA COVID-19

Leonardo Ferreira da Silva, Vicentina Ramires

MATERNIDADE COMO DISPOSITIVO: OLHARES FOUCAULTIANOS PARA FOTOGRAFIAS DE MÃES E FILHAS

Irene Rodrigues Batista da Silva, Pedro Navarro

ANÁLISE DE DISCURSO DE RESPOSTA E REVISÃO DE MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Adriana de Matos Sousa, Carolina Gonçalves Gonzalez

ENSAIO

PENSO, LOGO IMAGINEI UM REAL POR SÍMBOLOS: O SUJEITO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Frederico Sidney Guimarães

FATORES SOCIOEDUCATIVOS QUE LIMITAM A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO CHILE

Katerin Arias-Ortega, Segundo Quintriqueo

NOTAS SOBRE ANOTAÇÕES: O REGISTRO INFORMAL DA ATIVIDADE PSICOLÓGICA COMO PROCESSO DISCURSIVO

Fábio Luiz Nunes, Jussara Biagini

RESENHA

KRESS, GUNTHER; VAN LEEUWEN, THEO. READING IMAGES: THE GRAMMAR OF VISUAL DESIGN. THIRD EDITION. OXON: ROUTLEDGE, 2021. 291P. .

Maria Eugenia Batista

ENTREVISTAS

ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO E COGNIÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE ULTRAPOLARIZAÇÃO POLÍTICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE TEUN A. VAN DIJK

Teun A. van Dijk



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society



v. 25 n. 1

2024

É com grande prazer que, anunciamos o volume 25 n.1 (2024) da Cadernos de Linguagem e Sociedade. Neste volume, apresentamos artigos voltados à pesquisa no âmbito dos estudos da linguagem em diferentes perspectivas teóricas: enunciativas, discursivo-críticas, materialistas e dialógicas, reunindo publicações em que se explorem o texto e o discurso em diferentes práticas sociais: políticas, administrativas, literárias, escolares, artísticas. Os pesquisadores da área dos estudos da linguagem propõem vários enfoques e corpus de análise discutindo dimensões linguístico-discursivas no âmbito sociopolítico e cultural.

Os textos aqui publicados, tanto os artigos quanto os ensaios, resenhas e a entrevista, são relevantes não só como embasamento teórico para futuras investigações mas também para que possamos repensar e revisitar nossas formas de produzir conhecimentos, de agirmos e interagirmos potencialmente com os outros e com a sociedade.

Viviane Cristina Vieira

vivianecvieira2@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4148-5414>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

Maria Carmen Aires Gomes

maria.carmen@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7402-4353>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

EDITORIAL

Os textos aqui publicados, tanto os artigos quanto os ensaios, resenhas e a entrevista, são relevantes não só como embasamento teórico para futuras investigações mas também para que possamos repensar e revisitar nossas formas de produzir conhecimentos, de agirmos e interagirmos potencialmente com os outros e com a sociedade.

Os dois primeiros artigos deste volume dedicam-se a discussões e revisitações teóricas. No primeiro artigo, Alexandre Ferreira da Costa, Guilherme Veiga Rios e Roberto Leiser Baronas, em *A Rigorous Methodology for an ethical agenda of the act: the dialogical structuralism of critical discourse analysis*, debatem a tensão entre a ontologia dialógica (M. Bakhtin) com uma episteme estruturalista (MAK Halliday) no modelo de Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough. Reconhecem que o tratamento metodológico da relação entre eventos, práticas e textos por meio de sua descrição e interpretação é o que permite a transição de uma agenda ética estática para uma agenda ética e emancipatória, que necessita da consideração da integralidade responsável e responsiva do ato (Costa, 2013, 2012). O segundo artigo de Guilherme Brent - *Relendo a Linguística Crítica: enquadramento teórico e histórico - revisita a base teórica da Linguística Crítica, seus conceitos fundantes e seu método de análise do discurso, recorrendo a obras fundantes da teoria, sobretudo a Language and Control (1979) e Language as Ideology (1979), a fim de esclarecer as posições assumidas por seus proponentes e relacioná-las às categorias que compuseram o pensamento de uma Linguística de natureza crítica. As obras Language as Ideology (1979) e Language and Control (1979) revelaram a forma como nossa compreensão do mundo é afetada pela linguagem; as análises sobre modalidade e atos de fala chamaram a atenção para o fato de que a linguagem cria e sustenta relações de poder, que estão subjacentes aos discursos.*

Em *Entre propostas e práticas: a implementação dos pressupostos teórico-metodológicos enunciativo-discursivos nas aulas de língua portuguesa*, Juliana Maria Piotrowski e Gisele Benck de Moraes analisam como a(s) concepção(ões) enunciativo-discursiva(s) estabelecida(s) nos referenciais teórico-metodológicos dos PCNs, Referenciais Curriculares Lições do Rio Grande, BNCC, RCG e CRTM são implementadas com base nos estudos da teoria de gêneros do discurso de Mikhail Bakhtin e seu Círculo (2006, 2011, 2016); os (multi)letramentos, segundo Mary Kalantzis e Bill Cope (2000), Roxane Rojo (2012) e Angela Kleiman (2007) e Luis Antônio Marcuschi (2008). O foco é um estudo de caso com dois professores de LP de 9º ano do interior do RS, Brasil. A partir da análise dos relatos e registros de aula, afirmam que a prática pedagógica analisada atende em grande medida ao que prescrevem os referenciais: leitura e produção oral centradas no trabalho com textos e seus contextos; a análise linguística/semiótica considera o funcionamento semiótico.

Analisando práticas sociais literária, artística e legislativa em perspectiva política, apresentamos três artigos de pesquisa que discutem as relações entre linguagem, poder e ideologia. No artigo “Do título ao discurso: uma análise introdutória à obra ‘Essa gente’”, de Chico Buarque Luís, Fernando Bulhões Figueira e Vitor Siqueira Macieira problematizam o título *Essa gente* da obra de Chico Buarque como uma forma de acesso à discursividade da narrativa,

analisando o uso do demonstrativo anafórico essa (Cunha; Lindley, 2017), bem como o substantivo gente, a partir do dispositivo teórico da análise materialista do discurso (Michel Pêcheux, 1990; 2014). Consideram que o título materializa uma referência discursiva ao sujeito já-ali que é interpelado por uma formação ideológica categorizada como reacionária. Em Ideologia e poder: a crítica discursiva na CPI da Covid-19 Leonardo Ferreira da Silva e Vicentina Ramires analisam excertos extraídos de notas taquigráficas de quatro reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, em junho de 2021, com base nos estudos de Charaudeau (2016), van Dijk (2008, 2009), Fairclough (2001, 2004, 2010), Thompson (1990) e Wodak (2004), para investigar estratégias discursivas de operação ideológica para manutenção de poder. Os depoimentos revelaram duas posições antagônicas: uma tendência que nega convenções científicas defendidas por universidades renomadas e agências reguladoras internacionais e outra que se colocou em favor de preceitos científicos de enfrentamento à pandemia universalmente referendados. Irene Rodrigues Batista da Silva e Pedro Navarro, em Maternidade como dispositivo: olhares foucaultianos para fotografias de mães e filhas, apresentam a análise discursiva sobre imagens fotográficas da artista líbano-americana Rania Matar, cujo foco é o funcionamento da maternidade como dispositivo de poder, ferramenta de reflexão desenvolvida por Michel Foucault. As fotografias analisadas enquadram enunciados em que mães e filhas são posicionadas no discurso, mediante processos de objetivação e de subjetivação, acionados pelo referido dispositivo. O corpus reúne um conjunto de fotografias pertencente ao portfólio da fotógrafa, nomeado como *Unspoken Conversations: mothers & daughters*, publicado na internet. Concluem que “ser da mãe”, é mais do que um ente, ser mãe é um vínculo, um nexos, um liame. É ela essa conexão que faz de seu corpo um nó do poder-saber, entrelaçando o econômico, o político, o social e o biológico em uma urdidura nem sempre satisfatória

O último artigo trata da Análise de discurso de resposta e revisão de manifestações de ouvidoria da secretaria de saúde do Distrito Federal cujas autoras são Adriana de Matos Sousa e Carolina Gonçalves Gonzalez. Neste texto, analisam sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica (Ramalho e Resende, 2011) a resposta de reclamações oriundas da ouvidoria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Após discussões teóricas a respeito do funcionamento da rede de ouvidoria do órgão e das categorias de análise textual, tais como a estrutura genérica e a intertextualidade, apontam, por meio da análise da resposta de três textos, que é preciso conscientizar o revisor acerca da importância de uma resposta direta, objetiva e que cumpra todos os requisitos da linguagem cidadã, mesmo que, para isso, tenha que se usar a prerrogativa de, reiteradamente, devolver o questionamento do cidadão à área técnica para ajustes dos problemas evidenciados na análise e relacionados, sobretudo, ao uso da linguagem como instrumento hegemônico e de poder.

O Volume 25 apresenta três Ensaio que problematizam importantes questões para os estudos da linguagem e sociedade: (i) a problematização sobre a categoria do sujeito na Análise do

Discurso Materialista, de Frederico Sidney Guimarães, em Penso, logo imaginei um real por símbolos: O sujeito da Análise do Discurso. (ii) a problematização do legado colonial e pós-colonial e das línguas hegemônicas e o ensino-aprendizagem da língua indígena mapunzugun (língua mapuche) em crianças e jovens mapuche, que vivenciaram processos de escolarização monolíngue em espanhol para a homogeneização cultural e linguística desenvolvida na escola, de Katerin Arias-Ortega e Segundo Quintriqueo, em Fatores socioeducativos que limitam a aprendizagem de línguas indígenas no Chile. (iii) considerações sobre a prática das anotações como um fenômeno discursivo característico do exercício profissional da psicologia e questões interpretativas e mesmo éticas em relação à pessoa atendida, de Fábio Luiz Nunes e Jussara Biagini, em Notas sobre anotações: o registro informal da atividade psicológica como processo discursivo.

Na seção Resenhas, apresentamos a resenha da terceira edição da obra *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, de Gunther Kress e Theo van Leeuwen, publicado pela Routledge, em 2021. A resenhadora é a Doutora Maria Eugenia Batista, especialista em Linguística Sistêmica-Funcional, que destaca a inserção da versão colorida de algumas imagens presentes na segunda edição e adição de novas imagens para ampliar os exemplos e a proposta analítica, nesta terceira edição. Ressalta ainda a obra atualizada configurando-se como um dos principais pilares teóricos para subsidiar análises multimodais, principalmente sobre o papel das imagens, gestos, olhares, posturas e usos do espaço, por exemplo, na representação e na comunicação.

Para o fechamento da edição, a entrevista *Estudos críticos do discurso e cognição social em tempos de ultrapolarização política: as contribuições de Teun a. Van Dijk* concedida a Gisele Azevedo Rodrigues, da Universidade de Brasília, pelo renomado analista do discurso Teun A. van Dijk. Destacamos, neste momento, para finalizar essa apresentação deste volume, a fala de Teun Van Dijk sobre o seu percurso multidisciplinar: “passei da literatura à semântica, depois cheguei à linguística de texto e, em seguida, à psicologia do discurso. Mas, somente após a minha primeira visita ao México, ao ver de perto tanta pobreza e outros problemas estruturais da América Latina, entendi que faltava essa dimensão social e crítica nos meus estudos do discurso. Então, mais uma vez, senti que deveria avançar para outros campos. Da psicologia cognitiva, parti para estudos mais aprofundados sobre as estruturas sociais, focando nas relações entre discurso, poder e transformação social. Foi nesse momento que comecei o trabalho sobre racismo, que faço até agora.”

Não poderíamos deixar de ressaltar o cenário sociohistórico e político pelo qual essa equipe editorial organizou, sistematizou e encerrou o volume 25 – 2024(1). Contexto marcado pelo desastre climático que assolou o Rio Grande do Sul, no Brasil, com as volumosas chuvas que ocasionaram as enchentes, causando mortes, destruição da infraestrutura. Falta de água, energia elétrica, alimentação, pessoas desalojadas, feridas, desaparecidas e mortas são algumas das consequências sofridas no estado. O transbordamento dos rios tem relação direta com a crise climática e com o capitalismo, com a intervenção do homem no espaço, transformando-o ou

ocupando-o sem considerar a natureza e seus movimentos e características. É preciso dizer também que as questões sociais e políticas do Brasil potencializam os fenômenos climáticos: aumento das inundações e enchentes, a insegurança alimentar, a falta de infraestrutura para população mais vulnerável. O avanço de pautas anti-ambientais, a omissão governamental, o desmatamento na Amazônia, o negacionismo científico foram, no governo anterior de extrema direita, (e ainda são) cenário propício para ocorrência deste tipo de desastre climático. Deixamos aqui nossa solidariedade ao povo, e aos/as nossas/os colegas cientistas, do Rio Grande do Sul. Também lançamos o volume 25 em um contexto difícil e complexo de greve nas instituições federais do país, cuja reivindicação perpassa pela estruturação da carreira, reajuste salarial, investimento em recursos de infraestrutura, entre outros tão importante quanto.

Esse cenário nos mostra as complexas disputas de poder, de saberes, investidas ideologicamente e operadas nos discursos produzidos por distintos agentes sociais, tema de muitos dos trabalhos apresentados neste volume. Como bem ressaltou Teun Van Dijk: é preciso avançar para outros campos do conhecimento, para conseguirmos compreender as estruturas sociais, focando nas relações entre discurso, poder, para tentarmos fazer a transformação social acontecer, de fato.

Convidamos todas e todos a acessarem nossos textos e navegarem no site da Revista. Agradecemos também a colaboração dos/as consultores que avaliam com muita ética os trabalhos submetidos à Cadernos L&S, e emitiram pareceres valiosos, contribuindo para qualidade da Revista.

Viviane Vieira e Maria Carmen Gomes
Equipe Editorial
Brasília 06/06/2024

Como citar:

VIEIRA, Viviane; GOMES, Maria Carmen Aires. Editorial. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 7-11, jan./jun. 2024.
Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



A rigorous methodology for an ethical agenda of the act: the dialogical structuralism of Critical Discourse Analysis

Una metodología rigurosa para una agenda ética del acto: el estructuralismo dialógico del Análisis Crítico del Discurso

Uma rigorosa metodologia para uma agenda ética do ato: o estruturalismo dialógico da Análise Crítica do Discurso

ABSTRACT

In this paper, we are concerned with the tension of a dialogical ontology with a structuralist episteme on the Fairclough's Critical Discourse Analysis model, the Social Theory of Discourse (1992, 2003). Our approach considers that, on the one hand, its origins in the Systemic Functional Grammar (Halliday, 2004) maintain a "top-down" structuralist residuality, which remains in textual and linguistic analysis. However, on the other hand, we recognize that the Bakhtinian dialogism assumption (Bakhtin, 1993, 1986) functions as a "bottom-up" dialogical eventicity that forms the ethical basis of the critical perspective. This methodological treatment of the relationship among events, practices and texts by their description and interpretation is what allows the transition from a static ethical agenda to an empowering ethical agenda. The real empowerment, embedded in the "critical purpose", needs the consideration of the responsible and responsive integrality of the act (Costa, 2013, 2012).

Keywords: ethical agenda; dialogismo; Critical Discourse Analysis; empowerment.



Recebido em: 17 de junho de 2023
Aceito em: 01 de outubro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.49181

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Alexandre Ferreira da Costa

alexandrecoستا@ufg.br

<https://orcid.org/0009-0007-4623-1970>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil

Guilherme Veiga Rios

g.veigarios@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7944-8243>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Brasília, DF, Brasil

Roberto Leiser Baronas

baronas@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-0758-0370>

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil

ARTIGO

RESUMEN

En este artículo, nos ocupamos de la tensión de una ontología dialógica con una episteme estructuralista en el modelo de Análisis Crítico del Discurso de Fairclough, la Teoría Social del Discurso (1992, 2003). Nuestro enfoque considera que, por un lado, sus orígenes en la Gramática Funcional Sistemática (Halliday, 2004) mantienen una residualidad estructuralista "top-down", que permanece en el análisis textual y lingüístico. Sin embargo, por otro lado, reconocemos que el supuesto del dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 1993, 1986) funciona como un evento dialógico "bottom-up" que forma la base ética de la perspectiva crítica. Este tratamiento metodológico de la relación entre hechos, prácticas y textos a través de su descripción e interpretación es lo que permite transitar de una agenda ética estática a una agenda ética empoderadora. El empoderamiento real, incrustado en el "propósito crítico", exige la consideración de la integralidad responsable y responsiva del acto (Costa, 2013, 2012).

Palabras clave: agenda ética; dialogismo; Análisis Crítico del Discurso; empoderamiento.

RESUMO

Neste artigo, estamos preocupados com a tensão de uma ontologia dialógica com uma episteme estruturalista no modelo de Análise Crítica do Discurso de Fairclough, a Teoria Social do Discurso (1992, 2003). Nossa abordagem considera que, por um lado, suas origens na Gramática Funcional Sistemática (Halliday, 2004) mantêm uma residualidade estruturalista "top-down", que permanece na análise textual e linguística. Porém, por outro lado, reconhecemos que o pressuposto do dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 1993, 1986) funciona como uma eventicidade dialógica "bottom-up" que forma a base ética da perspectiva crítica. Esse tratamento metodológico da relação entre eventos, práticas e textos por meio de sua descrição e interpretação é o que permite a transição de uma agenda ética estática para uma agenda ética empoderadora. O real empoderamento, embutido na "finalidade crítica", necessita da consideração da integralidade responsável e responsiva do ato (Costa, 2013, 2012).

Palavras-chave: agenda ética; dialogismo; Análise de Discurso Crítica; empoderamento.

Como citar:

COSTA, Alexandre Ferreira da; RIOS, Guilherme Veiga; BARONAS, Roberto Leiser. A rigorous methodology for an ethical agenda of the act: the dialogical structuralism of Critical Discourse Analysis. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 12-25, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUCTION

And just as lava differs from the rock it will become, so the two states of lived experience, on the one hand, and systems for registering such experience on the other, are fundamentally different from each other. (Michael Holquist in the Introduction of Bakhtin's *Towards a Philosophy of the Act*, p. x)

After almost 30 years of the appearance of Norman Fairclough's Social Theory of Discourse (STD), as a model of Critical Discourse Analysis (CDA), many of its followers seem to be condemned to choose just one of its strong constitutive elements to work with. Our hypothesis about it is that very few analysts used to consider in depth what we understand as the three articulated connections of STD. The first two of them, the functional and the discursive aspects of this CDA model, receive a lot of attention as entrances of many analytical devices that come from diverse disciplines such as Linguistics, Sociology, Anthropology and so forth. But the dialogical assumption of STD, that is clearly visible in the use of the discursive genre's concept, is usually underestimated in its phenomenological consequences.

In this article, we show how dialogism carries to the "critical purpose" the responsive and responsible demands of any integral act or, in other words, its eventicity as a condition of any utterance. The Bakhtinian Philosophy of Language is impregnated in the notion of discursive genres, and this concept is so important to Fairclough's work, that it is related by him to the Halliday's metafunctions of language. Therefore, our discussion here deals with the need to present and explain this very important aspect of this CDA model. We assume that the "critical" part of it does not come just from an external notion of Social Sciences about ideology (what really happens), but it is, after all, inherent to the dialogical orientation of the STD and, because of that, an important methodological topic.

In the following sections, we discuss the structuralist and the dialogical epistemic and ontological aspects of STD, and, in the last one, their integration in this CDA methodology.

1. THE HALLIDAYAN STRUCTURALIST ENTOURAGE

In former studies, we realized that the apparent "hangover" of the structuralist massive transference to other social sciences from linguistic models has caused a profound devaluation of this epistemological basis in the study of language itself. Currently, the presence of an assumed structuralist approach in Linguistics is so ghostly that it would be necessary to evaluate to what aspect of the procedures of discursive exclusion it was conjured: if to the taboo of the object, to the ritual of the circumstance or to the privileged or exclusive right of speech. What is certain is that structuralism episteme is on the periphery of the space of the "will to truth" of social sciences studies (Costa, 2013; Foucault, 1996).

However, and despite this, the theoretical and methodological consequences of the “ghost” are still present and still important for all areas and approaches to linguistics, including those dealing with the use of language (as STD does). This is not only because it is possible to locate its influence in the reflection of authors of the Human Sciences in which the studies of discourse and enunciation seek theoretical subsidies, but above all because we depend on research that remains very close to this heritage. This erasing of the structuralist episteme is also due to an old internal contradiction in its conception that goes back to his definition by Aristoteles, whose best synthesis is presented by the Italian semiotician Umberto Eco (Costa; Castro, 2014, 438):

[...] we used Eco's reflection (2001) to locate the difference between the concepts of "ontological structuralism" and "epistemological structuralism". According to Eco, ontological structuralism considers structures as real entities and the source of any phenomenon under study, and the researcher can find them and fit them into larger and more complex systems, reaching a superstructure that governs the others. In epistemological structuralism, on the other hand, structures are considered only as "models" that the researcher creates and applies to develop his/her studies with the possibilities of generalization. In his historiographical and epistemological reflection, Eco defines the notion of “structure” in the following ways: a) A set or parts of this set, and the relationship of these parts to one another; b) An autonomous entity with internal dependence; c) A whole formed by solidary elements, in which each element depends on another one, so that it cannot be what it is without this relationship.

In his conclusion about it, in the famous *Absent Structure*, Eco chooses the epistemic model, and we follow him through it. For instance, we consider in this way that the linguistic functionalism forms a pair with the linguistic generativism, as the mythic double-faced Juno. They probably are the two-great theoretical-methodological approaches of grammar studies, which are not explicitly termed structuralist, albeit it is partially assumed in inverse explanatory directions. In its analysis, generativism searches for internal (or deep) linguistic systems that are constitutive of the superficial diversity of language, trying to find the structures of each language and, in them, “the” universal grammar. Functionalism, on the other hand, adopts the interiorization of structures and not their externalization as its analytical perspective, considering the “language use primacy”. The two approaches, therefore, construct structural models for their data and must produce them based on empirical cuts in the usage of language. They do so, however, in different analytical directions, which privilege, respectively, structural stability and structural instability. Therefore, functionalism is the most common bias in maintaining structuralism in language studies, although cognitive models may be closer to generativism (Costa; Castro, 2014).

As a result, it is reasonable to envisage that all aspects of linguistics that are based on descriptions of functional grammars should participate to some extent in their epistemology. Thus, the constitution of objects or levels of analysis that include, for example, interfrastic mechanisms, reference processes, types and sequences of text should produce this kind of assimilation. It is at this level of relationship that, apparently, are the researches in Applied Linguistics, in Textual Linguistics and even in Discourse Analysis. In other words, if the areas of linguistics that focus on

the study of language use to rely on descriptions and functional grammatical explanations, they must also incorporate the structuralist epistemological bias (Costa, 2013). And we consider that it applies to STD1.

However, in the Fairclough's CDA model, the functional entrance has more constitutive consequences. The STD approach does not just include the analytical levels and concepts of the Halliday's Systemic Functional Grammar but reproduces part of it in the discursive level. The hardest axiom proposed by Halliday theory is that all piece of language use activates three metafunctions when the "system of a language is 'instantiated' in the form of a text" (Halliday, 1985, p. 26; 29-31):

[...] language provides a theory of human experience, and certain of the resources of the lexicogrammar of every language are dedicated to that function. We call it the ideational metafunction [...] At the same time, whenever we use language there is always something else going on. While construing, language is always enacting: enacting our personal and social relationships with the other people around us. [...] if the ideational function of the grammar is 'language as reflection', this is 'language as action'. We call it the interpersonal metafunction, to suggest that is both interactive and personal [...] But the grammar also shows up a third component, another mode of meaning which relates to the construction of text. [...] [the former metafunctions] depend on being able to build up sequences of discourses, organizing the discursive flow and creating cohesion and continuity as it moves along. [...] We call it the textual metafunction.

Therefore, the instantiation of a language in use depends on an internalized structure that is condensed in the relationship of the ideational, interpersonal and textual metafunctions to produce what we call the top-down residuality. This grammar level is considered as homological related to other levels of analysis in STD, and because of that, it is part of what we understand as a rigorous methodology when it is related *to the bottom up dialogical eventicity of the ethical act*. That is the topic of the next section.

2. THE BAKHTINIAN DIALOGISM ETHICAL DEMAND

To understand the importance of the Bakhtinian dialogical entrance in the Fairclough's CDA model, we need to establish first his connection with what we call the *structuralist residuality* of Halliday's functionalism approach in it. In Bakhtin's work, we find both the defense of an inevitable objectivity, albeit precarious, and the assertion of an inapprehensible ethic, albeit absolute. In other words, we argue that the Russian philosopher places the validity of ethics in the becoming, and that of knowledge in the objectivity (Costa, 2013).

The objective structured treatment of the act that can be found in Bakhtin's *Genres of discourse* (1986) is completely well understood and applied in STD. In the same methodological way of Halliday grammar appropriation, the genres could be reduced to their residuality, as a *structural*

¹ After having written an essay for a course lectured by Norman Fairclough under his doctorate degree one of the authors (Rios) received a comment by Fairclough saying that his approach was not 'post-structuralist' as Rios had affirmed in his essay.

system of differences. However, the point we must explain here is the ontological eventicity, which is inherent to discursive genres and their dialogical relative stability/instability. This condition comes from the Bakhtinian phenomenology theory placed in *Toward of a Philosophy of the act* (1993), whose ethical act axiom is not well considered in the critical purpose of Fairclough's approach.

In his ontological problematic, the author assumes that cultural activities (science, philosophy, literature, history, etc.) “establish a fundamental split between the content or sense of a given act/activity and the historical actuality of its being, the actual and once occurrent experiencing of it”, because they are not able to deal with the unattainable “transitiveness and open eventness of Being” (BAKHTIN, 1993: 1-2). The overcoming of the cut between the theoretician and the real one and concrete would be *totally hopeless*, since the lived can never be totally objectified (Bakhtin, 1993, p. 27-28):

We have identified as unfounded and as essentially hopeless all attempts to orient first philosophy (the philosophy of unitary and once-occurrent Being-as-event) in relation to the content/sense aspect or the objectified product taken in abstraction from the once occurrent actual act/deed and its author – the one who is thinking theoretically, contemplating aesthetically, and acting ethically. It is only from within the actually performed act, which is once occurrent, integral, and unitary in its answerability, that we can find an approach to unitary and once occurrent Being in its concrete actuality. A first philosophy can orient itself only with respect to that actually performed act (Bakhtin, 1993, p. 27-28).

Although the logic of Bakhtin's reasoning is impeccable, it is worth the paraphrase: the subject that exists in the processes of the world is concrete, unique, and his reality is the permanent event. Aesthetic or theoretical knowledge, whatever its form, is the contemplation of it: an abstraction that is incapable of reproducing the concreteness, uniqueness, and transitivity of reality. Having established this axiom, the author goes on to discuss the implications and limits of objective knowledge for the definition of an ethical system. Bakhtin is interested in overcoming the immateriality of Kant's abstract and universal ethics and in affirming the *non-alibi in existence*, the constitutive responsibility of the procedural reality of Being. As he himself assumes, his treatment of this is phenomenological, since such a problem does not fit into the objectivity (it does not lend itself to structuring). In other words, Bakhtin tells us that the real, in the final analysis, is irreducible to its objective representation, above all by the constitutive implication of the subjects in the world (Costa, 2013).

Without disregarding the risks of the following statement, we will say that, despite this ontological assumption, Bakhtin will seek to objectify the real in his subsequent works. Even considering the transitivity of the space-time materiality of life and its existential implications of facing the world as a possibility, it will also use principles of objective description of the processes of reality. Our reading of the author's reasoning, save a better judgment, establishes a seemingly inescapable logical derivation: *if the transitivity of the Being is inapprehensible, all objective research will be reductive*. In other words, all scientific research will deal only partially with complexity, and its

demands for rigor and validity relate to the balance between the reductionist descriptions and the derivations of the real. In this sense, the Bakhtinian approach will be related to subsequent discussion based on the following axiomatic derivations (Costa, 2013). The reality of the Being is always the becoming, the process:

- a) The theoretical discourse is always a partial objectification of this reality;
- b) Every level of objectification is not exempted in relation to its limitations, that is, it must operationally recognize its precariousness;
- c) The productivity of any objective approach results from the levels and relationships that can be built for the real, according to its intentions;
- d) Every theoretical-methodological device that is objective will always be more productive the less it depends on the aspects of the real that it excludes.

We can deduct from the last three derivations some part of the lack of STD critical purpose, which we are seeking for. Without having a rigorous methodological resource to work with a real emergence of the eventicity in the empowerment, this CDA model just has a static ethical agenda, not an empowering one. Therefore, to attack this problem, we must explore dialogism as the founder of all aspects and circumstances of the use of language and as the condition of its necessary objectification. As we recognize above, the most direct way to do this is consider the Bakhtinian's notion of discursive genres (or speech genres) as a top-down process in STD (Bakhtin, 1986, p. 60, our griffin):

All the diverse areas of human activity involve the use of language. Quite understandably, the nature and forms of this use are just as diverse as are the areas of human activity. This, of course, in no way disaffirms the national unity of language. Language is realized in the form of individual concrete utterances (oral and written) by participants in the various areas of human activity. These utterances reflect the specific conditions and goals of each such area not only through their content (thematic) and linguistic style, that is, the selection of the lexical, phraseological, and grammatical resources of the language, but above all through their compositional structure. All three of these aspects – thematic content, style, and compositional structure – are inseparably linked to the whole of the utterance and are equally determined by the specific nature of the particular sphere of communication. *Each separate utterance is individual, of course, but each sphere in which language is used develops its own relatively stable types of these utterances. These we may call speech genres.*

From the Bakhtin's perspective, treating the utterance only in an abstract objective way is an error because it skips the description of dialogical singularities, or to despise them, taking as real the abstraction of the eventicity of the act. As we explain below, the responsible and responsive aspects of any utterance and its surplus of vision are the conditions for a real empowering ethical agenda.

Therefore, we need a better understanding of the discursive genre's notion, not just as a top-down process of residuality, but as a bottom-up process of eventicity. And it can be found in a

common aspect of both directions with the inescapable *answerability* of any utterance (BAKHTIN, 1986, p. 91, our griffin):

Any concrete utterance is a link in the chain of speech communication of a particular sphere. The very boundaries of the utterance are determined by a *change of speech subjects*. Utterances are not indifferent to one another and are not self-sufficient; they are aware of and mutually reflect one another. These mutual reflections determine their character. Each utterance is filled with echoes and reverberations of other utterances to which it is related by the communality of the sphere of speech communication. *Every utterance must be regarded primarily as a response to preceding utterances* of the given sphere (we understand the word "response" here in the broadest sense). *Each utterance refutes, affirms, supplements, and relies on the others, presupposes them to be known, and somehow takes them into account.* After all, as regards a given question, in a given matter, and so forth, the utterance occupies a particular definite position in a given sphere of communication. It is impossible to determine its position without correlating it with other positions. Therefore, *each utterance is filled with various kinds of responsive reactions* to other utterances of the given sphere of speech communication. These reactions take various forms: others' utterances can be introduced directly into the context of the utterance, or one may introduce only individual words or sentences, which then act as representatives of the whole utterance. Both whole utterances and individual words can retain their alien expression, but they can also be reaccentuated (ironically, indignantly, reverently, and so forth). Others' utterances can be repeated with varying degrees of reinterpretation. They can be referred to as though the interlocutor were already well aware of them; they can be silently presupposed; or *one's responsive reaction to them can be reflected only in the expression of one's own speech* in the selection of language means and *intonations* that are determined not by the topic of one's own speech but by the others' utterances concerning the same topic.

This coherence between Bakhtin's ontological considerations and his use of structuralist procedures in defining the notion of discursive genre is a fundamental difference between his approach and the traditional structuralist one. The Bakhtinian critique of abstract objectivism is relative to the reduction of the enunciative whole to its structural part, which should be obtained by analyzing the concrete and unrepeatable utterance. The concrete in Bakhtin is the utterance and never the structure. In Bakhtin's approach (1997, p. 282), the relation between acts and structures is dialogic: "Language penetrates into life through the concrete statements that carry it out, and it is also through the concrete statements that life penetrates the language".

When we recognize the structuralist principles in Bakhtin's theory we also accept that he introduces them to deal with the act, through the notion of discursive genre. Epistemologically, Bakhtin constitutes procedures of partial objectification of its ontology, guarding it by the notion of dialogy. Taken as a constitutive principle of language and social life, dialogue is based on the assumption that the real unity of language is the utterance, a unique and unrepeatable entity, an event: the links of an infinite and immense chain of active responsive relations of the subjects in the communication process (Costa, 2013).

As we will see in the next Section, Fairclough's three-dimensional model contains the analytical category of intertextuality, which figures in the discursive practice dimension, an

intermediary bottom-up level of analysis of practices from events. Dialogue, in Bakhtinian terms, bears upon this model through the category of intertextuality, a concept developed by Kristeva (1986 [1966]). Where Bakhtin talks of others' utterances within oneself text, Kristeva talks of "insertion of history (society) into a text and of this text into history" (1986, p. 39 in Fairclough, 1992, p. 102), that is, the event constituted by texts is an amalgam of others' texts in the past and it "responds to, reaccentuates, and reworks past texts, and in so doing helps to make history and contributes to wider processes of change, as well as anticipating and trying to shape subsequent texts" (Fairclough, 1992, p. 102).

Dialogue/Intertextuality, in its turn, is the piecework for Fairclough's development of a transdisciplinary embedding with categories such as logic of difference and equivalence brought from social sciences (Laclau; Mouffe, 1985). In this way, others' texts work in a text building relations of equivalence and difference (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003) pointing to hegemonic social struggles whether what it is on play is a interweaving of political and ideological investments on discourses. Through the category of dialogicity in textual events it is possible to examine texts and observe the extent to which it suppresses or recognizes differences and reaffirms similitudes and equivalences.

In this sense, the lack we are looking for in the appropriation of the concept of discursive genre in STD demands the maintenance of the eventicity to preserve its ethical character. To overcome a static ethical agenda on behalf of another one that contains in itself empowerment as part of the critical purpose one should draw on the notion of a *surplus of vision* (BAKHTIN, 2003, p. 21):

This surplus of my vision, of my knowledge, of my possession, [...] always present in the face of any other individual is conditioned by the uniqueness and unstitutability of my place in the world: for at that moment and in that place, where I am the only one to be situated in a given set of circumstances, all others are out of me.

Bakhtin insists exhaustively in all his books about the singular and unrepeatable ontological condition of any utterance and, because of that, in the uniqueness of the participant in the ontological act. And, at any circumstances, it happens in the alterity condition that demands the non-alibi implied by the agents' responsivity and responsibility. This surplus of vision, or *exotopy*, in its eventicity implies an interaction made by the stages of comprehension and finishment of any utterance. The real empowering ethical agenda needs a methodology that could include a dynamic and tense relationship between these exotopic stages (Bakhtin, 1993, p. 2-3):

It is only the once-occurrent event of Being in the process of actualization that can constitute this unique unity; all that which is theoretical or aesthetic must be determined as a constituent moment in the once-occurrent event of Being, although no longer, of course, in theoretical or aesthetic terms. An act must acquire a single unitary plane to be able to reflect itself in both directions – in its sense or meaning and in its being; it must acquire the unity of two-sided answerability – both for its

content (special answerability) and for its Being (moral answerability). And the special answerability, moreover, must be brought into communion with the unitary and unique moral answerability as a constituent moment in it. That is the only way whereby the pernicious non-fusion and non-interpenetration of culture and life could be surmounted.

Therefore, as we can see, albeit the discursive genres could be useful for a top-down methodology, as a structural abstraction, its constitutive dialogism is a bottom-up ontological condition. The methodological treatment of its residuality is submitted to the consideration of its eventicity present in exotopic processes. That is what we discuss about the STD methodology in the next section.

3. THE FAIRCLOUGHIAN CRITICAL EMPOWERMENT

In the former sections, we present the splitness between the real act in its eventicity and its theoretical representation as residuality, calling them as a *bottom-up* and *top-down* methodological processes. It was related to the Fairclough's CDA model, the STD, and its methodological demands in the application of its critical purpose. Both Halliday and Bakhtin's models were considered well established in the top-down Fairclough' approach, but not in the need of bottom-up eventicity and its implications for the critical purpose. Finally, we found in the operational treatment of the Bakhtinian exotopy concept a possible response to this lack, and that is what we want to scrutinise now.

First of all, it is necessary to present Fairclough's conception of his critical approach, which was appropriated from social sciences in a very polemic context. We do not disagree at all with him. But, once we are concerned with a different topic, a methodological one, it is important to make it explicit. The critical discussion of STD is focused in the concepts of ideology and power asymmetry (Fairclough, 1995, p. 17):

In my view, particular representations and constructions of the world are instrumental (partly in discourse) and important in reproducing domination, they do call for investigation and critique, and the force and specificity of the concept of ideology has come from its deployment in the critique of these particular processes. If the concept of ideology is to be used, it should be used critically. [...] In tying ideology to social relations of power, I am alluding to asymmetrical relations of power, to domination.

This excerpt is clearly linked to what we are calling in this article the *top-down* process, once it is direct to map, describe and analyse texts and discourses reducing the utterances to amounts of structured objective data. In this sense, the analysis of power asymmetry is conducted by some static ethical agenda. It is not concerned with the methodological model itself. In other words, it could be done in the same way which is applied to linguistic and textual in the functional entrance. It is an abstraction made by some fixit position.

Of course, there is no problem with it at all. It is just common science applied to “objects”. All the methodological concepts, as ‘text’, ‘genre’, ‘discourse’, etc., are focusing elements that belong to what Bakhtin calls ‘the world of culture’, the partial representation of the acts. However, our concern takes in account the use and the exchange of these critical statements between real agents in real practices involving real asymmetries, in which the comprehension and finishment of the acts are happening.

A good summary of STD was done by the author in his Introduction of *Analysing Discourse*, and its consideration is quite useful for a comparison that we want to do about the dialogism notion of genres of discourse (Fairclough, 2003, p. 3):

Critical discourse analysis is concerned with continuity and change at this more abstract, more structural, level, as well as with what happens in particular texts. The link between these two concerns is made through the way in which texts are analyzed in critical discourse analysis. Text analysis is seen as not only linguistic analysis; it also includes what I have called ‘interdiscursive analysis’, that is, seeing texts in terms of the different discourses, genres and styles they draw upon and articulate together.

Fairclough’s approach has been transforming itself since the publication of *Discourse and Social Change* (1992) but, in this ten-years later excerpt, it is possible to see the maintenance of the homology with Halliday’s metafunctions. The concepts of ‘discourse’, ‘genre’ and ‘style’ still correspond to the ‘ideational’, ‘textual’, ‘interpersonal’ metafunctions, albeit with a little bit different relationship, they still refer to “representation”, “action” and “identities”. It seems that we continue in the top-down approach.

Nevertheless, Chouliaraki and Fairclough (1999, p. 22) have already opened a new direction with the revision of the concept of practice: “practices always have a reflexive dimension: people always generate representations of what they do as a part of what they do”. It could be do not represent to much, but the small ontological reflection that start then, became a more well-established position later (Fairclough, 2003, p. 14):

The position I take is a realist one, based on a realist ontology: both concrete social events and abstract social structures, as well as the rather less abstract ‘social practices’ (...) are part of reality. We can make a distinction between the ‘potential’ and the ‘actual’ – what is possible because of the nature (constraints and allowances) of social structures and practices, as opposed to what actually happens. Both need to be distinguished from the ‘empirical’, what we know about reality. (...) Reality (the potential, the actual) cannot be reduced to our knowledge of reality, which is contingent, shifting, and partial.

Here, we finally have a more close approximation from the STD with the Bakhtinian dialogism. Both theories, as we pointed out, have the top-down residuality well postulated in their sharing of the discursive genres structuralist direction (the ‘empirical’). Now, however, with the conception of the

'potential' and 'actual' reality, STD could have in its methodology similar notions to the 'comprehension' and 'finishment' as part of Bakhtinian exotopy, the surplus of vision.

The methodological limit of Fairclough's CDA model, however, remains in the same problem that was implicit in the Bakhtinian dialogism. The non-alibi in existence depends on responsivity and responsibility, and it is still phenomenological. A real empowering ethic agenda demands a real participatory thinking. There is not some 'critical purpose' without an "interpellated analyst". At the end, the theory development generates an "existentialist paradox": the assumption of the responsive aspect of the act, but not the rigorous responsible process of the research itself. But this "existentialist paradox" might have a start to be tackled in the last stage of Chouliaraki & Fairclough's critical explanatory framework (1999, p. 60), which is based on Bhaskhar's approach of critical realism (1986): the reflection on the analysis, which could be an open space for the consideration of utterances in the events other than those of the analyst.

This methodological discussion was recently addressed by *Critical Discourse Analyses: A Method of Quality Research*, assuming the empowerment as a desirable consequence of the critical purpose (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 176-177):

By articulating theories and methods, the CDA provides both a critical analysis of realities of injustices and inequalities what benefit some groups at the expense of others as much as it provides a theoretical-practical instrument that may have a predominant role in the political struggle that precedes the transformation of these realities, which implies putting an end to oppression and promoting justice and equality in social relations. This is possible because of the conjuncture that marks the contemporaneity - besides the omnipresence of discourse in the public sphere, the battles fought in this arena reveal themselves as important or, who knows, as the war conflicts, or the clashes economic order - and the potential for self-emancipation and empowerment that CDA provides to people.

As a matter of fact, despite this approach being concerned with empowerment, its focus is on describing CDA as a qualitative methodology, working in some way of top-down direction, with the primacy of the analyst. In other words, the emphasis is on the production and sharing 'critical achievements', and because of that it is still in the critical analysts' static ethical agenda (Wodak, 2009, p. 7 *apud* Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 33): "[critical analysts] "want to produce and present critical knowledge that enables human beings to emancipate themselves by dominating forms of self-reflection".

However, the merit of this approach is the assumption of the ethnographical need (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 61-2), which leads and will push the analysts to think more and more about the surplus of vision between them and the field agents. More than that, the maintenance of this demand will expose the comprehension and finishment aspects of the exotopy, and it will fix the need to fulfill the rigour of the methodology in discussion.

FINAL REMARK

Finally, we want to foster this discussion using CDA's own reflection in Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 29) about the emancipatory knowledge interest of critical social research, which needs more attention and more practicing: this interest implies a dialectical social theory, in which phenomenological knowledge integrates with objectivist knowledge giving room to a dialectical knowledge. This way of knowing would prevent reducing the object of knowledge to the practical experiences of research participants, which it would have the disadvantage of overlooking structural and objectivist relations, whereas it would prevent wiping off research and theoretical practice from the actual researched practices. In so doing, "critical social science constructs as the object of scientific research the dialectical relationship between objective relations and structures on the one hand, and the practical dispositions of subjects engaged in practices on the other" (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 30).

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. **Towards a philosophy of the act**. Austin: University of Texas Press, 1993.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. M. **Speech Genres and Other Late Essays**. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. London: Verso, 1986.
- CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh, England: Edinburgh University Press, 1999.
- COSTA, A.; CASTRO, L. A. C. A noção de sujeito na abordagem discursiva de Norman Fairclough. **Revista Signótica**, v. 26, n. 2, p. 437-455, 2014.
- COSTA, Alexandre. O fantasma estruturalista e a análise de discurso crítica. **Revista Discursos Contemporâneos em Estudo**, v. 1, n. 2, p. 7-22, 2013.
- COSTA, Alexandre. Ensaio sobre a desrazão dialógica: apontamentos sobre uma ontologia da compreensão. **Via Litterae**, v. 4, n. 2, p. 183-190, 2012.
- ECO, U. **A Estrutura Ausente**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. New York, Longman, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London, UK: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London, UK: British Library, 1985.
- MAGALHÃES, I., MARTINS, A. R., RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)**Alexandre Ferreira da Costa**

PhD in Applied Linguistics from the State University of Campinas, professor at the Faculty of Letters of the Federal University of Goiás and effective member of its Graduate Program in Letters and Linguistics. Currently, his research and guidance are focused on the discursive reordering of education in Brazil, on school practices and on teacher education. He is leader of the Group of Transdisciplinary and Applied Studies to Teacher Education (GRUPO PORTOS - UFG/CNPq). alexandrecoستا@ufg.br

Guilherme Veiga Rios

PhD in Linguistics (Ph.D) from Lancaster University (2003), United Kingdom. He was a researcher-technologist at the Board of Basic Education Assessment / National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira / Ministry of Education from 2008 to 2018, currently on the Board of Educational Studies. He was a researcher-collaborator at the Center for Studies in Language and Society/Center for Advanced Multidisciplinary Studies at the University of Brasília, from 1999 to 2019. g.veigarios@gmail.com

Roberto Leiser Baronas

PhD in Linguistics and Portuguese Language from Paulista State University Júlio de Mesquita Filho - Araraquara Campus (2003), he did a sandwich doctorate at Université Paris Est - Créteil - Val de Marne - France, at the Center for the Study of Discourses, Images, Texts, Writings and Communication - CÉDITEC - under the supervision of Simone Bonnafous (2003). Associate Professor in the Department of Letters and effective member of the Graduate Program in Linguistics at the Federal University of São Carlos, he is also a CNPq Research Productivity Scholar, level 1 C, and coordinator of the Laboratory of Epistemological Studies and Multimodal Discourses - LEEDiM - UFSCar/CNPq. baronas@uol.com.br

Relendo a Linguística Crítica: enquadramento teórico e histórico

*Rereading Critical Linguistics: theoretical and
historical framework*

*Relectura de la Lingüística Crítica: marco
teórico e histórico*

RESUMO

Este trabalho percorre as bases teórica e histórica da Linguística Crítica – teoria voltada para as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social. O estudo configura-se no âmbito dos Estudos Críticos do Discurso, área da Linguística que se põe a investigar questões de poder, ideologia, hegemonia e dominação presentes na linguagem. O trabalho se propõe, então, a revisitar a base teórica da Linguística Crítica, seus conceitos fundantes e seu método de análise do discurso. Para isso, recorre a obras fundantes da teoria, sobretudo a *Language and Control* (1979) e *Language as Ideology* (1979), a fim de esclarecer as posições assumidas por seus proponentes e relacioná-las às categorias que compuseram o pensamento de uma Linguística de natureza crítica.

Palavras-chave: Linguística Crítica; categorias de análise; Análise do Discurso.



Recebido em: 19 de janeiro de 2023
Aceito em: 1 de outubro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.46847

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Guilherme Rocha Brent

guibrents@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Belo Horizonte, MG, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article covers the theoretical and historical bases of Critical Linguistics – a theory focused on the correlations between linguistic and social structures. This study is set within the scope of Critical Discourse Studies, the area of Linguistics which investigates issues of power, ideology, hegemony, and domination present in language. This article pro-poses revisit Critical Linguistics theoretical basis, its founding concepts, and methods of dis-course analysis. For that purpose, it resorts to founding papers of the theory, especially Language and Control (1979) and Language as Ideology (1979), in order to clarify the positions assumed by its proponents and relate them to the categories that composed the thought of a critical linguistics.

Keywords: Critical Linguistics; categories of analysis; Discourse Analysis.

RESUMEN

Este trabajo recorre las bases teóricas e históricas de la Lingüística Crítica – una teoría centrada en las correlaciones entre estructura lingüística y estructura social. El estudio se configura en el ámbito de los Estudios Críticos del Discurso, un área de la Lingüística que se propone investigar cuestiones de poder, ideología, hegemonía y dominación presentes en el lenguaje. El trabajo propone volver a visitar los fundamentos teóricos de la Lingüística Crítica, sus conceptos fundantes y su método de análisis del discurso. Par eso, recurre a trabajos fundadores de la teoría, especialmente Language and Control (1979) e Language as Ideology (1979), con el fin de esclarecer las posiciones asumidas por sus proponentes y relacionarlas con las categorías que componían el pensamiento de una lingüística crítica.

Palabras clave: Lingüística Crítica; categorías de análisis; Análisis del Discurso.

Como citar:

BRENT, Guilherme Rocha. Relendo a Linguística Crítica: enquadramento teórico e histórico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 26-44, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Os estudos críticos da linguagem – dentre eles os escritos de Norman Fairclough, em sua *Análise Crítica do Discurso*, Ruth Wodak, na *Abordagem Histórico-Discursiva* e Gunther Kress, na *Semiótica Social* – são todos tributários da Linguística Crítica (LC): teoria linguística voltada para as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social, ou melhor, para as intrínsecas relações entre a linguagem e o social. Defensores da premissa de que a análise do discurso é um instrumento imprescindível para o estudo da ideologia, já que esta, intimamente relacionada com a estrutura social, é inseparável do significado linguístico, os expoentes da LC estavam posicionados no interior de uma tradição de estudos: a *London School of Linguistics*; inicialmente conduzida por John Rupert Firth e, depois, por Michael Halliday¹.

Este artigo propõe revisitar a LC, sua base teórica, seus conceitos fundantes e seu método de análise do discurso. Criada a partir de uma série de seminários na Universidade de East Anglia, Inglaterra, no início da década de 1970, a LC:

- a. é uma abordagem interdisciplinar;
- b. sustenta que a linguagem é uma prática social;
- c. orienta-se para problemas sociais de ordem linguística;
- c. argumenta que textos constroem realidades de mundo e relações interpessoais; e
- d. parte do pressuposto de que linguagem e sociedade não são entidades separadas.

Ainda que a LC tenha se construído como teoria e método de análise do discurso há mais de quarenta anos, sua base teórica se fez presente nas principais abordagens de pesquisa linguística ao longo das últimas três décadas. Com isso, compreender a gênese de seus conceitos, suas influências e métodos de investigação significa compreender melhor a implicação da LC para os atuais estudos da *Análise Crítica do Discurso* e da *Semiótica Social*.

Nas seções seguintes, serão discutidos o surgimento da LC, seu projeto de teoria linguística, a noção de crítica no trabalho da LC, uma análise sobre os conceitos fundantes da teoria e críticas à teoria e ao método de investigação da LC.

¹ O termo *London School of Linguistics* abrange estudos em Linguística realizados por Firth na Universidade de Londres a partir de 1944, momento em que ele assume a Cadeira de Linguística Geral da instituição. Seus escritos compreendem o estudo da linguagem como parte da vida social e se fazem como consequência de uma aproximação com Bronislaw Malinowski, um dos poucos antropólogos daquela época interessados no uso da língua. Firth interpreta conceitos oriundos de pesquisas conduzidas por Malinowski e as insere numa perspectiva de estudo funcional da língua. Uma das principais contribuições da *London School* para a Linguística é a teoria situacional do significado (a relação entre o significado de uma unidade linguística e seu contexto de uso).

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A LC

Quando surgiu, no final da década de 1970, a LC tinha como premissa a rejeição da dicotomia entre estruturas gramaticais e as maneiras pelas quais elas eram empregadas em reais situações de comunicação – em outras palavras, a dicotomia entre a Linguística e a Sociolinguística. Essa oposição restringiu o escopo da Linguística e impossibilitou o estudo da interrelação entre a gramática e a sociedade. Para superar essa oposição, os proponentes da LC encontraram nos escritos de Michael Halliday um caminho viável: uma descrição da estrutura gramatical em relação às funções que a linguagem desempenha.

Hoje, mais de quarenta anos após a fundação daquele projeto inovador, a contribuição da LC é amplamente reconhecida na comunidade acadêmica. Roger Fowler, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew lançaram luz sobre uma área sobreposta entre a Ciência Social e a Linguística. Os estudos sobre a nominalização, a passivação, a transitividade e a classificação, apresentados nas obras *Language as Ideology* (1979) e *Language and Control* (1979), revelaram a forma como nossa compreensão do mundo é afetada pela linguagem; as análises sobre modalidade e atos de fala chamaram a atenção para o fato de que a linguagem cria e sustenta relações de poder. Em suma, o projeto da LC assumiu que era possível, por meio de análises linguísticas, esclarecer a realidade social subjacente aos discursos.

A LC emergiu nos trabalhos compilados por Roger Fowler, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew na obra *Language and Control* (1979). Reunidos na Universidade de East Anglia, Norwich, Inglaterra, eles esboçaram uma proposta de análise do discurso que buscava descortinar as formas como a ideologia se manifesta implicitamente nos textos. Mais precisamente, o grupo queria explorar como forças e interesses políticos e sociais se materializavam ideologicamente em forma de discurso nos textos. Para isso, os autores recorreram a teorias críticas oriundas de várias disciplinas como História, Sociologia, Educação, Estudos Literários e Estudos da Mídia. No plano linguístico, adotaram categorias descritivas adequadas à finalidade da disciplina: Roger Fowler, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew se valeram basicamente da Teoria dos Atos de Fala (proposta por John Searle), da Linguística Sistêmico- -Funcional (elaborada por Michael Halliday) e da Gramática Transformacional (criada por Noam Chomsky).

Os capítulos reunidos em *Language and Control* (1979), frutos de discussões, análises, seminários e palestras entre 1975 e 1979, mostram como estruturas linguísticas são usadas para explorar, sistematizar, transformar e, muitas vezes, obscurecer a realidade social; usadas também para regular ideias e comportamentos, para classificar pessoas e eventos, assim como para afirmar ou questionar identidades e posições sociais. As discussões presentes no livro são, segundo os autores, uma forma de mostrar como esses processos são efetivos quando não estão sujeitos ao exame consciente do leitor. Um dos objetivos dos proponentes da LC era exatamente munir o leitor de conhecimento acerca do funcionamento ideológico da linguagem.

Ainda em 1979, Gunther Kress e Robert Hodge lançaram *Language as Ideology*. O livro também é considerado um marco para o estabelecimento da LC. Ao longo dos capítulos, os autores registram a amarração entre o linguístico e o social, para isso recorrem a diferentes correntes linguísticas – como a Gramática Transformacional, a Teoria dos Atos de Fala e a Gramática Funcional – a fim de estabelecerem uma ponte entre as escolas de pensamento de Chomsky e Halliday, as quais, na visão de Kress e Hodge, são complementares em vez de concorrentes. Em *Language as Ideology*, o projeto para uma teoria linguística se apoia em análises que buscam revelar a operação do poder e da ideologia em aspectos do texto².

Em síntese, nas referidas obras, percebe-se que o argumento central está na precisa relação entre a estrutura linguística e a estrutura social, por isso as ideias contidas em ambos os livros defendem que as relações sociais influenciam tanto o comportamento linguístico quanto o não linguístico dos falantes. Sem essa relação entre o social e o linguístico, afirmam Kress e Hodge (1979, p. 13), “as formas e as funções da linguagem não são totalmente explicáveis”³. Essa postura está fortemente ancorada nos escritos de Michael Halliday (1978) e Benjamin Lee Whorf (1956). O legado deixado por esse argumento esteve presente no desenvolvimento de projetos oriundos da LC, tais como a Semiótica Social, a Análise Crítica do Discurso e a Multimodalidade, em suas diferentes linhas de pesquisa.

2. A LC COMO PROJETO DE TEORIA CRÍTICA DA LINGUAGEM

Em termos linguísticos, a principal inspiração por trás da LC era a linguística funcional proposta por Michael Halliday. A abordagem funcionalista hallidayana propõe que as estruturas linguísticas estão estreitamente relacionadas às necessidades pessoais e sociais a que a língua atende. Já na década de 1980, outras fontes intelectuais, incluindo teorias da ideologia e da sociedade, assim como teorias sociais do discurso e do sujeito, foram adotadas a fim de tornar a LC “menos estritamente linguística” (Fowler, 2002, p. 103).

A ideia de uma Linguística cuja tarefa fosse crítica nasceu do propósito de estudar não apenas as estruturas da linguagem e de textos, mas também de estudar pessoas e instituições que moldam as várias formas como a língua significa. Essa Linguística se ocuparia de ir além da descrição linguística para tentar explicar e mostrar como a ideologia, o poder e as desigualdades sociais são refletidas e construídas na linguagem. Em um artigo pouco conhecido, intitulado *Transformations, models and processes: towards a more usable Linguistics*, Hodge e Kress (1974, p. 5) declararam a necessidade de uma nova forma de se fazer Linguística, uma forma que “explore as relações entre linguagem e pensamento, linguagem e sociedade”. Esse manifesto deixava claro

² Robert Hodge esclareceu ao autor deste artigo, em troca de e-mail, que *Language as Ideology* é, na verdade, a obra que funda o pensamento da LC. As ideias contidas no livro inspiraram Roger Fowler e Tony Trew a promoverem cursos, palestras e seminários acerca da LC na Universidade de East Anglia.

³ Esta e as demais traduções são de responsabilidade dos autores deste texto.

que os proponentes da LC estavam interessados não somente no que a linguagem é, mas também em por que a linguagem é como é; não somente no que a linguagem pode significar, mas também em como ela significa.

O projeto empreendido em *Language and Control* (1979) e *Language as Ideology* (1979) assumiu que a relação entre a forma e o conteúdo de textos não é arbitrária, mas, sim, determinada pelas formações sociais. Em outras palavras, as escolhas a que um falante recorre, dentro de um intervalo de opções linguísticas, quando produz um texto, são guiadas e instituídas por forças sociais, políticas e culturais; ou seja, nada é escrito ou falado casualmente. Os livros exploraram abertamente, em razão disso, três proposições que contrariam a tese da arbitrariedade da língua (Fowler; Kress, 1979b; Kress; Hodge, 1979):

1. a linguagem não é tão somente um reflexo dos processos sociais;
2. o texto é a materialização das experiências de mundo do falante;
3. a linguagem não pode ser dissociada de fatores sociais e econômicos.

A partir dessas três proposições, a LC argumenta que a análise de textos é uma análise de estruturas linguísticas ideologicamente carregadas de significados, não de escolhas linguísticas arbitrárias. Ainda que a Sociolinguística na década de 1960 estivesse dedicada ao estudo da linguagem e de suas relações com o social, o projeto da LC distanciava-se daquela investigação sociolinguística. Os capítulos que compuseram os livros *Language and Control* e *Language as Ideology* eram mais uma contribuição para o estudo de práticas linguísticas que servem de instrumento para a injustiça social e a ocultação de poder do que um estudo acadêmico sociolinguístico. A LC propôs, nessas obras, responder à questão: como textos significam?

Em síntese, a LC surgiu como uma Linguística instrumental cujo propósito era teorizar a linguagem como uma prática social – uma prática no sentido que o filósofo francês Louis Althusser atribuiu à palavra: uma prática que funciona pela reprodução de ideologias. Ao projetar uma teoria linguística para a análise do discurso público, a LC propôs “uma análise projetada para se chegar à ideologia codificada implicitamente por trás das proposições abertas, e examiná-la particularmente no contexto das formações sociais” (Fowler, 1987a, p. 482).

Em razão disso, a LC voltou-se para a análise de textos cuja relevância social e política era destacada. Elegeu, então, as seguintes categorias descritivas para a nova disciplina: a transitividade, a modalidade, a nominalização, a passivação e os atos de fala (Fowler; Kress, 1979b). O Quadro 1 reúne essas categorias de análise linguística.

Quadro 1 – As categorias de análise linguística na LC

Categoria de análise linguística	Domínio linguístico
Gramática da transitividade	Eventos, estados, processos e suas entidades
Gramática da modalidade	Relações interpessoais entre falante e ouvinte
Transformação	Manipulação do material linguístico
Gramática da classificação	Ordenação linguística
Coerência, ordem e unidade do discurso	Textura da linguagem

Fonte: Fowler e Kress (1979b)

1. Gramática da transitividade: acontecimentos, estados, processos e as entidades associadas a eles. São analisados os verbos, seus sujeitos e predicados, pois são eles que representam os eventos e as situações a que o texto se refere.

2. Gramática da modalidade: as relações interpessoais entre o falante e o ouvinte. A modalidade expressa as atitudes do falante para consigo mesmo, para com seus interlocutores e para com aquilo que diz; expressa ainda as ações que se realizam por meio da linguagem.

3. Transformação: a manipulação do material linguístico. Ela inclui transformações sintáticas relacionadas a nominalizações e passivações. Essas transformações afetam a lexicalização e produzem efeitos estilísticos.

4. Gramática da classificação: o ordenamento linguístico do mundo. Analisam-se os traços linguísticos dos discursos, ou seja, as palavras que o falante seleciona para construir o texto. Na classificação, um aspecto fundamental é a análise de adjetivos e outros modificadores altamente reveladores das particularidades ideológicas de indivíduos e grupos.

5. Coerência, ordem e unidade do discurso: a textura da linguagem. Analisa-se o modo como o falante organiza textualmente a mensagem que transmite. Quando o foco da investigação é essa categoria, é possível identificar como as outras categorias são estruturadas no texto.

3. O QUE HAVIA DE CRÍTICA NO PROJETO DA LC?

Cabe pontuar, inicialmente, que o termo crítica não carregava ideias negativas ou falsas. O projeto, ou “manifesto” como alguns linguistas denominaram na época, era simplesmente uma Linguística que buscava entender as relações entre ideologias e suas condições de existência em textos que circulavam no domínio público.

A LC configurou-se como um desafio a modelos de análise linguística predominantes até a década de 1970. Os proponentes da LC reivindicavam o estudo da língua sob uma concepção funcionalista que levava em consideração as relações entre linguagem, pensamento e sociedade. Tal concepção apoiava-se nos escritos de Benjamin Lee Whorf, Michael Halliday e Michael

Foucault. A partir dessa ancoragem, a LC apontou contra os modelos de linguística predominantes uma resistência e incapacidade de se ocuparem das práticas linguísticas e das estratégias textuais orientadas para a desigualdade social. Essa é a razão de a LC ter ultrapassados os limites da sentença e ter se voltado para o discurso.

Os proponentes da LC ocupavam uma variedade de posições sociológicas – em especial aquelas associadas ao pensamento de Karl Marx e Louis Althusser – e estavam preocupados em usar a análise linguística para expor deturpações, relações desiguais de poder e discriminações em uma pluralidade de discursos que circulavam no espaço público. Os trabalhos posteriores aos de 1979 ofereceram leituras críticas de notícias, propagandas políticas, documentos oficiais, entrevistas e outros gêneros. Os tópicos examinados incluíam racismo, sexismo, guerra, armas nucleares, estratégias políticas, desigualdades na educação, emprego, tribunais, práticas comerciais e outros (Chilton, 1985; Wodak, 1989a).

Fowler (1987a) explica que a crítica marxista, o pós-estruturalismo, a crítica desconstrucionista e o conceito de crítica elaborado pelas Ciências Sociais, sob a influência da Escola de Frankfurt, formaram o cenário decisivo para a proposta de uma Linguística que fosse crítica. Fowler, Kress, Hodge e Tony Trew perceberam nessa conjuntura a possibilidade de construir uma metodologia de análise do discurso que se opusesse ao poder dos discursos dominantes, ao transformar as pessoas em leitores críticos. É por isso que “o analista crítico parte da hipótese de que o texto tem alguma significação específica na estrutura social” (Fowler; Kress, 1979a, p. 197).

Gunther Kress (1989), no texto *History and language: towards a social account of linguistic change*, escreve sobre as duas motivações que impulsionaram a LC:

A motivação política da Linguística Crítica era desvelar as estruturas dos “fundamentos sociais”, visto que elas entram nas interações sociais e afetam sua organização. Teoricamente, a motivação era mover a Linguística para a relevância social e política, e, pelo uso de suas ideias, fornecer uma crítica social ao registrar estruturas de desigualdade, talvez para obter leituras que fossem além daquelas leituras do senso comum estabelecidas com alguma firmeza empírica; e, ao fazer isso, afetar as estruturas de poder da sociedade (Kress, 1989, p. 446).

A parte crítica da LC, justifica Wodak (1989b), dá-se porque o projeto tinha como objetivo questionar as múltiplas relações desiguais de poder que perpassam e moldam as sociedades. Para isso, seria necessário que o maior número possível de indicadores, dados e conhecimentos sobre todo o contexto desses processos fosse examinado, de modo a permitir ao analista interpretar e entender como e por que a realidade é estruturada como o é. Isso, certamente, exigiria uma tarefa interdisciplinar, ou seja, um diálogo entre teorias de diferentes perspectivas, tal como Fairclough (2001; 2003) propôs ao recorrer às noções de ordem do discurso e intertextualidade, assim como à Linguística Sistêmico-Funcional.

Por fim, a postura crítica também se faria presente quando medidas práticas e políticas fossem tomadas por equipes de profissionais, pesquisadores de outros campos e pelas pessoas mais envolvidas.

Em uma investigação desse tipo, a análise do discurso, mais especificamente a Análise Crítica do Discurso, não é mais que um componente dentre as múltiplas abordagens necessárias. Devemos nos concentrar não apenas nas práticas discursivas, mas também na ampla gama de práticas materiais e semióticas. Assim, a investigação em Análise Crítica do Discurso deve ser multiteórica e multimetodológica, crítica e autocrítica (Wodak, 2001, p. 64).

O projeto de uma Linguística crítica é apresentado já no Prefácio de *Language and Control*: “Nosso livro foi elaborado não como mais um estudo acadêmico em sociolinguística, mas como uma contribuição para o desvelamento de práticas linguísticas que são instrumentos de desigualdade social e ocultação da verdade” (Fowler, *et al.*, 1979, p. 2). A compreensão de que a realidade pode ser distorcida linguisticamente para fins estratégicos de controle é também sustentada por Kress e Hodge (1979, p. 6):

A linguagem é um instrumento de controle e também de dominação. As formas linguísticas permitem que o significado seja transmitido e distorcido. Desse modo, os leitores podem ser manipulados e informados, de preferência manipulados enquanto eles supõem que estejam sendo informados. A linguagem [...] envolve a distorção sistemática a serviço do interesse de classe.

Essa postura crítica diante das relações desiguais de poder, disfarçadas nas práticas de linguagem, não apenas lançou luz sobre processos sociais e políticos envolvidos na constituição das estruturas sociais, mas também guiou o trabalho acadêmico de pesquisadores que se alinharam aos estudos da LC – o que não significou uma compatibilidade de pontos de vista. Entre esses pesquisadores, destacam-se Ruth Wodak, Norman Fairclough e Teun van Dijk.

4. UMA LEITURA SOBRE OS CONCEITOS FUNDANTES DA LC

A LC foi criticada por linguistas porque desafiou princípios centrais da Linguística dominante até os anos 1970. Funcionalismo, texto, discurso, poder e ideologia – conceitos sabidamente não discutidos pela Linguística – foram estudados, definidos e usados como instrumentos de análise do discurso a cada obra publicada por Fowler, Kress e Hodge ao longo da década de 1980. Foi por meio desses conceitos que discursos dominantes do capitalismo, autoritarismo e militarismo foram submetidos à crítica.

4.1 A Gramática Funcional

Um componente central para a fundação da LC foi a Gramática Funcional elaborada por Michael Halliday. Os escritos da Linguística Sistêmico-Funcional, denominação que o autor deu à

Gramática, em nada se assemelhavam àqueles do estruturalismo linguístico, na medida em que Halliday (1978, p. 26) entendia que “a organização interna da língua não é arbitrária, mas incorpora um reflexo positivo das funções para as quais a linguagem evoluiu”. Em outras palavras, Halliday escreveu que as formas linguísticas respondem às funções do uso da língua. Isso significa dizer que a linguagem atende às demandas sociais e comunicativas que fazemos sobre ela; demandas essas que são específicas de cada cultura.

A LC adotou os princípios da Gramática Funcional de Halliday porque ela incluía os significados sociais e suas realizações linguísticas. Halliday (1978) entendia que papéis sociais, relações de poder, as propriedades que as unem e as separam, tudo isso interfere na forma como as pessoas se comunicam. Para o autor, a capacidade comunicativa das pessoas é um produto da estrutura social. É a estrutura social que “define e dá significado aos diversos tipos de contexto social em que significados são trocados” (Halliday, 1978, p. 113). Isso explica por que a LC descartou qualquer possibilidade de adotar a Gramática Gerativa como base para sua teoria. Chomsky mostrou-se mais preocupado com o estudo das estruturas gramaticais que um falante ideal pode produzir, compreender e reconhecer (Chomsky, 1978).

4.2 Texto

Ao tomar os princípios da LSF como uma das bases para sua teoria linguística, a LC assumiu que três metafunções operam simultaneamente na estrutura oracional de todo texto. As metafunções ideacional, interpessoal e textual são componentes funcionais do sistema semântico da língua que permitem ao falante, respectivamente, representar suas experiências de mundo, construir relações interpessoais e agir sobre elas, bem como organizar, em forma de textos coesos e coerentes, as mensagens produzidas. Fowler (2002) admite que a LC se ateve mais às metafunções ideacional e interpessoal, pois estava no bojo do projeto descrever e interpretar como a linguagem constrói e reafirma relações desiguais de poder.

Todo texto incorpora, então, a visão de mundo daquele sujeito que o produz – avaliações que estão baseadas na relação que esse sujeito mantém com o mundo que o cerca. Esses significados são dependentes do lugar que o texto ocupa no sistema social e cultural em que opera. Tais significados são, na prática, ideologias. Para Fowler e Kress (1979b), a materialização da ideologia no texto é automática. Os proponentes da LC acreditavam que a ideologia se manifesta precisamente em determinados aspectos lexicais e sintáticos. Quem mais explorou essa noção de texto foram Fowler, no livro *Language in the news* (1991), e Kress, em *Linguistic processes in sociocultural practice* (1985a).

4.3 Discurso

Ao procurar demonstrar o efeito de fatores sociais sobre o texto, a LC recorreu ao conceito de discurso elaborado por Michael Foucault – mais precisamente, foi Gunther Kress que reinterpretou o conceito para atender às necessidades de seu projeto de análise do discurso. Em *Ideological structures in discourse* (1985b), Kress esclarece que discurso é uma categoria que pertence ao domínio social, ao passo que texto é uma categoria que pertence ao domínio linguístico – estando o texto, intrinsecamente, ligado a ocasiões específicas associadas a instituições sociais. A relação entre discurso e texto é de realização: o discurso encontra sua expressão no texto, ou seja, o discurso se materializa no texto.

Discursos, como explica Kress (1985b), originam-se, em larga escala, de instituições sociais – tais como a política, o jornalismo, a medicina, a igreja. Instituições e grupos sociais articulam seus valores e significados por meio de formas linguísticas sistematicamente organizadas. Em outras palavras, instituições e grupos sociais recorrem a formas de linguagem regulares para comunicar, transmitir e controlar os valores e significados que pertencem à sua natureza e às suas práticas. Para se referir a essas formas de linguagem, Kress emprega o termo discurso. Como escreve o autor:

Discursos são conjuntos sistematicamente organizados de enunciados que expressam os significados e os valores de uma instituição. Além disso, discursos definem, descrevem e delimitam o que é possível e o que não é possível dizer (e por extensão, o que possível e o que não é possível fazer) em relação à área de interesse de uma instituição. Um discurso fornece um conjunto de possíveis enunciados sobre determinada área, organiza e estrutura a forma como um tópico, objeto ou processo específico deve ser falado. Nesse sentido, o discurso fornece descrições, regras, permissões e proibições de ações sociais e individuais (Kress, 1985a, p. 7).

Dessa forma, a definição de discurso está diretamente relacionada ao conceito de ideologia, na medida em que instituições sociais produzem modos específicos de enunciados sobre certas áreas da vida social. Além disso, as restrições impostas por um discurso podem ser descritas como ideológicas. Os proponentes da LC argumentam que esses princípios de organização linguística resultam em estruturas linguísticas específicas. Assim, certas formas sintáticas necessariamente estarão correlacionadas a certos discursos.

4.4 Ideologia

Sob o plano teórico e metodológico da LC, a ideologia se tornou um legítimo objeto de investigação linguística e discursiva. Estava no bojo do projeto desmistificar discursos decifrando ideologias. Isso, porque Fowler, Hodge, Kress e Tony Trew acreditavam que a realidade social pode ser distorcida discursivamente para fins estratégicos. Essa ideia permaneceu em outros livros que discutiram os métodos de análise do discurso propostos pela LC: “queremos descobrir e

desmistificar certos processos nesta e em outras sociedades, a fim de tornar mecanismos de manipulação, discriminação, demagogia e propaganda explícitos e transparentes” (Wodak, 1989b, xiv).

A LC assume que “todo uso linguístico codifica padrões ideológicos ou estruturas discursivas que medeiam representações do mundo” (Fowler, 2002, p. 102). E mais: qualquer aspecto da língua – o vocabulário, a organização sintática, a morfologia etc. – carrega significação ideológica. Ou seja, qualquer escolha, em termos lexicogramaticais, expressa ideologia. Desse modo, nenhuma representação de mundo que é feita por meio da linguagem é neutra. A representação linguística de eventos, pessoas e ações veicula ideologia – ou, para usar as palavras de Fowler (1991, p. 1), veicula ideias e crenças. Por isso:

A Linguística Crítica propõe que uma análise que use ferramentas linguísticas adequadas e que se refira a contextos históricos e sociais pode trazer a ideologia (normalmente oculta através da habitualização do discurso) à superfície textual para inspeção. Assim, a Linguística Crítica pode lançar luz sobre processos sociais e políticos (Fowler, 2002, p. 102).

Ao longo das principais obras da LC, o termo ideologia é usado para se referir a crenças e valores que remetem a modos particulares de construção da realidade – ou melhor, a sistemas de denotam um ponto de vista particular. No texto *The ideology of middle management* (1979, p. 81), Hodge, Kress e Jones assim definem ideologia:

Ideologias são conjuntos de ideias envolvidas na ordenação da experiência, dando sentido ao mundo. Essa ordenação e esse sentido são parciais e particulares. Os sistemas de ideias que constituem as ideologias são expressos por meio da linguagem. A linguagem fornece os modelos e as categorias de pensamento e, em parte, a experiência do mundo das pessoas se dá por meio da linguagem.

Essa definição resume como a LC percebia a ideologia: um elemento de ligação entre o conhecimento de mundo do indivíduo e suas práticas – já que é ela que medeia os pensamentos do indivíduo e seu comportamento. Por ser expressa em forma de categorias linguísticas, a ideologia pode ser estudada por meio de categorias de linguagem. “Se o significado linguístico é inseparável da ideologia, e ambos dependem da estrutura social, então a análise linguística deveria ser uma poderosa ferramenta de estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e controle” (Fowler; Kress, 1979b, p. 186).

4.5 Poder

Outro conceito que ajudou a fundar as bases da LC é o de poder. Embora hoje, nos estudos da Análise Crítica do Discurso, a relação entre estruturas linguísticas e poder seja tomada como um dado adquirido, na década de 1970, Fowler e os expoentes da LC proporcionaram uma instigante mudança de paradigma na maneira como as relações interpessoais encontram sua expressão na

linguagem. Os linguistas críticos investigaram como a linguagem reflete não apenas as posições sociais que o falante assume em uma interação, mas também as forças que estão implicadas nesse processo (Fowler; Kress, 1979a; Kress, 1985a).

A LC tomou para si a posição de que as interações sociais podem construir, reforçar e também questionar o jogo de forças que está presente em uma cultura. Com isso, assume que não há relações interpessoais vazias de poder – todas manifestam poder. Como Fowler (1986, p. 70) escreve, “na comunicação real, as pessoas estão fazendo mais do que transmitir posições neutras. Sua linguagem pressupõe uma estruturação que reflete seus propósitos pessoais na comunicação”. Isso ocorre porque a linguagem estabelece sistemas de valores sobre aquilo que impõe ao mundo, ela “é a parte central do processo social e é um meio altamente eficiente na codificação de categorizações sociais” (Fowler, 1986, p. 18).

Language and Control (1979) abriu um espaço acadêmico para que o papel da linguagem na construção, afirmação e contestação do poder fosse investigado. Em uma obra seminal sobre as relações linguagem/poder, Fairclough (1989, p. 1) escreve:

Este livro é sobre linguagem e poder, ou mais precisamente sobre conexões entre o uso da linguagem e as relações desiguais de poder (...). Eu o escrevi com dois objetivos principais. O primeiro é mais teórico: ajudar a corrigir uma desvalorização generalizada da importância da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder. O segundo é mais prático: ajudar a aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras, já que a consciência é o primeiro passo para a emancipação.

Uma premissa fundamental nesses trabalhos conduzidos sob o rótulo da LC é que relatos, diálogos ou documentos aparentemente neutros entregam, por força de suas estruturas linguísticas ou textuais, relações de poder. É com essa premissa que Ruth Wodak reúne trabalhos para compor *Language, Power and ideology* (1989a). Neles, o poder é visto tanto sobre o discurso quanto no discurso. O poder sobre o discurso diz respeito ao acesso ao discurso – na verdade, quem tem acesso às ordens do discurso, aos gêneros, aos contextos e com quais papéis. O poder no discurso, por sua vez, trata de interações sociais e formas como a dominação é negociada por meio do conhecimento, dos papéis institucionais, do gênero, da classe social ou de todos esses fatores reunidos. Independentemente da forma como o discurso atua, “a linguagem só ganha poder nas mãos de quem tem poder; a linguagem não é poderosa ‘por sua própria natureza’” (Wodak, 1989b, xv).

Em outra vertente, a LC define poder como diferença – mais precisamente como relações de diferença. Aqui, as relações de poder são entendidas como o resultado das diferenças na estrutura social. E essas diferenças, pontua Kress (1985a), são refletidas na linguagem. Ao ampliar essa definição de poder, o autor escreve:

[...] a linguagem está entrelaçada no poder social de várias maneiras: ela indexa o poder, expressa o poder e está envolvida onde quer que haja disputa e desafio pelo

poder. O poder não deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, para subvertê-lo e para alterar as distribuições de poder no curto ou no longo prazo (Kress, 1985a, p. 52).

Kress propõe discutir o conceito de poder a partir da metáfora do espaço e da distância. O autor entende que o espaço é um indicador claro das relações de poder – o tamanho de uma casa, de um jardim, de um escritório, de um carro, tudo pode indicar poder. O mesmo ocorre com os arranjos espaciais no parlamento, em salas de aula, prédios públicos, salas de espera. Essa noção de poder é mais explorada na Semiótica Social e na Multimodalidade. No plano linguístico, Kress argumenta que o poder está indexado na linguagem por todas as formas linguísticas que podem indicar relações de distância. Assim, para revelar o mapeamento social da distribuição do poder, o analista deve se voltar para a linguagem.

Ao estudar o poder sobre o discurso, Fowler (1991) analisa as relações entre estruturas da linguagem e poder por meio dos contextos ideológicos de jornais e de seus valores editoriais. O autor pontua que jornais, frequentemente, reproduzem a ordem dominante na sociedade devido à influência ideológica dos indivíduos que ocupam posições de poder. Nesse processo, instituições de poder “fornecem aos jornais modos de discurso que trazem em si as atitudes de uma elite poderosa. Os jornais, em parte, adotam essa linguagem para si e [...] reproduzem as atitudes dos poderosos” (Fowler, 1991, p. 23-24).

Kress e Fowler (1979), ao estudarem o poder no discurso, assinalam que nas conversas cotidianas, qualquer aparência de intimidade, solidariedade ou cooperação é, geralmente, ilusória. Os falantes agem conforme seus papéis socialmente atribuídos. Eles lutam por atenção, pelo direito de iniciar novos temas na conversa, assim como lutam para manter as posições de influência no diálogo. E isso está refletido na linguagem.

Seja qual for a forma de exercício do poder, a LC argumenta que não estamos presos às relações de poder. Uma leitura crítica do funcionamento da linguagem força uma consciência das relações de dominação e da natureza dos valores implicados nas relações interpessoais – por isso, os expoentes da LC propuseram a leitura crítica ou a mudança de consciência como foco principal do projeto.

5. AS CRÍTICAS SOBRE A LC E O SURGIMENTO DE NOVAS DISCIPLINAS

Conforme dito no início deste texto, os linguistas críticos reagiram fortemente contra algumas correntes de pensamento dominantes na Linguística até a década de 1970; entre elas, a Sociolinguística, a Pragmática e a Gramática Gerativa. Segundo Fairclough (2001), a razão para isso estava na gênese da LC. O projeto nasceu permeável a influências de outras áreas que não propriamente a Linguística. A noção de discurso adotada pelos expoentes da LC, por exemplo, recua aos trabalhos do filósofo francês Michael Foucault. Outra linha de influência veio dos escritos

do filósofo italiano Antonio Gramsci, em sua teoria da hegemonia cultural, a qual descreve que o Estado usa instituições culturais para manter o poder.

Após o lançamento das obras *Language and Control* e *Language as Ideology*, ambas em 1979, o projeto da LC foi aprimorado, ampliado e aplicado por linguistas oriundos de tradições muito diferentes. Todos defendiam uma abordagem mais interdisciplinar devido ao caráter complexo e multifacetado da relação entre a linguagem e o social. O resultado disso foi tanto o crescimento da LC em domínios como a política, o racismo, a mídia, os estudos de gênero, quanto a compreensão de que o programa tinha limitações teóricas e metodológicas.

Durante a fase de afirmação, ao longo dos anos 1980, a LC se fez em torno de alguns princípios e objetivos, assim elencados por Ruth Wodak (2011): como ocorre a naturalização das ideologias? Quais estratégias discursivas legitimam, controlam ou naturalizam a ordem social? Como o poder é linguisticamente expresso? Como o consenso, a aceitação e a legitimação da dominação são fabricados? Quem tem acesso a quais instrumentos de poder e controle? Quem é discriminado e de que forma o é? Essas questões, na realidade, se mostraram amplas e muito complexas para serem discutidas com as ferramentas propostas pela LC.

Basicamente, o que diferenciava a LC de outras abordagens linguísticas era a atenção que dava à gramática e ao vocabulário dos textos. Processos gramaticais como a nominalização e a apassivação eram ferramentas de análise recorrentes nas obras publicadas. O mesmo é notado para a transitividade e a modalidade. Para Fairclough (2001, p. 49), essa era uma das limitações do projeto. A atenção demasiada no texto fez com que os processos de produção e interpretação ficassem preteridos: “assim, na análise, a relação entre aspectos textuais e sentidos sociais é muitas vezes retratada como sem problemas e transparente”. Faltou aos expoentes da LC, aponta Fairclough, considerar os padrões de distribuição, consumo e interpretação dos textos. Sem isso, a atribuição de significados sociais a estruturas linguísticas particulares era bastante mecânica. “Uma vez que a Linguística Crítica tenha estabelecido sentidos sociais para um texto, há uma tendência a tomar os efeitos ideológicos como tácitos”.

Fairclough (2001, p. 50) aponta ainda outra crítica ao projeto liderado por Fowler: a visão exclusivamente descendente do poder e da ideologia sobre o discurso, sem considerar que o próprio discurso é lugar de disputas de poder e resultado de transformações provocadas pela modernidade tardia.

Uma outra limitação da Linguística Crítica é que ela confere uma ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução social de relações e estruturas sociais existentes e, conseqüentemente, negligencia tanto o discurso como domínio em que se realizam as lutas sociais, como a mudança no discurso, uma dimensão da mudança social e cultural mais ampla.

Além disso, Fairclough (1995) aponta outras duas limitações da LC: ênfase unilateral na função ideacional (ou seja, em representações) – embora haja atenção a aspectos interpessoais,

questões de identidade social são colocadas em segundo plano; e pouco desenvolvimento da intertextualidade na constituição dos textos em termos de discursos e gêneros.

Quem elabora críticas mais profundas e acuradas é Gunther Kress no artigo *Moving beyond a critical paradigm* (1995). No texto, Kress aponta que faltou à LC elaborar uma teoria da linguagem que se afastasse de paradigmas linguísticos tão distintos entre si, como eram as correntes lideradas por Noam Chomsky e Michael Halliday. Soma-se a isso o fato de que os métodos de análise não tenham sido testados teoricamente: “um feixe de categorias ecléticas e altamente diversas foi montado e, com o passar dos anos, expandido e estendido, mas, de modo geral, nunca submetido a uma análise teórica rigorosa ou testado quanto à sua real coerência geral.” (Kress, 1995, p. 625).

Gouveia (2001) aponta que o projeto da LC sempre esteve longe de ser pacífico, seja em razão das posições teóricas assumidas – contrárias a princípios centrais de teorias linguísticas dominantes até a década de 1970 –, seja pelo uso pouco rigoroso de certos conceitos, como o conceito de ideologia. O autor destaca que a noção de ideologia é tratada de forma meramente descritiva nos trabalhos da LC. Teria faltado à disciplina trabalhar com a concepção crítica de ideologia, ligando-a ao modo como os sujeitos se envolvem em processos de transformação, destruição ou reforço das suas relações interpessoais.

Foi a partir dessas e de outras críticas que os próprios expoentes da LC, mais precisamente Gunther Kress e Bob Hodge, e outros pesquisadores, como Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun van Dijk, propuseram novas disciplinas ou teorias/métodos de análise do discurso sob o viés crítico. A Semiótica Social é uma delas. Ela nasce, segundo Hodge e Kress (1988) de limitações da LC, principalmente, em sua tentativa de construir uma teoria social crítica da linguagem. Os autores advogam que o ponto de partida para a análise do discurso não pode mais ser o texto e as estruturas linguísticas, mas, sim, a estrutura social e o significado. Isso significa não limitar a análise unicamente às formas verbais, mas integrar a linguagem a outros sistemas de signos.

O significado reside tão forte e generalizadamente em outros sistemas de significado em uma multiplicidade de códigos visuais, auditivos, comportamentais e outros, que uma concentração apenas nas palavras não é suficiente. Portanto, uma teoria da linguagem verbal deve ser vista no contexto de uma teoria de todos os sistemas de signos [...] (Hodge; Kress, 1988, vii).

A Análise Crítica do Discurso é outro projeto que nasce da LC. Para rastrear a dialética entre o texto e o social, ou seja, entre as formas linguísticas e o processo social e semiótico, a disciplina emerge como uma abordagem que amplia consideravelmente os pressupostos teóricos e metodológicos da LC. Isso se faz, no entanto, não de forma homogênea, nem clara (Kress, 1995). Inseriram-se na Análise Crítica do Discurso projetos com linhas de investigação distintas, que recorreram a bases teóricas e metodológicas distintas, mas que guardavam entre si o cerce do que foi primeiramente proposto pelo grupo de Fowler na Universidade de East Anglia: as relações de poder e dominação expressas no uso efetivo da língua.

A Consciência Crítica da Linguagem – uma espécie de projeto político-pedagógico – foi outra disciplina que emergiu no início dos anos 1990 a partir da LC. Na verdade, era o interesse político em usar a análise linguística e textual para fins de mudança e reforma social que unia acadêmicos como Norman Fairclough, Teun van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak e Theo van Leeuwen sob o rótulo “estudos críticos da linguagem”⁴.

Tanto a Semiótica Social como a Análise Crítica do Discurso destacaram-se por articular teorias da linguagem que se recusam a ter categorias de análise oriundas de paradigmas teóricos tão distintos – como a LC o fez. Fairclough (2003), por exemplo, reformula as metafunções da linguagem, incorporando-as em sua perspectiva de análise do discurso. O mesmo fez Kress e van Leeuwen (2006) ao formularem a Gramática do Design Visual.

6. CONCLUSÃO

Ao revisitar a LC, este texto buscou esclarecer conceitos fundamentais para a fundação da teoria e de outras abordagens que se originaram a partir dela. Pesquisadores que hoje lidam com a Análise Crítica do Discurso, a Semiótica Social e a Multimodalidade certamente lidam com métodos de análise inicialmente e conceitos pensados e articulados pela LC. Hoje, a LC não existe mais, ou, como escreveu Gouveia (2001, p. 347), “à Linguística Crítica nada mais parece restar do que permanecer no limbo do reconhecimento da sua importância enquanto primeiro momento de um projeto que, entretanto, alargou os seus horizontes de teorização e de intervenção”.

REFERÊNCIAS

- CHILTON, Paul (ed.). **Language and the Nuclear Arms Debate**: Nukespeak Today. London: Frances Pinter, 1985.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução, introdução, notas e apêndices de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1978.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. London, Edward Arnold, 1995.
- FOWLER, Roger. Critical Linguistics. In: MALMKJAER, Kristen (ed.). **The Linguistics Encyclopedia**. 2nd ed. London and New York, 2002. p. 102-107.
- FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979.

⁴ De acordo com Kress (1995a), é difícil falar por essas vertentes de pesquisa como se fossem uma abordagem ou uma disciplina teórica ou metodologicamente unificada. Elas guardam mais similaridades em seus projetos políticos do que metodológicos.

- FOWLER, Roger. **Language in the news: discourse and ideology in the press**. London and New York: Routledge, 1991.
- FOWLER, Roger. **Linguistic Criticism**. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- FOWLER, Roger. Notes on Critical Linguistics. *In*: STEELE, Ross; THREADGOLD, Terry. **Language Topics: Essays in honour of Michael Halliday**. Amsterdam: Benjamins, 1987a. p. 481-492, v. 2.
- FOWLER, Roger. The intervention of the media in the reproduction of power. *In*: ZAVALA, Iris; VAN DIJK, Teun A.; DÍAZ-DIOCARETZ, Myriam. (ed.). **Approaches to Discourse, Poetics and Psychiatry**. Amsterdam: Benjamins, 1987b. p. 67-80.
- FOWLER, Roger; KRESS, Gunther. Critical Linguistics. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979b. p. 185-221.
- FOWLER, Roger; KRESS, Gunther. Rules and regulations. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979a. p. 26-45.
- GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico. *In*: MATHEUS, Maria Helena; CORREIA, Clara Nunes (ed.). **Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**. Lisboa: Edições Colibri, 2001. p. 335-351.
- HALLIDAY, Michael A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther. **Social Semiotics**. Cambridge: Polity Press, 1988.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther. Transformations, models and processes: towards a more usable Linguistics. **Journal of Literary Semantics**, v. 3, n. 1, p. 5-21, 1974.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther; JONES, Gareth. The ideology of middle management. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979. p. 81-93.
- KRESS, Gunther. History and language: towards a social account of linguistic change. **Journal of Pragmatics**, v. 13, n. 3, p. 445-466, 1989.
- KRESS, Gunther. Ideological Structures in Discourse. *In*: VAN DIJK, Teun. (Ed.). **Handbook of Discourse Analysis**. Discourse analysis in Society. New York: Academic Press, 1985b. p. 27-42, v. 4.
- KRESS, Gunther. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Geelong, Victoria: Deaking University Press, 1985a.
- KRESS, Gunther. Moving beyond a critical paradigm: on the requirements of a social theory of language. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, v. 73, n. 3, p. 621-634, 1995.
- KRESS, Gunther; FOWLER, Roger. Interview. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979. p. 68-80.
- KRESS, Gunther; HODGE, Robert. **Language as Ideology**. London: Routledge, 1979.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading Images: The grammar of visual design**. Second Edition. London and New York: Routledge, 2006.
- WHORF, Benjamin Lee. **Language, Thought and Reality**. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf. Edited by John B. Carroll. Cambridge, MA: MIT Press, 1956.
- WODAK, Ruth (ed.). **Language, power and ideology: Studies in political discourse**. London: Benjamins Publishing Company, 1989a.
- WODAK, Ruth. Critical Linguistics and Critical Discourse Analysis. *In*: ZIENKOWSKI, Jan; ÖSTMAN, Jan-Ola; VERSCHUEREN, Jef. (ed.). **Discursive Pragmatics**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 50-70.

WODAK, Ruth. Introduction. *In*: WODAK, Ruth (ed.). **Language, power and ideology**. Studies in political discourse. London: Benjamins Publishing Company, 1989b, p. xiii-xx.

WODAK, Ruth. The discourse-historical approach. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage Publications, 2001. p. 63-94.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Guilherme Brent

Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de São João del-Rei. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: guibrents@gmail.com

Entre propostas e práticas: a implementação dos pressupostos teórico-metodológicos enunciativo-discursivos nas aulas de língua portuguesa

Between proposals and practice: the implementation of enunciative-discursive theoretical-methodological assumptions in Portuguese Language classes

Entre propuestas y práctica: la implementación de supuestos teórico-metodológicos enunciativo-discursivos en las clases de Lengua Portuguesa

RESUMO

Este estudo objetiva verificar como a(s) concepção(ões) enunciativo-discursiva(s) estabelecida(s) nos referenciais teórico-metodológicos dos PCNs, Referenciais Curriculares Lições do Rio Grande, BNCC, RCG e CRTM são implementadas. O foco é um estudo de caso com dois professores de LP de 9º ano do interior do RS, Brasil. A partir da análise dos relatos e registros de aula, conclui-se que a leitura e produção oral estão centradas no trabalho com textos e seus contextos; a análise linguística/semiótica assenta-se em práticas em que gramática e semioses são compreendidas em seu funcionamento; a produção escrita não abarca aspectos discursivos da interlocução.

Palavras-chave: documentos norteadores; pressupostos enunciativo-discursivos; ensino de língua portuguesa; 9º ano; estudo de caso.



Recebido em: 27 de março de 2023
Aceito em: 6 de junho de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.47793

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Juliana Maria Piotrowski

julianapiotrowski@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-3430-8137>

Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil

Gisele Benck de Moraes

gbenck@upf.br

<https://orcid.org/0000-0001-7503-3630>

Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This study aims to verify how the enunciative-discursive conception(s) established in the theoretical-methodological references of the PCNs, Referencial Curricular Lições do Rio Grande, BNCC, RCG and CRTM are implemented. The focus is a case study with two 9th grade LP teachers from interior of RS, Brazil. Based on the analysis of class reports and records, it is concluded that reading and oral production are centered on working with texts and their contexts; the linguistic/semiotic analysis based on practices in which grammar and semiosis are understood in their functioning; the written production does not cover discursive aspects of the interlocution.

Keywords: guiding documents; enunciative-discursive assumptions; portuguese language teaching; 9th grade; case study.

RESUMEN

Este estudio objetiva verificar cómo se implementan las concepciones enunciativo-discursivas establecidas en las referencias teórico-metodológicas de los PCNs, Referenciales Lições do Rio Grande, BNCC, RCG y CRTM. El enfoque es un estudio de caso con dos profesores de LP de 9º grado del interior del RS, Brasil. A partir del análisis del corpus, se concluye que la lectura y la producción oral se centran en el trabajo con textos y sus contextos; el análisis lingüístico/semiótico se basa en prácticas en las que la gramática y las semiosis se entienden en su funcionamiento; la producción escrita no alcanza aspectos discursivos.

Palabras clave: documentos orientativos; supuestos enunciativo-discursivos; enseñanza de la lengua portuguesa; 9º año; estudio de caso.

Como citar:

PIOTROWSKI, Juliana Maria; MORAES, Gisele Benck de. Entre propostas e práticas: a implementação dos pressupostos teórico-metodológicos enunciativo-discursivos nas aulas de língua portuguesa. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 45-63, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a implementação dos pressupostos teórico-metodológicos dos documentos norteadores nas aulas de Língua Portuguesa (LP) no 9º ano do Ensino Fundamental (EF). Trata-se de um estudo de caso com dois professores de LP de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul que apresenta como objetivo geral verificar se e como a(s) concepção(ões) enunciativo-discursiva(s) estabelecida(s) nos referenciais teórico-metodológicos dos documentos norteadores, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Referenciais Curriculares Lições do Rio Grande, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e Currículo de Referência do Território Municipal (CRTM) são implementadas pelos professores de LP do 9º ano do EF.

Esses documentos foram elaborados com base nas teorias que melhor explicam o fenômeno linguístico como processo interacional, de modo a possibilitar que o processo de ensino-aprendizagem de LP aconteça efetivamente nas escolas. Não obstante, essas teorias, materializadas em orientações didáticas nos próprios documentos, muitas vezes aparecem desvirtuadas na prática da sala de aula. Assim, o principal argumento que se aventa em defesa desta pesquisa é que carece de explicação como um processo interativo como a linguagem, bem descrito nos documentos norteadores supracitados, que ainda orientam a didática, resulta em um trabalho em sala de aula em que a linguagem nem sempre é tomada como um processo enunciativo e em que a manifestação do discurso, o texto, nem sempre é o eixo dos estudos da língua.

Não é uma discussão nova: na verdade se arrasta há décadas (vide ano de promulgação dos PCNs - 1998). Sua inserção como tópico de pesquisa adquire pertinência quando uma das autoras deste estudo, professora de LP da rede pública estadual de uma cidade do extremo norte do Rio Grande do Sul, ingressa no Mestrado. A prática docente possibilitou acompanhar a promulgação de alguns documentos norteadores – a partir de 2009 –, bem como observar de que maneira se deu a implementação deles no trabalho e de outros colegas, professores dos anos finais do EF. Assim, é possível afirmar que, se, por um lado, foi garantido o conhecimento das inovações pedagógicas estipuladas nas novas orientações, tal formação não garantiu significativas mudanças na prática pedagógica do ensino da língua materna.

Daí se destaca aquela que talvez seja a principal contribuição deste estudo: existem documentos produzidos para conduzir o ensino de LP nas escolas, os quais delimitam como objeto de ensino-aprendizagem o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Desse modo, para fugir de modismos ou das famigeradas práticas do ensino tradicional, bem como garantir que os alunos saiam do EF sabendo usar a língua em situações reais de interação - ouvir, falar, ler e escrever -, urge seguir o que orientam e/ou prescrevem os PCNs, Lições do Rio Grande, BNCC, RCG e CRTM.

Quanto aos fundamentos teóricos desta pesquisa, são os seguintes: a teoria de gêneros do discurso de Mikhail Bakhtin e seu Círculo (2006, 2011, 2016); os (multi)letramentos, segundo Mary Kalantzis e Bill Cope (2000), Roxane Rojo (2012) e Angela Kleiman (2007), como forma de usar a leitura e a escrita para responder às demandas sociais, incluídas as exigências da sociedade da comunicação digital; e Luis Antônio Marcuschi (2008), que destaca a importância da instauração de um processo de ensino e aprendizagem da língua com vistas à (efetiva) participação social, em que pese o enquadramento proficiente dos gêneros textuais, materializados em práticas de linguagem, em seus vários campos de atuação.

A proposta divide-se em duas partes: a primeira atende à pesquisa documental, na qual foram prospectadas as concepções teórico-metodológicas que fundamentam os documentos norteadores de LP para os anos finais do EF, quais sejam PCNs, Referencial Curricular Lições do Rio Grande, BNCC, RCG e CRTM. Apreendidos esses pressupostos, os quais já são identificados aqui como enunciativo-discursivos, partiu-se para o aprofundamento deles, através de pesquisa teórica apoiada nos autores supracitados. A segunda parte destaca a organização de um estudo de caso com duas professoras de LP de 9º ano, uma da rede pública estadual e outra da rede municipal. Nesse sentido, após obter aprovação do Comitê de Ética¹ para o estudo de caso, foram aplicados três instrumentos para a coleta dos dados, a saber: (i) questionário, (ii) entrevista narrativa, e (iii) análise de relatórios de registros de aula, para verificar se e como a(s) concepção(ões) enunciativo-discursiva(s) estabelecida(s) nos referenciais teórico-metodológicos dos documentos norteadores e normativos são implementadas no trabalho de ensino da língua materna operado pelos docentes.

Desse modo, o corpus da pesquisa configura-se nos dados coletados, obtidos através dos instrumentos do estudo de caso, analisados à luz da teoria mobilizada. Outrossim, a análise e interpretação dos dados será realizada através da triangulação dos resultados dos instrumentos – questionário na íntegra, excertos da entrevista, bem como trechos dos registros de aula-, atravessados pelas categorias de análise, quais sejam conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação dos pressupostos enunciativo-discursivos destacados dos documentos norteadores, para, assim, aferir, sintetizar e obter a resposta à pergunta proposta inicialmente, indicando como e se a prática docente de LP incorpora os pressupostos preconizados pelos documentos que lhe servem de norte. A prospecção desses conceitos é o tema do próximo capítulo.

1. OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2018, bem como os documentos elaborados sob sua referência, quais sejam o Referencial Curricular Gaúcho (RCG)

¹ O número do parecer de aprovação será especificado na seção O Estudo Realizado.

e o Currículo de Referência do Território Municipal (CRTM), servem como alicerce para o trabalho pedagógico em sala de aula. Antes dela, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1998, alavancaram profundas transformações que se vinham processando no ensino da língua materna nas décadas que os antecederam. Não obstante, em 2009, houve a promulgação do Referencial Curricular Lições do Rio Grande, que orientaram os processos de ensino a nível estadual. Todos esses documentos seguem a linha enunciativo-discursiva em suas orientações teórico-metodológicas, visto que estas estão assentadas na concepção de que a língua é um fenômeno sócio-interativo, cuja manifestação está historicamente situada nos textos.

Nesse sentido, cabe destacar os pontos de convergência que se sobressaem da leitura dos documentos norteadores suprarreferidos. Para começar, em relação aos preceitos metodológicos, PCNs, Lições do Rio Grande, BNCC, RCG e CRTM trazem suas propostas de ensino para o componente LP organizadas em eixos, quais sejam Oralidade, Leitura, Produção textual e Análise Linguística. Todos os documentos pautam esses eixos num caráter interativo: as produções orais e escritas precisam estar circunscritas a eventos comunicativos reais, a leitura é tomada para além da decodificação, para alcançar seu caráter dialógico (em que pese a construção de sentidos a partir dos conhecimentos do leitor), e a análise linguística traz para si o objetivo de discutir os itens gramaticais ou multissemióticos que se articulam para a construção de sentidos em contextos concretos.

Quanto aos eventos comunicativos reais, os gêneros textuais são tomados como objetos de ensino-aprendizagem para todos os eixos em todos os documentos. Não obstante, estabelece-se que se, na prática social, tais objetos circulam em esferas e/ou campos de atuação da linguagem, quais sejam atuação na vida pública, artístico-literário, de estudo e pesquisa e jornalístico-midiático, a prática pedagógica, por sua vez, precisa situar o trabalho com os gêneros de acordo com suas características provenientes do meio (social) em que circulam.

Como critério metodológico, a partir do Referencial Lições do Rio Grande, fica estabelecido que o objetivo do ensino (e da aprendizagem) é o desenvolvimento de competências e habilidades. Por conseguinte, cabe aqui o exame dessa metodologia: conforme Azevedo e Rowell (2009, p. 34), competência é “[...] a capacidade, desenvolvida pelo sujeito conhecedor, de mobilizar, articular e aplicar intencionalmente conhecimentos (sensoriais, conceituais), habilidades, atitudes e valores na solução pertinente, viável e eficaz de situações que se configurem problemas para ele.” Já habilidade é “um saber fazer, um conhecimento operacional, procedimental, uma sequência de modos operatórios, de analogias, de intuições, induções, deduções, aplicações, transposições” (Azevedo; Rowell, 2009, p. 34). Dessa forma, por um lado, uma mesma habilidade pode contribuir para o desenvolvimento de várias competências. Por outro lado, uma competência pressupõe o desenvolvimento de várias habilidades, inclusive de habilidades com graus de complexidade diferentes. Nesse sentido, a seleção de habilidades na BNCC está relacionada com aqueles

conhecimentos fundamentais para que o estudante possa apropriar-se do sistema linguístico que organiza o português brasileiro.

Em relação ao letramento, a BNCC elege a importância do tema quando se resolve a favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, no que lhes concerne, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas. Da mesma forma, os PCNs, orientados pela perspectiva dos letramentos, regulamentam um projeto de ensino de língua materna baseado na apropriação da escrita pelos sujeitos, com a finalidade de interagir nos diversos contextos sociais. O RCG, por sua vez, corrobora tal objetivo, ao destacar que o ensino precisa estar orientado para a participação “efetiva e crítica nas diversas práticas que permeiam e constituem a performance dos falantes” (Rio Grande do Sul, 2018, p. 54). Nesse contexto, o documento gaúcho destaca os multiletramentos, “o que envolve a presença unívoca das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), transcendendo as modalidades cristalizadas da língua (oral e escrita)” (Rio Grande do Sul, 2018, p. 198).

No que tange ao eixo da análise linguística, ganha destaque na BNCC em relação aos PCNs, com a inserção do trabalho com as semioses. Dessa maneira, a análise linguística/semiótica, como prática de linguagem, envolve o conhecimento sobre a estrutura/gramática da língua, sobre a norma-padrão e sobre as outras semioses, e se desenvolve transversalmente aos outros eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica. É importante ressaltar aqui o propósito da análise linguística, que envolve análise textual, gramatical, lexical, fonológica e das materialidades das outras semioses. Por conseguinte, os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. Eleita por todos os documentos inspecionados, tal pressuposição inaugura uma proposta de ensino em as abordagens linguística, metalinguística e reflexiva ocorrem sempre a favor da prática de linguagem que está em evidência nos eixos de leitura, escrita ou oralidade.

Portanto, após o cruzamento dos preceitos conceituais e metodológicos estabelecidos pelos documentos, podem ser apontadas mais convergências do que discrepâncias. Todos apontam para o uso efetivo da linguagem como fator preponderante para o desenvolvimento das capacidades discursivas. Assim, é possível pormenorizar os princípios que regem tais documentos, o ensino de LP e, portanto, esta pesquisa. São eles que orientam este estudo de caso, cuja análise ampara-se no fato de que a implementação desses pressupostos no ensino da língua materna deve levar em conta: 1) os (multi)letramentos em LP – que se configuram na ampliação do repertório linguístico-discursivo com vistas a interagir nos diversos contextos sociais – trabalho com os gêneros discursivos e seus campos de atuação; 2) a organização curricular em eixos de estudo – oralidade, leitura, produção textual e análise linguística, com ênfase na integração entre os eixos; 3) a leitura – para além da decodificação, o uso de estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação;

4) a produção textual, oral e escrita, como interlocução efetiva; 5) a ocorrência da análise linguística e semiótica, tendo a gramática como um dos pontos trabalhados e o pensar sobre a linguagem a serviço de compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações a aos propósitos definidos – nos gêneros do discurso.

Dessa maneira, especificados os conceitos basilares deste estudo, parte-se para o aprofundamento deles através da revisão bibliográfica, com vistas a apurar a teoria que os enquadra.

2. OS GÊNEROS DO DISCURSO: DA ORIGEM À PRÁTICA PEDAGÓGICA

Diante do exposto no capítulo anterior, todos os documentos norteadores do EF aqui apresentados convergem para um objetivo comum:

Ao componente Língua Portuguesa cabe [...] proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (Brasil, 2018, p. 67-68).

Assim, em vista desse objetivo, que, resumidamente, perpassa o que preconizam as normas e orientações para o ensino do componente de LP, será apresentada a base teórica enunciativo-discursiva que tem em Bakhtin seu precursor, em que pesem o uso da linguagem nas práticas sociais e a prevalência dos gêneros do discurso na organização/apresentação da linguagem.

É preciso observar, por conseguinte, que o aparato investigativo desenvolvido por Mikhail Bakhtin e seu Círculo (2006, 2011, 2016) é o fio condutor deste estudo, uma vez que subsidia os fundamentos teórico-metodológicos dos documentos norteadores brasileiros. Nessa abordagem, a linguagem é fruto não só da materialidade de seus signos, mas também dos valores sócio-históricos e ideológicos que lhe são constitutivos. Compreendendo o signo linguístico como a materialização do ideológico que reflete e refrata a realidade, a produção da linguagem se faz por signos que são, de modo planejado ou não, selecionados por falantes histórica, social e culturalmente situados (Bakhtin/Volóchinov, 2006). A produção da linguagem, interpretada sob essa perspectiva, deixa de ser apenas linguística, para tornar-se discursiva.

Nesse enquadramento, ao constituir sua abordagem teórica por meio da perspectiva de língua como fenômeno produzido na interação verbal, os russos organizam o estudo da língua em sua integridade concreta e viva, só possível por meio do discurso. Nesse sentido, na obra *Estética da criação verbal* (2011), Bakhtin sustenta que a palavra/discurso é difundida por meio dos gêneros do discurso, no querer-dizer, na intenção discursiva do indivíduo, que é aquilo que deve ser dito, tendo-se em consideração interlocutores e contextos de circulação próprios:

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado (Bakhtin, 2011, p. 301, grifo do autor).

Diante disso, fica patente que a materialização dos gêneros sofre a coerção das variáveis que constituem o fenômeno enunciativo. Ou seja, de acordo com Bakhtin (2011), os gêneros nascem de certas formas de interlocução – geradas nas diferentes práticas sociais –, as quais acabam por determinar os três elementos que os constituem: a forma composicional, o estilo e o tema.

O emprego da língua efetua-se na forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes deste ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo de comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso* (Bakhtin, 2011, p. 261-262, grifo do autor).

Aqui cabe pormenorizar o que estabelece o autor russo sobre as três dimensões essenciais e indissociáveis: os temas podem ser definidos como o conteúdo ideologicamente conformado, que se tornam comunicáveis através do gênero; a forma de composição fica destacada nos elementos das estruturas comunicativas/linguísticas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero; já as marcas de estilo se mostram nas configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor e da forma de composição do gênero. Todas essas três dimensões dos gêneros discursivos são determinadas pelos parâmetros do contexto da fala/escrita ou da situação de produção dos enunciados, em que pese a apreciação valorativa do locutor a respeito do(s) tema(s) e dos interlocutores do seu discurso.

Por outro lado, e não menos importante, tomar os gêneros como objeto de ensino e aprendizagem implica considerar tanto o contexto em que foram produzidos e em que circulam quanto os três elementos composicionais discriminados pelo autor russo. Isso faz com que, no trabalho com os gêneros na escola, seja imprescindível conduzir o fazer pedagógico não só para o que existe no texto, mas também para o que está fora dele, para a situação de interlocução, que é parte constitutiva dos sentidos do texto. Além disso, o trabalho com os gêneros na escola contribui para uma postura mais reflexiva em relação à língua e ao seu uso, pois, ao analisar as formas composicionais e os estilos constituintes dos gêneros, os alunos acabam refletindo sobre a

adequação dos elementos da língua à situação de produção e enunciação que determinou a utilização ou o surgimento do gênero analisado.

Quando se fala em tomar os gêneros e não meramente textos ou os tipos de texto como objeto de ensino, fala-se de constituir um sujeito capaz de atividades de linguagem, as quais envolvem tanto capacidades linguísticas, quanto discursivas, relacionadas à apreciação da situação comunicativa. A propósito, tais capacidades, sob pena de não possibilitarem a inserção dos sujeitos em todas as instâncias comunicativas, precisam propiciar a participação em práticas sociais mediadas pela escrita e outras semioses. Tal conjuntura pode ser enquadrada nos letramentos ou multiletramentos (ou, ainda, (multi)letramentos, numa acepção coerente com as demandas sociais, cada vez mais híbridas no que tange ao uso das linguagens), conforme se pode conferir na seção seguinte.

2.1 Os (multi)letramentos em Língua Portuguesa

O letramento em LP pode ser definido como o processo de inserção e participação das pessoas na cultura escrita. Tal processo tem início na infância, a partir da convivência com as diferentes manifestações da escrita na sociedade, sejam rótulos ou embalagens, e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de artigos científicos e de obras literárias, por exemplo. Nessa perspectiva, as práticas letradas se configuram como o domínio, manifestado em processos de compreensão e produção, por parte do falante ou escriba, dos gêneros em geral, formais e públicos, que envolvem a modalidade escrita da linguagem.

De acordo com Kleiman (2007), o letramento configura-se como uma concepção social de escrita. A autora discorda da concepção arraigada de que a leitura e a escrita configuram um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas “progressivamente” até se chegar a uma suposta competência ideal, de um “usuário proficiente de língua escrita”. Para ela, e seus estudos do letramento, a leitura e a escrita são “práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem” (Kleiman, 2007, p. 4). Desse modo, as práticas sociais – e, portanto, os letramentos – não ocorrem na sociedade de maneira desorganizada, mas em esferas de atividade, particularizadas por regras próprias. Tais campos disponibilizam certas estruturas linguísticas que possibilitam as diferentes maneiras de se comunicar (falar e escrever): os gêneros discursivos.

Em síntese, no que condiz ao letramento, o desenvolvimento linguístico – na escola ou fora dela – pode ser definido como um processo de apropriação das experiências de linguagem acumuladas pela sociedade no curso de sua história. Ou seja, essa apropriação é um processo de aprendizagem que conduz à interiorização de uma prática social. Daí decorre a grande contribuição das práticas ancoradas nos pressupostos enunciativo-discursivos no ensino de LP: como um

processo de continuidade da apropriação de práticas sociais em circulação em espaços públicos e formais, práticas estas, que circulam na forma de textos orais, escritos e multissemióticos. Assim, parte-se para a explanação de outro conceito relevante, os multiletramentos.

Quanto aos multiletramentos, a escolha do termo é motivada, de acordo com Cope e Kalantzis (2000), pela multiplicidade de canais de comunicação e a grande diversidade cultural e linguística. Segundo os autores, o termo envolve modos de representação que variam de acordo com a cultura e o contexto, sendo mais amplos que apenas a língua falada ou escrita. Segundo eles, os novos meios de comunicação estão remodelando os usos da linguagem, o que implica na apreciação de múltiplas semioses para a construção de sentidos. Com efeito, novos elementos de composição e novas formas de organizar e expor o texto surgem, o que acaba por ampliar o conceito de escrita e de texto. Assim, o texto impresso tem agregado outros recursos, como o som, a imagem, as cores. Não obstante, as mídias digitais e seus apps de produção de conteúdo possibilitam a criação de textos multissemióticos, ou seja, polivalentes de elementos (língua escrita, movimento, música etc.).

Nessa perspectiva, Rojo e Moura (2012) apontam para a necessidade de uma pedagogia dos multiletramentos, proposta, segundo eles, pela primeira vez, em 1996, por um grupo de pesquisadores dos letramentos (entre eles Bill Cope e Mary Kalantzis, já referenciados neste trabalho), o Grupo de Nova Londres, reunidos em Nova Londres, Connecticut (EUA). Essa pedagogia deve(ria) incluir “os novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea, em grande parte – mas não somente – devido às novas TICS”², além “de levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas já presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizada pela intolerância na convivência com a diversidade cultural” (Rojo; Moura, 2012, p. 12).

De fato, vislumbra-se, neste movimento, um tripé, que alicerça os multiletramentos, amparado na multiplicidade semiótica, esta advinda, principalmente, da expansão dos gêneros multimodais, alavancada pela ascensão das tecnologias digitais (a segunda égide da teoria), e da multiculturalidade, por sua vez, sempre presente na escola, mas nem sempre tomada como relevante na elaboração dos currículos.

Neste novo enfoque, a observância da multiplicidade de culturas presentes nas escolas pode contribuir sobremaneira no desenvolvimento de competências e habilidades languageiras: para além do atendimento ou da busca do ideal ou do erudito, no trabalho com gêneros canônicos, o agenciamento dos diversos saberes das massas possibilita a valorização dos conhecimentos linguístico-discursivos já sedimentados pelos alunos, em uma prática pedagógica com a língua que pode ser definida como “situada”. Assim, a partir da realidade do aluno(ado), seja ela a manifestação da cultura local, como a gauchesca, com seus gêneros textuais característicos, seja a contribuição

²TICS: é abreviação para o termo Tecnologias da Informação e Comunicação.

das práticas com a linguagem dos *influencers*, que tanto atraem os jovens, é possível direcionar a prática pedagógica do componente LP no sentido de casar, hibridizar e (por que, não?) brincar com essas linguagens.

Desse modo, a diversidade de gêneros do discurso, imbuídos de seus aspectos sócio-históricos, podem e devem ser contemplados no ensino de LP, uma vez que os gêneros se constituem por meio da linguagem concreta e viva, o que permite ao aluno refletir sobre seu funcionamento e compreender as relações de sentido estabelecidas através da linguagem em uso. Por esse prisma, o trabalho com os gêneros discursivos possibilita uma mudança de paradigma no ensino da língua com vistas a superar o ensino da gramática normativa e da metalinguagem em prol de um ensino com base no texto: é a partir dele que o sistema da língua deve ser estudado para que possa ser compreendido em funcionamento e não simplesmente como um sistema abstrato de regras.

2.2 Os gêneros como objetos de ensino e aprendizagem

No intuito de enquadrar toda discussão conduzida até aqui, o conceito de gêneros do discurso prevê que a análise dos fenômenos linguísticos deve partir dos usos concretos decorrentes das variadas formas de interação humana, nas quais tomam parte sujeitos históricos atuando nas diversificadas situações sociodiscursivas. Dessa relação, em que pesam, também, as intenções comunicativas dos falantes (escreventes, pintores, designers etc.), emergem os “[...] tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 262). Nessa perspectiva, para entender a língua(gem) em uso, é necessário compreender a dupla orientação da realidade. Medviédev (2016) reitera essa ideia presente em todos os trabalhos do Círculo: a análise de qualquer materialidade discursiva precisa considerar tantos elementos externos, ou as circunstâncias sociodiscursivas (aspectos temporais, espaciais e ideológicos), quanto os elementos internos, relacionados à forma (língua, traços, cores), englobando como se organizam os modos de dizer concernentes a cada prática de interação.

Tal discussão, transposta para o ensino, a partir de Marcuschi (2008), impõe os seguintes questionamentos: quando se ensina língua por uma perspectiva de gêneros, o que se ensina? Quando os documentos norteadores orientam o trabalho com a língua tendo os objetos do conhecimento e os objetivos sempre atrelados ao seu pertencimento a determinado gênero, o que isso quer dizer?

Para começar, a noção basilar que a perspectiva de gêneros do Círculo traz é a abordagem de língua como discurso, ou seja, como diálogo, conversa infinita entre pessoas ao longo da história da humanidade, seja por meio da forma oral, seja por meio de textos escritos. Desse modo, conclui-se que a língua não é objeto que se possa enquadrar num projeto de ensino. Ela é muito mais: é o fundamento da vida em sociedade; a língua como discurso acontece por meio dos gêneros de

discurso usados nas situações de comunicação, as quais, por sua vez, determinam os gêneros a serem usados. Logo, os gêneros de discurso existem porque existe língua. Desse modo, não é preciso ensiná-los para que eles existam.

Embasados nessa premissa, os documentos norteadores, que pautam suas orientações didáticas na teoria dos gêneros do discurso, apontam o texto como unidade nuclear do ensino, perpassando o estudo das materialidades discursivas em seus aspectos sócio-históricos e ideológicos, considerando também as condições de produção e as situações de comunicação dos discursos. Tal orientação está prescrita no objetivo da educação em língua, o qual, numa paráfrase, pode ser resumido como: potencializar ao máximo as habilidades de uso da linguagem em interações sociais significativas, as quais se consubstanciam por meio de gêneros discursivos que são ou não recorrentes e cuja diversificação é consequência da ampliação das interações sociais.

Desse modo, sob a perspectiva dos gêneros, mostra-se significativa a busca de uma ação escolar comprometida com a forma com que os seres humanos usam a linguagem em suas práticas interacionais cotidianas, isto é, com a aprendizagem significativa, no intento de conferir ao processo pedagógico um viés menos artificial. Tal encaminhamento, que passa ao largo das práticas de uso de texto como pretexto para estudos gramaticais ou das listas programáticas de gêneros, favorece a aprendizagem significativa também porque incorpora a forma como as diferentes culturas usam a língua escrita, sob a perspectiva dos multiletramentos, numa busca pela hibridização dos letramentos de diferentes culturas. Nessa ancoragem, um letramento não suplanta o outro, embora, segundo Marcuschi (2008), caiba à escola a primazia de ensinar os gêneros menos usuais, numa acepção que encontra eco na BNCC (Brasil, 2018), quando afirma a necessidade de aumentar o repertório letrado, cultural e erudito dos estudantes.

Didaticamente, é preciso considerar que os gêneros do discurso têm uma dupla inserção nas propostas curriculares, principalmente na BNCC. Por um lado, como um dos elementos que contextualiza e materializa as práticas/eixos do componente de LP, colocam-se como critérios organizadores do trabalho com todas as práticas. Tal orientação se estabelece a partir do vínculo dos gêneros do discurso com as esferas de atividade humana, num enquadramento que acentua a perspectiva enunciativo-discursiva das abordagens dos documentos: os textos aparecem sempre relacionados aos seus contextos de produção. Dominar os gêneros, neste enfoque, significa ampliar as possibilidades de participação nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, a produção e escuta de textos – daí a diversidade dos textos, inscritos nas esferas de comunicação, ser um dos eixos organizadores do próprio currículo.

Por outro lado, os gêneros se colocam como um dos objetos de ensino-aprendizagem, no que tange à prática da análise linguística. Aspectos relevantes, como a sua forma composicional, seu estilo, seu contexto geral de produção devem ser conteúdos de trabalho e devem pautar a construção de habilidades no processo de análise linguística. Nesse sentido, Mendonça (2006, p. 208) afirma que o objetivo central da análise linguística (AL) é [...] “refletir sobre elementos e

fenômenos linguísticos e sobre estratégias discursivas, com o foco nos usos da linguagem”. Nessa abordagem, a análise linguística, como também a semiótica³, se define como a avaliação consciente da materialidade dos textos em seus aspectos estruturais, os quais, por sua vez, sofrem a coerção do contexto enunciativo. Por conseguinte, cumpre destacar a importância da integração da AL às outras práticas de ensino e aprendizagem da língua – leitura e produção oral e escrita, como descrição dos fenômenos linguísticos/semióticos com os quais os alunos tenham operado.

Assim, quando se encerram a pesquisa documental, como também a teórica, parte-se para a análise do estudo de caso para averiguar como se dá a implementação das propostas que orientam e normatizam o ensino de LP nos anos finais do EF.

3. O ESTUDO REALIZADO

O estudo de caso foi realizado com duas professoras de LP de 9º ano de uma cidade do interior do RS, uma da rede pública estadual e outra da rede municipal, ambas licenciadas em Letras e com mais de 10 anos de experiência no ensino de LP, doravante denominadas Pesquisada 1 e Pesquisada 2. Nesse sentido, após submeter o estudo em questão ao Comitê de Ética da instituição privada do norte do RS⁴ - identificado sob o n. 53657621.2.0000.5342 e autorizado pelo parecer de aprovação n. 5.170.987 -, foram aplicados três instrumentos para a coleta dos dados, a saber: (i) questionário, enviado por e-mail, composto por 10 questões, que abarcam os pressupostos especificados na pesquisa bibliográfica; (ii) entrevista narrativa, pelo aplicativo Meet, com 4 questões, relativas ao trabalho pedagógico com as 4 práticas de linguagem; e, (iii) análise de relatórios de registros de aula do período de 24 de março a 30 de maio de 2022, lançados em aplicativo ou em caderneta, para verificar se e como a(s) concepção(ões) enunciativo-discursiva(s) estabelecida(s) nos referenciais teórico-metodológicos dos documentos norteadores e normativos são implementadas no trabalho de ensino da língua materna operado pelos docentes.

Desse modo, a análise e interpretação dos dados foram realizadas através da triangulação dos resultados dos instrumentos, atravessados pelas categorias de análise de conteúdo, quais sejam conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação dos pressupostos enunciativo-discursivos destacados dos documentos norteadores, bem como da interpretação das pesquisadoras, para assim aferir, sintetizar e obter a resposta à pergunta proposta inicialmente, indicando como e se a prática docente de LP incorpora os pressupostos preconizados pelos documentos que lhes servem de norte.

Consubstancia-se, assim, o cerne desta pesquisa - as categorias de análise e os pressupostos teórico-metodológicos-, que ficam especificados no Quadro 1:

³ Análise semiótica: segundo a BNCC, levará em conta os procedimentos e estratégias de análise consciente de todas as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que conformam os textos.

⁴ Optou-se por não trazer o nome da instituição de ensino.

Quadro 1 - Categorias de análise e pressupostos teórico-metodológicos

Categorias de análise de conteúdo	Pressupostos teórico-metodológicos enunciativo-discursivos
Conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação	1) Os(multi)letramentos em LP, configurados na ampliação do repertório discursivo com vistas a interagir nos diversos contextos sociais – trabalho com os gêneros discursivos e seus campos de atuação.
Conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação	2) A organização curricular em eixos de estudo – oralidade, leitura, produção textual e análise linguística, com ênfase na integração entre os eixos.
Conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação	3) A leitura – para além da decodificação, o ato de prever, verificar e construir uma interpretação do texto.
Conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação	4) Produção textual, oral e escrita – interlocução efetiva.
Conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação	5) A ocorrência da análise linguística e semiótica: tendo a gramática como um dos pontos trabalhados, pensar sobre a linguagem a serviço de compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos – nos gêneros do discurso.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2022

Em princípio, convém salientar que a apuração do(s) resultado(s) da análise do corpus levantado pelos instrumentos está orientada para mapear se a implementação dos pressupostos enunciativo-discursivos dimensiona um processo de ensino e aprendizagem da língua com vistas à (efetiva) participação social, sob a tutela dos (multi)letramentos em LP, chancelados por Rojo e Moura (2015) e Kleiman (2007). Destaque deve ser dado, porém, à ancoragem bakhtiniana que subjaz esta pesquisa, a qual sujeita, no decorrer desta análise, os gêneros discursivos ao seu proficiente enquadramento nos vários campos de atuação da linguagem. Por outro lado, sem prejuízo desta perspectiva didática em que os gêneros ditam um panorama para o ensino, eles, os gêneros, se colocam como um dos objetos de ensino-aprendizagem, no que tange à prática da análise de seus aspectos mais relevantes - forma composicional, estilo, contexto geral de produção. Assim, “os tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 262) impõem-se como conteúdos de trabalho e devem pautar a construção de habilidades em LP.

Dessa maneira, na prática, a triangulação dos dados do questionário, da entrevista dos registros de aula foi guiada pela listagem de conceitos preceituados pelos documentos norteadores, de modo que cada pressuposto será o fio condutor das discussões e conclusões sobre as questões levantadas pelos instrumentos. Antes do início deste exame, porém, cabe o esclarecimento, depreendido da análise de todos os instrumentos, de que as pesquisadas conhecem, usam e avaliam como pertinentes para suas práticas de ensino as teorias e metodologias preconizadas pelos referenciais almejados nesta pesquisa. Da mesma forma, ambas as professoras pautam suas estratégias de trabalho pedagógico no desenvolvimento de competências e habilidades tanto

enunciativas quanto discursivas, na medida do que irá ser posto em apuração nos parágrafos que seguem.

Em relação ao pressuposto 1, que descreve os (multi)letramentos em LP através da ampliação do repertório linguístico-discursivo com vistas a interagir nos diversos contextos sociais, foi inspecionado, as pesquisadas demonstraram ciência e anuência em relação ao fenômeno. Nesse sentido, da análise do trabalho com os eixos desvelados através da entrevista, que, por sua vez, ecoa, em grande medida, nos registros de aula, obteve-se que o trabalho com os gêneros discursivos e(m) seus campos de atuação encontra espaço no trabalho pedagógico das pesquisadas. No entanto, urge apontar um senão: os campos de atuação, que deveriam amoldar o trabalho com os gêneros na perspectiva do letramento tiveram sua relevância demarcada no questionário, mas não foram citados nas respostas da entrevista ou nos registros de aula ambientando o trabalho com as práticas de linguagem.

No que tange ao pressuposto 2, a organização curricular em eixos de estudo, a descrição do trabalho com a leitura, a produção oral e escrita, bem como com a análise linguística em todos os instrumentos demonstram a sinergia das pesquisadas com o que prescrevem os documentos norteadores. Quando o assunto é a integração entre os eixos, porém, a análise linguística/semiótica foi o único eixo que não foi descrito na exemplificação de práticas de linguagem integradas requerida no questionário. Nos registros de aula a análise linguística/semiótica insurge-se, na maioria das vezes, de forma posterior ao trabalho com os outros eixos, não concomitante. Destaque-se, entretanto, que a inserção desse trabalho de reflexão durante as atividades de leitura e produção oral e escrita é um fator decisivo na conformação da proficiência enunciativo-discursiva em LP.

O pressuposto 3, que indexa a leitura, o qual teve a exclusividade de uma questão da entrevista, assim como os outros eixos, repercute na prática das pesquisadas como um trabalho “para além da decodificação”. Se em nenhum dos instrumentos as professoras deixaram claro o uso de estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, ambas deixaram patente, também nos registros de aula, a preocupação e o planejamento com vistas à formação de leitores que, além de compreenderem o que leem, “saibam ler nas entrelinhas”.

Para se falar do pressuposto 4, que cataloga a produção oral e escrita enquanto interlocução efetiva, reverbera de forma consistente nos três instrumentos, especialmente no que tange à oralidade (materializados em debates em classe sobre assuntos de relevância social). Quanto à produção escrita, embora citada e registrada nos instrumentos, tem menos espaço na rotina de aula das pesquisadas, mas tem garantido seu caráter interlocutório nas vezes em que é referida (há indicação de trabalho de produção de cartazes para a campanha de conscientização, em registro de aula da Pesquisada 2).

Por fim, o pressuposto 5, que liga a análise linguística/semiótica com o pensar sobre a linguagem a serviço de compreendê-la, manifesta-se na fala (respostas ao questionário e à

entrevista) e registros de aula das pesquisadas, tendo a gramática como um dos pontos trabalhados, se não de maneira concomitante, pelos menos de forma transversal aos trabalhos com os textos, a serviço de contextualizá-los e compreendê-los, especialmente em relação à leitura e a à oralidade.

Ante o exposto, conclui-se que os pressupostos teórico-metodológicos enunciativo-discursivos retirados dos documentos norteadores postos em escrutínio a partir do estudo de caso são implementados pelas pesquisadas em grande medida, no que tange ao enquadramento dos quatro eixos de ensino de LP - leitura, produção oral e escrita e análise linguística – como instâncias para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e enunciativas, as quais são imprescindíveis à participação em interações sociais pela linguagem. Tais conclusões são explicitadas a seguir.

Da análise e triangulação dos dados, em particular, há que se destacar as conclusões principais, fruto da triangulação dos instrumentos, escrutinados, antes disso, à luz das categorias de análise conhecimento, percepção, uso/aplicação e avaliação que as pesquisadas têm dos pressupostos arrolados de antemão. Partindo do fato de que as pesquisadas conhecem os documentos norteadores em seu teor, com destaque para suas orientações metodológicas, cumpre salientar que as professoras baseiam seu arcabouço didático no desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas, a par do que apregoa a BNCC. No entanto, o aperfeiçoamento de tais aptidões junto ao alunado tem gradações enunciativo-discursivas diferentes em cada prática de linguagem. Assim, leitura, produção oral e escrita e análise linguística/semiótica transparecem estar imbuídas da perspectiva preconizada pelos documentos norteadores sempre que têm o(s) texto(s) relacionados aos seus contextos de produção como centro de trabalho. Ou seja, em cumprimento ao objetivo geral desta pesquisa, é preciso determinar se o objetivo (bem como a prática em sala de aula) das pesquisadas é de desenvolver habilidades necessárias à participação em práticas de linguagem – leitura, fala e escrita -, com preferência e incidência da metodologia de aprendizagem ditada pelo uso da linguagem, em que a reflexão se segue ao uso e serve para incrementá-lo.

Quanto à leitura, o eixo mais citado nos registros de aula, é aplicada pelas pesquisadas a partir de uma variada gama de gêneros discursivos, inclusive multissemióticos. Apesar de as docentes não deixarem claro se usam as estratégias de antecipação, inferência e verificação, ambas norteiam sua prática pelo objetivo de formar leitores críticos, na medida em que valorizam a leitura inferencial e destacam a imprescindibilidade de operar com temas relevantes para “a sociedade atual”. Nesse sentido, reveste-se de importância, segundo elas, o fato de o aluno “saber se posicionar” sobre o(s) tema(s) em questão, o que se desvela em um trabalho que perpassa a interpretação e a produção de sentidos para atingir a criticidade em leitura.

As práticas de produção oral e escrita manifestam-se com teores enunciativo-discursivos díspares no que tange à inclusão de cada uma delas aos seus contextos de produção. Em relação à oralidade, apresenta-se como um trabalho consolidado, cujo objetivo, se não é de inserir os alunos em práticas orais genuínas, é, pelo menos, dotá-los de estratégias para organizar e realizar

apresentações orais. As manifestações mais citadas do eixo são os debates, gênero que ilustra de forma conveniente as concepções teórico-metodológicas dos referenciais curriculares, por seu imanente caráter dialógico, em que os oradores estão inseridos na ação linguística e precisam aperfeiçoar seus meios de interação.

A prática de produção escrita, por sua vez, tem menor inserção na amostragem relatada, além de transparecer, em certa medida, estar assentada em estratégias de conformação estrutural em detrimento dos aspectos enunciativo-discursivos. Explica-se: em seus exemplos, ambas as pesquisadas detalham como trabalham a estrutura do texto (dissertativo-argumentativo?), amoldando procedimentos para que os alunos possam introduzir, desenvolver e concluir suas produções, sem, no entanto, explicitar o gênero em pauta. De uma tal proposta, infere-se que o mote de algumas aulas de produção textual escrita é a instrumentalização dos alunos para a escrita, sem o devido destaque à importância de estar esse aperfeiçoamento atrelado ao trabalho com um gênero do discurso, que é de onde decorrem as propriedades com as quais os alunos devem ser levados a operar. Não obstante, não deixa de ser relatado um trabalho com produção escrita com inerência aos aspectos contextuais e/ou discursivos.

Por fim, no que tange à análise linguística/semiótica, está descrita na fala das pesquisadas como o assentamento de estratégias para alcançar a coesão e a coerência dos textos. Do acareamento com os registros de aula, depreende-se que o eixo é posto em ação após a leitura/interpretação dos textos (que, se são produções dos alunos, isso não é citado). Assim, a despeito de não ser desenvolvida de forma transversal em relação a todos os eixos, a conformação da prática prospectada dos dados a qualifica como contextualizada: desvela-se um trabalho em que a gramática não é um conteúdo em si, mas que deve ser compreendida em seu funcionamento (nos textos). Não menos importante é a inclusão – nas falas e nos registros de aula - de experiências de linguagem que envolvem a variação linguística, o que vem reforçar a tese de que as pesquisadas pautam seu fazer pedagógico em análise linguística/semiótica pela compreensão das formas de uso da língua, de acordo com a situação, a despeito da memorização de regras gramaticais.

Isto posto, em resposta à pergunta estabelecida a partir do objetivo geral da pesquisa, que demandava a maneira como são implementadas as concepções teórico-metodológicas enunciativo-discursivas do ensino de LP, presentes nos documentos norteadores, quais sejam, PCNs, Referencias Curriculares Lições do Rio Grande, BNCC, RCG e CRTM, por dois professores de LP do 9º ano do EF, afirma-se que a prática pedagógica analisada atende em grande medida ao que prescrevem os referenciais. Algo que pode ser assim resumido: a leitura, para além da decodificação, apresenta-se como compreensão ativa e crítica; b) a fala e a escrita, se não como interlocução efetiva, instauradas em um processo de desenvolvimento de competências e habilidades utilizáveis em variadas interações pela linguagem; c) o pensar sobre a linguagem a serviço de compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações aos propósitos definidos.

Como resultado, se o foco das pesquisadas é formar para os diversos usos da linguagem e, conseqüentemente, para a participação na sociedade de forma crítica e criativa, é possível inscrever tais práticas nos (multi)letramentos em LP, definido, conforme os PCNs, como um produto da participação em práticas sociais que usam a escrita e a tecnologia como sistema simbólico (Brasil, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final de um trabalho como este, a despeito de seu pretensioso objetivo de investigar se e como se processa a implementação de conceitos teóricos e metodológicos estabelecidos pelos documentos que norteiam o ensino de LP, mais do que reconhecer a limitação imposta pela insuficiência de dados amealhados no estudo de caso, é imperioso reconhecer que foram subvertidas algumas das hipóteses conjecturadas no início desta investigação, as quais, alicerçadas em lugares-comuns e observações generalizantes, anteviam um descompasso (maior) entre teoria e prática, ou melhor, entre o preconizado pelos documentos norteadores e o que é implementado pelas professoras.

Desse modo, de todas as contribuições que a esta investigação coube arrecadar, cumpre destacar a importância da Formação Continuada do professor. Somente a formação no exercício da função do Magistério garante o acesso às inovações teóricas e metodológicas dispostas em documentos norteadores. Ao professor precisa ser priorizado o desenvolvimento de competências e habilidades pedagógicas, teórico-metodológicas, para ensinar o aluno a ser proficiente nas práticas de ouvir, falar, ler e escrever na sua própria língua, partir dessa perspectiva para ampliar o conhecimento de outras normas, inclusive as mais monitoradas.

REFERÊNCIAS

ALPESTRE. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. **Currículo de Referência do Território Municipal**. Alpestre, RS: SMECDT, 2019.

AZEVEDO, T. M.; ROWELL, V. M. **Competências e habilidades no processo de aprendizagem**. Caxias do Sul, 2009. 67 slides, color., 25,4 cm x 19,05 cm.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. (VOLÓCHINOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

COPE, B.; KALANTZIS, M. (ed.). **Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures**. London: Routledge, 2000.

KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez. 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/viewFile/242/196>. Acesso em: 9 maio 2022.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução a uma poética sociológica**. São Paulo: Contexto, 2016.

MENDONÇA, M. Análise Linguística no Ensino Médio: um novo olhar, um outro objeto. *In*: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. (org.). **Português no Ensino Médio e Formação do Professor**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 199-226.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. **Referencial Curricular Gaúcho: linguagens**. Porto Alegre: Seduc, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Lições do Rio Grande: linguagens, códigos e suas tecnologias; língua portuguesa e literatura; língua estrangeira moderna**. Porto Alegre: Seduc, 2009. v. 1.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Juliana Maria Piotrowski

Professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Letras/Português pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Inglês, como segunda licenciatura, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo e doutoranda em Letras pela mesma universidade. E-mail: julianapiotrowski@yahoo.com.br

Gisele Benck de Moraes

Doutora em Linguística Aplicada pela Unisinos (2014). Professora Titular III da Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Curso de Letras da UPF. Desenvolve pesquisas nas áreas de ensino e aprendizagem de línguas e formação de professores, nas linhas Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso e Leitura e Formação do Leitor. Email: gbenck@upf.br

Do título ao discurso: uma análise introdutória à obra *Essa Gente*, de Chico Buarque

From title to discourse: an introductory analysis of the book 'Essa Gente' by Chico Buarque

Del título al discurso: un análisis introductorio del libro 'Essa Gente' de Chico Buarque

RESUMO

Este artigo busca compreender o título “Essa gente” da obra de Chico Buarque como uma forma de acesso à discursividade da narrativa. Objetiva-se empreender uma análise do uso do demonstrativo anafórico *essa* (Cunha; Lindley, 2017), bem como o substantivo *gente* antes mesmo de podermos entender quem seria a *gente* mencionada. Apostamos na percepção de que tal combinação lexical indica o grupo social sobre o qual a narrativa versa, engendrando uma chave de entrada ao discurso por ela performado. Soa crível supor que o título alude à *gente* em oposição à posição político-ideológica de Chico e, por consequência, de sua produção artístico-literária. Metodologicamente, a pesquisa utiliza como dispositivo teórico a análise materialista do discurso, especificamente as postulações de Michel Pêcheux (1990; 2014). Mobilizamos os conceitos de formação discursiva (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), formação ideológica, pré-construído, efeito de evidência (Pêcheux, 2014) e conotação autonímica (Authier-Revuz, 2013). Como resultado, entendemos que o título materializa uma referência discursiva ao sujeito já-ali que é interpelado por uma formação ideológica categorizada como reacionária.

Palavras-chave: *Essa gente*; análise discursiva; formação discursiva; formação ideológica; reacionarismo; Chico Buarque.



Recebido em: 13 de novembro de 2023
Aceito em: 3 de junho de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i1.51560

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Luís Fernando Bulhões Figueira

luisfernandobf@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-8730-9264>

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes),
Vitória, ES, Brasil

Vitor Siqueira Macieira

vitorsmacieira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0748-4987>

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes),
Vitória, ES, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article seeks to understand the title "Essa gente" from Chico Buarque's work as a form of access to the discursiveness of the narrative. The objective is to undertake an analysis of the use of the anaphoric demonstrative "essa" (Cunha; Lindley, 2017), as well as the noun "gente" even before we can understand who the mentioned "gente" would be. We rely on the perception that such lexical combination indicates the social group about which the narrative revolves, generating a key to the discourse performed by it. It seems plausible to assume that the title alludes to "gente" in opposition to Chico's political-ideological position and, consequently, to his artistic-literary production. Methodologically, the research uses as a theoretical device the materialist analysis of discourse, specifically the postulations of Michel Pêcheux (1990; 2014). We mobilize the concepts of discursive formation (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), ideological formation, pre-constructed, effect of evidence (Pêcheux, 2014), and autonymic connotation (Authier-Revuz, 2013). As a result, we understand that the title materializes a discursive reference to the subject already there, who is addressed by an ideological formation categorized as reactionary.

Keywords: Essa gente; discursive analysis; discursive formation; ideological formation; reactionarism; Chico Buarque.

RESUMEN

Este artículo busca comprender el título "Essa gente" de la obra de Chico Buarque como una forma de acceso a la discursividad de la narrativa. El objetivo es emprender un análisis del uso del demostrativo anafórico "essa" (Cunha; Lindley, 2017), así como del sustantivo "gente", incluso antes de que podamos entender quién sería la mencionada "gente". Nos basamos en la percepción de que dicha combinación léxica indica el grupo social sobre el cual gira la narrativa, generando una clave del discurso realizado por éste. Parece plausible suponer que el título alude a "gente" en oposición a la posición político-ideológica de Chico y, en consecuencia, a su producción artístico-literaria. Metodológicamente, la investigación utiliza como dispositivo teórico el análisis materialista del discurso, específicamente los postulados de Michel Pêcheux (1990; 2014). Movilizamos los conceptos de formación discursiva (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007), formación ideológica, preconstruida, efecto de evidencia (Pêcheux, 2014) y connotación autonímica (Authier-Revuz, 2013). Como resultado, entendemos que el título materializa una referencia discursiva al sujeto ya presente, a quien aborda una formación ideológica catalogada como reaccionaria.

Palabras clave: Esa gente; análisis discursivo; formación discursiva; formación ideológica; reaccionarismo; Chico Buarque.

Como citar:

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões; MACIEIRA, Vitor Siqueira. Do título ao discurso: uma análise introdutória à obra "Essa Gente", de Chico Buarque. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 64-82, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



1. À GUISA DE COMEÇAR

Nesses últimos anos, foi possível acompanhar o crescimento contínuo e sistemático de medidas de repressão ao pensamento progressista – a exemplo do aparecimento de projetos políticos interessados no suposto combate à ideologia em sala de aula, tal como alardeado pelo conhecido escola sem partido (Chagas; Souza, 2018) –, de desmonte da presença pública em prol de um discurso liberal a serviço dos interesses dominantes e de apoio ao extremismo, especialmente aquele associado ao combate aos direitos das minorias sociais. Não à toa, a arte foi alvo de críticas quanto ao seu papel por vezes libertador e instigante do pensamento engajado.

A literatura tal qual demais formas de manifestações culturais, passa a ser entendida, conforme Antonio Candido (2011), como uma ferramenta de análise da sociedade em que se manifesta, revelando seus processos sociopolíticos e, com eles, as marcas do contexto no texto, do dizer no dito.

Distintas materializações artísticas surgiram na expectativa de dizer tal desconforto, evidenciando – seja por meio de narrativas, seja por meio de versos, performances, canções – a cisão ética do momento histórico vigente, que tem na operação Lava Jato e na prisão política do então ex-presidente Lula os emblemas de uma suposta onda de moralidade que tomou as ruas e o debate público, enquanto promovia, de fato, o desmonte dos serviços públicos liderados por uma política fiscalista neoliberal e, obviamente, pela pauta moralista e de costumes, conforme salienta Bastos (2017).

Num país como o Brasil, cujas marcas de um processo colonizatório e escravocrata edificaram dinâmicas sociais pautadas por desigualdades complexas e históricas (FREYRE, 2001), a normalidade assumida diante da falta de ética vai ao encontro dos anseios de uma parte da classe média e alta beneficiada por esse processo histórico, agora defensora de valores morais retrógrados e imbuídos de preconceito, tal como destaca Possenti (2019, p. 127): “[...] homem é homem, mulher é mulher; bandido é bandido (o bom é o morto); todos têm direito de se defender / de ter uma arma, sem considerar o emaranhado da legislação (que não vale para os simples)”.

A esse respeito, apontamos para a obra *Essa gente* (2019), do escritor carioca Chico Buarque. No que se refere ao livro, o escritor Manuel Duarte, que assume em parte a narração do romance, autor do best-seller “O Eunuco do Paço Real” e protagonista, encontra-se numa crise de produção, às voltas com a penúria financeira e a decadência artística. A cada página, o leitor desbrava os preâmbulos de uma vida tumultuada, ilustrada pela dificuldade de Duarte em dialogar com um filho pré-adolescente e os enlaces afetivos com suas duas ex-mulheres.

1.1 Do que se fala

Neste artigo partimos de um questionamento introdutório à leitura: o uso do pronome demonstrativo *essa* e o substantivo *gente*, que dão nome ao romance.

Antes de prosseguirmos ao detalhamento de tal pergunta, é válido trazermos à baila gramáticos e parte de suas postulações acerca de elementos anafóricos:

Os pronomes demonstrativos situam a pessoa ou a coisa designada relativamente às pessoas gramaticais. Podem situá-la no espaço [...]. A capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada FUNÇÃO DEÍCTICA [...] é a que caracteriza fundamentalmente esta classe de pronomes. Mas os demonstrativos empregam-se também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar [...]. É a sua FUNÇÃO ANAFÓRICA (do grego *anaphorikós* = que faz lembrar, que traz à memória) (CUNHA; LINDLEY, 2017, p. 342, destaques dos autores).

Observemos o modo como Cunha e Cintra especificam o uso do demonstrativo anafórico como aquele “que traz à memória”. Analogamente, Borba e Ignácio (2002), em *Dicionário de usos do português do Brasil*, em relação ao demonstrativo, expõem:

4. refere-se a pessoa ou coisa distante ou desconhecida: *Quem teria sido esse misterioso ‘bispo vermelho’?* (ACM); [...] 8. Usado para chamar a atenção sobre o nome anterior: *Meu pai! Meu pai, esse vivia fechado no meu coração, sozinho* (MMM); 9. (*Deprec*) aponta ou refere-se a pessoa próxima ao falante ou ao ouvinte: - *Eu não meti a espora. Não é, meu bem?/ - Não fala comigo!/ - Mas essa aí tá mais nervosa que fato em dia de faxina./ - Ela tem um problema de carência afetiva* (ANB); [...] 11. aquilo a que o falante se refere: - *Essa é minha amiga, não posso consentir que você liquide com ela!* (Borba; Ignácio, 2002, p. 629 e 630, grifo dos autores).

As quatro acepções aproximam-se da ideia anafórica visto que remetem ao ato de “fazer lembrar”, concordando com as observações dos gramáticos. Ora, se algo vem à memória, nós, analistas do discurso, questionamos: uma vez ali, na lembrança, como a discursividade se associou a esse já-dito mesmo *ainda não dito*? Isto é, sendo *Essa gente* um título à obra *ainda não lida*, como poderia um elemento anafórico ter sido usado para nomeá-la?

Mais do que isso. A junção entre o demonstrativo *essa* e o substantivo *gente* possibilitaria um entendimento generalizado? Dialogamos outra vez mais com Borba e Ignácio, no que se refere ao substantivo *gente*:

1. exemplar da humanidade; ser humano: Este é negócio para gente sensível (ANB); [...] 6. povo; população: São Paulo [...] merecia um suplemento que falasse das suas coisas e da sua gente (VEJ); 7. conjunto de pessoas que têm algo em comum: Mas a surpresa de encontrar gente latina foi uma festa (BH); isso são palavras que gente fina não usa (TRH) (Borba; Ignácio, 2002, p. 711).

As definições vão ao encontro da ideia de que se define um grupo, muito embora não haja a especificação dos integrantes dele. Para nós, a junção entre as duas palavras gera um efeito de familiaridade, como se já soubéssemos a quem se refere o título. O demonstrativo, pelo fato de retomar, e o substantivo em função de encaminhar o entendimento de serem pessoas “comuns” ao estrato no qual estão implicados. Nesse ponto, Chico parece enlaçar, antes de adentrarmos os meandros narrativos, a história a uma gente nacional – indefinida, de primeiro, mas já-ali.

O discurso, portanto, possibilitaria evocar determinados efeitos de sentido, os quais, segundo a nossa aposta, falariam das condições de produção nas quais está inserida a narrativa buarqueana cotidiana.

1.2 Como se fala

Propõe-se a leitura sob a perspectiva da análise francesa do discurso – doravante AD -, a qual se valerá das posições epistemológicas da teoria discursiva de Michel Pêcheux. Partiremos da análise de trechos selecionados do livro, os quais serão lidos à luz de determinadas categorias discursivas, a saber: formação discursiva (FD), formação ideológica (FI), pré-construído, efeito de evidência e efeito de conotação autonímica.

Muito embora tenhamos optado por restringir pontos de estudo, é preciso salientar que não propomos, com isso, decifrar os sentidos como elementos transparentes ao próprio discurso. Pelo contrário, debruçamo-nos sobre o material numa tentativa de identificar o processo de produção dentro de uma determinada condição sócio-histórica, pois

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 2014, p. 160).

Em função do embate de posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico, o *corpus* não será dado como estanque, e sim uma materialidade opaca, revelando-se através dos efeitos gerados e suas filiações a determinadas formações discursivas e ideológicas. Isso se dá pelo recorte epistemológico da AD, fazendo com que, nas palavras de Figueira (2022, p. 91-92), as materialidades discursivas sejam “compreendidas como elementos marcados pela incompletude, pela equivocidade, pela heterogeneidade, em suma, pelo caráter de acontecimento que coloca como pressuposto inalienável a imprevisibilidade dos efeitos de sentido que podem emergir das/nas discursividades”.

Orlandi (2015), sobre a multiplicidade de leitura do *corpus*, aponta para a mesma multiplicidade de dispositivos analíticos capazes de serem contingenciados pelo analista, muito embora o dispositivo teórico seja o mesmo. Ao esmiuçar os efeitos de sentido, cada pesquisador deverá recorrer a distintos métodos, posto que

cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais (Orlandi, 2015, p. 27).

Essa variedade faz com que os recortes apresentados sejam pensados conforme o problema de pesquisa é interposto ao material discursivo. Ainda de acordo com Orlandi (2015, p. 27), “o que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise”. Ou seja, à medida que se coteja o problema com o próprio discurso, interpelam-se os efeitos por ele gerados, apresentando reflexões ora imaginadas ora inesperadas. Espera-se superar uma mera tentativa de decodificação da materialidade discursiva; interessa-nos, portanto e em concordância com Figueira (2022), compreender os processos em que se produzem os efeitos de sentido.

Sobre isso, Figueira (2022, p. 92) salienta: é impossível estabelecer uma espécie de instrução de análise universal “[...] dada a natureza do objeto de estudo”, pois isso nos levaria a “[...] desconsiderar uma série de dimensões que, no entanto, seriam relevantes para cada investigação em particular, com suas próprias hipóteses e questões de pesquisa, também sempre singulares” (p. 92).

Ao estabelecer os fragmentos, é inevitável ao analista materializar a sua inscrição em uma determinada filiação ideológica, pois também somos interpelados por ela. É preciso, conforme orienta Pêcheux retomado por Figueira (2022), por mais parcial que seja a visão de cada pesquisador, reconhecer a possibilidade de deparar-se com resultados para além daqueles pré-determinados pelo posicionamento do analista:

Para tanto, Pêcheux nos lembra do caráter de contradição e de heterogeneidade do discurso, combatendo as falsas noções de identidade (permanente) e de homogeneidade. Assim, o sujeito-analista precisa reconhecer e aceitar que os materiais discursivos com os quais trabalha podem contradizer seus pressupostos ideológicos, indo mesmo de encontro a seus pré-construídos e seu imaginário (Figueira, 2022, p. 94).

Em nossa análise, iremos nos concentrar no *caráter material do discurso*, suas opacidades, sua heterogeneidade e os entremeios caros ao fito investigativo assumido por nós, na posição de analistas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA

Michel Pêcheux (1938-1983) idealizou uma teoria, a qual, de modo distinto daquilo que se conhecia até o final dos anos 1960 em relação à ciência da linguagem, impulsionou uma nova percepção para além do estruturalismo e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky, que ocupavam um lugar de destaque em discussões em relação ao estudo da linguagem. Com sua pesquisa, questionou-se a negação vigente da exterioridade, como se o texto fosse uma entidade hermética. Reconheceu-se, portanto, o lugar do simbólico, dos efeitos de sentido e dos seus valores. O objeto de estudo deixou de ser a frase, trazendo à cena o discurso, haja vista que

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, os alhures, o além e o invisível (Pêcheux, 1990, p. 8).

Para a AD, o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia, o que, nas palavras de Pêcheux, evidenciaria a “eficácia omni-histórica da ideologia”, uma vez que o analista não somente interpreta o dado concreto da linguagem, e sim busca compreender a formação de sentidos construídos no discurso. Não nos interessa simplesmente os produtos linguísticos, e sim o processo de construção do sentido.

Além disso, a teoria discursiva sobre a qual se fala foi embasada nas aproximações teóricas com o conceito de ideologia proposto por Louis Althusser, bem como nas matrizes marxistas do pensamento moderno. Segundo Sampedro (2010), o filósofo francês irá apresentar seu conceito de ideologia, num primeiro momento, de modo epistemológico, nas obras *Por Marx* (2015) e *Lire le Capital* (2014), e, posteriormente, de modo prático, no artigo “Marxismo e humanismo” e no manuscrito *Sur la reproduction* (1995).

No que se refere ao sentido prático, e ainda seguindo a leitura de Sampedro, Althusser define que a ideologia é uma instância, uma região do *todo-complexo-estruturado*, um nível do modo de produção, conjuntamente com o econômico e o jurídico-político. Posteriormente, no artigo “Marxismo e humanismo”, aponta a instância imaginária, revelando como a ideologia é parte de um todo social, logo integrante de seu funcionamento.

As sociedades humanas segregam a ideologia como o elemento e a atmosfera mesma indispensável à sua respiração, à sua vida histórica. Só uma concepção ideológica do mundo pôde imaginar sociedades sem ideologias, e admitir a ideia utópica de um mundo onde a ideologia (e não de uma de suas formas históricas) desapareceria sem deixar rastro, para ser substituída pela ciência (Althusser, 2015, p. 192).

Nem mesmo a ciência – supostamente objetiva - poderia atuar de modo “neutro”, por também funcionar a partir de uma instância ideológica. Esta atua de modo inconsciente. Não se trata de uma materialidade consciente, uma vez que as representações ideológicas são estruturas apresentadas aos sujeitos antes mesmo que haja “tomada de consciência” delas. Isso, nos termos de Althusser, engloba o dito *assujeitamento ideológico*, a *interpelação* do indivíduo em sujeito.

Diante do caráter perene da ideologia, desde antes do nascimento, a interpelação atua, processando o *sempre-já* sujeito, porque é convocado a se identificar enquanto um através das/nas relações sociais inseridas nas condições de produção da enunciação, do discurso, por exemplo: durante uma gestação, o indivíduo é nomeado, sendo-lhe interpeladas, pelo discurso, as expectativas atreladas ao que aquele nome gera de efeito dentro de uma determinada FD e, por conseguinte, FI.

Na esteira desse pensamento, a noção de FD foi desenvolvida por Haroche, Henry e Pêcheux em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de 1971. De acordo com os autores, uma formação ideológica comporta uma ou várias FDs interligadas, “que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 26, grifo dos autores).

Haroche, Henry e Pêcheux (2007) esclarecem: a relação entre o dito e as suas condições de produção não é secundária, pelo contrário. Trata-se para nós, analistas materialistas de discurso, de algo “constitutivo das próprias significações” (p. 26). Posteriormente, em *Semântica e discurso* (2014), os processos discursivos serão postos sob a tutela da reprodução/transformação das relações de produção. O destaque dado à transformação aponta para uma tentativa de afastar interpretações funcionalistas do texto althusseriano a que remonta Pêcheux, no sentido de lançar luz sobre a heterogeneidade dos Aparelhos Ideológicos do Estado, o embate contraditório entre as ideologias, responsável pela não-univocidade das FDs.

Na tese *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, Courtine faz um acréscimo à definição de FD desenvolvida por Pêcheux, relacionando-a a um domínio de saber e a um princípio de aceitabilidade e de exclusão: “O domínio de saber de uma formação discursiva funciona como *um princípio de aceitabilidade discursiva* para um conjunto de formulações (determina ‘o que pode e deve ser dito’), assim como um *princípio de exclusão* (determina ‘o que não pode/não deve ser dito’)” (Courtine, 2009, p. 99, grifo do autor).

Ao considerarmos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, isto é, a não-transparência da linguagem e a impossibilidade de que um sentido literal exista “em si mesmo”, ressaltamos que as mesmas palavras, expressões e proposições valem diferentemente de acordo com a FD em que são (re)produzidas e “‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva a outra*” (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 26, grifo dos autores).

Essa possibilidade de mudança de sentido atrela-se àquilo que chamaremos de FI. Cada sujeito encontra-se vinculado a uma determinada formação social situada em um dado momento sócio-histórico. As representações e as atitudes associadas a cada FI apontam para posições sociais em conflito, tais como: da burguesia e do operário, dos responsáveis e dos filhos, dos professores e dos alunos etc.. Nas palavras dos teóricos:

falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, pp. 33 e 34, grifo dos autores).

Não se trata de dissociar FI de FD. Pelo contrário. Compreende-se que dentro de uma FI seria factível englobar uma ou várias FDs distintas, definindo aquilo que seria viável dizer ou não no processo de construção da significação das palavras (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 34), das formações sintáticas, da ordem enunciativa e demais variantes.

Pêcheux (2014, p. 160), ao discorrer sobre a forma-sujeito, indica: o caráter material do sentido é mascarado por seu efeito de transparência e depende do chamado “o todo complexo das formações ideológicas”; “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’”. Na verdade, como dito anteriormente, os sentidos mudam conforme o posicionamento assumido por cada sujeito.

Esse assujeitamento, num franco diálogo com a filosofia althusseriana, ratifica a interpelação do indivíduo em sujeito por meio das FDs que apontam para as FIs a que se filiam os mesmos sujeitos. Essa *tese 1*, como destaca Pêcheux, endereçaria a *tese 2*, segundo a qual “toda formação discursiva depende do ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (p. 161). O encontro de tais FDs revelaria que “algo fala, sempre, antes, em outro lugar e independentemente” (p. 162).

A ideia de que algo disse antes mesmo da enunciação atrela-se ao conceito de *pré-construído*, correspondente ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica. Uma vez assujeitados pela ideologia, os sujeitos, como um efeito de verdade, entenderam essa enunciação supostamente sob a égide da universalidade, mesmo não o sendo, pois, conforme demonstrado, se trata de uma imposição feita pela FI (Pêcheux, 2014, p. 162).

As supostas universalidades do discurso indicam o que Pêcheux denomina como *efeitos de evidência*, ou seja, a naturalização da ideologia, o completo assujeitamento do sujeito por ela. Estabelece-se uma falsa noção de que “a relação entre linguagem/pensamento/mundo fosse direta. Todavia, ao interpretar o sujeito é afetado pelo inconsciente, isto é, pela relação entre linguagem/ interpretação/ideologia o sujeito tem a ilusão de completude, de transparência de tudo que diz, significa” (Costa, 2009, p. 76).

Orienta Orlandi (1996): “diante de qualquer objeto simbólico ‘x’ somos instados a interpretar o que ‘x’ quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse ‘x’” (p. 30). Debruçaremos-nos sobre esse efeito de evidência do sentido numa tentativa de estabelecer uma reflexão em torno da leitura do título da obra buarqueana e como isso implica em conceber FIs e FDs distintas atuando nesse processo discursivo.

3. ESSA GENTE?

Pensar Chico Buarque é uma tarefa árdua. Dentro de uma FD, pode-se entendê-lo como gênio, grande referência artística nacional; uma outra FD poderá dizer o oposto sob a pecha de “petralha”, “esquerda caviar” e “comunista”. Conhecido por ser cantor e autor das músicas de protesto, prosador contemporâneo ou “proveitador da Lei Rouanet”; Chico, por sua presença histórica, é nome recorrente no cenário brasileiro, graças à qualidade de sua arte musical e literária.

Literariamente, lançou-se ao público em 1966, com o conto *Ulisses*, publicado no Suplemento Literário do Estado de São Paulo. Posteriormente, em 1979, a novela *Fazenda modelo*. Seguido do livro-poema *Chapeuzinho amarelo*. Os primeiros romances, contudo, surgiram a partir de 1992, com *Estorvo*. Na sequência vieram: *Benjamim* (1995), *Budapeste* (2003), *Leite derramado* (2009), *O irmão alemão* (2014), *Essa gente* (2019) e, por fim, *Anos de chumbo* (2021) .

Reconhecido pelas honrarias literárias, acumula três Prêmios Jabuti – melhor romance em 1992, com *Estorvo* e de Livro do Ano tanto por *Budapeste* quanto por *Leite derramado*. Em 2019, foi-lhe concedido o Prêmio Camões, o mais representativo entre os falantes da Língua Portuguesa, pelo conjunto de sua obra¹.

O preâmbulo se justifica pelo fato de, com ele, tentarmos situar o *corpus* de nossa investigação como uma obra de maturidade do autor. Não se trata de um romance primevo, e sim aquele que compõe a historiografia literária de um dos principais nomes da nossa contemporaneidade artístico-literária.

A escolha de tal *corpus* indica uma das incursões da viável relação entre análise materialista do discurso e literatura, à medida que a segunda constitui um dos campos à materialização enunciativa. Assim, por mais que o precursor da linha teórica tenha se atido principalmente ao discurso político, não nos parece impossível a aproximação a que nos propomos fazer.

Com o intuito de compreender o uso do pronome e do substantivo do modo colocado anteriormente, resgataremos uma leitura de quem seria Chico. Para tanto, evocamos novamente Orlandi (1996, p. 69), quando se propõe a construir um sentido à autoria: “para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim”; “estabelecemos uma correlação entre

¹ É pertinente destacar que o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, recusou-se a entregar-lhe a honraria, dadas as implicações ideológicas inerentes a esse gesto, haja vista as distintas FIs a que pertencem cada um desses sujeitos.

sujeito/autor e discurso/texto” (p. 69). Para ela, o autor “produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (1996, p. 70, destaque nosso)

Voltemos ao título. Chico, dentro de um determinado processo de produção do dizer, pode assumir posições sociais singulares: a uma FI, que, por nós, será chamada de progressista² – doravante FIP -, é alçado à posição de músico e literato caro à história recente brasileira. Seja pela habilidade artística, seja pela representatividade de sua obra.

Isso se comprova pela historicidade. Os prêmios, o largo conhecimento social de quem se trata, a sua presença como sujeito de pesquisa no universo acadêmico, o lugar ocupado por sua obra nos bancos escolares, tendo parte de suas produções usadas como exemplos das canções de protesto, dos movimentos artístico-literários em oposição, principalmente, ao regime militar.

A uma outra FI, ligada a uma visão de mundo reacionária – a partir de então FIR -, Chico representaria um nome a ser combatido. Sua atuação política incomoda, especialmente entre setores da classe média e alta, haja vista a aproximação com grupos políticos à esquerda do espectro político, como o PT³.

A esse respeito, salientamos que a vinculação de Chico, dentro de uma FIR, a um personagem a ser combatido pela ala conservadora reforça a teoria de que o antipetismo, intensificado pela operação Lava Jato e por setores da mídia social nacional⁴, está no cerne de importantes mudanças sócio-políticas brasileiras pós-manifestações de 2013. Essa observação é balizada pela investigação que veio a lume no artigo “Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015”.

É possível falar em uma radicalização do antipetismo situada em uma dupla dimensão de análise: a) imputa-se ao partido a responsabilidade por malfeitos na política brasileira em um cenário de forte crítica ao sistema político; b) Mas, no entanto, as mobilizações contra o PT assumem um viés partidário, à medida que buscam a mobilização de segmentos conservadores alinhados à oposição partidária, que ganharam força ao longo do ano de 2015 em protestos contra a Presidente Dilma Rousseff (PT) e tendo como pano de fundo o pedido de impeachment, levando a uma queda brutal dos índices de apoio ao seu governo, conforme pesquisas realizadas pelos principais institutos de opinião (SOUZA, 2016, p. 36).

² Reconhecemos quão vasto é o dito campo progressista, podendo englobar diferentes movimentos, pensamentos e bandeiras. Ainda assim, a fim de categorizar nosso objeto de análise, acreditamos, por mais heterogêneo que seja esse lugar de enunciação, ser profícua a definição de uma formação ideológica como progressista, dado o modo como se opõe a uma formação conservadora.

³ Parece-nos ter sido amplificada a dimensão de tal FI a partir do impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016. A fim de ilustrar o cenário ora evocado, sugerimos um vídeo disponível na plataforma YouTube ([\(17\) Chico Buarque bate boca defendendo o PT no meio da rua, no Leblon - YouTube](#)), bem como os artigos: [Mas, afinal de contas, Chico Buarque é ou não é um merda? | VEJA \(abril.com.br\)](#) e [Chico: 'O artista é odiado na Internet' \(uol.com.br\)](#).

⁴ Sugerimos a leitura da tese de doutoramento da pesquisadora Eliara Santana Ferreira intitulada “Jornal Nacional, um ator político em cena”, na qual expõe o modo parcial com o qual o principal noticiário televisivo brasileiro fez a cobertura de eventos políticos recentes, reforçando um sentimento antipetista que culminou no terreno fértil à eleição do candidato extremista Jair Bolsonaro.

Com isso, poderíamos dizer que, em função do modo como Chico performa sua atuação político-ideológica, isto é, as manifestações de apoio público à Dilma e ao Lula, as críticas a Jair Bolsonaro e o histórico alinhamento a um grupo social de espectro progressista, existe, coletivamente, um imaginário em torno dele. A depender da FI a qual cada sujeito se encontra vinculado, divergentes FDs podem ser mobilizadas para localizá-lo na formação. Esse ponto será fulcral à reflexão destrinchada a seguir.

Quem seria a gente retomada por Chico? Não saberíamos antes de ler a obra; contudo, tendo em vista a FIP, poderíamos supor algumas leituras: à vista do modo como o seu nome é deslocado discursivamente em nossa sociedade, *essa gente* parece ser uma alusão à gente da classe média nacional. Isto é, o “cidadão de bem” supostamente desejoso de mudança política (Souza, 2016). O recorte histórico anterior é validado pelo ano de lançamento do romance, 2019.

Não estamos, com isso, afirmando ser capaz de compreender discursivamente a obra tão somente pelo título, e sim questioná-lo, tentando, por intermédio de determinadas condições de produção, antecipar, observar através da/na materialidade o efeito de sentido por ele gerado.

Por isso fomos à narrativa, com o intuito de encontrar reverberações do título. Entretanto, surpreendemo-nos pelo fato de, além da capa, a expressão ter sido usada tão somente uma única vez:

25 de janeiro de 2019

Apartamento de alto luxo na quadra da praia do Leblon, amplo salão em 3 ambientes e sol matinal, sala de jantar, lavabo, 4 suítes sendo uma master, sala íntima, copa-cozinha gourmet, área de serviço com 2 dependências de empregada, 8 vagas na garagem, R\$ 16 700 000,00.

Visto aqui do alto, o bairro não difere muito de uma favela. A barafunda de edifícios sem telhas lembra um amontoado de caixas de sapato destampadas, numa sapataria revirada em dia de liquidação. Nos seus recintos, porém, durante anos cheguei a ser feliz, casei, tive amantes, comi, bebi, joguei pôquer com amigos, frequentei escritórios, consultórios, papelarias, cabeleireiros, sapatarias e tal. Ultimamente não mais, é como se eu viesse de uma temporada fora, e na minha ausência o restaurante tivesse virado uma farmácia, a farmácia um banco, o banco uma lanchonete, e a população tivesse sido substituída por outra, que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão. Mal sabe *essa gente* que nos últimos anos morei na avenida mais nobre do bairro com a bela Rosane (BUARQUE, 2019, p. 20, destaque nosso).

O protagonista Duarte descreve um apartamento luxuoso onde parece habitar, haja vista o uso do advérbio aqui, sugerindo que o enunciador também fala desse lugar. Ao mesmo tempo em que a caracterização do espaço, das personagens e dos objetos reforcem a percepção pedante, há uma falha. Nas palavras dele, “o bairro [Leblon] não difere muito de uma favela”. E qual seria a semelhança? A ideia de bagunça, caos e confusão.

Diante de tal retrato, mobilizamos um pré-construído interligado a uma FIR. Favela se materializa dentro da FDR como efeito de marginalização, de degradação. Por outro lado, Leblon,

típico bairro nobre do Rio de Janeiro, nessa mesma formação, evocaria um efeito de organização, requinte e status; no dizer do personagem, porém, não seria necessariamente isso.

Esse entrelugar determina o lugar onde Duarte diz ter sido feliz: “casei, tive amantes, comi, bebi, joguei pôquer com amigos, frequentei escritórios, consultórios, papelarias, cabeleireiros, sapatarias e tal”. Isso é contrastado à medida que passa a se sentir diferente, como se tivesse ficado “uma temporada fora”, tal qual se “a população tivesse sido substituída por outra, que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão”.

Tendo em vista a historicidade adjacente à narrativa, ou seja, considerando as condições de produção do diário, chama-nos atenção a data: 25 de janeiro de 2019. Por que há a mudança de sensação de Duarte? O que mudou? Quem é essa gente que “torce o nariz”? É início da obra, ainda não temos as respostas, mas somos convidados a pensar o meio no qual ele se encontra.

Um dia antes, no registro de 24 de janeiro de 2019, lemos:

Ao síndico do Edifício Saint Eugene Sou a dra. Marilu Zabala, moradora do 201, e estou segura de falar pela grande maioria dos condôminos do Saint Eugene. O novo inquilino do 702 — dizem que é um escritor, mas nunca ouvi falar dele — não tem evidentemente a obrigação de cumprimentar seus vizinhos, nem mesmo de limpar a sola dos sapatos quando chega da rua enlameada. Não posso exigir civilidade de sua parte, nem jamais o repreendi por utilizar o elevador social de shorts e às vezes suado e sem camisa, o que aliás é vedado pelo nosso regimento interno. Presto esta queixa, contudo, em nome da segurança e da tranquilidade minhas e dos demais moradores. Além de esse cidadão fazer subir comidas e bebidas a altas horas da noite, tenho ouvido relatos de um intenso movimento de mulheres no seu apartamento. Já duas ou três vezes, da minha janela, tive eu mesma o desprazer de ver certas **prostitutas —perdão, a palavra é esta, pois nem sequer poderiam ser classificadas como garotas de programa, escorts ou demais eufemismos** — prostitutas saltando de um Uber para subir ao sétimo andar. São mesmo profissionais do mais baixo estrato, e não o digo por suas fisionomias, pois **sou juíza federal e não tenho preconceito de cor**, mas pela manifesta falta de compostura com que se vestem e falam palavrões aos berros ao celular. **Não duvido que em breve tenhamos orgias no 702, entrando pela madrugada, assustando as crianças, perturbando nosso sono e ecoando na rua, com óbvios prejuízos à reputação do Edifício Saint Eugene.** No aguardo de providências, Marilu (201) (BUARQUE, 2019, p. 18 – 19, grifos nossos).

Agora, compreendemos tratar-se de uma lembrança o diário do dia 25. Duarte não mais vive aquele espaço luxuoso e sim outro espaço, ainda que o estranhamento seja posto discursivamente posteriormente.

Retomo os determinantes imigrante e pobretão. Mesmo não seguindo uma linha cronológica dos acontecimentos narrados/vividos, a enunciação da “dra. Marilu Zabala” é cara ao destrinchar dos marcadores acima. Nessa formulação, é preciso questionar o que têm a ver essas duas ideias: (1) ser juíza federal e (2) não ter preconceito de cor? Por acaso, ser juiz federal torna a pessoa imune a preconceitos? O sujeito da enunciação faz uma imagem de si tão positiva que nem sequer cogita a possibilidade de ser preconceituosa? Afirmar que não tem preconceito de cor significa que pode ter outro(s) tipo(s) de preconceito (de classe, por exemplo)?

Nos termos da AD, o sujeito enunciador mobiliza um pré-construído acerca do que viria a ser um(a) juiz(a) federal, isto é, supostamente “neutro” a um discurso preconceituoso de cor. Isso, contudo, permitira-lhe outras manifestações não menos injuriosas, vide o excerto “[...] prostitutas — perdão, a palavra é esta, pois nem sequer poderiam ser classificadas como garotas de programa, escorts ou demais eufemismos —” que desempenha, para nós, concordando com Authier-Revuz (2013, p. 7), um “modo complexo de dizer, desdobrado por uma autorrepresentação opacificante”. Entendemos aí um efeito de conotação autonímica. Nesse sentido, o dizer “se representa como sendo evidente ‘por si mesmo’” (Authierrevuz, 2013, p. 9).

O sujeito, a partir das intituladas modalizações autonímicas, que configuram as retomadas reflexivas contidas no próprio dizer, “as retomadas meta-enunciativas” (p. 9), busca conter a heterogeneidade constitutiva do discurso apresentada em seu dizer.

O deslizamento presente em “garotas de programa, escorts ou demais eufemismos” atua de forma a indicar a interpelação ideológica do enunciador que, por inserir-se no lugar de “juíza federal”, busca mascarar através de eufemismos, os marcadores discursivos de sua FDR. Como não há outra palavra se não “prostitutas” para descrever as referidas garotas, o efeito de sentido desliza para “orgia”, tão inoportunas e dissonantes ao “Edifício Saint Eugene”.

De modo análogo, ganha relevância, nessa condição de produção discursiva, a escolha pelo nome Saint Eugene. Não podemos deixar de lado certo tom de galofilia⁵ contido em tal expressão. Evocamos, em uma tentativa de elucidar essa digressão, o entendimento de Perrone-Moisés (2020, p. 42), segundo a qual, “[...] desde o fim do século XVIII, a cultura brasileira recebeu uma forte influência francesa, e que essa influência incorporou-se de tal modo à nossa cultura que ela não pode ser compreendida sem levar em conta tal incorporação”, contudo, inerente aos distintos momentos históricos da formação artística nacional, houve aqueles em que “[...] a galofilia começava a ser combatida não apenas em virtude do nacionalismo, mas também em função da escolha de outros modelos filosóficos, políticos e literários” (p. 49). Apesar de tais distensões, essa influência parece ter sido bem fundamentada, especialmente em meios aburguesados, a exemplo dos bairros destinados a uma elite – cultural, política e econômica – dominante, como o Leblon, onde não é raro encontrar prédios cujos nomes são escritos à francesa. O que poderia, então, nos dizer o nome “Saint Eugene”?

Com base no dicionário Le Robert Poche (2015, p. 645, tradução nossa), “saint” é um substantivo masculino que pode ser relacionado ao universo semântico-discursivo cristão e católico, representando “[...] pessoa que, após sua morte, torna-se objeto de um culto público em razão de sua perfeição”; essa mesma palavra também remete, de modo mais generalizado, “[...] a uma pessoa de virtude e de paciência exemplares” (p. 645, tradução nossa). Por outro lado, “Eugene” retoma o adjetivo eugenésico, o qual, conforme o dicionário Michaelis, diz do indivíduo capaz de

⁵ Segundo o dicionário on-line de Língua Portuguesa Priberam, galofilia é um substantivo feminino que significa “amor à França ou aos franceses”.

gerar boa descendência. Assim sendo, o substantivo próprio “Eugene” evoca, a partir da memória discursiva, a ideia de um sujeito de “boa” origem, no uso estrito da palavra.

Desperta-nos curiosidade o efeito de sentido gerado a partir da junção de tais palavras. De um lado, a imagem religiosa que, pelo mecanismo da memória, parece repetir um outro enunciado: santidade, perfeição, irrevocabilidade. Por outro, o sujeito bem-nascido, a ponto de ter a sua condição equiparável à perfeição? Mais do que isso. Residiria, no uso de “Eugene” e, por conseguinte, na opacidade do discurso, uma analogia ao comportamento destrutivo da eugenia? Esses dois efeitos não são opostos, pelo contrário.

Ambas as acepções resvalam, em nossa leitura, no mesmo ponto: classe. Por trás do discurso pequeno-burguês de classe média brasileira personificado pelas personagens da obra, há uma violenta aproximação entre a condição de privilégio frente à desigualdade nacional, bem como a apropriação de tal posição na busca pela manutenção de privilégio, opondo-se a qualquer discurso e/ou comportamento dito progressista. Nesse viés, não se excluiriam as conjunturas de ter sido bem-nascido, logo desejar reacionariamente subverter, mitigar e inviabilizar movimentos contrários a esse quadro.

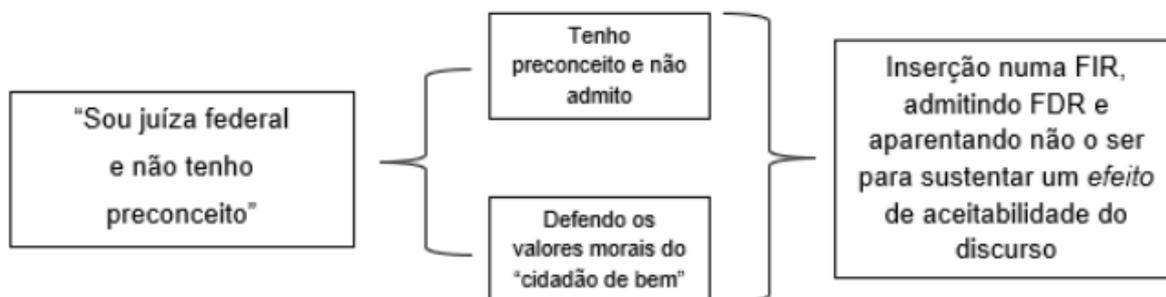
Essa materialidade discursiva potencializa, ao tentarmos responder à questão inicialmente imposta pelo corpus, a percepção de que essa gente “que me torce o nariz como a um imigrante, um pobretão” (Buarque, 2019, p. 20) reflete o reacionarismo brasileiro evidenciado a partir do momento histórico recente. O sujeito enunciator Marilu se torna, para nós, exemplo de como a FIR se articulou e ainda o faz no decorrer do processo de assujeitamento ideológico dos indivíduos. Apresentar-se como doutora, numa simples carta de condomínio, diz desse Brasil em que título e carteirada estão à espreita da próxima tentativa de encafiar o preconceito de classe, um nacionalismo xenofóbico.

Marilu, preocupada com as profissionais de “baixo estrato”, ratifica a todo momento o próprio discurso preconceituoso, por não condizer com a reputação “do nosso Saint Eugene”, o qual possui moradores, afora bem-nascidos, aversos à “[...] manifesta falta de compostura com que se vestem [as prostitutas] e falam palavrões aos berros ao celular”, o que representa essas mulheres. Denega-se essa estratégia ao afirmar dizer tais truculências “[...] não [pelas] suas fisionomias” e sim pela moral, pelos bons costumes, ou, no limite, pela aparência de. Sobre isso, é válido retomarmos Indursky quando afirma ser a denegação uma categoria relacionada

[...] com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona [...]. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa (Indursky, 2012, p. 120).

Não obstante tenha negado sua intolerância, a hostilidade presente na materialidade discursiva, pelo funcionamento da denegação, lembra, tal como um fantasma, estar ali; Marilu

afirma antes de tudo a aversão com a qual vê a sociedade para além dos muros aburguesados do edifício Saint Eugene.



Eis um retrato do cidadão brasileiro de classe média-alta. Um efeito de respeito à diferença é construído. Um efeito, apenas. Afinal, “respeita-se” muito embora sejam “profissionais do mais baixo estrato, e não o digo por suas fisionomias”. Na oração aditiva e *não o digo por suas fisionomias*, encontramos discursivamente a emergência da FDR. É ali que emerge o sujeito sempre-já interpelado, assujeitado pela ideologia reacionária que garante a essa enunciação uma presumida ideia de universalidade; enquanto, na verdade, a partir da opacidade da linguagem, materializa-se o processo ideológico adjunto a esse discurso.

É no não-dito que reside, nos termos pecheutianos, o plano mais significativo do dizer. A equivocidade da linguagem revela o modo como a ideologia assujeita o indivíduo em sujeito, transparecendo o que seria um *efeito de evidência*. A juíza acaba dizendo ainda mais do próprio reacionarismo, porque movimenta as representações simbólicas e materiais do processo discursivo atrelado à FDR e, conseqüentemente, à FIR – numa analogia ao que dizem Pêcheux et al.

[...] sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito [...] ‘aquele que...’, isto é, X, o indicam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’ (2014, p. 160, destaque dos autores).

No entorno de Duarte, há um Rio de Janeiro atravessado pela fissura social nacional de 2016 em diante e, conseqüentemente, as feridas historicamente marcadas: violência – física e simbólica -, eleição do candidato de extrema-direita no pleito de 2018, preconceito e um Leblon que anda à espreita do título de Casa Grande moderna, analogamente a tantos outros nichos geográficos às classes médias e altas destinados. Tais condições produzem FDs, pois contêm sujeitos assujeitados por uma ideologia tipicamente atravessada pelo reacionarismo.

Observando as FIs possíveis em que se insere Duarte e Marilu, sugerimos a interpretação direcionada especialmente à classe média-alta, com seus tensionamentos e rompimentos. Isso se dá, ao que nos parece, pelo cenário – Leblon –; lugar de enunciação que é construído na obra – receptor de críticas de tal classe, por parte de sua filiação político-ideológica; e o momento histórico:

primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, notadamente averso àquilo que parece representar Duarte, o qual se sente “[...] como se [...] viesse de uma temporada fora”.

4. É PLAUSÍVEL CONCLUIR?

Fazer análise de discurso, diferentemente daquilo a que se propõe a análise de conteúdo, representa deparar-se com a ruptura. Nos termos de Possenti (2004), Pêcheux, na década de 1960, buscou desempenhar uma série de mudanças de entendimento acerca da língua, de sujeito, de texto, de sentido, numa tentativa de, diferentemente de Saussure, aproximar a materialidade enunciativa do sentido por ela produzido. Para tanto, recorrerá não só à Linguística, como também à Filosofia de Althusser e à Psicanálise de Freud. Interessou-nos ao longo do artigo a compreensão de como esse dispositivo teórico aponta um olhar para além do dito, procurando nele o seu processo de formação do efeito de sentido.

A escolha pelo *corpus* literário se justifica pelo seguinte entendimento: sendo a literatura uma forma de materialização discursiva presente em nossas sociedades, também seria viável analisá-la sob a égide da AD, ampliando, inclusive, as possibilidades de mobilização do dispositivo teórico. No caso do romance *Essa gente*, propusemo-nos a identificar, por intermédio inicialmente do título, uma forma de acesso ao discurso por ele evocado, especialmente o de uma classe média cuja FIR ampliou-se, reverberando as FDRs nele inseridas.

Ainda que não tenha sido feito um aprofundamento, posto que se trata de uma questão focal, concluímos: não só o título aponta para a FIR, como ele atualiza uma cisão sócio-histórica nacional, à medida que a obra, pela opacidade da linguagem, concede-nos um retrato de como as FDR foram se articulando simbolicamente na historicidade brasileira recente.

Como alertou Rita Lee e Roberto Carvalho, “alô, alô marciano, alô/A crise tá virando zona/Cada um por si, todo mundo na lona/E lá se foi a mordomia/Tem muito rei aí pedindo alforria porquê/Tá cada vez mais down no high society”. O trocadilho *down high society* (baixa alta sociedade, tradução nossa) é, para nós, atualizado pelo próprio Chico. Ao construir Duarte, que, antes, era considerado parte dela; depois, rompido, tal qual um fruto proibido, somos convidados a reconhecer a hipocrisia *dessa gente*.

Retomo o uso do demonstrativo anafórico. De fato, o sujeito *sempre-já* esteve ali, aqui. É *essa gente* brasileira, média, mediana. Nem alta, nem baixa. Média. Não há nome, não há por que nomear. É processo, é histórico, é o Brasil produzido ontem, hoje e amanhã?

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Unicamp, 2015.
- ALTHUSSER, L. **Lire le Capital**. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- ALTHUSSER, L. **Sur la reproduction**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- AUTHIER-REVUZ, J. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14934>. Acesso em: 11 out. 2023.
- BASTOS, P. P. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017.
- BUARQUE, C. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BORBA, F. da S.; IGNÁCIO, S. E.. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CHAGAS, I.; SOUZA, I. Escola sem Partido: entenda a polêmica. **Politize!**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em 15 jul. 2022.
- COSTA, G. C. da. Interpretação e produção de evidência(s). **Estudos da Língua(gem)**, v. 7, n. 3, p. 75-90, 2009. DOI: 10.22481/el.v7i3.1106. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1106>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.
- CUNHA, C.; LINDLEY, C. **Nova gramática do português brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. Livro eletrônico.
- EUGENÉSICO. **Michaelis**. 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=eugen%C3%A9sico>. Acesso em: 13 out. 2023.
- FERREIRA, Eliara Santana. **Jornal Nacional, um ator político em cena - Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira**. 2020. 176 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- FIGUEIRA, L. F. B. A construção do *corpus* e do dispositivo de análise: questões metodológicas da teoria do discurso. In: BRITO, C. C. de P.; FIGUEIRA-BORGES, G.; FRANÇA, T. M. (org.). **Diálogos entre Análise do Discurso e Linguística Aplicada**. Campinas: Pontes Editores, 2022, p. 91-112.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GALOFILIA. **Dicionário on-line Priberam de Português**. 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/galofilia>. Acesso em: 11 out. 2023.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 13-32.

INDURSKY, F. POLÊMICA E DENEGAÇÃO: DOIS FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DA NEGAÇÃO. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 117–122, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636829. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>. Acesso em: 13 out. 2023.

MROBER. **Dictionnaire de Langue Française**. Paris: Le Robert, 2015.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19. Campinas: Unicamp. 1990. p. 7-24.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PERRONE-MOISÉS, L. Galofilia e galofobia na cultura brasileira. **Gragoatá**, v. 6, n. 11, p. 41-59, 2 nov. 2020.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

Referência musical

ALÔ alô, marciano. Intérprete: Elis Regina. Compositores: R. Lee e R. Carvalho *In*: SAUDADE do Brasil. Intérprete: Simone. Nova Iorque: WEA, 1980. 1 CD, v. 1.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Luís Fernando Bulhões Figueira

Professor-Adjunto do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: luisfernandobf@gmail.com

Vitor Siqueira Macieira

Professor (SEDU/ES). Mestrando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES). E-mail: vitorsmacieira@gmail.com

Ideologia e poder: a crítica discursiva na CPI da Covid-19

Ideology and power: discursive criticism in Covid-19 CPI

Ideología y poder: crítica discursiva en la CPI del Covid-19

RESUMO

Neste artigo analisamos excertos extraídos de notas taquigráficas de quatro reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, em junho de 2021. Para isso, buscamos subsídio teórico na Análise Crítica do Discurso, baseados em Charaudeau (2016), van Dijk (2008, 2009), Fairclough (2001, 2004, 2010), Thompson (1990) e Wodak (2004), com o objetivo de investigar estratégias discursivas de operação ideológica para manutenção de poder. Os depoimentos revelaram duas posições antagônicas: uma tendência que nega convenções científicas defendidas por universidades renomadas e agências reguladoras internacionais e outra que se colocou em favor de preceitos científicos de enfrentamento à pandemia universalmente referendados..

Palavras-chave: Análise Crítica de Discurso; ideologia; poder.



Recebido em: 4 de maio de 2023
Aceito em: 27 de dezembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.48412

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Leonardo Ferreira da Silva

leonardohasadream@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco
(UFRPE), Recife, PE, Brasil

Vicentina Ramires

vicentinaramires@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco
(UFRPE), Recife, PE, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

In this article, we analyze excerpts extracted from notes of four meetings of the Parliamentary Commission of Inquiry on Covid-19, in June 2021. For this, we seek theoretical support in Critical Discourse Analysis, based on Charaudeau (2016), van Dijk (2008, 2009), Fairclough (2001, 2004, 2010), Thompson (1990) and Wodak (2004), with the aim of investigating discursive strategies of ideological operation to maintain power. The testimonies revealed two antagonistic positions: a tendency that denies scientific conventions defended by renowned universities and international regulatory agencies, and another that was in favor of universally endorsed scientific precepts to face the pandemic.

Keywords: Aqui devem aparecer de duas a seis palavras-chave, separadas entre si por ponto e vírgula (;) e finalizadas por ponto. Usar a letra inicial minúscula, com exceção para os nomes próprios. Conforme ABNT 6023:2021.

RESUMEN

En este artículo analizamos extractos de notas taquigráficas de cuatro reuniones de la Comisión Parlamentaria de Investigación de Covid-19, en 2021. Para ello, buscamos apoyo teórico en el Análisis Crítico del Discurso, basados en Charaudeau (2016), van Dijk (2008, 2009), Fairclough (2001, 2004, 2010), Thompson (1990) y Wodak (2004), con el objetivo de investigar estrategias discursivas de funcionamiento ideológico para mantener el poder. Los resultados mostraron dos posiciones antagónicas: una tendencia que niega las convenciones científicas defendidas por reconocidas universidades y organismos reguladores internacionales y un bloque a favor de preceptos científicos universalmente patentados para hacer frente a la pandemia.

Palabras clave: Análisis crítico del discurso; ideología; poder.

Como citar:

SILVA, Leonardo Ferreira da; RAMIRES, Vicentina. Ideologia e poder: a crítica discursiva na CPI da Covid-19. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 83-102, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

Por ocasião do populismo extremista de direita que emergiu, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos da América nos últimos anos, foram observados posicionamentos negacionistas, disseminação de *fake news* e a implementação de uma cultura de medo e de ódio. Diante desse panorama, essas posturas passaram a compor as decisões de uma nova era política global, que se utiliza de forte influência ideológica para a manutenção do poder.

No caso do Brasil, a continuidade desse cenário se dá quando assume o poder, em 2019, Jair M. Bolsonaro, um governo de extrema-direita, que adota a mesma feição discursivo-ideológica negacionista e, incessantemente, ataca os direitos humanos.

Por isso mesmo, excepcionalmente, no período inicial da pandemia de Covid-19¹, os brasileiros vivenciaram um preocupante cenário político-ideológico polarizado em duas posturas discursivas bem definidas. Por um lado, exacerbou-se um bloco formado, em sua maioria, por médicos que se posicionaram contra a tradição científica e, por outro lado, um grupo de médicos que procurou esclarecimento em posicionamentos científicos² praticados por universidades de reconhecimento internacional e por organismos de prestígio mundial na área de pesquisa em saúde.

Somam-se a isso as ingerências do Governo Federal, que afetaram negativamente a tomada de decisões na gestão do Ministério da Saúde, em detrimento das ações técnicas especializadas.

Assim, ações que poderiam ter mitigado as consequências do avanço da doença (ou poderiam até ter evitado o trágico índice³ de óbitos) foram negligenciadas. Em outras palavras, se as autoridades sanitárias brasileiras tivessem a autonomia necessária para levar em conta as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e se a gestão considerasse as orientações científico-metodológicas, efetivamente, muitas vidas teriam sido salvas.

Mesmo diante de grande resistência às agências reguladoras e aos princípios científicos, o governo da situação à época e seus apoiadores alimentaram discurso negacionista com grande

¹ Segundo o Ministério da Saúde, o primeiro caso de Covid-19 no Brasil se deu no dia 24 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/julho/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-permanecendo-o-de-26-de-fevereiro>. Acesso em: 21 fev. 2023.

² Ao nos referirmos aos “posicionamentos científicos”, queremos considerar a expressão no sentido de “sistematização do conhecimento”, com os seguintes critérios: natureza empírica, objetivação, discutibilidade, observação controlada dos fenômenos, originalidade, coerência, sistematicidade, consistência, autoridade por mérito, relevância social, ética e intersubjetividade (Demo 2000, p. 27 *apud* Prodanov, 2013, p. 17-20). Por isso, em muitos momentos consideramos o termo como procedimentos metodológicos praticados por grandes centros acadêmicos e organismos internacionais de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que respeitam os direitos humanos. Não ignoramos, no entanto, que em tempos sombrios da história mundial, a “ciência” esteve a serviço de ideologias nazifascistas, que serviam a ideologias extremistas, como as experiências nazistas torturantes e cruéis, em Auschwitz, encabeçadas pelo médico Josef Mengele. Portanto, queremos frisar que a menção feita aos procedimentos ou aos preceitos científicos refere-se à ciência prestigiada em todo o mundo pelos resultados e pelo compromisso com os direitos humanos.

³ Segundo o *site* do Senado Federal, à época da CPI da Pandemia de Covid-19, o número de óbitos atingia o total de mais de 400 mil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2023. Ao longo da redação deste artigo, verificamos que o número de vítimas fatais se aproximava de 700 mil, o que nos leva a refletir sobre a gravidade da pandemia e sobre a relevância do assunto em pauta. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 17 fev. 2023. Ademais, vale ainda destacar que é possível ter havido subnotificação por parte da gestão de Jair M. Bolsonaro.

potencial de factoides, por meio das redes digitais, com o objetivo de desacreditar os médicos defensores da ciência praticada mundialmente. Para esse projeto de desinformação, o Governo Federal alicerçou o seu discurso em teorias da conspiração, em *fake news* e em busca de ferramentas ineficazes para o tratamento da doença.

Nesse contexto, podemos lembrar a opção do Ministério da Saúde por um “tratamento precoce”, que consistia no uso de hidroxicloroquina, cloroquina e ivermectina. Além disso, membros desse ministério propagavam a “ineficácia da vacina” em favor de uma proposta de “imunização de rebanho”. Por isso mesmo, registramos muito mais a interferência ideológica do que, propriamente, a tomada de providências para o enfrentamento da pandemia, como detalharemos em passagens dos depoimentos colhidos no processo de oitiva da CPI da Pandemia de Covid-19, que serão analisadas mais avante.

Diante dessa nebulosa ideológica, o Ministério da Saúde passou por várias mudanças: de 1º de janeiro de 2019 até 16 de abril de 2020 assumiu Luiz Henrique Mandetta (quatro meses); de 16 de abril a 15 de maio de 2020 (menos de um mês), esteve no cargo o médico oncologista Nelson Teich; em seguida, assumiu como interino de 15 de maio a 16 de setembro de 2020, o general do Exército Eduardo Pazuello. Mais adiante, esse mesmo militar é efetivado como ministro, em 16 de setembro de 2020, e permanece no cargo até 15 de março de 2021. Por fim, o médico cardiologista Marcelo Queiroga assume o cargo em 15 de março de 2021, permanecendo até o final do governo de Jair Bolsonaro.

Em meio a essa gestão atabalhoada, em 26 de fevereiro de 2020, instaura-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19 para apurar a eventual incompetência da gestão do então Presidente Jair M. Bolsonaro no enfrentamento da pandemia.

Frente a essas circunstâncias, resolvemos empreender uma pesquisa qualitativa e descritiva, para investigar a construção discursivo-ideológica para fins de dominação e poder, a partir de fragmentos de notas taquigráficas extraídos de diferentes reuniões da CPI da Pandemia de Covid-19. Assim sendo, este artigo se situa no seio da Análise Crítica do Discurso (ACD), porque aborda múltiplas possibilidades interdisciplinares. E, nesse prisma, instamos na busca pelo “sentido último ou do sentido oculto das coisas”, pois, como ressalta Fischer (2021, p. 198), “é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar”.

Ao analisar o *corpus*, que abarca passagens de diferentes reuniões da CPI da Pandemia de Covid-19, verificamos, entre apoiadores do Governo Federal, a presença convergente de discursos falaciosos em detrimento de vozes que trazem à baila o discurso científico oriundo do campo acadêmico.

De forma mais específica, convém reiterar que um grupo de médicos procurou alinhamento com o discurso do governo Bolsonaro⁴, que negou a eficácia das vacinas, tentou credenciar o “tratamento precoce”, defendeu a “imunização de rebanho”, negou o *lockdown*, posicionou-se contrariamente à testagem em massa, entre outras ações que contribuíram para agravar os danos causados pela pandemia.

Por outro lado, cientistas, que se apresentaram na CPI, como a infectologista Luana Araújo e a microbiologista Natália Pasternak, adotaram postura harmônica em favor da ciência. Como veremos ao longo deste artigo, as duas cientistas construíram argumentos na tentativa de refutar as narrativas dos defensores do governo Bolsonaro, quais sejam: Osmar Terra e Nise H. Yamaguchi.

Com relação ao *corpus*, procuramos separar passagens de diferentes reuniões da CPI da Pandemia que convergem para os seguintes assuntos: (1) sistematização metodológica x teoria da conspiração; (2) distanciamento x imunização de rebanho (3) testagem x não-testagem; (4) vacina x tratamento precoce; (5) cuidado profilático x aglomeração e (6) decisões baseadas na qualificação técnica x decisões pautadas na conveniência ideológica. Nessa direção, elencamos as preferências discursivas dos dois blocos, a saber: um que defende o posicionamento discursivo-ideológico do governo Bolsonaro e outro que a ele se opõe. Em seguida, submetemos os excertos à investigação sob as lentes da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD).

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Do ponto de vista diacrônico, a ACD tem suas bases firmadas na década de 90 do século XX, como área do conhecimento da Linguística. Há, no entanto, duas correntes teóricas que podem convergir em alguns pontos, ou seja, a ACD de linha francesa e a ACD anglo-saxônica, cujos nomes mais relevantes são Norman Fairclough, Teun van Dijk, Ruth Wodak, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e John Thompson. Focalizamos a tendência anglo-saxônica, ainda que, em virtude da natureza multidisciplinar da ACD, evocaremos, esporadicamente, nomes como Charaudeau (2016) e Maingueneau (1996, 2010).

Magalhães (2005, 314) esclarece que a “Análise Crítica do Discurso pretende, em suma, mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas

⁴ A imprensa publicou fartamente a posição do presidente Jair M. Bolsonaro sobre as decisões consideradas por especialistas de irresponsáveis, que contrariaram os protocolos praticados na maioria dos países desenvolvidos. Não só isso, mas as próprias declarações de Bolsonaro, então em desacordo em relação às universidades de prestígio internacional e contra as agências reguladoras. Além disso, esse chefe do Executivo promoveu atos que geraram aglomeração e, nesses eventos, não usou máscara, publicou vídeos descredenciando autoridades sanitárias em um canal próprio, exibiu medicamentos ineficazes, zombou das vítimas e demitiu todos quantos contrariaram seus posicionamentos arbitrários. No Relatório da CPI da Pandemia de Covid-19, por exemplo, encontramos diversas passagens que denunciam os atos negacionistas desse mandatário do Brasil à época, com registros na esfera jornalística, com vídeos, conversas por aplicativo, documentos, testemunhas etc. (ver Relatório final: Comissão Parlamentar de Inquérito). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/27/cpi-da-pandemia-entrega-relatorio-final-ao-presidente-rodrigo-pacheco> Acesso em: 20 fev. 2023.

sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação”. Partindo para uma apreciação mais específica do estudo, encontramos inúmeras produções sobre ACD que expõem um sem-número de pesquisas sobre discurso, ideologia e poder. Entre as mais relevantes contribuições, destacamos o trabalho de Fairclough (2001, p. 3), que, ao postular sobre “o termo discurso⁵ (no que é amplamente chamado ‘análise do discurso’), sinaliza a visão particular da linguagem em uso [...] – como um elemento da vida social que está intimamente interconectado com outros elementos”.

Quando avançamos para o entendimento mais específico desse conhecimento linguístico, Fairclough (2010) defende um modelo tridimensional que a ACD pode ser entendida em suas três dimensões, isto é: (1) análise de texto, (2) prática das práticas discursivas e (3) análise da prática social. De forma sintética, podemos dizer que a dimensão da análise textual agrega vocabulário, gramática e coesão. A dimensão de práticas sociais envolve atos de fala, coerência, conexões e inferências. Por fim, a prática social abrange a ideologia e a hegemonia.

No que tange às questões sociais, van Dijk (2008, p. 6, grifos nossos)⁶ vê que “em outras palavras, a Crítica Social do Discurso está especificamente interessada no estudo (crítico) de questões sociais, problemas, desigualdade social, **dominação e fenômenos relacionados, em geral, e o papel do discurso, uso da linguagem ou comunicação em tais fenômenos, em particular**”.

Nas relações sociointerativas, notamos a sucessão de confrontos discursivos para a busca de hegemonia e de manutenção de poder. Nesse particular, os estudiosos do discurso, como van Dijk (2000, 2008, 2009), Fairclough (2001, 2004, 2010), Maingueneau (1996) e Thompson (1990) constroem um pensamento na tentativa de deslindar o que há nas entrelinhas do discurso. Assim, poderíamos sintetizar o entendimento sobre ACD em termos de tratamento da linguagem como “espaço de luta hegemônica, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, a articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de possibilidades” (Ramalho; Rezende, 2006, p. 18).

A natureza do discurso, portanto, opera sobre o mundo e sobre os sujeitos. Nesse entendimento, trazemos a assertiva de Maingueneau (2010, p. 64), que diz ser a análise do discurso “crítica pela própria seleção de seus objetos de investigação” e acrescenta que “a análise do discurso se manifesta contra um número de ilusões constitutivas de ideologia espontânea dos locutores, que acreditam que dizem, o que pensam, que utilizam a linguagem como instrumento etc.” (Maingueneau, 2010, p. 65).

⁵ “The term discourse (in what is widely called ‘discourse analysis’) signals the particular view of language in use [...] as an element of social life which is closely interconnected with other elements” (Fairclough, 2001, p. 3, tradução nossa).

⁶ “In other words, CDS is specifically interested in the (critical) study of social issues, problems, social inequality, domination and related phenomena, in general, and the role of discourse, language use or communication in such phenomena, in particular” (Dijk, 2008, p. 6, tradução nossa).

Sobre esse ponto, Althusser (1985, p. 69) postula que “a ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social”. De forma mais restrita, van Dijk (2000, p. 51)⁷, observa que “[...] as ideologias são desenvolvidas por grupos dominantes para reproduzir e legitimar sua dominação”. Ao avançar para o esclarecimento de ideologias, o autor continua: “[...] as ideologias se comunicam de modo persuasivo na sociedade e, desse modo, ajudam a reproduzir o poder e a dominação de grupos ou classes específicas” (Van Dijk, 2000, p. 51)⁸. Assim, aqui ressaltamos que a noção de ideologia está intimamente ligada às relações de poder, que se materializa em discursos. Nessa direção, os trabalhos de Thompson (1990) esclarecem como se dá a operacionalização da ideologia a partir de estratégias discursivas, como: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, o que nos remete ao pensamento de Bakhtin (1977, p. 25)⁹, que nos ensina que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signo não existe ideologia”.

2. METODOLOGIA

Uma vez que o nosso objetivo é investigar, criticamente, os pontos de vista discursivo-ideológicos extraídos de depoimentos da CPI da Pandemia de Covid-19, buscamos delimitar o *corpus* a partir de quatro notas taquigráficas oriundas de diferentes reuniões.

Antes de elencarmos as notas taquigráficas, fizemos uma triagem para separarmos os textos em duas categorias marcadamente ideológicas. Por um lado, separamos duas notas taquigráficas cujos conteúdos servem à ideologia do governo que, notadamente, representava a extrema direita, à época, e, por outro lado, selecionamos outras duas que apontam argumentos em favor da ciência e que estão em sintonia com órgãos reguladores nacionais e internacionais.

Em seguida, analisamos as estratégias discursivo-ideológicas utilizadas pelos depoentes para compararmos a construção discursiva presente nas diferentes notas taquigráficas. Na sequência, descrevemos as escolhas discursivo-ideológicas e classificamos tais depoimentos segundo parâmetros da ACD. Em outro momento, esquematizamos as exposições dos depoentes e confrontamos os argumentos trazidos para identificar se os discursos dos membros do Governo Bolsonaro foram refutados pelos pressupostos científicos trazidos por Natália Pasternak e por Luana Araújo.

⁷ “[...] las ideologías son desarrolladas por grupos dominantes para reproducir y legitimar su dominación” (Dijk, 2000, p. 51, tradução nossa).

⁸ “[...] las ideologías se comunican de un modo persuasivo en la sociedad y, de ese modo, ayudan a reproducir el poder y la dominación de grupos o clases específicas” (Dijk, 2000, p. 51, tradução nossa).

⁹ «Tout ce qui est idéologique possède un référent et renvoie à quelque chose qui se situe hors de lui. En d’autres termes, tout ce qui est idéologique est un signe. Sans signes, point d’idéologie» (Bakhtine, 1977, p. 25, tradução nossa).

Tendo em vista a necessidade de um recorte mais preciso do *corpus*, entendemos que ainda seria necessário afunilar os textos disponíveis por temas que se contrapõem. Para isso, elaboramos um quadro que permite a categorização da seguinte forma:

Quadro 1 - Temas investigados em contraposição

Posição científicista	Posição negacionista
pressupostos baseados na ciência (*)	pressupostos baseados em fontes duvidosas
<i>lockdown</i>	imunidade de rebanho
testagem	não-testagem
vacinação	tratamento precoce
cuidado profilático	aglomeração
decisões alicerçadas na qualificação técnica	decisões pautadas em conveniência ideológica

(*) ver nota de rodapé n. 4 neste artigo

A primeira nota taquigráfica refere-se à 24ª reunião da CPI da Pandemia de Covid-19, do dia 22/6/2021, que ouviu o deputado Osmar Terra. Nessa oitiva, verificamos que os argumentos do depoente se basearam nos assuntos descritos acima na coluna da direita.

Começamos pelo depoimento de Osmar Terra¹⁰, porque, com o avançar das investigações da CPI da Pandemia de Covid-19, chegou-se ao entendimento de que o parlamentar poderia ter aconselhado membros do Ministério da Saúde com a finalidade de induzi-los aos mesmos procedimentos negacionistas.

Em continuidade, analisamos as notas taquigráficas da oitiva da médica oncologista Nise H. Yamaguchi¹¹, que foi ouvida na 14ª reunião da CPI da Pandemia de Covid-19, ocorrida no dia 1/6/2021.

Em seguida, comparamos os posicionamentos defendidos pela médica Nise H. Yamaguchi com o depoimento de Osmar Terra, com foco nos assuntos elencados anteriormente, na tentativa de identificar alguma semelhança ou diferença entre os discursos apresentados, ou seja, buscamos saber se havia divergência ou convergência entre as sustentações dos depoentes.

Na sequência, examinamos outras duas notas taquigráficas que revelam posições em favor da ciência, com relação aos temas investigados. Com isso, analisamos detalhadamente as notas taquigráficas referentes à 15ª reunião da CPI da Pandemia de Covid-19, realizada em 2/6/2021, que ouviu a médica infectologista Luana Araújo¹², e analisamos as notas taquigráficas da audiência da 19ª reunião da CPI da Pandemia da Covid-19, do dia 11/6/2021, na qual foi ouvida a cientista Natália Pasternak¹³.

¹⁰ Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialização em Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê pela Universidade de Brasília (UnB).

¹¹ Graduada em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP), com residência em Clínica Médica e Imunologia e Alergia no Hospital das Clínicas da FMUSP, doutorou-se na disciplina de Pneumonia no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e tem formação em oncologia.

¹² Médica com especialização em doenças infecciosas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrado em Saúde Pública pela universidade Johns Hopkins Bloomberg, nos Estados Unidos da América.

¹³ Microbiologista, com PhD e pós-doutorado em Microbiologia pela Universidade de São Paulo (USP).

3. ANÁLISE DOS DADOS

A construção discursiva expressa pelos médicos apoiadores do governo Bolsonaro procura legitimar as decisões ideológicas e, ao mesmo tempo, busca garantir a manutenção do poder através da linguagem. Isso quer dizer, na ótica de Wodak (2004, p. 236), que não é a linguagem que garante o poder, mas o uso que os agentes dela fazem que pode garantir o poder.

Assim, médicos apoiadores do governo de Jair Bolsonaro procuram um discurso unânime, que tenta descredenciar os propósitos científicos praticados por universidades e órgãos reguladores em favor de uma minoria¹⁴ que defende posição contrária. Esses atores, notadamente à frente do Ministério da Saúde, no momento mais desafiador da pandemia, procederam de forma irresponsável, a saber: (1) defenderam tratamento precoce, (2) alardearam que as vacinas seriam ineficazes, (3) sustentaram posição contra o *lockdown*, (4) propalaram posição contrária aos cuidados profiláticos, (5) sabotaram a testagem em massa. Essas posições foram, muitas vezes, fundamentadas a partir de publicações apócrifas ou buscaram evidenciar opiniões de pseudocientistas a serviço da ideologia vigente à época.

Nomes como Osmar Terra, Nise H. Yamaguchi, Eduardo Pazuello¹⁵, Marcelo Queiroga e outros procuraram invalidar as teses científicas disponibilizadas por centros acadêmicos e organismos nacionais e internacionais que lidam com pesquisas na área de saúde e, a todo tempo, sonegaram informações ou deram depoimentos falsos durante as oitavas prestadas a CPI da Pandemia de Covid-19.

Para comprovar tal afirmação, pinçamos das notas taquigráficas da referida Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia de Covid-19 trechos dos depoimentos desses sujeitos que defenderam o “tratamento precoce” (que recomendavam fármacos como: ivermectina, cloroquina e hidroxicloroquina) e usaram argumentos falaciosos para tentar validar a “imunidade de rebanho”, a negação da vacinação, o abandono da testagem em massa, a ausência de cuidados profiláticos, a rejeição ao isolamento social (ou *lockdown*). Por isso mesmo, os discursos são arquitetados com o fim de legitimação e de dominação.

Em primeiro lugar, ao analisarmos o depoimento do deputado Osmar Terra, fica claro que o referido médico (e político) defende em tom falacioso o “tratamento precoce”, a “imunidade de rebanho” e o “relaxamento do isolamento social”. Com isso, na oitava da reunião da CPI de 26/6/2021, Osmar Terra procura legitimar seus argumentos ao citar a Gripe Espanhola (1918-1919), a Gripe Russa (1889-1890), a Gripe de Hong Kong (1968-1969) e a Gripe H1N1 (2009), na tentativa de naturalizar (com eufemizações) o efeito devastador da Pandemia de Covid-19 e, ao mesmo

¹⁴ Referimo-nos a uma minoria de médicos que busca validar procedimentos isolados sem a chancela das comunidades científicas internacionais, como Didier Raoult, Zelenko e Peter McCullough, que alinham os discursos em defesa do “tratamento precoce”.

¹⁵ Apesar de não ter formação médica, o General do Exército Eduardo Pazuello assumiu o Ministério da Saúde interinamente, em 15 de maio de 2020 e, posteriormente, em 16 de setembro de 2020 foi efetivado, e exonerado em 15 de maio de 2021.

tempo em que também intenciona legitimar um discurso para amparar as ações desastrosas do governo Bolsonaro. Osmar Terra chega a defender que em todas as “pandemias” anteriores obtivesse a “imunidade de rebanho”, e assim constrói o seu discurso em torno do sofisma de que, “*se nesses momentos históricos de contaminação por vírus houve a ‘imunidade social’, de igual modo, haveria a contaminação pelo Coronavírus*”, assim confirmando uma das estratégias de operação de ideologia apresentada por Thompson (1990), em que as “relações de dominação são representadas como legítimas (representadas como justas e dignas de apoio/comprovação)”.

Assim sendo, esses representantes do núcleo do Governo Federal, à época, procuraram harmonizar o discurso a fim de garantir a detenção de poder. Sobre esse aspecto, Wodak (2004, p. 237) destaca que “o poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo”. Isto é, a linguagem é moldada com finalidade de garantir o posicionamento ideológico que se opõe aos propósitos científicos seguidos universalmente e autenticados pela maioria dos cientistas das universidades mais relevantes do mundo e dos órgãos reguladores internacionais e nacionais.

Por um lado, destacamos um bloco apoiador do Governo Federal que procura alinhar o discurso que tenta legitimar o “tratamento precoce” com uso de fármacos *off label* (como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermequitina), “imunização de rebanho”, posicionamento contrário ao *lockdown*, sem um método definido (confundindo metodologia e ferramenta estatística), e com um discurso baseado em fontes apócrifas e aconselhamento paralelo, o que limita a autonomia do Ministério da Saúde.

Para bem entendermos as estratégias discursivas do bloco apoiador do Governo Federal, trazemos o modelo de Thompson (1990), que indica cinco modos gerais de operação da ideologia, os quais se subdividem em várias estratégias de construções discursivas simbólicas, como pode ser visto, no quadro seguinte:

Quadro 2 - Estratégias discursivas de operação de ideologia, de Thompson (1990)¹⁶

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA	EXEMPLOS
1. LEGITIMAÇÃO – relações de dominação são representadas como legítimas (representadas como justas e dignas de apoio/comprovação)	1.1. FALÁCIAS ARGUMENTATIVAS/ RACIONALIZAÇÃO (apelo à legalidade, a bases supostamente científicas) (construção de uma cadeia de razões que busca defender ou justificar um conjunto de relações sociais ou instituições, e, assim, persuadir um público que vale a pena apoiar.)	1.1 Argumentos de que, se em outras pandemias ocorreu uma imunidade de rebanho, com a Covid-19, a contaminação em massa promoveria imunidade.
	1.2. UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses	1.2 Consideram a Covid-19 uma “gripezinha”.

¹⁶ Modelo de Thompson (1990), com adaptações e exemplos extraídos das notas taquigráficas da CPI da Pandemia de Covid-19.

	gerais – esses arranjos são vistos como abertos, em princípio, para qualquer um que tenha a habilidade e a inclinação para ser bem sucedido.)	
	1.3. PARTICULARIZAÇÃO (questões gerais são apresentadas como problemas específicos, individualizados)	1.3 Alusão a pandemias do passado a fim de tentar autenticar as ações equivocadas em relação à gestão da pandemia de Covid-19 no presente.
	1.4. NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente. Ex.: tradições, costumes, pessoas) (Às vezes tradições são inventadas para criar um sentimento de pertencimento a uma comunidade e a uma história). Quanto à narração, Adam (2019, p. 113) define essa sequência textual como “conjunto de proposições articuladas progredindo em direção a um fim”.	1.4 Os médicos negacionistas narram eventos que são deslocados da realidade para tentarem legitimar as ações intempestivas do Governo Federal à época. Por exemplo, Nise H. Yamaguchi diz que um medicamento para protozoário serviria para combater vírus. Para isso ela narra que um experimento <i>in vitro</i> , mesmo sem ser testado em humanos, poderia ser usado para combater Covid-19.
2. DISSIMULAÇÃO – Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas (as relações são representadas de uma forma que desviam a atenção ou encobrem as relações ou processos existentes).	2.1. DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões – um termo comumente usado para se referir a um objeto ou a um indivíduo é usado para se referir a outro).	2.1 A vacinação é substituída por tratamento precoce e <i>lockdown</i> é cambiado por “imunidade de rebanho”.
	2.2. EUFEMIZAÇÃO (valorização positiva de instituições, ações, acontecimentos ou relações).	2.2 Os médicos negacionistas expõem o número de recuperação como forma de atenuar o número de contaminados ou número de óbitos.
3. UNIFICAÇÃO – Construção simbólica de identidade coletiva	3.1. PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado).	3.1 Os médicos negacionistas procuram construir um discurso “uno” ou alinhado, na tentativa de invalidar as bases científicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de órgãos reguladores. Por exemplo: defendem imunização de rebanho, tratamento precoce, põem em xeque a eficácia da vacina, não aceitam o isolamento social, rejeitam o uso de máscara, bem como invalidam a higienização de mãos e uso de máscaras.
	3.2. SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva).	3.2 Afirmações de que os posicionamentos contrários são a aparência do mal e, portanto, são descredenciados. Exemplo: relação entre tomar vacina e “virar jacaré”.
4. FRAGMENTAÇÃO – segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante.	4.1. DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)	4.1 Declarações de que as vacinas seriam ineficazes e o distanciamento social traria prejuízos econômicos.
	4.2. EXPURGO (construção simbólica de um inimigo)	4.2 Avaliações de defensores da ciência como ‘militantes de esquerda’ e, por isso, seriam agentes promotores de perseguição e desqualificação.
5. REIFICAÇÃO – Retratação de uma	5.1. NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)	5.1 Afirmações do tipo: “Outras pandemias passaram e a de Covid-19, igualmente, passará”.

situação transitória como permanente e natural	5.2. ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes)	5.2 Declarações como: “Todos nós morreremos um dia”.
	5.3. NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações).	5.3 Declarações de agentes do governo, tais como: “O crescimento econômico é o foco do governo, portanto, não haverá distanciamento”.

Após breve apresentação de alguns discursos vistos no quadro acima, passamos a fazer alguns destaques sobre a fala dos depoentes, que revelam seus posicionamentos¹⁷.

Na tentativa de naturalizar a pandemia Covid-19, Terra (2021, p. 12, grifos nossos) diz que defende a chamada “imunidade de rebanho”, ao destacar que:

A imunidade de rebanho é como terminam todas as pandemias, é o resultado final. Quando se chega a um percentual da população por vacina – nesse caso, vai ser importante vacina –, ou não, pelo contágio que o vírus causa, vai se chegar a um percentual que termina com a pandemia. Senão, não termina. Essa é a grande questão.

No entendimento de Thompson (1990), esse posicionamento assume duas aparências: pode ser expresso por deslocamento ou por eufemização. No caso em tela, vemos o deslocamento da concepção de pandemia e, ao mesmo tempo, destacamos a eufemização, quando o depoente procura mostrar em seu discurso que a razão econômica estaria justificada em razão da conveniência. Além disso, observamos um exemplo de legitimação pautado em argumento falacioso, porque Osmar Terra deduz que, “se quatro ‘pandemias’ anteriores terminaram, porque atingiram a ‘imunidade de rebanho’, a pandemia de Covid-19 também deverá terminar pelo mesmo processo”.

Em uma declaração totalmente deslocada da realidade, Terra (2021, p. 12, grifos nossos) diz:

Quais eram os fatos – e assim se faz a ciência – concretos que existiam em fevereiro e março? Os fatos concretos que existiam em fevereiro e março eram a epidemia da China. A China teve um surto completo. Ela completou... Ela começou, subiu, desceu e terminou! Tem 4 mil mortes na China até hoje. Era o surto que tinha na época para ser analisados: 4 mil mortes num país de 1,4 bilhão de habitantes nos levaram à ideia de que não seria uma coisa tão grave. O mesmo aconteceu com o surto da Coreia, 185 mortes; no navio Diamond Princess, sete pessoas morreram em 3,5 mil... Esses eram os dados, esses eram os fatos que tinham na época...

Mais uma vez notamos que o raciocínio falacioso inunda as declarações. As palavras do depoente minimizam os efeitos da pandemia e procuram confundir a audiência com dados e comparações imprecisos. Nessa e em outras declarações, Osmar Terra procura legitimar o seu discurso com menções históricas desconexas. Sobre essa estratégia, Thompson (1990) postula que essa postura de tentar legitimar o discurso através de falácias argumentativas demonstra mais

¹⁷ A transcrição dos depoimentos será aqui apresentada em itálico, para se destacar das citações do referencial teórico deste estudo.

uma forma de operação ideológica. Não só isso, mas é também visível que o parlamentar tenta particularizar eventos em contextos diferentes e em épocas diversas como se esses acontecimentos servissem de regra para o contexto brasileiro com o avanço da Covid-19.

Completamente alinhada com Osmar Terra, a médica oncologista Nise H. Yamaguchi constrói seu discurso em torno da “ideologia dominante” do Governo Federal à época. Dessa forma, a médica comunga das mesmas ideias sobre: “imunidade de rebanho”, “tratamento precoce” e, portanto, rejeita a possibilidade de *lockdown* (como também, desaprova o confinamento social). Sobre imunidade de rebanho, Yamaguchi (2021, p 12, grifos nossos) assevera que:

*Antes eu quero esclarecer o que é imunidade de rebanho. **Imunidade de rebanho é um fato.** Ela acontece quando você tem uma grande quantidade de pessoas imunizadas, ou que tenham tido contato com o vírus, ou que tenham uma imunidade natural já previamente adquirida pelo contato com outros vírus. Então, o que acontece é que esse fato, que é a imunidade de rebanho, acontece de diversas maneiras.*

Na busca de unificação das ideias sobre os temas discutidos neste trabalho, constatamos que as teses de Nise H. Yamaguchi e de Osmar Terra são repetidas como mantras para provocarem na audiência um discurso uno. São discursos circulares, que não levam a qualquer lugar. Nesse mesmo aspecto da unificação, fica claro que ambos os médicos negacionistas buscam legitimar a postura do Governo Federal em exercício à época. Soma-se a isso, segundo Thompson (1990), que a simbolização é mais uma estratégia usada, porque todos quantos pensam diferente do mandatário da nação são tidos como “esquerdistas” e, ao serem assim rotulados, são descredenciados e expurgados do Ministério da Saúde.

Quando perguntada sobre a eficiência das vacinas, Yamaguchi se esquivava e responde sem clareza, porém deixa a ideia implícita de que as vacinas seriam ineficazes ou deveriam ser aprimoradas. Para tentar validar o discurso de que o “tratamento precoce” seria mais importante do que as vacinas, a médica oncologista procura mostrar um caso isolado pessoal e declara para a audiência: “*eu já tive Covid-19, e eu não posso me vacinar, porque eu tenho uma doença autoimune*” (Yamaguchi, 2021, p. 64).

Nise H. Yamaguchi, dessa forma, enaltece reiteradamente o “tratamento precoce”. Para isso, ela cita jornais estrangeiros, agências estrangeiras, hospitais famosos, porém não o faz para fundamentar a “eficiência do tratamento”. Muito pelo contrário, Nise H. Yamaguchi faz menções periféricas para tentar justificar escolhas ou caminhos possíveis, mas não expõe qualquer evidência para fundamentar seu discurso, que é vazio e sem consistência e suas justificativas não condizem com os pressupostos científicos sobre a questão. Ademais, a médica oncologista muda o foco da discussão, colocando-se na posição de vítima de perseguição política, ao ser confrontada em relação às próprias declarações públicas sobre “imunidade de rebanho”, “tratamento precoce”,

“ineficiência da vacina” e isolamento social (ou *lockdown*). Em uma de suas falas, Yamaguchi (2021, p 27, grifos nossos) chegou a dizer:

*O New York Times, inclusive, confundiu, falando que o estudo do Amazonas de hidroxiquina tinha matado gente, e não era verdade: era cloroquina numa dose alta. Então, deu margem a essa confusão mundial e acabou sendo citado aqui, inclusive no material oferecido à Procuradoria da República, como sendo um dos motivos pelos quais não se deveria usar a cloroquina. **Então, a gente acredita que tem evidências científicas bastante robustas de que é uma droga segura e eficiente, usada há mais de 70 anos - a cloroquina, a hidroxiquina, um pouco menos -, mas considerados pela Organização Mundial de Saúde como remédios essenciais.***

Nesse fragmento, apesar de a médica oncologista ressaltar a expressão “evidências científicas”, o propósito de sua tese é falso, porque o medicamento citado foi testado para o tratamento de protozoário, que é totalmente discrepante da ideia de uso desses fármacos para o tratamento de vírus.

Na sequência, por outro lado, é importante destacar as falas de duas cientistas que deram suas contribuições ao relatório da CPI da Pandemia de Covid-19 de forma diametralmente contrária às de Osmar Terra e às de Nise H. Yamaguchi. Referimo-nos a Natália Pasternak e a Luana Araújo, que apresentam discursos harmônicos em prol da ciência. Nesse particular, as cientistas trazem posições completamente antagônicas aos aliados do Governo Federal. Antes de responderem às perguntas, ambas as cientistas, em momentos diferentes, preservam o *ethos* ao exporem uma “imagem de si”. Sobre esse aspecto que envolve o *ethos*, Maingueneau (1996, p. 40)¹⁸ destaca:

Todo discurso, oral ou escrito, pressupõe um *ethos*. Ele implica uma certa representação do corpo, de sua garantia do enunciador que assume a sua responsabilidade. A sua fala faz parte de um comportamento global (modo de se movimentar, de se vestir, de se relacionar com os outros...) Atribui-se-lhe assim um caráter, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático...) e uma corporificação (um conjunto de traços físicos e de vestimenta).

Guardadas as devidas diferenças, essa “imagem de si” é exposta pelas duas cientistas ao serem interpeladas em reuniões¹⁹ diferentes. Nessa direção, tanto Natália Pasternak, quando Luana Araújo apresentam suas formações com significativo preparo acadêmico, de acordo com os centros acadêmicos de prestígio global, e em consonância com as autoridades sanitárias nacionais e internacionais e, por essa razão, deixam patente que são capacitadas para tratar dos assuntos relativos à crise sanitária em foco.

¹⁸ Tout discours, oral ou écrit, suppose un éthos : il implique une certaine représentation du corps de son garant, de l'énonciateur qui en assume la responsabilité. Sa parole participe d'un comportement global (une manière de se mouvoir, de s'habiller, d'entrer en relation avec autrui...) On lui attribue ainsi un caractère, un ensemble de traits psychologiques (jovial, sévère, sympathique...), et une corporalité (un ensemble de traits physiques et vestimentaires) Maingueneau (1996, p. 40, tradução nossa).

¹⁹ Segundo Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19, Luana Araújo foi ouvida na 15ª reunião, em 2/6/2021, e Natália Pasternak foi convidada para a audiência pública na 19ª reunião, em 11/6/2021. Disponível em < <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4> > Acesso em: 21 jan. 2023.

Assim, ao ser questionada pelo relator da CPI, senador Renan Calheiros, sobre qual seria a forma mais eficiente de se combater uma doença viral, Pasternak (2021, p. 10, grifos nossos) foi categórica e disse: “*Senador, **com vacinas***”. Com isso, a microbiologista coloca seu posicionamento favorável às vacinas e rechaça veementemente o “tratamento precoce”. Nessa direção, ao responder um questionamento do relator sobre o uso de medicamentos, como ivermectina, cloroquina e hidroxiclороquina, a cientista frisa que:

*Esses medicamentos não servem pra Covid-19, **de acordo com a evidência científica acumulada até agora**. Como coloquei na minha apresentação, é claro que a ciência está sempre pronta pra mudar de ideia diante de novas evidências, mas as novas evidências precisam ser robustas; **não é qualquer trabalho que foi publicado em qualquer revista**. São evidências robustas avaliadas pela comunidade científica. Se essas evidências aparecessem, a comunidade científica muda de ideia. Mas **o que temos de evidência acumulada até agora e acumuladas de uma forma que, realmente, é robusta ou suficiente é forte o suficiente pra nos dizer que esses medicamentos não são indicados pra Covid-19** (PASTERNAK, 2021, p. 11, grifos nossos).*

De modo categórico, fica claro o posicionamento da cientista em favor da ciência²⁰, pois, para ela, a ciência precisa de método e fundamentação segura para que as descobertas sejam chanceladas pela comunidade científica. A microbiologista ainda diz que a hidroxiclороquina é inapropriada para o paciente em qualquer estágio da doença (Pasternak, 2021, p. 13-14). Em relação à vacinação, a cientista revela em outra resposta a um questionamento de uma senadora que, “[...] *sobre a imunidade de rebanho, Senadora, é um termo vacinal. Imunidade de rebanho é algo que **a gente alcança com campanhas de vacinação**, e não deixando todo mundo pegar a doença pra ver o que vai dar. Isso a gente nunca fez historicamente*” (Pasternak, 2021, p. 40). Nesse fragmento, a microbiologista, de uma só vez, desfaz o sentido deturpado sobre imunidade e enaltece a vacinação.

Ainda sobre o “tratamento precoce”, Pasternak (2021, p. 14, grifos nossos) diz que

*[...] o kit Covid, que inclui uma série de medicamentos que **infelizmente estão sendo distribuídos para a população como tratamento precoce... Eles não têm nenhuma base científica que apoie o seu uso**. É bem pelo contrário. [...] Então, a hidroxiclороquina é um medicamento muito comum para malária e muito bom para malária, usado também para algumas doenças autoimunes, **mas nunca foi testado em conjunto com outros medicamentos**, como a azitromicina, como a ivermectina, a nitazoxanida e outros componentes que aparecem e somem desse kit Covid...*

Nesse excerto, a microbiologista reitera o seu posicionamento contra o uso de fármacos que não encontram qualquer base científica para o tratamento da Covid-19.

Perguntada sobre a prevenção, Pasternak mostra-se favorável às medidas preventivas, inclusive, o distanciamento social. Nesse particular, podemos confrontar essa declaração com os posicionamentos negacionistas de Osmar Terra e Nise Yamaguchi, que acreditam na “imunização de rebanho”. Assim, para refutar os posicionamentos dos médicos bolsonaristas, Pasternak (2021, p. 24, grifos nossos) sustenta que “[...] *muitos bons cientistas e bons técnicos não se sentem*

²⁰ Ver nota 4.

confortáveis para **trabalhar num Governo onde sabem que eles não vão poder seguir a ciência, porque a ciência está sendo negada, está sendo atacada justamente por esse próprio Governo**”.

Pasternak é mais objetiva com relação ao *lockdown* na seguinte passagem:

*Então, essas **são as medidas que a ciência diz**, Senador, que são as melhores. E, quando a gente está em uma situação de calamidade, *lockdown* é a medida importante. É óbvio que ela é uma medida drástica, mas situações drásticas vão receber medidas drásticas. E esse *lockdown* nunca foi feito no Brasil, a não ser de forma muito isolada e **nos deu até uma boa prova de conceito** –, mas não é tão eficaz como se tivesse uma região inteira coordenada fazendo esse *lockdown* em conjunto. [...] a falta de diretrizes coordenadas pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal, que acabou deixando Estados e Municípios à própria sorte, para que cada um combata a pandemia do seu jeitinho, sem terem diretrizes claras coordenadas, com uma coordenação nacional (PASTERNAK, 2021, p. 18-19 grifos nossos).*

Aqui, vemos claramente que Natália Pasternak é favorável ao *lockdown* e, ao sê-lo, a microbiologista já deixa claro que não há espaço para a “imunidade de rebanho”.

A médica infectologista Luana Araújo, por seu turno, revela em seu discurso uma apreciação à ciência, tal qual vimos demonstrando em relação a Natália Pasternak, pois, quando questionada, mostra que as decisões para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 devem se pautar em métodos claros, e se alicerçarem em pareceres rigorosos das comunidades científicas (inclusive de comunidades internacionais), sendo necessário o respaldo de órgãos reguladores.

Ao trazermos à discussão o pensamento de Luana Araújo sobre os assuntos em foco (vacina, *lockdown*, “imunidade de rebanho” e “tratamento precoce”), perceberemos uma aproximação entre o discurso elaborado por Luana Araújo e o discurso de Natália Pasternak, pois ambas as cientistas recorrem aos padrões científicos como fundamentos que as autorizam a se posicionarem.

Araújo (2021, p. 30, grifos nossos), por conseguinte, coloca-se contra a “imunidade de rebanho”. Para ela: “[...] **uma imunidade de rebanho natural, dentro do SARS-CoV-2 e da doença Covid-19 é impossível de ser atingida, não é uma estratégia inteligente. Ela é impossível de ser atingida**”.

Araújo (2021, p. 39, grifos nossos) é favorável à vacinação e aos cuidados profiláticos, como ela expõe na seguinte passagem:

*[...] a gente está falando na **intervenção vacinal majoritariamente** e associada (sic) à ela, nas **outras estratégias não farmacológicas de comportamento**, quer dizer, a pessoa tem a vacinação como base, mas ela precisa ainda **manter o uso da máscara, a higiene de mãos e o distanciamento social**.*

Araújo (2021, p. 20, grifos nossos) ainda mostra sua oposição ao “tratamento precoce” e, ao comentar sobre cloroquina e hidroxicloroquina, ela frisa:

*[...] uma metanálise feita da forma correta, uma metanálise que é essa ferramenta que condensa e melhora a nossa percepção de estudos, feita sobre estudos que são de alta qualidade, que são estudos randomizados, controlados – e mostra que existe um **aumento da mortalidade com o uso de cloroquina e hidroxicloroquina**.*

Ainda quando interpelada por Renan Calheiros sobre o tratamento precoce, Araújo (2021, p. 12-13) declara:

Essa é uma discussão delirante, esdrúxula, anacrônica e contraproducente. Quando eu disse que um ano atrás nós estávamos na vanguarda da estupidez mundial, eu infelizmente ainda mantenho isso em vários aspectos, porque nós ainda estamos aqui discutindo uma coisa que não tem cabimento. É como se a gente estivesse escolhendo de que borda da Terra plana a gente vai voar; não tem lógica. A gente precisa desenvolver soluções, estratégias claras adaptadas ao nosso povo. A gente precisa ajudar o gestor [...] a conseguir os resultados que ele precisa, porque desses resultados dependemos todos nós. Então, ao invés de a gente fazer isso, com todo o respeito do mundo, nós estamos aqui discutindo algo que é um ponto pacífico para o mundo inteiro. Esse que é o perigo da nossa arrogância. É preciso que a gente aprenda com os outros lugares, com as outras instituições...

Nesse fragmento, encontramos uma forma implícita de apontar repúdio ao procedimento *off label* como tratamento precoce. Além disso, a cientista faz uma crítica contundente ao teor negacionista adotado pelo Ministério da Saúde. Esse órgão do Executivo, como pode ser constatado, sofreu ataques e foi forçado a atender às ingerências de teor ideológico do Governo de Jair M. Bolsonaro.

Portanto, diferente dos médicos bolsonaristas, frisamos, com efeito, que Luana Araújo e Natália Pasternak fundamentam seus discursos na argumentação *ad rem*, que, para Perelman (2014, p. 125), “corresponde a uma argumentação que o orador pretende válida para toda a humanidade racional ou, *ad humanitatem*”, pois a retórica escolhida pelas médicas se materializa a partir de pesquisas e vivências no ambiente médico-laboratorial, seguindo normas e métodos universais. Na contramão, os depoentes negacionistas Osmar Terra e Nise H. Yamaguchi fundamentam seus discursos em argumentação *ad hominem*, que, segundo Perelman (2014, p. 125), tem sua base no juízo de valor em detrimento da razão e da verdade.

Elaboramos um quadro comparativo desses discursos antagônicos, que resume a polarização revelada nos discursos em dois blocos, conforme pode ser visto logo a seguir:

Quadro 3 - Quadro síntese dos assuntos que subjazem às teses defendidas pelos médicos.

CIENTÍFICO	NEGACIONISTA
Pressupostos científicos defendidos majoritariamente por organismos de pesquisa nacionais e internacionais.	Teorias da conspiração e documentos apócrifos, tais como: artigos de fontes duvidosas, <i>sites</i> e conteúdos de aplicativo <i>whatsapp</i> .
Distanciamento social e isolamento vertical	Imunidade de rebanho ²¹
Testagem	Não-testagem
Vacina	Tratamento precoce, uso <i>off label</i> (cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina).
Cuidado profilático: uso de máscara, higienização de mãos etc.	Agglomerações e contato sem restrições.

²¹ A todo tempo, Yamaguchi (2021, p. 80) e Terra (2021, p. 12) defendem a dita “imunidade de rebanho”, como aparece em seus depoimentos durante as oitivas da CPI da Covid-19. Além disso, podemos destacar volumosos registros de declarações dessa natureza proferidas pelos referidos médicos no Relatório da CPI da Pandemia. Relatório final: Comissão Parlamentar de Inquérito. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Decisões baseadas na qualificação técnica	Decisões baseadas na conveniência ideológica
---	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frisamos que a defesa do óbvio, em meio à “engenharia do caos”²², parece uma tarefa descomunal, uma vez que essa atividade em favor da ciência exige de quem envereda pelas trilhas da racionalidade um esforço enorme para tentar provar suas teses no confronto e na resistência ao emergente “teatro do absurdo”, que procura validar o *nonsense*.

Essa visão distorcida do mundo lembra-nos o pensamento de Camus (2004, p. 50), ao afirmar que “para um espírito absurdo, a razão é vã e não existe nada além da razão”. No entanto, a ACD nos garante a possibilidade de investigar os meandros discursivos com a finalidade de se buscar a verdade que é inerente ao humano.

Nesse sentido, objetivamos investigar, criticamente, os posicionamentos discursivo-ideológicos extraídos de depoimentos da CPI da Pandemia de Covid-19. De forma mais específica, no nosso percurso ao longo deste estudo, procuramos: a) arrolar as estratégias argumentativas utilizadas pelos depoentes, na tentativa de legitimar as teses expostas; b) comparar os discursos em blocos separados a partir de temáticas específicas; c) descrever as escolhas discursivo-ideológicas para a manutenção das teses expostas; d) classificar os discursos evocados a partir das teorias da ACD; e) esquematizar os posicionamentos apresentados pelos depoentes e f) analisar os posicionamentos convergentes e divergentes.

Diante do levantamento dos dados e das análises, chegamos ao entendimento de que Osmar Terra e Nise H. Yamaguchi procuraram construir os seus posicionamentos pautados em discursos falaciosos, negacionistas e de conveniência ideológica. Em entendimento diametralmente oposto, constatamos que Luana Araújo e Natália Pasternak refutaram as teses de seus adversários, pois fundamentaram seus discursos em teorias científicas. Com isso, vemos que a pesquisa traz contribuições ao evocarmos reflexões sobre a ACD a partir de um *corpus* de relevância para a sociedade brasileira. Ademais, ao mostrarmos que existem estratégias discursivas que manejam a ideologia, entendemos que a manutenção de discursos falaciosos através da linguagem pode legitimar ideologias perigosas, como a que se abateu sobre o Brasil de 2019 até 2022.

Convém, no entanto, esclarecer que pretendemos aprofundar a pesquisa com a finalidade de elucidar eventuais questões que se ainda se possam esclarecer.

²² Refiro-me ao livro *Os engenheiros do caos*, de Giuliano Da Empoli, que aborda assuntos como *fake news*, teoria da conspiração, algoritmos, disseminação de ódio e medo com finalidade de interferência nas eleições. EMPOLI, Giuliano Da. **Os Engenheiros do caos**. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante... [et al]. São Paulo: Contexto, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAKHTINE, Michail. (V.N. Volochinov). **Le marxismo et la philosophie du langage**: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique. Paris, Les Editions de Minuit, 1977.
- BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Transcrição literal das notas taquigráficas da 24ª. reunião da depoente Osmar Terra**. 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10051>. Acesso em 8 de jan. de 2023.
- BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Transcrição literal das notas taquigráficas da 14ª. reunião da depoente Nise H. Yamaguchi**. 2021. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10018>. Acesso em 8 de jan. de 2023.
- BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Transcrição literal das notas taquigráficas da 15ª. reunião da depoente Luana Araújo**. 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10022>. Acesso em: 21 maio 2022.
- BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Transcrição literal das notas taquigráficas da 19ª. reunião que ouviu a convidada Natália Pasternak**. 2021. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10033>. Acesso em :21 maio 2022.
- BRASIL, Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Relatório final**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/27/cpi-da-pandemia-entrega-relatorio-final-ao-presidente-rodrigo-pacheco>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro. Record. Tradução Ari Roitman e Paulina Watch, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coordenação de equipe de tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2016.
- EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing discourse**: textual analysis for social research. London and New York, Taylor and Francis e- Library, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis**: the critical study of language. London and New York, Taylor and Francis e- Library, 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London and New York, Taylor and Francis e- Library, 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro, 2001.
- MAGALHÃES, Célia Maria (org). 2001. **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG: DELTA, 2005, p. 313-321.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Les termes clés de l'analyse du discours**. Paris, Editions du Seuil, 1996.
- VAN DIJK, Teun. **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução de Adail Sobral *et al*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PERELMAN, Chaïm. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão]. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideology and modern culture**. Cambridge: Polity Press, 1990.

VAN DIJK, Teun A. van. **Discourse and Power**. New York, 2008.

VAN DIJK, Teun **El discurso como interacción social**: estudios del discurso: introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000. v. 2.

VAN DIJK, Teun **Society and discourse**: how social context influence text and talk. Cambridge University Press, 2009.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**: Lemd, Tubarão, v. 4, n. esp, p.223-243, 2004.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Leonardo Ferreira da Silva

Graduado em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: leonardohasadream@gmail.com

Vicentina Ramires

Professora Titular do Departamento de Letras da UFRPE. Doutorado e Pós-doutorado em Linguística. E-mail: vicentinaramires@gmail.com

Maternidade como dispositivo: olhares foucaultianos para fotografias de mães e filhas

*The dispositif of maternity: foucaultian gazes
towards mother & daughter photographs*

*La maternidad como dispositivo: perspectivas
foucaultianas sobre fotografías de madres e
hijas*

RESUMO

O artigo apresenta uma análise discursiva sobre imagens fotográficas da artista Libano-americana Rania Matar, cujo foco é o funcionamento da maternidade como dispositivo de poder, ferramenta de reflexão desenvolvida por Michel Foucault. As fotografias analisadas enquadram enunciados em que mães e filhas são posicionadas no discurso, mediante processos de objetivação e de subjetivação, acionados pelo referido dispositivo. O corpus reúne um conjunto de fotografias pertencente ao portfólio da fotógrafa, nomeado como *Unspoken Conversations: mothers & daughters*, publicado na internet.

Palavras-chave: discurso; dispositivo; Michel Foucault; fotografias; maternidade.



Recebido em: 19 de julho de 2023
Aceito em: 14 de dezembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.50093

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Irene Rodrigues Batista da Silva

isirenesilva4@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1970-9848>

Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Maringá, PR, Brasil

Pedro Navarro

navarro.pl@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Botucatu, SP, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The article presents a discursive analysis of photographic images by the Lebanese-American artist Rania Matar, whose focus is on the functioning of motherhood as a dispositif of power, a reflection tool developed by Michel Foucault. The analyzed photographs framed statements in which mothers and daughters are positioned in the discourse, through processes of objectification and subjectivation, triggered by the aforementioned dispositif. The corpus brings together a set of photographs belonging to the photographer's portfolio, named *Unspoken Conversations: mothers & daughters*, published on the internet.

Keywords: discourse; dispositif; Michel Foucault; photographs; maternity.

RESUMEN

El artículo presenta un análisis discursivo de imágenes fotográficas de la artista libanes-estadounidense Rania Matar, cuyo foco está en el funcionamiento de la maternidad como dispositivo de poder, herramienta de reflexión desarrollada por Michel Foucault. Las fotografías analizadas enmarcan enunciados en los que madres e hijas se posicionan en el discurso, a través de procesos de objetivación y subjetivación, desencadenados por el mencionado dispositivo. El corpus reúne un conjunto de fotografías pertenecientes al portafolio de la fotógrafa, denominadas *Unspoken Conversations: mothers & daughters*, publicadas en internet.

Palabras clave: discurso; dispositivo; Michel Foucault; fotografías; maternidad.

Como citar:

SILVA, Irene Rodrigues Batista da; NAVARRO, Pedro. Maternidade como dispositivo: olhares foucaultianos para fotografias de mães e filhas. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 103-119, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

A tarefa de “pensar com o olhar” não é algo incomum para quem incursiona pela teoria discursiva desenvolvida com base nos estudos de Michel Foucault, já que é inerente à prática de análise do filósofo francês enxergar em cenas visuais aquilo que, discursivamente, não está aparente ao observador. A questão das visibilidades¹, então, vem sendo explorada pelos analistas foucaultianos como um verdadeiro campo exploratório de possibilidades, pelo qual há uma abertura para pensar o/pelo olhar, ou seja, a prática analítica de Michel Foucault fornece ferramentas para que consigamos abordar como o olhar se constitui em uma racionalidade discursiva, imprimindo na imagem uma captura da ordem do olhar, mas também a captura da ordem das relações de poder delineadas na cena imagética pelo enquadramento, responsável por formatar a cena no campo de visão do observador.

Assim é que, ao observarmos fotografias de mães e filhas e ao mobilizarmos as ferramentas foucaultianas de análise, conseguimos “escavar” elementos de análise da discursividade imagética, o que torna a imagem mais clara e precisa naquilo que seria normalmente não revelado sem essa preocupação em ir além da superfície das relações de poder na imagem. A imagem, então, possui uma espessura em camadas que pode ser vista mesmo a partir de sua mera superficialidade; nela, ou dentro dela, conseguimos ver os atravessamentos discursivos, como pontos e vetores de luz, que moldam e modulam discursivamente tudo o que é visível.

Por isso é que é possível afirmar que as imagens de mães e filhas que analisamos aqui trazem o funcionamento da maternidade como um dispositivo de poder², pelo qual não apenas surgem as subjetividades em evidência, mas pelo que são mobilizadas tais subjetividades, colocadas em relação pelo poder que se constitui entre elas. Nisso temos que o dispositivo é, de forma básica, uma ferramenta que possibilita iluminar os efeitos de poder vinculados às coisas ditas, no caso, ao discurso fotográfico em tela; olhando-o no momento mesmo em que ele está sendo acionado pelas relações que explicita, ao colocar em andamento não apenas seus mecanismos de

¹ Podemos falar aqui de um efeito panótico da fotografia, em que a câmera fotográfica é usada para indução a um “[...] estado permanente de visibilidade [...]” de maneira que a máquina fotográfica “seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente de quem o exerça [...]” (Foucault, 2013, p.286-287).

² Definido por Michel Foucault em várias de suas obras, mas interessa-nos a perspectiva exposta em *Microfísica do poder* (2018), em que Foucault delinea a ferramenta do dispositivo como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...]” (p.364). Não obstante, é em *A História da Sexualidade 1* (2014) que Michel Foucault estabelece uma certa noção de maternidade como dispositivo, ao ligar o *corpo histérico* da mulher como produto da ação do dispositivo da maternidade sobre o sujeito feminino: “[...] este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização. [...]” (Foucault, 2014, p.113).

controle, mas da mesma maneira suas engrenagens de possibilidades, que nos permitem também perguntar pelo ser do sujeito mãe.

1. O DISPOSITIVO DA MATERNIDADE EM ENUNCIADOS FOTOGRÁFICOS: SUBJETIVIDADES EM RELAÇÕES DE PODER-SABER

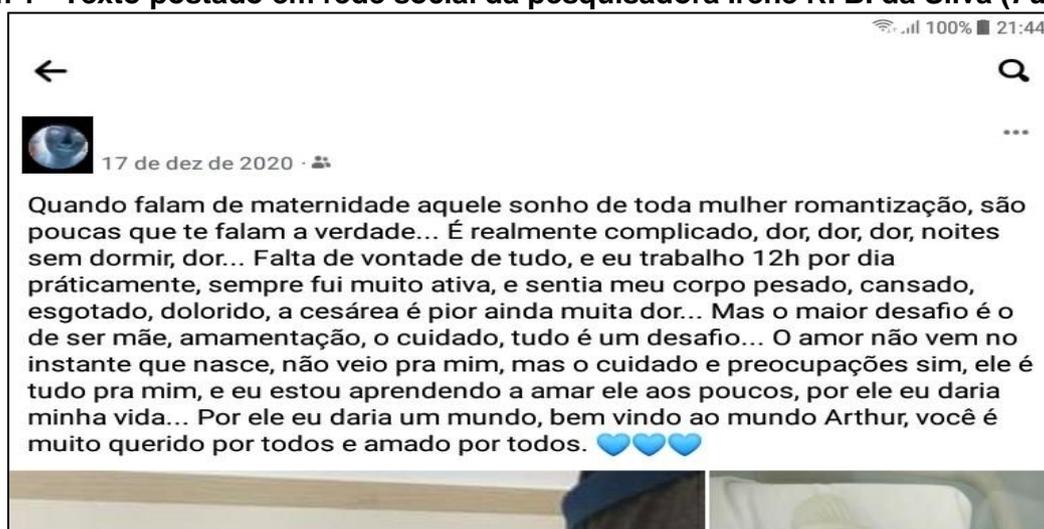
Historicamente, as enunciabilidades³ sobre a maternidade como dispositivo podem ser identificadas nos discursos iluministas do século XVIII sobre a “boa mãe”, que implementam uma verdadeira campanha pelo aleitamento materno e pelo cuidado da mãe biológica, cuja efetividade só será realmente sentida no século XIX, pela adesão da mulher burguesa, cuja resposta atende melhor aos apelos da filosofia, da medicina, da jurisprudência, da literatura masculinas produzidas, nesse período, de maneira que essa

[...] nova mãe passa portanto muito mais tempo com o filho do que a sua própria mãe passara com ela. E é bem o fator "tempo" que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal "tomavam conhecimento" da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão banho, vestem, levam a passear e cuidam. A criança já não é relegada à distância, ou a um outro andar. Ela brinca ao pé da mãe, faz as refeições a seu lado e conquista seu lugar no salão dos pais, como o testemunham numerosas gravuras. Estabelecem-se laços que tornam mais difíceis, senão impossíveis, as separações de antigamente. Os pais, e a mãe em particular, não têm mais o desejo de exilar os filhos nos conventos ou nos colégios. Aliás, o que é cada vez mais combatido pelas autoridades morais, filósofos e médicos. Criticam-se os pais que se livram de seus filhos. Bernardin de Saint-Pierre, entre outros, não mede palavras: "Se os entregam a amas desde que vêm ao mundo, é porque não os amam; se os mandam, quando crescem, a internatos e colégios, é porque não os amam.". Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A boa mãe é terna, ou não é uma boa mãe. Ela não suporta mais o rigor e a inflexibilidade demonstrados antigamente para com a criança. Ela teme a severidade dos colégios e dos conventos, mas também as más condições de higiene e de promiscuidade dos dormitórios. Como o observa muito justamente P. Aries, o internato perdeu o valor de formação moral e humana que se lhe atribuía outrora. [...] (Badinter, 1985, p. 211).

Contudo, apesar da força idealizadora do discurso masculino sobre a “boa mãe”, a realidade da condição feminina é completamente outra, se consideramos enunciabilidades produzidas por mulheres, principalmente mulheres advindas das classes trabalhadoras. Consideremos a imagem a seguir, postada no *Facebook* e que ilustra as dificuldades de uma mãe-recente em conciliar a maternidade e as exigências do trabalho, em nosso sistema capitalista.

³ É a partir do Iluminismo que se pode rastrear os vários enunciados sobre a maternidade como objeto de consideração das mais variadas áreas: “[...] após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o ‘amor materno’ como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. Dessa forma, em defesa da criança dois diferentes discursos confluíram para modificar a atitude da mulher perante os filhos: (1) um discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, que demonstrava a importância do numerário populacional para um país e alertava quanto aos perigos (e prejuízos) decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa e (2) uma nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual [...]. (Moura; Araújo, 2004, p. 46).

Imagem 1 - Texto postado em rede social da pesquisadora Irene R. B. da Silva (Facebook).



Fonte: Facebook, 2020.

Essa jovem mãe parresiástica⁴ relata como sua experiência real da maternidade ficou distante do sonho (da romantização). A experiência física (corporal) da dor, da dificuldade com as noites sem dormir; ausência de desejo; dificuldade em lidar com o “corpo pesado, cansado, esgotado”. Ela ainda ressalta a amamentação como um “desafio de ser mãe”, “o cuidado”. Em sua coragem parresiástica (de dizer a verdade), ela prossegue afirmando que o amor não é imediato, mas é um aprendizado, que ela está encarando com relativo otimismo, apesar dos problemas.

Esse enunciado é uma raridade no âmbito dos discursos que encontramos sobre a experiência da maternidade. O próprio sujeito parresiástico registra que “são poucas que te falam a verdade...”, isto é, a não verdade parece ser uma regra enunciativa, uma regularidade do discurso materno em relação à experiência da maternidade. Parece que as mulheres, em sua grande maioria, aceitam assumir a máscara da “boa mãe”, que lhe é entregue pelo dispositivo.

O que nos evidencia o *post* anteriormente apresentado é que a ocorrência da maternidade na vida de qualquer mulher é um acontecimento *sui generis*, isto é, não há receita pronta, uma dada experiência com um filho(a) certamente será diferente com o filho(a) seguinte. A “boa mãe” é uma ficção do discurso masculino. Não obstante, as mulheres têm exercido sua função dentro do esquema social patriarcal em que nos inserimos e, curiosamente, são exatamente em situações limites que logramos observar certos esquemas de forças, que corroboram nosso entendimento. Vejamos a próxima imagem, uma fotografia, realizada para o portfólio da fotógrafa líbano-americana Rania Matar, nomeado *Unspoken Conversations: Mothers & Daughters*.

⁴ Termo técnico a que, *grosso modo*, Michel Foucault imputa o entendimento do que seja a palavra verdadeira, “[...] sobretudo e fundamentalmente, é uma palavra que, do lado de quem a pronuncia, equivale a um compromisso, equivale a um nexos, constitui um determinado pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta. O sujeito que fala se compromete. No momento mesmo em que diz: 'digo a verdade!' se compromete a fazer o que diz e a ser sujeito de uma conduta que é uma conduta obediente, ponto por ponto, à verdade que formula [...]” (CASTRO, 2009, p. 318).

Imagem 2 - Brigitte e Huguette, Ghazir Lebanon, 2014, portfólio de Rania Marar (fotógrafa.)



Fonte: <https://raniamatar.com/portfolio/unspoken-conversations/>

Huguette Caland (a idosa da foto) foi uma famosa pintora, escultora e designer de moda libanesa. A foto em que aparece com a filha Brigitte foi tirada por Matar em 2014, no Líbano, quando a artista tinha por volta de 83 anos. Vejamos o que Rania Matar conta sobre o momento da foto, de acordo com uma entrevista:

[...] She didn't look very present as I was photographing them. And it made me very emotional. So I started crying and when I started crying, they both started crying and I put my camera down and the mother, who had looked absent, literally said to me "emotions are importante, you're an artist, don't stop". [...] (Matar, 2018a).⁵

Essa fala de Rania destaca o efeito que a ausência de Huguette causou nela, fazendo com que chorasse. Ausência essa que é a não presença da pessoa em termos de uma participação consciente, tendo em vista a velhice da pintora, mas é também a ausência pela obsolescência do sujeito pela idade, isto é, a perda da vida útil do sujeito mãe, a sua não necessidade, seu decaimento em termos práticos das ações que esse sujeito podia desempenhar.

Por outro lado, diferentemente de Huguette, nessa imagem, o que sobressai é exatamente o contrário: a filha Brigitte funcionando como "mãe" da própria mãe. O choro que as três mulheres experimentaram (mãe, filha e fotógrafa), pouco antes da foto, reforça o sentido trágico dessa obsolescência da mãe, posto que tal ausência é uma antecipação do fim, do aniquilamento do

⁵ "[...] Ela não parecia muito presente enquanto eu as fotografava. E isso me emocionou muito. Então eu comecei a chorar e quando eu comecei a chorar, as duas começaram a chorar e eu coloquei minha câmera para baixo e a mãe, que parecia ausente, literalmente me disse "emoções são importantes, você é uma artista, não pare". [...] (Matar, 2018a).

sujeito, a morte. Nesse caso, o momento de dessubjetivação⁶ (uma espécie de abandono da máscara subjetiva) estaria provocando um tipo de “deslocamento” subjetivo – o sujeito guarda uma ligação com aquela posição subjetiva, mas já não funciona mais nela, por isso é possível que a mãe se transforme na filha e a filha em mãe. Vejamos o que nos diz o texto abaixo.

[...] This was emotional. Huguette Caland, the mother, is one of the most famous artists in the Middle East. As you can see, she's getting older. She was no longer painting when I went to take that picture, but she's wearing the smock she wore when she painted. The daughter was very protective of her. I started crying. And when I started crying, they both started crying. So I put my camera down. And the mother, who had seemed distant until then, said, "You're an artist. Emotions are important. Don't stop." So she gave me permission to make that photo, which added such a meaning to it, for me. Most of the other stuff is about women more my age with girls who are the ages of my daughters. Here, it's the daughter who's my age, with the mother who's older. And the role of who's the caretaker has shifted. (Matar, 2018b).⁷

No caso desse segundo comentário de Rania Matar sobre o mesmo momento, de tomada da foto de Huguette, temos uma consideração maior desse momento a partir do ponto de vista da filha (Brigitte). Assim, a reação protetiva de Brigitte em relação à mãe nos remete à sua transformação em “mãe” de sua mãe. A própria fotógrafa faz essa associação, como pode ser comprovado pelo final de seu comentário (“And the role of who's the caretaker has shifted”), destacando que o papel de “cuidadora” mudou da mãe para a filha, cuja idade é igual à da fotógrafa.

Devemos atentar para o detalhe de que Huguette aparece na foto de Rania vestida com a bata (smock) que costumava usar quando pintava. Sendo essa uma clara referência a ela como pintora, atividade não mais exercida provavelmente pelo impedimento físico da idade. No entanto, não é pelo viés da atividade profissional que o sujeito é registrado, mas pelo viés da maternidade, cujo poder (o de cuidar) está em processo de decaimento.

⁶ Ferramenta de análise do filósofo italiano Giorgio Agamben, filiado à análise discursiva de base foucaultiana. Para Agamben, esse conceito explica o mascaramento subjetivo – fenômeno das sociedades modernas, relativo ao fato de que as subjetividades modernas apresentam pouca aderência, entendendo isso como “[...] o que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação. [...]” (Agamben, 2009, p.47).

⁷ “[...] Isso foi emocional. Huguette Caland, a mãe, é uma das artistas mais famosas do Oriente Médio. Como você pode ver, ela está envelhecendo. Ela não estava mais pintando quando fui tirar aquela foto, mas está usando o avental que usava quando pintava. A filha era muito protetora com ela. Comecei a chorar. E quando eu comecei a chorar, ambas começaram a chorar. Então eu coloquei minha câmera para baixo. E a mãe, que até então parecia distante, disse: “Você é uma artista. As emoções são importantes. Não pare.” Então ela me deu permissão para fazer aquela foto, que acrescentou tanto significado a ela, para mim. A maioria das outras coisas é sobre mulheres mais da minha idade com garotas que têm a idade das minhas filhas. Aqui, é a filha que tem a minha idade, com a mãe que é mais velha. E o papel de quem é a cuidadora mudou”. (Matar, 2018b).

Essa foto em questão é um registro de uma dessubjetivação⁸ de traços constitutivos do sujeito que já não aderem mais, como numa arquitetura subjetiva que declina. Por isso, a emoção de todos aflora em resposta a essa situação de que o sujeito está caminhando para o final da vida. A vida que tinha parece não mais servir. Vemos o próprio sujeito idoso reagir sim frente à emoção, reforçando a importância dessa emoção. Contudo, não é a presença da mãe que emerge ao reforçar a importância da emoção (“emotions are importante”). As emoções são importantes para a artista, que Caland reconhece em Matar. Então ela determina – “Don’t stop”.

Algo mais perene se manifesta assim. Um alguém que reconhece o valor e a beleza daquilo que realmente importa – arriscamos dizer, pensando foucaultianamente, que é a voz da experiência humana mais profunda que se manifesta para realçar o belo da existência de si, legitimando a emoção e a prática artística da fotógrafa (“You’re an artist. Emotions are important. Don’t stop”).

Remetendo a uma visão mais ampla dessa matéria da finitude humana, inclusive sem falar em dessubjetivação, Deleuze (2018) refere-se a “mortes parciais” e multiplicidade da morte na vida, talvez para designar esses momentos em que o aparato subjetivo é levado a encarar uma situação em que experimenta a potência solapadora dessa situação de transformação de sua constituição:

[...] mas se a morte é uma potência coextensiva à vida, então se morre. E – segunda novidade – longe de ser um instante indivisível, a morte está disseminada, pluralizada, multiplicada na vida. Ela é coextensiva à vida e ao mesmo tempo dissemina-se na vida sob a forma de mortes parciais. Logo, a morte como potência coextensiva à vida e, segundo ponto, as mortes parciais, parcelares e múltiplas, que aliás prosseguem após a grande morte, aquela que chamamos de morte legal. Pois bem, não paramos de morrer, assim como começamos a morrer. Se vocês olharem nem que seja o sumário do livro de Bichat poderão ver como fala de morte cardíaca, morte cerebral, morte pulmonar e de todos os outros tipos de mortes. Este tema das mortes múltiplas e parciais começa com Bichat. [...] (Deleuze, 2018, p. 20).

Decorre disso, talvez, o fato de que, na contemporaneidade, pela maneira volátil de encarar a si mesmo, existe uma dificuldade com a “subjetivação real” por parte da maioria dos sujeitos (Agamben, 2009, p. 48) frente ao triunfo da política, ou seja, da *oikonomia*⁹ dos dispositivos. A dinâmica de funcionamento dessa *oikonomia* consiste em “uma pura atividade de governo que visa somente à sua própria reprodução” (Agamben, 2009, p. 49), alternando esquemas de poder que

⁸ Basicamente entende-se por “dessubjetivação” a ausência ou a não ocorrência de um processo de subjetivação. Em relação ao dispositivo, Agamben afirma que “[...] de fato, todo dispositivo implica em processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. [...]” (2005, p.46). Segundo Diógenes, “os dispositivos que hoje conhecemos apresentam um processo, surpreendentemente, contrário: o de dessubjetivação. Não que não houvesse dessubjetivações nos antigos processos de subjetivação, pois, para a formação de um novo sujeito, tem de haver a negação de um Eu anteriormente existente. Mas, às dessubjetivações promovidas pelos atuais dispositivos parecem, cada vez mais, segundo nosso autor [Agamben], não corresponder à formação de subjetividades, pois os assujeitamentos contemporâneos parecem produzir cada vez menos sujeitos, a não ser na forma de uma espécie de espectro.” (Diógenes, 2017, p.102). É a efemeridade dos assujeitamentos que explicaria essa forma espectral dos sujeitos (cf. Agamben, 2009).

⁹ Termo usado por Giorgio Agamben para designar um sistema de governo existente pela ação dos diferentes dispositivos: “[...] Comum a todos esses termos é a referência a uma *oikonomia*, isto é, a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens. [...] (Agamben, 2009, p. 39).

apenas interessam-se pela permanência dos mesmos “jogadores” em ação nesse jogo pelo poder; “jogadores” assim designados por Agamben como [...] aquele que aposta sem escrúpulos na dessubjetivação e aquele que gostaria, ao contrário, de recobri-la com a máscara hipócrita do bom cidadão democrático – de uma mesma máquina governamental. [...] (Agamben, 2009, p. 49).

No que concerne ao dispositivo da maternidade, podemos perceber como o sujeito é afetado pelas ações de governo em curso, quando olhamos para as mudanças ocorridas no cenário social do planeta. A eclosão de conflitos pelo mundo transforma o cotidiano dos sujeitos, fazendo emergir aspectos que interferem na própria constituição das subjetividades. Observemos a seguinte imagem da fotógrafa Rania Matar.

Imagem 3 - Nisreen e Ola em Bourj El Barajneh, campo de refugiados, Beirute, Líbano, 2015 (foto de Rania Matar).



Fonte: <https://raniematar.com/portfolio/unspoken-conversations/>

Estão na imagem 3 mãe e filha dispostas lado a lado. A vestimenta da mãe é o que mais capta nossa atenção: ela professa a fé islâmica. A seu lado a filha está portando roupas ocidentais bem típicas de qualquer jovem do ocidente, o que poderia significar um ponto de atrito entre as duas, mas não é isso que nos chama a atenção ainda, mas sim o fato de que os sujeitos estão posando encostadas a uma parede.

A foto foi tirada em 2015, em um campo de refugiados, fato que remete a uma desterritorialização¹⁰ dos sujeitos em todos os sentidos. No entanto, no que tange à mãe, essa desterritorialização desfaz o elo desta com a esfera da casa, do doméstico, do que é privado, da cultura social do dispositivo, que enraíza tal indivíduo no âmbito de um dado território de existência, onde este sujeito iria “especializar” os traços de subjetividade, que tornam possível o existente ser exatamente quem ele deseja ou projeta ser. Nessa direção,

[...] seguindo a lógica do pensamento de Deleuze e Guattari, Doel vê o espaço como algo sempre em processo, um permanente “tornar-se” (ou “devir”, segundo a tradução brasileira). Para ele, “se algo existe, é apenas enquanto confluência, interrupção e coagulação de fluxos”. Em consequência, não há “última instância” ou estrutura primeira, solidez e fluidez nunca estão separadas, “a permanência é um efeito especial da fluidez”. Por isso, o espaço é, antes de tudo, um processo, uma “especialização” (*spacing*). [...] (Haesbaert, 2011, p. 105).

O poder que não é visto na fotografia em questão, mas nela se exerce, é o poder de uma biopolítica de exclusão; algo com que Rania Matar demonstra ter muito cuidado, já que são as mulheres muçulmanas que aparecem em suas fotos, principalmente aquelas que estão alocadas em campos de refugiados. Em entrevistas, Matar não se cansa de reafirmar a relevância dada por ela às causas do povo que marca sua ascendência libanesa, cujos pais são de origem palestina.

[...] My previous work *Ordinary Lives* was about showing the humanity of people in Lebanon (in the aftermath of war, in the refugee camps and behind the veil), their daily lives and different aspects of women's issues in the Middle East. My current work focuses on teenagers and not necessarily teenagers from the Middle East. I originally intended it as work in the US, but I am too connected to the Middle East not to include it. I feel I went full circle. My projects connected and that connected me at this point with Natan's work. For me, my work was about showing teenage girls in the privacy of the little shell that is their bedroom. I found that girls are the same on some level everywhere at that age. Despite cultural and sometime religious differences, the same tension exists in the lives of those girls everywhere. They have to deal with the changes in their bodies, with the fact that they are trying to find themselves, that they are scared or anxious about the future and they rebel (some more than others). It was very interesting to see the duality in those girls almost

¹⁰ Processo pelo qual o sujeito é agenciado pela enunciação ou pelo corpo para abandonar um território, que pode ser qualquer coisa ou lugar: [...] *Territorialidade/desterritorialização/reterritorialização*: a noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente «em casa». O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando “recapturar” os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, assim, controlar todas as pulsões processuais (ou *phylum* maquínico) que trabalham a sociedade. [...] (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323).

always present: aspects of the little girls they had barely left behind and glimpses of the women they were turning into. [...] (Matar, 2010).¹¹

A preocupação de Matar em mostrar a humanidade existente nos sujeitos que ela fotografa é fortalecida também com o ataque de 11 de setembro de 2001¹², que trouxe para a fotógrafa uma maior consciência sócio-cultural, não apenas em relação à sua posição como mulher, de origem líbano-palestina, mas também uma certeza de que a fotografia seria esse instrumento de aproximação entre as pessoas, à medida que as imagens fossem revelando essa humanidade presente nas pessoas em geral. Nesse processo, a fotógrafa tinha acesso à intimidade das pessoas, assim como também permitia que as pessoas ficassem à vontade para mostrar o que quisessem.

Na fotografia 03, a presença de mãe e filha na frente de uma parede não é um produto apenas da fotógrafa. Essa espacialização é um efeito de um macropoder em ação, cuja atividade tem eficácia sobre esses sujeitos, no sentido de afligir suas vidas, a ponto de retirá-las de suas casas, de seu país, de sua terra para transformá-las em refugiadas. Essa desterritorialização acontece pela atuação de um projeto macropolítico, o qual determina ações governamentais que visam ao controle sobre populações ou nações.

Percebemos que tais imagens de desterritorialização do sujeito-mãe (e filha) são uma regularidade na série da fotógrafa Rania Matar, justamente pelo compromisso que ela tem de dar visibilidade a essas subjetividades que estão submetidas ao regime de governo mundial, que privilegia alguns povos em detrimento de outros. É esse projeto de autoria, por assim dizer, que sinaliza para a posição de sujeito que a fotógrafa assume diante dos acontecimentos que instituíram essa prática de desterritorialização a que as mulheres foram submetidas, o que nos permite, como analistas, compreender, também, o processo de objetivação que as captura, donde se extrai, dos enunciados fotográficos, a dessubjetivação referida.

Nesse sentido, consideramos a função que o elemento parede desempenha no enquadramento feito: enfatizar a desterritorialização dos sujeitos, colocando em foco a presença física deles, como se fosse essa a única possibilidade de se colocarem no mundo com seus corpos, a partir da relação mãe e filha, constituída *a priori* pelo dispositivo. Destruiu-se o vínculo do sujeito

¹¹ [...] Meu trabalho anterior, *Ordinary Lives*, foi sobre mostrar a humanidade das pessoas no Líbano (no pós-guerra, nos campos de refugiados e atrás do véu), suas vidas diárias e diferentes aspectos das questões das mulheres no Oriente Médio. Meu trabalho atual se concentra em adolescentes e não necessariamente adolescentes do Oriente Médio. Originalmente, eu pretendia que fosse trabalhar nos EUA, mas estou muito ligado ao Oriente Médio para não incluí-lo. Sinto que fiz um círculo completo. Meus projetos se conectaram e isso me conectou neste momento com o trabalho de Natan. Para mim, meu trabalho era mostrar adolescentes na privacidade da pequena concha que é o quarto deles. Descobri que as meninas são as mesmas em algum nível em todos os lugares nessa idade. Apesar das diferenças culturais e às vezes religiosas, a mesma tensão existe na vida dessas meninas em todos os lugares. Eles têm que lidar com as mudanças em seus corpos, com o fato de que estão tentando se encontrar, que estão com medo ou ansiosos com o futuro e se rebelam (alguns mais que outros). Foi muito interessante ver a dualidade naquelas meninas quase sempre presentes: aspectos das meninhas que mal haviam deixado para trás e vislumbres das mulheres em que estavam se transformando. [...] (Matar, 2010).

¹² Esse fato é contado pela fotógrafa em várias entrevistas de como os indivíduos do Oriente Médio passaram a ser contados entre os inimigos (eles contra nós). Confrontar com vídeos do Youtube, tais como: "Rania Matar - Portrait and Fine-Art Photographer" em <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=9LZ8c0ArZwo> ou "Artist talk with Rania Matar" em <https://www.youtube.com/watch?v=mVCCnSFD9YI>.

mãe com o ambiente da casa (o território doméstico imposto pelo dispositivo), algo extremamente caro ao dispositivo da maternidade, que teve como um dos principais esforços justamente esse de localizar o sujeito mãe no território da casa, do lar, da intimidade da família.

No campo das possibilidades, a mãe refugiada, que professa a fé islâmica, diante da filha com roupas ocidentais, poderia também ser a imagem da impotência: a mãe não conseguiu levar a filha a adotar suas vestimentas e, portanto, sua religiosidade, sua cultura de mulher a partir daquilo que ela demonstra investir para si mesma, não conseguiu atingir uma continuidade nas escolhas da filha. A mãe refugiada está ataviada daquilo justamente pelo qual ela foi feita refugiada – uma configuração subjetiva que a condena a se desenraizar de tudo que possa dar-lhe solo, nutrientes, adubo, água, ou seja, há um poder que afeta o sujeito mãe no sentido de levá-la à ausência de si no espaço de seu território. Esta é a mãe que está à mercê do poder de polícia, do poder disciplinar, da vigilância, julgamento, tendo em vista um determinado biopoder.

Por outro lado, a ocidentalização da aparência da filha seria um indício conflitante de territórios entre filha e mãe, provável consequência da desterritorialização dos sujeitos e da existência em campo de refúgio. A filha, ao identificar-se com as roupas ocidentais, talvez esteja buscando um caminho de sobrevivência de si, pelo qual ela quer construir a sua linha de fuga em uma possível reterritorialização de sua subjetividade lá onde alguma existência é possível em um mundo que seja divergente do de sua mãe. A perda de poder da mãe se configura em um possível desejo da filha pela ocidentalização.

Na fotografia seguinte, a perda de poder está na imagem que se organiza em torno de uma situação limite, em que a filha vai deixar a casa para estudar no exterior. O universo microfísico em que se territorializa essa imagem é o universo doméstico. Eis o seu enquadramento pelo enunciado fotográfico. Nele o espaço ocupado estratifica de um lado uma linha de fuga (filha), do outro uma certa desterritorialização da mãe, cujo ninho vai ficar vazio, daí o uso dos braços cruzados para expressar, talvez, essa derrocada da subjetividade materna. Há uma sensível diferenciação dos dois sujeitos.

Dessa forma, na imagem 04, esse contraste subjetivo é bem visível. Aqui encontramos os sujeitos supostamente lado a lado, no entanto não é isso o que ocorre: a mãe está posicionada em frente a uma parede branca; enquanto a filha está posicionada no vão de uma passagem, onde há pouca luz. Esse jogo entre claro/escuro também está nas camisetas dos sujeitos. Embora não consigamos determinar, precisamente, o que significariam tais distinções de cores, podemos considerar haver uma divergência subjetiva entre mãe e filha, que as territorializa em esferas diferentes de poder, colocando tais sujeitos em oposição.

Imagem 4 - Soraya e Tala, Yarze, Líbano, 2014 (foto de Rania Matar).



Fonte: <https://raniamatar.com/portfolio/unspoken-conversations/>.

O movimento disjuntivo que vemos ocorrer entre essa mãe e filha é captado pelo conjunto fotográfico com superenquadramentos¹³ de mãe e filha em espaços interligados pela adjacência, mas separados pela configuração de luz: o escuro da filha prenuncia seu “desaparecimento” do lar. O espaço da mãe, uma parede branca de fundo, perto de uma janela por causa da luminosidade incidente, parece representar o espaço da visibilidade de quem vai permanecer no lar.

Ao contrário, o espaço da filha foi constituído a partir de um vão, um corredor, uma passagem pela qual podemos vislumbrar, ao fundo, a decoração de outro lugar, outra sala (outro país talvez). Nessa passagem predomina a penumbra, a sombra, um *chiaroscuro* fotográfico, o que torna o contorno do corpo da filha algo não tão definido em razão da sombra e da cor escura das roupas. Aliás, a posição recuada do corpo da filha dá a entender que ela pretende evitar tanto a luz do espaço da mãe, quanto a proximidade entre elas. O fato de a filha estar posicionada em um vão (um corredor) alude à alguma resistência, a uma linha de fuga traçada no próprio espaço de um sujeito que parece ensejar uma prática de liberdade, mesmo que sob o olhar vigilante do poder do dispositivo materno.

¹³ Estabelecimento de centros na imagem, quer pelo uso de quadros do cenário, quer pelo uso de objetos que favoreçam o espelhamento. “[...] Enquadrar é, portanto, fazer deslizar sobre o mundo uma pirâmide visual imaginária (e às vezes cristalizá-la). Todo enquadramento estabelece uma relação entre um olho fictício – o do pintor, da câmara, da máquina fotográfica – e um conjunto organizado de objetos no cenário: o enquadramento é pois, nos termos de Arnheim, uma questão de centramento/descentramento permanente, de criação de centros visuais, de equilíbrio entre diversos centros, sob a direção de um ‘centro absoluto’, o cume da pirâmide, o Olho. A questão do enquadramento também tem a ver com a da *composição*. Isso fica claro na fotografia, que por muito tempo procurou ser uma prática artística em torno da ideal conjugação de um enquadramento documental (por construção) e de uma composição geometricamente interessante. A relação entre enquadramento e centramento não é menos evidente no cinema; na imensa maioria dos filmes clássicos, a imagem é construída em torno de um ou dois centros visuais, quase sempre personagens, a ponto de se ter podido caracterizar o estilo clássico como essencialmente centrado. Devemos observar além disso a frequência, nos filmes, de técnicas de *superenquadramento* (presença de um quadro num quadro, espelho ou janela por exemplo), e também de reenquadramento, pequeno movimento do quadro destinado a conservar o sujeito escolhido no centro.” (Aumont, 1993, p.154, grifo do autor).

Esse esquema disjuntivo entre os sujeitos sugere que o ordenamento de forças entre elas está traçado sobre uma base conflituosa. Embora o enunciado fotográfico produza o efeito de certa harmonização entre elas, a territorialidade construída com os aspectos visuais indica que confrontos podem existir entre elas. O olhar das duas, encarando a câmera fotográfica, transmite assertividade de ambos os sujeitos, o que nos oferece relativa certeza sobre a firmeza de conduta dos dois sujeitos; ambas preconizam a assertividade de suas posturas, confirmam-na em todos os detalhes de sua natureza.

Sobre essa fotografia, Rania Matar destaca que lhe chamou a atenção que a mãe talvez estivesse pouco à vontade com a situação, pois parecia muito consciente fisicamente de seu próprio corpo. Além disso, parece-lhe que ela transmitia insegurança pela posição dobrada dos braços, como se quisesse segurar-se a si mesma:

[...] This is the photo that made me realize I was doing the mother-daughter project, for many reasons. For one, it looks almost like a time-lapse; like, this is what the mother looked like 25 years earlier, and this is what the daughter's going to look like much later, right? The other thing is the body language: The mother's almost becoming the vulnerable one, holding herself, and the daughter's come in with the confidence of her age, completely owning it. The daughter was about to leave Lebanon and go to college in the US, so it was very personal for me as well, because that's what made me start that project; my daughter was leaving home. [...] (Matar, 2018b, p. 9).¹⁴

Mesmo considerando o depoimento da fotógrafa, não podemos nos esquecer de que, pelo viés discursivo adotado nessa análise, os sujeitos não têm o controle total sobre suas ações, sobre o que dizem, enfim, sobre o que seus corpos enunciam, visto que estes se oferecem como superfície discursiva para a inscrição de distintas e dispersas relações de poder-saber.

A atitude confiante da filha em contraste com a atitude de “abandono” do corpo da mãe, abraçando-se a si mesma, sinaliza sua solidão. Na fala de Matar, temos a linha de fuga da filha - tornar-se estudante nos Estados Unidos, deixando o Líbano e a mãe, em busca de outra coisa, a imagem corporal da jovem indica que ela está bem segura em relação a suas escolhas.

Não estranhamente, a vulnerabilidade da mãe (“vulnerable one”) aparece no momento em que a filha está deixando a casa. O poder da mãe será parcialmente solapado com a ausência da filha. É que o significado dessa ausência diz muito do poder que foi exercido. Um poder que maneja em doses diferentes uma mistura de poder disciplinar e pastoral, exercício sobre o corpo e governo sobre a alma de um ser vivente, sua filha.

¹⁴ [...] Essa é a foto que me fez perceber que estava fazendo o projeto mãe-filha, por vários motivos. Por um lado, parece quase um lapso de tempo; tipo, é assim que a mãe era 25 anos antes, e é assim que a filha vai ser muito mais tarde, certo? A outra coisa é a linguagem corporal: a mãe está quase se tornando a vulnerável, segurando-se, e a filha vem com a confiança de sua idade, assumindo-a completamente. A filha estava prestes a sair do Líbano e fazer faculdade nos EUA, então foi muito pessoal pra mim também, porque foi isso que me fez começar aquele projeto; minha filha estava saindo de casa. [...] (Matar, 2018b, p. 9).

O poder do dispositivo maternal é operatório (Deleuze, 2005, p. 37) como qualquer outro dispositivo, “não é atributo, mas relação: a relação de poder é o conjunto das relações de forças, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas forças dominantes, ambas constituindo singularidades” (Deleuze, 2005, p. 37), ou ainda,

[...] a relação de poder se insere em todo lugar onde existem singularidades, ainda que minúsculas, relações de forças como “discussões de vizinhos, brigas de pais e crianças, desentendimentos de casais, excessos alcoólicos e sexuais, rixas públicas e – tantas – paixões secretas”. [...] (Deleuze, 2005, p. 38).

A partida de um filho é o desmoronar de uma singularidade de poder. Provavelmente, a primeira conscientização de que haverá mudanças existenciais a encarar, tais como as mudanças advindas do envelhecimento. A obsolescência do dispositivo, nesse momento de distanciamento dos filhos de casa, é uma realidade que se apresenta para o sujeito-mãe, suscitando outras circunstâncias de reconfiguração subjetiva.

O dispositivo da maternidade também se insere na ordem dos usos do capitalismo – a própria noção de que sujeitos possam passar por obsolescência é uma prova do quanto a organicidade econômica capitalista é capaz de controlar e governar condutas dentro do dispositivo. A perspectiva de que os sujeitos tenham uma utilidade (ou uma vida útil) para a demanda social de trabalho (ou práticas de trabalho, mesmo no âmbito familiar devido à divisão de tarefas por gêneros) remete-nos a problemas ontológicos, que anexam evidências da dificuldade de pensar o sujeito capturado por um dispositivo sem olhar para as condições de anacronia que podem marcar um certo desenraizamento subjetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias que trouxemos nesse artigo enquadram situações subjetivas paradoxais: as confissões parresiasáticas de uma mãe recente (imagem 01); a obsolescência de uma mãe idosa (imagem 02); a desterritorialização de uma mãe no contexto de uma macropolítica desfavorável (imagem 03); a perda de função da mãe pela independência da prole (imagem 04). O paradoxo dessas mães está no fato de que se consegue melhor observar sua subjetividade quando elas estão vulneráveis, à beira da morte, deslocadas ou até desnorteadas, ou seja, é pela descontinuidade de suas subjetividades que são melhor delineadas. Assim conseguimos, empregando as ferramentas de Michel Foucault, escavar a espessura da imagem para chegar nessas possibilidades de leitura das subjetividades de mães e filhas captadas.

No que se refere à pergunta que fizemos anteriormente sobre o ser da mãe, talvez agora possamos dar-lhe algo à guisa de resposta. Mais do que um ente, ser mãe é um vínculo, um nexo, um liame. É ela essa conexão que faz de seu corpo um nó do poder-saber, entrelaçando o econômico, o político, o social e o biológico em uma urdidura nem sempre satisfatória. Nessa série

enunciativa fotográfica, a subjetividade mãe é constituída pela ação de amarrar-se a um processo de vida e morte ao mesmo tempo paradoxal e descontínuo, já que a mãe une as pontas do cordão da vida - ao dar à luz – é ela que nos faz a todos filhos dela, subjetivando-nos (queiramos ou não) ao que é mais humano do que o próprio ser humano: trazer à luz toda carne, toda descontinuidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. SP: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AUMONT, J. *A imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Deleuze, Agamben. *Cadernos IHU Ideias*. São Leopoldo, RS, v.12, n.214, p.3-18, 2014. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/214cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: *Michel Foucault, filósofo*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. Disponível em: www.filoesco.unb.br/foucault. Acesso em: 30 set. 2022.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. Aula de 19 de novembro de 1985. In: *Michel Foucault: as formações históricas*. São Paulo: Editora Politeia e n-1 Edições, 2018.

DIÓGENES, Francisco B. P. Dispositivos de governo e de controle e o contradispositivo da profanação em Giorgio Agamben. *Kalagatos*. Fortaleza, CE, n.2, v.14, p. 91-108, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.23845/kgt.v14i2.148>. Acesso em: 02 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1984). In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. RJ: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2013. *E-book*.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. SP: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. RJ/SP: Paz e Terra, 2018.

GATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GOMEZ, G. Q. A maternidade como enigma: Atenas, as Luzes e Freud. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 51-74, 2000. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Downloads/MATERNIDADEnagrecianoiluminismoemfrued12.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2022.

HAESBAERT, Rogério da C. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MATAR, Rania. *Unspoken Conversations (Mothers & Daughters)*. Portifólio com 32 fotos. Disponível em: <https://raniamatar.com/portfolio/unspoken-conversations>. Acesso em 10 out. 2022.

MATAR, Rania. *F-Stop: photography magazine*. Edição online 40. 2010. [Entrevista concedida a Susan Burnstine]. Disponível em: <https://www.fstopmagazine.com/pastissues/40/Burnstine.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MATAR, Rania. *Photographer Rania Matar on Daughters, Film, and In Her Image at Amon Carter*. [Entrevista concedida a Lyndsay Knecht]. 05 abr. 2018a. Disponível em: <https://www.dmagazine.com/arts-entertainment/2018/04/photographer-raniamatar-on-daughters-film-and-in-her-image-at-amon-carter/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MATAR, Rania. Artist Talk with Rania Matar. *From Personal to Universal*. SF Camera Workchannel. 13 de jan. 2021. Entrevista. (86 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mVCCnSFD9YI>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MATAR, Rania. Portrait and Fine Art Photographer. *Masters in digital Photography, i3 Lecture Series*. School of Visual Arts. 25 jan. 2022. Entrevista. (73 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=9LZ8c0ArZwo>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MATAR, Rania. *Reel Women*. Arab News. [Entrevista concedida a Adam Grundey]. Dubai, p.8-9, 07/04/2018b. Publicada na internet em catálogo de divulgação. Disponível em: https://www.galerietanit.com/sites/default/files/pdf/rania_matar_she_-_presskit.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOURA, Solange M^a S. Rolim de e ARAÚJO, M^a de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. *Psicologia Ciência e Profissão*, revista do Conselho Federal de Psicologia, 2004, v.24, n.1, p. 44-55. Disponível em: <https://www.scielo.br/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2022.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Irene Rodrigues Batista da Silva

Irene R. B. da Silva é doutoranda do programa de Pós-Graduação da UEM, na área dos Estudos Linguísticos, linha de concentração dos Estudos do Texto e do Discurso, desde março de 2023, desenvolvendo pesquisas sobre subjetivação feminina pelo viés da análise arqueogenalógica do filósofo Michel Foucault. É membro do GIEF-CNPq/UEM (Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos) desde 2020. O presente artigo é proveniente de um capítulo da dissertação de Mestrado, orientada pelo prof. Dr. Pedro Navarro. E-mail: isirenesilva4@gmail.com

Pedro Navarro

Pedro Navarro é doutor em Letras e Linguística pela UNESP, campus de Araraquara, SP, com estágio pós-doutoral em Linguística pela UNICAMP. Professor Associado da UEM, atuando na área de Linguística, com ênfase na Linha de Estudos do Texto e do Discurso. Integra o corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Instituição. É líder do, Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos da UEM (GIEF-CNPq/UEM) e pesquisador nível PQ-2 pelo CNPq. E-mail: navarro.pl@gmail.com

Análise de discurso de resposta e revisão de manifestações de ouvidoria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal

Discourse analysis of answer and review of ombudsman form Secretaria de Saúde do Distrito Federal

Análisis del discurso de respuesta y revisión de las manifestaciones del ombudsman de la Secretaría de Salud del Distrito Federal

RESUMO

Este artigo pretende analisar sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica (Ramalho; Resende, 2011) a resposta de reclamações oriundas da ouvidoria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Após discussões teóricas a respeito do funcionamento da rede de ouvidoria do órgão e das categorias de análise textual, tais como a estrutura genérica e a intertextualidade, buscou-se mostrar, por meio da análise da resposta de três textos (resposta feita pela área técnica e revisada pelas unidades de ouvidoria) quais os principais aspectos a serem melhorados pelos revisores com vistas a impactar positivamente as práticas de comunicação do órgão com os usuários do Sistema Único de Saúde..

Palavras-chave: ouvidoria; revisão textual; Análise de Discurso Crítica.



Recebido em: 26 de outubro de 2022
Aceito em: 14 de dezembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.45532

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Adriana de Matos Sousa

Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SSEDF), Brasília, DF, Brasil.

Carolina Gonçalves Gonzalez

profcarolgonzalez@gmail.com

Universidade Católica de Brasília (UCB),
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF,
Brasil.

ARTIGO

ABSTRACT

This article intends to analyze, from the perspective of Critical Discourse Analysis (Ramalho; Resende, 2011), the answers to complaints from the ombudsman of the Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). After theoretical discussions about the functioning of the public agency's ombudsman network and textual analysis categories, such as the generic structure and intertextuality, this tried to show, through the analysis of the response to three texts (answer made by the technical and reviewed by the ombudsman units) which are the main aspects to be improved by the reviewers in order to positively impact the public agency's communication practices with users of the Sistema Único de Saúde.

Keywords: ombudsman; textual revision; Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar desde la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso (Ramalho; Resende, 2011) la respuesta a las denuncias de la Defensoría del Pueblo de la Secretaría de Salud del Distrito Federal (SES-DF). Después de discusiones teóricas sobre el funcionamiento de la red de defensores del órgano y las categorías de análisis textual, como estructura genérica e intertextualidad, buscamos mostrar, a través del análisis de la respuesta de tres textos (respuesta hecha por el técnico y revisada por el defensor unidades) que son los principales aspectos a ser mejorados por los revisores con miras a impactar positivamente las prácticas de comunicación de la agencia con los usuarios del Sistema Único de Salud.

Palabras clave: ombudsman; revisión de texto; Análisis crítico del discurso.

Como citar:

SOUSA, Adriana de Matos; GONZALEZ, Carolina Gonçalves. Análise de discurso de resposta e revisão de manifestações de ouvidoria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 120-139, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

Este artigo analisa criticamente textos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF) fornecidos ao cidadão após questionamentos feitos através das ouvidorias públicas. A escolha do tema justifica-se em virtude do trabalho desenvolvido pela autora na rede de ouvidoria do órgão.

O estudo do texto será feito a partir da perspectiva da Análise do Discurso Crítica (ADC), uma teoria social que concebe a linguagem como prática social¹ e como instrumento de poder, uma vez que pode ser utilizada tanto para estabelecer relações de dominação, quanto para superação de problemas de natureza sócio discursiva. No material de pesquisa que comporá este artigo, os textos serão vistos como “eventos discursivos”, que trazem em si “traços da ação individual e social que lhe deram origem e de que fazem parte envolvendo a interação entre pessoas a partir de um contexto social”. (Ramalho; Resende, 2011, p. 23).

Para a análise, se contextualizará brevemente o relato de um texto (manifestação) de cidadão e de maneira mais detalhada a resposta da área técnica, em contraste com a revisão feita pela ouvidoria. Optou-se por investigar os aspectos discursivos/textuais de gênero textual/estrutura genérica e a análise da intertextualidade de manifestações da tipologia reclamação, que foram direcionadas a três unidades de saúde diferentes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, via canal de ouvidoria pública.

O contato do cidadão com a ouvidoria do Governo do Distrito Federal é feito através de um sistema informatizado chamado Ouv-DF, hospedado na plataforma da Controladoria Geral do Distrito Federal. De acordo com a Instrução Normativa Nº 01, de 05 de maio de 2017, o sistema permite que a comunicação com a ouvidoria seja feita de três maneiras distintas: diretamente pelo cidadão quando este acessa o endereço eletrônico www.ouv.df.gov.br; através de atendimento telefônico (Central 162) em que um atendente de uma empresa terceirizada e contratada pela Secretaria de Economia do GDF escuta e transcreve a manifestação do interlocutor para o sistema Ouv-DF; ou através do atendimento presencial nas salas de ouvidoria existentes em todos os órgãos do Governo do Distrito Federal em que um servidor, assim como no atendimento telefônico, escuta e transcreve a demanda (Distrito Federal, 2017).

Diante do exposto, os textos foram coletados levando-se em consideração o acesso da autora ao sistema Ouv-DF. Após a seleção das reclamações, foi solicitada à Ouvidoria Geral do Distrito Federal, unidade central, através do próprio sistema, a autorização para uso em pesquisa. A disponibilização pública dos textos foi solicitada à SESDF seguindo o preconizado na Lei Nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45,

¹ Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21 *apud* RAMALHO e RESENDE, 2011, p.16) conceituam práticas sociais como pontos intermediários, “de conexão entre estruturas abstratas, com seus mecanismos e eventos concretos”, isto é, entre “sociedade e pessoas vivendo suas vidas”. Explicam que são “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo”.

da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências. Ressalta-se que a escolha pela coleta de textos oriundos de unidades de saúde do órgão se deu uma vez que estas, ao contrário dos setores administrativos, são as que oferecem serviços diretos à população como marcação de exames e consultas.

Salienta-se que as ouvidorias públicas são espaços criados nos poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiro e estão presentes nas esferas federal, estadual e municipal do país. Neste sentido, o Manual de Ouvidoria Pública da Ouvidoria Geral da União (BRASIL, 2018, p.10) conceitua ouvidoria pública como:

Instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

No poder executivo do Distrito Federal, as ouvidorias de todos os órgãos e entidades são coordenadas tecnicamente pela Ouvidoria Geral do Distrito Federal (OGDF) por meio de uma rede chamada de Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF. Assim, a Ouvidoria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF) está vinculada tecnicamente à OGDF e faz parte da rede de ouvidorias do executivo local. Contudo, a SESDF também possui ligação com o Sistema Único de Saúde (SUS) estando, deste modo, inserida no complexo de ouvidorias do Ministério da Saúde, que faz parte do executivo federal.

Para se entender o alcance da ouvidoria no âmbito do Governo Distrito Federal, o art. 16 do Decreto nº 36.462, de 23 de abril de 2015, que normatiza o funcionamento do SIGO/DF, veda a criação de outros canais de atendimento para o cidadão “que não sejam os formalmente instituídos pela Ouvidoria Geral do Distrito Federal.” (Distrito Federal, 2015).

Relatórios² disponibilizados no sítio eletrônico da SESDF indicam que a ouvidoria do órgão foi responsável pelo recebimento de 47.255 manifestações e pedidos de informação de pessoas físicas e jurídicas em 2019 e de 26.236 no primeiro semestre de 2020. Não obstante, reportagens³ veiculadas em outubro de 2020 em meios de comunicação do Distrito Federal informavam acerca de investigação de supostas fraudes no registro de manifestações da Ouvidoria da SESDF em que os gestores estavam inflando os relatos, através do registro de demandas por familiares, com o intuito de conseguir alcançar metas de produtividade e de resolutividade. Esse fato reforça a importância da análise sob a perspectiva crítica.

Foi verificado através de pesquisa de levantamento de dados feita em 21 de outubro de 2020 nos repositórios *Scielo*, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Brasil) que os temas

² DISTRITO FEDERAL. Relatórios Unidade Setorial de Ouvidoria. Brasília, DF: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Disponíveis em: <http://www.saude.df.gov.br/relatorio-de-ouvidoria/>. Acesso em: 21 out. 2020.

³ ALCANTARA, Manoela; PINHEIRO Mirele. CGDF abre investigação sobre supostas fraudes em Ouvidoria da Saúde. Metrôpoles, Brasília, 07 de out. 2010. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/cgdf-abre-investigacao-sobre-supostas-fraudes-em-ouvidoria-da-saude>. Acesso em: 31 out. 2020.

referentes à ouvidoria pública se relacionavam a: “ouvidoria ativa”, “papel democrático das ouvidorias”, “ouvidoria como instrumento de gestão”; “humanização no atendimento”; “papel da ouvidoria”, “nível de informação da população acerca dos mecanismos de controle social”, “perfil do usuário”, “estrutura da ouvidoria” [...] não sendo encontrados estudos a respeito da análise das respostas de ouvidoria fornecidas ao cidadão.

Ressalta-se que no repositório Institucional da Escola Nacional de Administração Pública, que possui um Programa de Formação Continuada em Ouvidoria, foi encontrado um estudo acerca da “exploração analítica das manifestações de cidadãos da ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça”⁴. Verificou-se, entretanto, que o foco da pesquisa foi na análise da manifestação do texto feito pelo cidadão, não atendo-se à resposta do órgão.

Ao se considerar que, ao contrário de outras teorias que veem os instrumentos de poder “como uma força de coação unilateral da estrutura sobre o indivíduo, que dela não consegue se libertar, para a ADC o poder é temporário, com equilíbrio apenas instável” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p.25), a análise crítica da resposta da área técnica bem como a revisão pela ouvidoria da SESDF possibilitará um olhar crítico para o atendimento ao cidadão, visando a impactar positivamente as práticas de comunicação dos órgãos de saúde com os usuários, sobretudo daqueles que utilizam o Sistema Único de Saúde.

1. REFERENCIAL TEÓRICO:ADC E AS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

O material de estudo desta pesquisa constitui-se de respostas (textos) da SES-DF às manifestações de ouvidoria de tipologia reclamação feitas pelos usuários dos serviços oferecidos pelo órgão e, conforme exposto na introdução, o processo será feito a partir da perspectiva da ADC. Como a análise centra-se, sobretudo, nos conceitos de “textos” e “discurso” é relevante esclarecer se existe alguma diferença entre eles.

De acordo com Marcuschi (2008), a separação é tênue e não é interessante distinguir rigidamente, pois a tendência atual é ver um contínuo, um condicionamento mútuo entre ambos. Para o autor:

Embora não seja necessário, é sempre fundamental explicar com que noção de língua se trabalha, quando se opera com categorias tais como texto ou discurso, já que disto dependerão muitas das posições adotadas. Mas esta distinção entre texto e discurso é hoje cada vez mais complexa, já que em certos casos são vistas até como intercambiáveis. A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos. Texto e discurso não distinguem fala e escrita como querem alguns nem distinguem de maneira

⁴ GUIMARÃES, Valéria Ferraz. Ouvidorias como instrumento de aprimoramento de políticas públicas: exploração analítica das manifestações de cidadãos da ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça. Brasil: 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3538>. Acesso em: 21 out. 2020.

dicotômica duas abordagens. São muito mais duas maneiras complementares de enfocar a produção linguística em funcionamento [...]. Em todos os casos, observa-se que discurso é visto como uma prática e não como um objeto ou um artefato empírico. Parece que esta noção de prática é o que permitirá levar em conta os fenômenos extralinguísticos para não cair no subjetivismo. (Marcuschi, 2008, p. 58)

Quanto à conceituação da ADC, Ramalho e Resende (2011, p.12) situam-na a partir de uma “abordagem científica interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social”. As autoras explicam que, a partir de pressupostos das ciências sociais, este método de análise do discurso desenvolveu modelos para estudar o funcionamento da linguagem em uma determinada sociedade oferecendo um suporte científico para questionamentos de problemas sociais relacionados ao “poder como controle”.

No que concerne aos estudos da linguagem, há pesquisas que se centram mais na estrutura desprezando de algum modo os atores que dela fazem parte. Por outro lado, há outras que se centram mais nos agentes sociais e a linguagem é investigada através de textos isolados sem se atentar para as estruturas presentes tanto na sociedade, quanto no uso da linguagem. A ADC situa-se entre as duas posturas citadas ao compreender a linguagem como prática social. Nessa perspectiva, o discurso é abordado através do contexto de uso, mas também se considera a estrutura, o sistema do texto (Ramalho; Resende, 2011).

O discurso no campo de investigação da ADC se caracteriza como heterogêneo, aberto, instável, contextualizado e com engajamento social. Fairclough (2003, *apud* Ramalho; Resende, 2011, p. 18), o coloca como “momento irreduzível/infastável da vida social em todos os níveis” e, ainda, como um “modo particular de representar parte do mundo”, ligado a interesses específicos. De acordo com o autor, os diferentes discursos representam perspectivas de mundo diversas podendo se unir a campos sociais específicos e a projetos particulares.

Nas nossas práticas sociais cotidianas fazemos uso do discurso quando nos comunicamos com o mundo. Ramalho e Resende (2011, p.43) explicam que utilizamos os discursos de três maneiras simultâneas e dialéticas: “para agir e interagir, para representar aspectos do mundo e para identificar a nós mesmos/as e a outros/as”. As autoras explicam que há momentos de ordens do discurso que são realizados através de discursos, gêneros e estilos e que estes são dialéticos uma vez que “os discursos (representação) podem ser legitimados em gêneros (ação/relação) e inculcados em estilos (identificação)” (Ramalho; Resende, 2011, p.113).

De acordo com Fairclough (2003 *apud* Ramalho; Resende, 2011), os três momentos acima citados podem ser vistos como significados do discurso e estão sempre presentes nos textos da seguinte maneira: significado acional, ligado aos gêneros, são as maneiras de interagir e relacionar-se discursivamente mas também pode estar ligado ao eixo do poder, de ação sobre o(s) outro(s); significado representacional é atado aos discursos e possui ligação com o saber, com a maneira particular de ver as coisas e o mundo; e o significado identificacional que está relacionado aos estilos, ligado à ética, à maneira pela qual o sujeito identifica a si e ao outro.

O caráter crítico da ADC justifica-se pelo seu comprometimento em oferecer suporte científico para os problemas sociais relacionados ao poder, pela preocupação com os efeitos ideológicos e pelos sentidos que os textos “possam ter sobre as relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades [...] a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder” (Ramalho; Resende, 2011, p. 24).

Destaca-se que o conceito de ideologia na visão da ADC é negativo, hegemônico e envolve lutas pelo poder e pela dominação. Ramalho e Resende, (2011, p. 27) esclarecem que o sentido do texto é classificado como ideológico quando universaliza interesses particulares cujo foco é “sustentar relações de dominação”. Para Fairclough (2008, p. 117), as ideologias encontram-se como significações da realidade e “são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção/reprodução ou a transformação das relações de dominação.”

Sob o ponto de vista da ADC nem todo discurso é totalmente ideológico, as ideologias “surtem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social [...] e à medida que os seres humanos são capazes de transcender as sociedades, são capazes de transcender a ideologia.” (Fairclough, 2008, p. 121). De acordo com o citado autor, este instrumento de poder se torna mais efetivo quando sua ação é menos visível, de forma que, se alguém se torna consciente de que determinada prática do cotidiano sustenta desigualdades de poder esse aspecto deixa de ser senso comum e pode ter os efeitos cessados.

Assim, é essencial que o revisor dos textos de ouvidoria, além da preocupação com os aspectos da chamada linguagem cidadã, exposta nos manuais de ouvidoria e que será discutida na seção 3, se atente, questione e torne visível aspectos do discurso que permitam a manutenção da linguagem como instrumento de hegemonia e perpetuação das estruturas do poder. É mister também que o cidadão conheça os mecanismos envolvidos na resposta da sua comunicação de ouvidoria com a SESDF para que assim os processos se tornem visíveis e deixem de sustentar a ideologia de um Sistema Único de Saúde que não pode ser gerenciável.

2. ESTRUTURA GENÉRICA DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

Analisar a estrutura genérica de um texto significa perceber os modelos que estruturam o uso da língua no cotidiano das pessoas das mais diversas formas. Nas práticas comunicativas cotidianas utilizamos padrões mais ou menos estáveis que se caracterizam como gêneros textuais e que Marcuschi (2008, p.146) conceitua como textos “mais ou menos materializados em situações comunicativas recorrentes”.

Quanto às manifestações do cidadão através da ouvidoria, a análise da estrutura genérica deste tipo de demanda é significativa para se verificar as relações de poder existentes quando o Estado fornece a resposta ao autor do relato. Esta estrutura é associada a gêneros e é percebida “no significado acional/relacional do discurso, relativo a modos de (inter)agir discursivamente” (Ramalho; Resende, 2011, p.51).

A ADC caracteriza os gêneros como elementos de ordens do discurso sendo, por isso, vistos como plásticos, mutáveis, heterogêneos, híbridos, nem sempre classificáveis e que fazem parte de um dos momentos do discurso. Em virtude disso é que Ramalho e Resende (2011, p. 42) explicam que eles não são definidos como “gêneros textuais”, mas como “gêneros discursivos” sendo esta a abordagem discursiva mais adequada.

De acordo com Marcuschi (2008), todo o uso e funcionamento da linguagem se dá através de textos e discursos que são produzidos e recebidos em situações ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e que circulam na sociedade. O autor conceitua domínios discursivos como formações históricas e sociais que originam as interações e que produzem conceitos e situações que estão ligadas às diversas esferas da vida social ou institucional como o discurso relacionado à área da saúde, jornalístico, jurídico, instrucional, interpessoal etc.

A comunicação do cidadão com a SESDF não se situa em uma cadeia de gêneros ou domínios discursivos específicos. Essa compreensão, sobretudo no que se relaciona ao domínio discursivo, é primordial para que se estude a resposta do órgão às demandas do cidadão. Para a análise das respostas foi escolhida a tipologia de um tipo de manifestação caracterizado como reclamação, uma vez que nesta foi possível verificar mais claramente os questionamentos relacionados ao poder e os efeitos ideológicos presentes no texto.

Embora se tenha escolhido trabalhar textos em que se manifesta desagrado, queixa ou crítica de um serviço prestado, o art. 3º do Decreto Nº 36.462, de 23 de abril de 2015, que “regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, os procedimentos para garantir a participação popular e contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da cultura de cidadania e para aprimorar os serviços públicos de ouvidoria [...]” (Distrito Federal, 2015), estabelece que:

Art. 3º Para os efeitos deste decreto consideram-se manifestações de ouvidoria as seguintes:

I - RECLAMAÇÃO: manifestação de desagrado, uma queixa ou crítica sobre um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou do servidor público, considerado ineficiente, ineficaz ou não efetivo;

II - DENÚNCIA: comunicação de irregularidades ocorridas no âmbito da administração pública ou apontamento de exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções, como também infrações disciplinares ou prática de atos de corrupção, ou improbidade administrativa, que venham ferir a ética e a legislação.

Parágrafo único. As denúncias devem ser instruídas com fundamentação mínima para que possibilite a análise e encaminhamento pela Ouvidoria Geral do Distrito Federal.

III - ELOGIO: demonstração de apreço, reconhecimento ou satisfação sobre o serviço recebido ou relativo a pessoas que participaram do serviço/atendimento;

IV - SUGESTÃO: manifestação que apresenta uma ideia ou proposta para o aprimoramento dos serviços realizados pela administração pública distrital, ainda que associada a uma reclamação específica;

V - INFORMAÇÃO: Manifestação em que o cidadão requer informações de caráter geral sobre serviços e procedimentos da administração pública, tais como horários de funcionamento, números de telefone, endereços, dentre outras.

É necessário esclarecer que o cidadão se comunica com a ouvidoria de modos distintos. Segundo o art. 9º, do Decreto nº 36.462, de 23 de abril de 2015: “A Ouvidoria Geral do Distrito Federal presta atendimento pelos seguintes canais de atendimento: internet, por meio de sistema informatizado; telefone, via número 162; e, pessoalmente em suas unidades seccionais e unidade central” (Distrito Federal, 2015). Além disso, há também os textos oriundos da Ouvidoria do Ministério da Saúde, cujo relato do cidadão é reescrito e enviado à SES-DF. Essa diversidade de formas de entrada dos relatos (textos) permite concluir que as reclamações ou manifestações selecionadas para análise constituam-se de uma mistura de gêneros textuais: como os relatos que se assemelham a conversação espontânea, a cartas pessoais e/ou eletrônicas e a textos expositivos.

3. RESPOSTA AO CIDADÃO PELA OUVIDORIA DA SESDF: COLETA DE DADOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Na introdução deste artigo expôs-se que, no âmbito do poder executivo do Distrito Federal, as ouvidorias de todos os órgãos e entidades funcionam através de uma rede chamada SIGO/DF, cuja coordenação técnica compete à Ouvidoria Geral do Distrito Federal. No tocante ao funcionamento da ouvidoria da Secretária de Saúde do Distrito Federal, o Plano de Ação da Ouvidoria da Saúde⁵ informa que há uma unidade central, chamada Unidade Setorial de Ouvidoria, que é a responsável por coordenar: a) dezesseis ouvidorias seccionais presentes nas unidades de saúde (hospitais); e b) uma rede de interlocução de cerca de duzentos servidores, designados através de meio formal (portaria), que estão distribuídos nos setores não hospitalares.

Visualizou-se nos relatórios de ouvidoria da SES-DF que não são muitos os relatos oriundos da ouvidoria do Ministério da Saúde, os documentos mostram que em 2019, do total de

⁵ DISTRITO FEDERAL. Plano de Ação 2020 da Ouvidoria da Saúde. Brasília, DF: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/relatorio-de-ouvidoria/>. Acesso em: 21 out. 2020.

manifestações recebidas apenas 1.728 (menos de 4% do Sistema OUV-DF) foram originárias do poder federal. Infere-se assim, que grande parte dos relatos foram provenientes da rede SIGO-DF cujo canal de atendimento é aberto tanto para pessoa física quanto jurídica.

Neste sentido a ouvidoria na esfera local, conforme indica o Manual de Atendimento da Ouvidoria Geral do Distrito Federal realiza “o importante trabalho de facilitar o diálogo entre o cidadão e o Estado.” (Distrito Federal, 2017 p. 2). Um ponto a ser frisado é que o citado documento expressa que é papel da ouvidoria, ao receber a resposta da área técnica, revisar o texto antes de disponibilizá-lo ao cidadão adequando-o a uma linguagem cidadã.

O manual supracitado aborda linguagem cidadã a partir da concepção do que a ouvidoria deve “usar” e do que “evitar” ao revisar as respostas das áreas técnicas dos setores da SESDF antes de direcioná-las ao cidadão. Neste sentido, o revisor (aquele que trabalha na ouvidoria) deve:

Linguagem cidadã

O que usar

•Inicie com o vocativo:

Prezado Cidadão. Atenção à adequação ao gênero, na dúvida coloque (a) e (ã).

•Inicie com a informação principal, que deve constar no primeiro parágrafo.

Organize as informações em parágrafos por ordem de importância.

•Inclua na resposta apenas informações essenciais para o entendimento. Evite dar muitas voltas, seja direto e objetivo.

•No encerramento, coloque frases curtas e com informações úteis.

•Use linguagem direta (sujeito-verbo-predicado) e voz ativa.

•Quando houver orientações com muitas etapas utilize tópicos.

•Escreva sempre de forma afirmativa.

•Sempre revise o texto da resposta.

•Encerre com “Atenciosamente, Ouvidoria XXXX”.

[...]

O que evitar

•Siglas: escreva sempre o nome de áreas e serviços por extenso.

•Jargões técnicos: o cidadão não é obrigado a compreender os termos usados com recorrência da administração pública, como LOA, PAD, etc.

•Não aproveite textos antigos, isso evitará erros.

•Não use expressões onde uma palavra é suficiente para expor a mesma ideia.

•Não há necessidade de dizer que a informação prestada veio da área técnica. Até porque em geral será ela que repassará as informações para a ouvidoria responder ao cidadão.

(Distrito Federal, 2017, pp.37-38)

Uma vez que toda comunicação é feita por textos orais ou escritos, é a partir destes que se deve buscar as “conexões dialéticas entre discurso e aspectos sociais problemáticos, como esforço para ajudar a superá-los” (Ramalho; Resende, 2011, p.111). O mapeamento destas conexões, ainda citando as autoras, é feito através de categorias linguísticas-discursivas, que são as ferramentas utilizadas para a investigação de problemas sociais e que atuam como as responsáveis por auxiliar no dialogismo existente entre o social e o discursivo permitindo que se investigue os efeitos que constituem os textos como práticas sociais.

As categorias linguísticas-discursivas escolhidas: aspectos discursivos/textuais de gênero textual/estrutura genérica e a intertextualidade serão analisadas com base nos relatos e respostas

de manifestações de ouvidoria, abaixo descritas, selecionadas a partir do sistema de ouvidoria do Distrito Federal, o Ouv-DF. Com o intuito de evidenciar a linguagem como parte irredutível da vida social através de uma relação interna e dialética com a sociedade (Ramalho; Resende, 2011), o material de pesquisa foi extraído a partir do mês de março de 2020, quando começaram os primeiros casos da pandemia da COVID-19 no Brasil. O principal critério para a seleção dos textos foi a busca por relatos genéricos, mas que sintetizassem os principais problemas enfrentados pela saúde pública do Distrito Federal durante a pandemia e, principalmente, que garantissem o sigilo e a impossibilidade de identificação do cidadão.

Para fins de análise, foram coletados três textos (manifestações de ouvidoria da tipologia reclamação) dentre os 8.782⁶ que foram registrados pelo cidadão no primeiro semestre de 2020, apenas nas quinze ouvidorias hospitalares desconsiderando-se todos os outros setores do órgão. Salieta-se que a autorização para uso dos dados foi concedida pela Ouvidoria Geral do Distrito Federal, através de solicitação da autora via Sistema Ouv-DF, conforme abaixo:

Considerando que o pedido diz respeito ao trabalho para conclusão de curso, com vistas a obtenção de certificado para pós-graduação *latu sensu*. Considerando que a solicitante atua na rede de Ouvidorias do Distrito Federal e possui termo de responsabilidade assinado que a obriga a proteger os dados do cidadão mantendo o sigilo das informações. Autorizamos a utilização das informações solicitadas exclusivamente para a conclusão do curso solicitado. (Distrito Federal, So-172912/2020)

Após autorização, considerando-se o acesso da autora ao sistema de ouvidoria da SESDF, selecionou-se os textos através de pesquisa qualitativa. Foi solicitado ao órgão, via pedido de Lei de Acesso à Informação, a disponibilização dos documentos bem como as respectivas interações (tramitações) entre ouvidoria e área técnica.

Uma vez que a legislação garante o sigilo e a proteção dos dados dos cidadãos que se manifestam através da ouvidoria, o primeiro critério para seleção dos textos foi a escolha de demandas mais genéricas cujo discurso impossibilitasse, mesmo com a ocultação das marcas pessoais, a identificação do manifestante.

Considerou-se, ainda, para direcionar a solicitação de acesso à informação, o uso de uma ferramenta chamada “providências” disponibilizada pelo sistema Ouv-DF para que servidores que trabalham com as manifestações de ouvidoria registrem um “diário” do que ocorre com a solicitação do cidadão: como o número do documento em que a manifestação foi tramitada para as áreas técnicas, reencaminhamentos, dificuldades para obtenção da resposta etc. Isso limitou bastante a pesquisa uma vez que, pelo fato de o uso não ser obrigatório, foi verificado que das quinze unidades de ouvidorias hospitalares da SESDF apenas cinco utilizaram a ferramenta total ou parcialmente (apenas nas manifestações que existiam muitos encaminhamentos).

⁶ DISTRITO FEDERAL. Visão Geral do Sistema Ouv-DF. Brasília, DF: Ouvidoria Geral do Distrito Federal. Disponível em: https://www.ouv.df.gov.br/#/dashboard/rel_total_man. Acesso em: 31 out. 2020

O segundo parâmetro considerado foi a escolha de discursos que possibilitassem uma melhor utilização da abordagem teórico metodológica da ADC: ocupar-se dos “efeitos ideológicos que sentidos de textos, como instâncias de discurso, possam ter sobre relações sociais, ações, interações, pessoas e mundo material” (Ramalho; Resende, 2011, p. 23). Apresentadas a conceituação de estrutura genérica dos textos discursivos e como ela se dá nas manifestações de ouvidoria passa-se à apresentação dos relatos e à análise da estrutura textual e da intertextualidade presentes nas respostas.

4. APRESENTAÇÃO DOS RELATOS, DAS RESPOSTAS E ANÁLISE DA ESTRUTURA TEXTUAL

A seguir, têm-se os 3 textos redigidos por usuários do sistema de Ouvidoria da SESDF e as respectivas respostas. Os relatos 1 e 2 foram feitos pelo próprio cidadão através do sistema informatizado de ouvidoria, o Ouv-DF, disponibilizado pela internet. O relato 3 é oriundo de atendimento telefônico (através da Central 162) em que a pessoa narra a sua manifestação a um atendente telefônico que abstrai da conversa aquilo que julga relevante.

Relato 1:

Quando precisei de fazer o teste para covid 19 ao qual foi negado pelo atendimento do local. Sendo que fui examinado por uma enfermeira a qual também prescreveu um medicamento que ela não pode receitar azitromicina e ivermectina também.

Resposta área técnica

À OUVIDORIA / [REDACTED] / [REDACTED]

Restituímos o presente processo em resposta a manifestação (45516273) para informa-los que existe duas Unidades Básicas de Saúde no [REDACTED], na UBS [REDACTED] o médico encontra-se de férias, porém o médico da UBS [REDACTED] está dando suporte aos pacientes. Em relação aos teste informamos que temos disponível na unidade o RT-PCR (SWAB) que deverá ser realizado entre o 3º e o 7º dia de sintomas e o teste para COVID 19 por amostra sorológica(sangue) que é realizado entre o 10º e o 14º dia de sintomas conforme protocolos da Secretaria de Saúde. No momento não dispomos de teste rápido nas unidades. Em relação a prescrição de medicamentos informamos que essas duas medicações necessitam de prescrição médica. Sugerimos que a paciente procure a UBS para que possa ser avaliada pela equipe e posteriormente está dará os encaminhamentos devidos. Sendo assim, estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Revisão da resposta da área técnica feita pela ouvidoria

Prezado Cidadão, A respeito da sua reclamação, a Gerência de Serviços de Atenção Primária Nº [REDACTED] de [REDACTED] esclarece que existe duas Unidades Básicas de Saúde no [REDACTED], na UBS [REDACTED] o médico encontra-se de férias, porém o médico da UBS [REDACTED] está dando suporte aos pacientes. Em relação aos teste informamos que temos disponível na unidade o RT-PCR (SWAB) que deverá ser realizado entre o 3º e o 7º dia de sintomas e o teste para COVID 19 por amostra sorológica(sangue) que é realizado entre o 10º e o 14º dia de sintomas conforme protocolos da Secretaria de Saúde. No momento não dispomos de teste rápido nas unidades. Em relação a prescrição de medicamentos informamos que essas duas medicações necessitam de prescrição médica. Sugerimos que a paciente procure a UBS para que possa ser avaliada pela equipe e posteriormente está dará os encaminhamentos devidos. Sendo assim, estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos. A sua opinião é muito importante para nós, por gentileza pedimos que avalie a resposta da Ouvidoria, assim podemos melhorar nossos serviços. Agradecemos pela participação. Atenciosamente, Ouvidoria do Hospital Regional [REDACTED]

Relato 2:

Sou recém formada em enfermagem e estive no Hospital Regional do [REDACTED] para me informar sobre o voluntariado, fui em vários locais a procura de informação, onde não souberam me informar nada a respeito. Os servidores da direção fizeram pouco caso e não se importaram em me informar. Pelo que eu entendi, a pessoa que era responsável pelo voluntariado devolveu o cargo e não sabem com quem está. O voluntariado só tem a agregar na assistência hospitalar.

Resposta área técnica

DE: DIRETORIA DO HOSPITAL REGIONAL DO [REDACTED]

PARA: OUVIDORIA

Informamos que para ser voluntário a pessoa interessada deverá acessar o site <http://www.portaldovoluntariado.df.gov.br/index.html>, e realizar o cadastro no site.

Revisão da resposta da área técnica feita pela ouvidoria

Prezado (a) Cidadão (ã) boa noite! Contribuir para a melhoria do atendimento e informações prestadas é fundamental para nós da Ouvidoria do HR [REDACTED]. Sua manifestação sobre a falta de servidor, o mau atendimento prestado, os procedimentos adotados pela UBS, foi respondida após ter sido encaminhada para a área responsável pelo Protocolo de Atendimento, Re-[REDACTED]/2020 e SEI-DF nº 00060-[REDACTED]/2020-[REDACTED] Superintendência da Região de Saúde [REDACTED] por intermédio da Diretoria do Hospital Regional [REDACTED], nos informou que é um prazer contar com seus serviços para a comunidade e que para ser voluntário a pessoa interessada deverá acessar o site <http://www.portaldovoluntariado.df.gov.br/index.html>, e realizar o cadastro. A Ouvidoria do HR [REDACTED] agradece por dispor seus serviços em prol de servir aos cidadãos. Estamos à disposição e agradecemos o contato. Pedimos por gentileza que avalie a resposta da área e os serviços da Ouvidoria na nossa “Pesquisa de Satisfação”.

Relato 3:

Reclama que estar com os Sintomas do COVID-19, E não conseguiu atendimento. O Posto negou atendimento devido o secretario de saude ter sido Preso.

Relato 3 (resposta área técnica)

À
SES/[REDACTED]/HR[REDACTED]/OUVIDORIA

Senhora Ouvidora,

Restituímos o presente expediente em atenção ao manifesto [REDACTED], informamos que temos expediente na ala COVID de segunda das 07 horas às 18 horas e nos sábados das 07 horas até as 12 horas.

Respeitosamente,

[..]

Relato 3 (revisão da ouvidoria do texto fornecido pela área técnica)

Prezado Cidadã, em atenção à sua reclamação Re-[REDACTED]/2020, verificamos seu relato com a UBS 0 [REDACTED] de [REDACTED] e apuramos que a Unidade está ofertando atendimento aos casos suspeitos de covid-19 de segunda à sexta-feira no horário de 07h às 18h e também aos sábados, de 07h às 12h. Ressaltamos que o atendimento de covid-19 nas UBSs tem como principal estratégia a avaliação dos pacientes pelas equipes de saúde. Nessa avaliação são conferidos os históricos clínicos e dos sintomas respiratórios, podendo ser aferido a temperatura, checagem dos batimentos no pulso e dos níveis de saturação do oxigênio no sangue. Em casos de sintomas mais fortes, os pacientes são consultados por um profissional médico, podendo haver realização do teste sorológico ou PCR (swab), prescrição de medicamento e, se necessário, o paciente pode até mesmo receber encaminhamento para o HR [REDACTED]... Os casos assintomáticos, ou com sintomas fracos de poucos dias, dependendo da avaliação da equipe de saúde, não estão sendo testados, pois o resultado pode vir a apresentar um falso negativo e comprometer os cuidados necessários contra a infecção e principalmente contra a disseminação do vírus. Mais detalhes a respeito do atendimento aos casos suspeitos de coronavírus podem ser obtidos no site <http://www.saude.df.gov.br/todas-as-ubss-do-df-passam-a-fazer-testagem-para-a-covid-19/>, ou na Central Tele-Covid, no número 199, de 07h às 19h. Portanto, em caso de sintoma respiratório, a pessoa deve manter isolamento social e comparecer novamente na UBS para acolhimento, avaliação e atendimento pela equipe. Diante do exposto, pedimos desculpas pelos transtornos, agradecemos pelo contato e nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas. A sua opinião é muito importante para nós, por gentileza pedimos que avalie a resposta da Ouvidoria, assim podemos melhorar nossos

serviços. Agradecemos pela participação. Atenciosamente, Ouvidoria do Hospital Regional

(DISTRITO FEDERAL, 2020, OBTIDO ATRAVÉS DO USO DA LEI Nº 4.990, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012)

A resposta dos três relatos irá direto para o cidadão, via sistema Ouv-DF, após parecer da área técnica e revisão pela ouvidoria. Entretanto, há a possibilidade de o autor do relato, munido do número do protocolo, ligar na central telefônica do 162 para que esta leia o posicionamento final do órgão. O mais provável de isso acontecer é no relato 3, cuja origem é o atendimento por telefone.

O que se percebe do relato 1 é que o texto se aproxima de características da oralidade com frases curtas e o uso de elementos dêiticos como o advérbio temporal “quando” e o substantivo “local”. O discurso é fragmentado e pressupõe um interlocutor presente. Oportuno frisar que o autor aborda elementos que inserem o texto em um domínio discursivo da área da saúde perceptível pelas expressões: “teste para covid”, “negado pelo atendimento do local”, “fui examinado por uma enfermeira a qual também prescreveu um medicamento que ela não pode receitar azitromicina e ivermectina também”.

Para a resposta da área técnica no primeiro relato, percebe-se a manutenção de alguns aspectos referentes ao domínio discursivo da área da saúde através da: 1) marcação dos papéis sociais: quando se refuta o que foi escrito pelo demandante acerca da negativa “pelo atendimento do local” e se faz uma prescrição acerca da enfermidade descrita: “O RT-PCR (SWAB) que deverá ser realizado [...]”; e 2) escolha lexical: o emprego de termos técnicos e científicos como “dando suporte”, “amostra sorológica”, “protocolos” e “prescrição”.

Verifica-se, contudo, uma incoerência entre a reclamação do demandante e a resposta fornecida pela área técnica. Koch (2003, p. 53) infere que a coerência não está no texto, mas deve ser “construída a partir dele, levando-se, pois, em conta os recursos coesivos presentes na superfície textual, que funcionam como pistas ou chaves para orientar o interlocutor na construção do sentido”. Na resposta técnica o termo dêitico “local” foi explorado pela resposta da área técnica como um elemento que impossibilita uma resposta assertiva: “existe duas Unidades Básicas de Saúde no XXX, na UBS XXX o médico encontra-se de férias, porém o médico da UBS XXX está dando suporte aos pacientes”. Contudo, a informação poderia ser resgatada facilmente pela ouvidoria fora do texto, em uma ferramenta disponibilizada pelo Ouv-DF, chamada local do fato. Uma outra possibilidade, já que a reclamação foi registrada pelo próprio cidadão através do uso da internet, seria a de utilização do campo “solicitação de informação complementar”, recurso também disponibilizado pelo sistema, em que se é permitido fazer questionamentos ao cidadão acerca dos dados fornecidos por este.

De acordo com Koch (2003, p. 53) “a coerência se estabelece em diversos níveis: sintático, semântico, temático, estilístico, ilocucional, concorrendo todos eles para a construção da coerência

global.” Verifica-se, neste sentido, ainda relacionado ao relato 1, problemas de coerência estilística, pragmática e global: estilística, pois foram usados elementos linguísticos técnicos e jargões da área médica que não condizem com o registro linguístico feito pelo manifestante; pragmática uma vez que a resposta não condiz com o questionamento do demandante: negativa do atendimento e profissional de saúde que “prescreveu um medicamento que ela não pode receitar [...], ou seja, a resposta está desconectada daquilo que foi indagado; e global ao se considerar que, como não se respondeu ao demandante, todo o discurso presente na resposta encontra-se incoerente.

Ainda acerca do relato 1, a revisão do texto feita pela ouvidoria não corrige a distorção exposta acima e não se cumpre quase nenhum dos requisitos da chamada “linguagem cidadã” listados nas páginas 15 e 16 deste artigo. Há também o descumprimento de outra determinação do Manual de Ouvidoria do GDF que infere ser necessário conhecimento técnico da “língua portuguesa escrita e falada, bem como a adequação da linguagem ao público que está sendo atendido” (Distrito Federal, 2017, p. 10). Sob o enfoque da ADC, cujo significado acional (ligado a gêneros) implica “relações com os outros, mas também ação sobre os outros e poder” (Ramalho; Resende, 2011, p. 52) o que se percebe nesta interação é uma distribuição assimétrica de poder na relação questionamento do demandante x resposta do órgão.

A organização mais elaborada do relato 2, a sequência narrativa do discurso e o uso da primeira pessoa, sobretudo nos enunciados “fui em vários locais” e “pelo que eu entendi” pressupõem um gênero textual que se aproxima a uma carta pessoal, cujo domínio discursivo é o interpessoal. O que se verifica na resposta da área técnica, todavia, é um domínio discursivo mais próximo ao instrucional, que, embora tenha respondido ao questionamento do(a) demandante, não levou em consideração o gênero carta presente no relato.

Ainda relacionado à segunda manifestação, a revisão da resposta feita pela ouvidoria refletiu o gênero textual do relato, embora se tenha inserido um discurso que não condiz com o da área técnica ao atribuir à Diretoria do Hospital Regional o enunciado de que será “um prazer contar com seus serviços para a comunidade [...]”, o que torna o texto revisado coeso, mas incoerente.

No relato 3, o texto situa-se nos domínios discursivos interpessoal e de saúde, este último perceptível na expressão “Reclama estar Sintomas do COVID-19 ,E não conseguiu atendimento”; uma outra possibilidade de classificação seria também a jurídica uma vez que se relata “O Posto negou atendimento devido o secretario de saude ter sido Preso.” Embora o relato possua três domínios discursivos, a escolha utilizada para a resposta da área técnica privilegiou o uso do jurídico, o que é perceptível pela escolha lexical do único período que constitui a resposta: “**Restituímos** o presente **expediente** em atenção ao **manifesto** [...], informamos que temos **expediente** [...]” (Grifou-se)

Assim como no relato anterior (2), é possível perceber que a revisão da resposta da área técnica feita pela ouvidoria leva-se em consideração o gênero textual mais próximo a carta e o uso dos domínios discursivos interpessoal e de saúde, que também são utilizados na manifestação do

cidadão. Embora a escolha lexical “apurar” ainda carregue alguma carga do domínio discursivo jurídico, ao longo da resposta a ouvidoria desconsiderou o contido o enunciado: “O Posto negou atendimento devido o secretario de saude ter sido Preso”. Destaca-se aqui o exposto no Manual de Atendimento de Ouvidoria ao apontar que:

Caso o conteúdo recebido da área técnica não apresente os elementos mínimos que respondam os pontos apresentados na demanda do cidadão, solicite mais informações para complementação. A depender do prazo de resposta e complexidade do assunto, vá pessoalmente conversar com o técnico responsável. (Distrito Federal, 2017, p. 36)

Verifica-se assim no relato 3 uma incoerência pragmática entre a reclamação do demandante e a resposta do órgão. De acordo com Ramalho e Resende (2011, p. 24) “há distintas maneiras de se instaurar e manter a hegemonia, dentre elas, a luta hegemônica travada no/pelo discurso.” Para as autoras, “quando o abuso de poder é instaurado e mantido por meio de significados discursivos, está em jogo a ideologia” e é isso que foi demonstrado ao se contrapor o relato do cidadão *versus* a resposta fornecida pelo órgão. Depreende-se que, talvez, a escolha do domínio discursivo jurídico, tenha sido feita na tentativa de refutar a questão central da reclamação.

5. INTERTEXTUALIDADE NAS RESPOSTAS DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA ANALISADAS

De acordo com Kristeva (1974, p. 60 *apud* Koch, 2003, p. 62) “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto.” Este é o conceito de intertextualidade que, segundo Guimarães (2009) se efetiva através do uso de mecanismos como a citação, a alusão e a estilização. Para a autora, a citação é um instrumento intertextual capaz de desempenhar várias funções no texto dependendo do contexto; já a alusão é uma referência vaga, pouco precisa ou indireta a alguém ou alguma coisa; enquanto a estilização visa ao aprimoramento, ao apuro do texto em relação à sua forma conservando-se, no entanto, a configuração temática.

Koch (2003, p. 63) esclarece que a intertextualidade implícita ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto. O Manual de Atendimento da Ouvidoria Geral do Distrito Federal instrui os servidores das ouvidorias a revisarem a informação da área técnica adequando a resposta à linguagem cidadã antes de disponibilizá-la ao demandante. Orienta, ainda, que “não há necessidade de dizer que a informação prestada veio da área técnica. Até porque em geral será ela que repassará as informações para a ouvidoria responder ao cidadão.” (Distrito Federal, 2017, p. 43).

O que foi percebido na resposta dos três relatos analisados é que os revisores (servidores da ouvidoria), ao contrário do que preconiza o manual de ouvidoria, utilizaram a intertextualidade explícita ao informar ao cidadão que a resposta veio da área técnica: “A respeito da sua reclamação,

a Gerência de Serviços de Atenção Primária [...] esclarece que [...]”; Sua manifestação [...] foi respondida após ter sido encaminhada para a área responsável pelo Protocolo de Atendimento[...]; “Prezado Cidadã, em atenção à sua reclamação Re- XXX /2020, verificamos seu relato com a UBS X de X e apuramos [...]”.

Na análise do relato 1 verifica-se uma transcrição literal da resposta da área técnica. Uma questão pertinente acerca desta manifestação é que o relato é anônimo, ou seja, o(a) manifestante optou por não se identificar. O artigo 14 da Instrução Normativa nº01 de 2017 da Controladoria Geral do Distrito Federal infere que é permitido o registro anônimo de “manifestações [...] identificadas como reclamação e denúncias, não sendo possível, entretanto, o acompanhamento delas, sob pena de comprometimento da segurança dos dados e informações nelas constantes.” (Distrito Federal, 2017)

Pode-se inferir que, tendo conhecimento de que a resposta não chegaria ao cidadão, a ouvidoria tenha optado por acolher o parecer da área técnica transcrevendo-o literalmente. O que se percebe, porém, é que uma informação grave do relato, que ensejaria talvez uma conduta criminosa, a saber: ser “[...] examinado por uma enfermeira a qual também prescreveu um medicamento que ela não pode receitar azitromicina e ivermectina também” foi ignorada pela área técnica e validada pela revisão da ouvidoria.

O que se percebe no relato 2 é uma tentativa de utilização do mecanismo intertextual da estilização. Embora a intertextualidade do texto esteja explicitada, sobressai-se o discurso da ouvidoria que se posiciona acerca do mau serviço prestado pela unidade hospitalar. Guimarães (2009, p. 139) explica que neste mecanismo intertextual “a forma varia sob a manutenção do tema”, mas não se pode inferir para esta resposta que o tema foi mantido uma vez que a ouvidoria atribuiu um discurso à área técnica não condizente com a realidade.

Ressalta-se, a partir da resposta do relato 2, a relação entre intertextualidade e hegemonia descrita por Fairclough (2008). De acordo com este autor, o conceito de intertextualidade “aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos.” (Fairclough, 2008, p.135). Quando a ouvidoria revisa o texto indicando ao cidadão que a gestão terá um “prazer contar com seus serviços para a comunidade” e essa não é uma preocupação real, o que se revela é um discurso que mantém o *status quo* e as relações assimétricas de poder.

No relato 3 em que o cidadão reclama da negativa do atendimento e infere que o fato se deu em virtude de o gestor máximo do órgão estar preso, a voz não é atribuída diretamente à área técnica. O revisor fez escolhas lexicais de verbos que remetem a uma resposta investigativa: “Prezado Cidadã, em atenção à sua reclamação [...], **verificamos** seu relato com a UBS [...] e **apuramos** [...]” (Grifou-se). Os termos destacados apontam a percepção diálogo da resposta com o relato do manifestante, no entanto, o sentido do texto é ignorado

O revisor tentou a estilização da resposta na manifestação 3, assim como no relato 2, ao acrescentar informações não disponibilizadas pela área técnica. O que se percebeu, todavia, além de refutar e não responder ao principal questionamento do(a) cidadão(ã): “[..] não conseguiu atendimento. O Posto negou atendimento devido o secretário de saúde ter sido Preso” foi a não adequação aos critérios de linguagem cidadã estabelecidos pelo Manual de Ouvidoria do Distrito Federal que preconiza, a objetividade, que a resposta deve conter “apenas informações essenciais para o entendimento. [..]” (Distrito Federal, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da resposta de três reclamações de ouvidoria, dentre as 26.236 recebidas pela ouvidoria da SES-DF apenas no primeiro semestre de 2020, indicou a necessidade de um olhar crítico do órgão para os questionamentos do cidadão, sobretudo no tocante à revisão da resposta confeccionada pela ouvidoria do órgão.

É preciso conscientizar o revisor acerca da importância de uma resposta direta, objetiva e que cumpra todos os requisitos da linguagem cidadã, mesmo que para isso tenha que se usar a prerrogativa de, reiteradamente, devolver o questionamento do cidadão à área técnica para ajustes dos problemas evidenciados na análise e relacionados, sobretudo, ao uso da linguagem como instrumento hegemônico e de poder: perceptível pela falta coerência global, pragmática, estilística, dentre outras distorções do discurso que impossibilitam uma efetividade na comunicação.

A ouvidoria é a responsável por divulgar a voz do cidadão, por isso, deve-se usá-la e fortalecê-la com vistas ao aprimoramento da gestão. Não se pode furtar de questionar, devolver as respostas e debater junto às técnicas condutas que o manifestante relata como antiéticas ou até mesmo criminosas. É preciso quebrar o elo dos discursos que mantenham o *status quo* e das relações assimétricas de poder.

Destaca-se, ainda, a urgência de um olhar crítico acerca dos problemas internos da SES-DF, como a prisão do Secretário de Saúde ou mesmo a investigação sofrida pela própria ouvidoria do órgão no tocante ao alcance de metas de produtividade e de resolutividade. Estas são questões que devem ser trazidas ao debate com o cidadão e em conjunto com os mais de 200 servidores responsáveis pela tramitação e revisão das respostas de ouvidoria. Para os profissionais (servidores) da rede de ouvidoria do órgão, a melhora na qualidade da resposta ocorrerá através de capacitações, treinamentos, rodas de conversa e estudos de caso.

Acrescenta-se, por fim, que a participação do cidadão não deve ser vista sob o viés do domínio discursivo jurídico ou de uma voz que precisa ser combatida ou refutada, mas como uma aliada nos serviços oferecidos pela SES-DF.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). **Manual de Ouvidoria Pública: rumo ao sistema participativo**. Brasília, DF: Ouvidora-Geral da União (OGU) [2018]. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/29959>. Acesso em: 21 out. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 36.462, de 23 de abril de 2015**. Regulamenta a Lei nº 4.896, de 31 de julho de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF. Brasília: Ouvidoria Geral do Distrito Federal [2015]. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/79466/Decreto_36462_23_04_2015.html. Acesso em: 21 out. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Instrução Normativa Nº 01, de 05 de maio de 2017**. Regula os procedimentos dos serviços de ouvidoria tratados na Lei nº 4.896/2012, Decreto nº 36.462, de 23 de abril de 2015 e estabelece instrumentos de responsabilização dos participantes da rede de ouvidorias e áreas envolvidas. [2017]. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c87d4625386745569ef03028e6c79397/Instru_o_Normativa_1_05_05_2017.html. Acesso em: 31 out. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF). **Manual de Atendimento de Ouvidoria**. Brasília, DF: Ouvidora-Geral do Distrito Federal (OGDF) [2017]. Disponível em: <http://www.ouvidoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Manual-de-Atendimento-de-Ouvidoria.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012**. Regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72983/Lei_4990_12_12_2012.html. Acesso em: 15 nov. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. Sistema Ouv-DF: **Protocolo So-172912/2020 (comunicação pessoal)**. Brasília, DF: Ouvidora-Geral do Distrito Federal, 2020.
- FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. pp 116-173.
- GUIMARÃES, Elisa. **Texto Discurso e Ensino**. São Paulo: Contexto, 2009. pp 137- 140.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, V. D. M. **Análise do discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Adriana de Matos Sousa

Servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, graduada em Letras e Especialista em Revisão Textual pela Universidade Católica de Brasília.

Carolina Gonçalves Gonzalez

Professora Doutora da Universidade Católica de Brasília e da Universidade de Brasília. Membro do Núcleo de Estudos em Linguagem e Sociedade (NELIS/CEAM, UnB), consultora na ONU Mulheres e Especialista em Políticas Públicas para Infância, Adolescência e Diversidades. profcarolgonzalez@gmail.com

Penso, logo imaginei um real por símbolos: O sujeito da Análise do Discurso

*I think, therefore I imagine a real by symbols:
The Subject of Discourse Analysis*

*Pienso, luego imagino un real por medio de
símbolos: El sujeto del Análisis del Discurso*

RESUMO

Este texto aborda noções de Sujeito a partir da leitura de textos teóricos da Análise do Discurso Materialista desenvolvidas inicialmente por Michel Pêcheux. Pela crítica aos aspectos empírico e lógico da linguística em que se incluem reflexões sobre Sujeito, tem-se como objetivo contribuir para diferenciação teórica entre os Sujeitos: da ciência, da linguagem, da ideologia e do inconsciente para, então, ensaiar uma centralidade sobre a noção do Sujeito da Análise do Discurso.

Palavras-chave: Análise do discurso; sujeito; ideologia; inconsciente.



Recebido em: 4 de setembro de 2023
Aceito em: 1 de outubro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.50687

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Frederico Sidney Guimarães

fredericosidney@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0001-5789-3717>

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ENSAIO

ABSTRACT

This text explores the notion of Subject from reading contents of the materialist discourse analysis originally produced by Michel Pêcheux. Taking the critique of the empirical and logical aspects of linguistics, which include reflections on the Subject, the aim is to contribute to the theoretical distinction between the Subjects of science, language, ideology, and the unconscious in order to test a centrality on the notion of the Subject of Discourse Analysis.

Keywords: Discourse analysis; subject; ideology; unconscious.

RESUMEN

Este texto aborda nociones de Sujeto a partir de la lectura de textos teóricos de Análisis del Discurso Materialista desarrollados inicialmente por Michel Pêcheux. Al criticar los aspectos empíricos y lógicos de la lingüística, que incluyen reflexiones sobre el Sujeto, se pretende contribuir a la diferenciación teórica entre los Sujetos: de la ciencia, del lenguaje, de la ideología y del inconsciente, para luego ensayar una centralidad sobre la noción de Sujeto del Análisis del Discurso.

Palabras clave: Análisis del discurso; sujeto; ideología; inconsciente.

Como citar:

GUIMARÃES, Frederico Sidney. Penso, logo imaginei um real por símbolos: O sujeito da Análise do Discurso. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 140-160, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



APRESENTAÇÃO

Penso, logo existo. Esse enunciado, a partir de Descartes, funda a existência do sujeito numa exacerbação da dúvida para instituir um método racional. A única certeza da existência seria o pensar, que se torna o meio para conhecer o real de forma verdadeira e definitiva (Marcondes, 2002). Uma empreitada filosófica e científica que esbarra no paradoxo do sujeito depender do pensamento para existir. Ao saber que existe, por pensar, o sujeito não explica essa existência por si. Isso torna o próprio objeto do saber como algo ainda em dúvida, submetido a pensamentos.

Tendo em vista esse parágrafo inicial, propomos retomar leituras teóricas feitas a partir da teoria materialista dos processos semântico-discursivos, doravante Análise do Discurso (Pêcheux, 1995[1975]), que toma como objeto o discurso enquanto efeito de sentidos entre interlocutores. A dúvida e o impossível da certeza absoluta se colocam como grandes dilemas para aqueles que procuram definir ou lidar com a noção de sujeito. A Análise do Discurso, por sua vez, se configura como um pertinente dispositivo teórico para lidar com a falta da certeza e nos permite elaborar uma síntese sobre o percurso do desenvolvimento da noção de Sujeito da(em)¹ Análise do Discurso. Tal pertinência teórica se faz presente porque a Análise do Discurso elabora uma intensa reflexão sobre o papel discursivo da língua em contraponto tanto a uma lógica formal com seu sujeito universal, como também a uma visão empirista acreditando apropriar-se do objeto de conhecimento de forma real e imediata a partir de interações e de experiências individuais.

Com isso, temos o objetivo de propor um gesto de interpretação das bases teóricas da Análise do Discurso para diferenciar as noções sobre o sujeito e, então, ensaiar uma centralidade quando se efetua uma referência à noção de Sujeito da Análise do Discurso. Acreditamos que esse gesto de interpretação possa contribuir: para o aprofundamento da compreensão sobre o desenvolvimento da Análise do Discurso e sua relação com as áreas de conhecimento que a constitui; para o incremento das concepções de sujeito a partir da crítica epistemológica sobre o papel ideológico na produção das ciências humanas e linguísticas; e, por fim, para auxiliar as abordagens introdutórias sobre a teoria do discurso com base materialista.

A Análise do Discurso está no entremeio das áreas da linguística, da história e da psicanálise. Sendo assim, a noção de sujeito por ela abordada se diferencia do sujeito da ciência, do sujeito da linguagem, do sujeito da ideologia e do sujeito do inconsciente, tendo em vista que não se trata de uma justaposição teórica da Análise do Discurso perante tais áreas, e sim de um atravessamento que a constitui. Ou seja, não se propõe uma superação, negação ou aperfeiçoamento das respectivas teorias, mas sim constituir uma base teórica para abordar especificamente os processos semântico-discursivos.

¹ Usa-se o sintagma adjetivo em semelhança às formas em que são expressos os sujeitos “da ciência”, “da linguagem” e “do inconsciente” nas discussões teóricas que pautam este ensaio.

Por não propor uma justaposição teórica, a leitura desenvolvida pela Análise do Discurso sobre suas principais áreas de influência teórica estipula a existência do real em cada uma delas: o real da língua, da história e do inconsciente (Conein *et al.*, 1981). O real, nesse caso, é entendido como pontos do impossível (Pêcheux, 1990). Tais premissas fazem parte, portanto, do desenvolvimento teórico do Sujeito da Análise do Discurso.

Sendo assim, abordaremos primeiramente a relação entre sujeito e objeto associada aos aspectos empírico e lógico da linguística. O ponto seguinte será o Sujeito da Ciência no sujeito da linguagem, que foi capaz de criar considerações ou sobre a competência lógica da linguagem, ou sobre sua realização empírica. Isso motivou a crítica à linguística em que são definidos o realismo metafísico e o empirismo lógico. Dessa crítica, abordaremos o sujeito interpelado pela ideologia afirmando a impossibilidade da produção científica ser isenta das interpelações ideológicas. O sujeito da psicanálise, então, será entendido pelo contraponto da interpelação ideológica. A partir desses tipos de sujeito será feita a pontuação dos aspectos do Sujeito da Análise do Discurso.

1. SUJEITO COMO OBJETO: O REALISMO METAFÍSICO E O EMPIRISMO LÓGICO

A imbricação entre sujeito e objeto faz parte do desenvolvimento teórico da noção de sujeito na Análise do Discurso. Essa teoria, por ser baseada na tríade sujeito, história e língua, reatualiza a reflexão filosófica sobre o sujeito a partir de sua necessária relação com a filosofia da linguagem no questionamento sobre a referenciação que a língua faz sobre o objeto do qual se fala.

Nesse caso, para se falar de um objeto, é necessário incorporá-lo no pensamento, criando um objeto pensado que supõe designar o objeto real. Para Pêcheux, portanto, essa incorporação só ocorre pelo efeito de ilusão de apropriação do objeto real.

Nessas condições, é preciso dizer que a necessidade dessa 'ilusão', pela qual um objeto de pensamento pressupõe a existência de um objeto real que ele designa, provém de uma 'imperfeição da linguagem' [...] (Pêcheux, 1995[1975], p. 98)

Ao se falar de sujeito, ele se transforma em objeto do qual se fala. Pensemos sintaticamente o dizer: o sujeito fala de *sujeito* (exatamente o que faz esse texto). O sujeito que é falado é o complemento do verbo. O *sujeito*, nesse caso, não é sujeito, é objeto. Essa passagem, talvez jocosa, explica a relação entre sujeito e objeto na sintaxe que ilustra a atual proposta de reflexão entre sujeito e objeto.

Dessa forma, o sujeito precisa passar pelo pensamento e pela simbologia da linguagem para ser dito. Isso constitui o sujeito na e pela linguagem entendido por meio da teoria do Discurso, que nos permitiu refletir sobre a posição desses sujeitos em seus efeitos ideológicos e afetações inconscientes. É assim que Pêcheux:

[...] trata, precisamente [...], das relações entre 'a evidência subjetiva' e a 'evidência do sentido (ou da significação)', e coloca o discurso entre a linguagem (vista a partir

da Linguística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia. (Henry, 1997[1969], p. 34-35)

O objeto, então, passaria a ter predominância perante sua parte subjetificada. No caminho teórico e científico, essa predominância da necessidade de objetificar tendeu a excluir a feição subjetiva dos argumentos que abordavam o tal objeto. A máxima da evidência seria a ilusão, nos termos da ideologia e do inconsciente, de que o objeto estaria descrito e isolado da subjetividade.

Isso cria processos de exclusão e inclusão do sujeito nas teorias da linguagem. O recalque do sujeito (sua exclusão como filtro para predominar a noção de objeto) funcionou enquanto uma “obstinação do recalque²” (Pêcheux, 1995[1975], p. 245), pois o sujeito volta em cena quando parte das teorias linguísticas deram privilégio à questão da enunciação. Essas exclusões e retornos, junto com as posições teóricas dos linguistas, postulam a feição reificante do objeto que procura objetivar o sujeito ou na sua exclusão, ou na sua consideração plena e consciente.

Temos, portanto, dois posicionamentos. Por um lado, a construção própria da teoria da língua em Saussure em que o sujeito é excluído para se considerar a língua diferente da fala. Sendo assim, a língua seria um puro objeto, observado em seus próprios esquemas estruturais ilusoriamente sem subjetividade. Aprimorando tal consideração do objeto linguístico um tanto lógico/formal, pois é pensado numa relação de logicidade, estaria a gramática das teorias gerativas da “fórmula de Chomsky” (Henry, 2013[1977], p. 39). O objeto científico seria uma estrutura de linguagem universal, plena, presente de forma independente e anterior a seus usos pelos então sujeitos excluídos para o plano da performance.

Por outro lado, com o retorno do sujeito, teríamos as teorias da enunciação e da comunicação. No caminho para um aspecto pragmático, coloca-se uma interação descritível da relação entre sujeito e objeto. Nesse último caso, o sujeito não está excluído das análises observáveis empiricamente. Assim, o sujeito é localizado como um objeto identificado em relação com outro objeto da teoria: o enunciado. Pela ilusão de referência a um sujeito objetificado numa descrição teórica, o sujeito é um fenômeno por si, existente como tal.

O que aí se encontra, com efeito, retomado na dupla tradição racionalista e empirista, é a oposição articulada entre lógica e retórica, desembocando (sob forma moderna) na oposição entre ‘semântica geral’ e ‘teoria da comunicação’. Resumindo consideravelmente, para ir ao que me parece essencial, podemos dizer que a semântica geral persegue o projeto racionalista de constituir uma teoria a-histórica do espírito humano [...]. Do mesmo modo, as teorias comunicacionais exprimem, em um vocabulário renovado, o projeto empirista (behaviorista em certos casos) de uma teoria do comportamento verbal complexo, supondo a interação entre

² Recalque é um conceito presente na teoria psicanalítica lacaniana que faz referência à estrutura psíquica da neurose. O emprego desse termo no decorrer desse texto, porém, é feito com base nessa citação de Pêcheux.

emissores e receptores como espaço de produção do sentido do enunciado. (Pêcheux, 2014[1984], p. 153-154, grifo nosso)³

Nessas reflexões, são abordadas duas perspectivas filosóficas nas quais tais teorias linguísticas se desenvolvem: a racionalista e a empirista. A partir dessa dicotomia, Pêcheux alerta sobre a maneira como esses dois posicionamentos se deixam afetar pelos seus próprios limites teóricos: o racionalismo com o realismo (pressupondo um real ideal) e o empirismo com uma pressuposição lógica universal.

Podemos resumir nossa investigação pela seguinte constatação: as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias [...]. (Pêcheux, 1995[1975], p. 72)

De um lado, o realismo concreto, baseado no empírico. Seriam exemplos os recortes de enunciados e seus supostos sujeitos. O empirismo linguístico englobaria desde as estruturas de interpretação comunicativas até as explicações funcionalistas e/ou psicológicas dos supostos empregos reais do objeto então descrito.

Por outro lado, haveria o racionalismo idealista, num movimento de transfiguração, transcendência. Uma lógica colocada como suprema perante as vicissitudes, não se tratando especificamente de casos concretos, mais sim dedutíveis, inatos e essenciais de uma transcendência universal sobreposta à contingência histórica.

Essas duas posições, que são entendidas como ideológicas, teriam seus respectivos *recalques* sintomatizando suas conclusões. Desta forma, Pêcheux considera que essas duas posições ideológicas se atravessam, transfigurando-as em *realismo metafísico* e *empirismo lógico*.

A base do atravessamento do pensamento lógico no empirismo e do realismo na metafísica logicista seria exatamente a consideração sobre o sujeito. Essas duas posições tratam de um sujeito objetificado, considerado ou como presente, ou como excluído dos processos de constituição do tal objeto científico descrito nas teorias. Sendo, de um lado, um sujeito enquanto reservatório de percepções empíricas e, por outro lado, enquanto sistema de noções logicamente calculáveis.

O pressuposto filosófico comum a estas duas perspectivas me parece ser a de uma antropologia a-histórica da subjetividade, fundada *ab initio* na noção de sujeito: podemos, *em seguida*, escolher considerar o sujeito como reservatório de percepções empíricas (conduzindo a uma fenomenologia do vivido e da temporalidade significativa) ou como sistema de noções logicamente calculáveis (conduzindo a uma semiologia combinatória). (Pêcheux, 2014[1984], p.154)

Destas observações se configura o sujeito da ciência, que será o sujeito da linguagem.

³ Doravante, os itálicos e negritos são grifos da citação original, e os sublinhados são grifos nossos.

2. O SUJEITO DA CIÊNCIA NO SUJEITO DA LINGUAGEM

Este seria o sujeito do *cogito* cartesiano. É aquele que crê em si mesmo pelo pensamento. Por ele pensar, ele existe, ele é. Dessa constatação, é desenvolvida a noção do saber lógico e do saber empírico. Segundo Henry (2013[1977]), esse sujeito é ao mesmo tempo universal, individual e social. O sujeito seria um *autômato*, agindo de acordo com as permissões criativas ou determinadas das posições teóricas que o submetem. Essas posições teóricas trabalham como uma *máquina lógica*, em que o sujeito responderia de forma automática às operações dessa máquina, seja nas previsões distributivas dos campos específicos de sua realização individual, seja nas lógicas universais de uma gramática que opera a realização linguística de um sujeito a ela submetido.

Esse sujeito da ciência é aquele que permite o desenvolvimento das ciências sociais e psicológicas. Numa conclusão de Maia (2006, p. 208), é possível dizer que a ciência moderna funda o sujeito e, ao mesmo tempo, o exclui. Mariani (2016) indica que a linguística, enquanto ciência, *foraclusi* o sujeito.

Com a noção de *foraclusão*, um conceito especificamente psicanalítico para se referir à estrutura psíquica da psicose, temos uma metáfora sobre a exclusão do sujeito nas teorias científicas. O que é *foraclusão* “reaparece no real” (Lacan, 1988[1955-56], p. 21), não no simbólico. Isso nos permite imaginar, a partir dos conceitos psicanalíticos empregados, que o sujeito excluído na objetividade do discurso científico retorna no real desse discurso, impondo suas falhas, revisões e equívocos. De alguma forma, esse sujeito excluído acaba voltando.

O percurso desse sujeito universal da ciência permitiu que Henry (2013[1977]) o associasse com o *Sujeito Epistêmico* das teorias de Piaget, o sujeito do Saber, que pensa e permite exatamente o desenvolvimento de uma ciência.

Sob o sujeito individual, na sua consciência e na sua ideação particular, é preciso considerar as estruturas das coordenações de ações comuns a todos os sujeitos e são essas coordenações gerais (psicobiológicas, assim como mentais) que nós chamamos de o Sujeito Epistêmico. (Piaget, 1967, p.563-564 *apud* Henry, 2013[1977], p. 49)

Ou seja, trata-se de uma concepção de sujeito que contém um núcleo funcional comum a todos os sujeitos individuais, considerando a própria citação de Henry sobre Piaget. É a partir desse grande Sujeito Universal da ciência, permitindo ser visto como individualizado nas relações sociais ou psicológicas, que se desenvolve o Sujeito da Linguagem.

Nas leituras de Henry (2013[1977]), o sujeito da ciência se aproxima do sujeito epistêmico e do sujeito que é chamado de sujeito da linguagem na linguística. É esse sujeito, da linguagem, que está nas críticas de Pêcheux abordadas na parte anterior deste texto. Esse sujeito da linguagem é o sujeito que é constituído na e pela linguagem, numa relação direta nos jogos da enunciação e da gramática.

Na perspectiva das gramáticas gerativas, no pano de fundo do “sujeito da linguagem”, em seu funcionamento, acha-se postulada uma “máquina lógica” de ordem mais geral que a especificação relativa à linguagem em geral [...]. É sobre essa máquina que repousa a unidade da teoria e é ela que define na ocorrência a posição do “sujeito do conhecimento” ou do “sujeito da ciência”. Na perspectiva distribucionalista, o princípio da unidade da teoria (a qual deve englobar o conjunto das especificações necessárias para produzir a singularidade de todo *corpus* ligado a uma situação e a um meio dados como caso particular de uma generalidade que cobre outras situações e outros meios) conduz a uma situação análoga, salvo que a generalidade totalizante que é assim formulada não é mais apresentada como sendo da ordem da subjetividade do animal humano falante, mas apenas como definido o ponto de vista da cientificidade e da objetividade com relação à realidade da linguagem. (Henry, 2013[1977], p. 114)

Ao longo desse processo de reflexão do sujeito n(d) a linguagem, o sujeito começa a ser considerado, ele mesmo, um sujeito constituído pela linguagem. Uma relação de dependência em que para um existir, tem de haver o outro. Sujeito e linguagem, sendo que linguagem, por si, teria um sistema prévio, uma existência anterior. Dessa linguagem, na relação de ação e reação em sua realização enunciativa, estaria um sujeito constituído.

No desenvolvimento dessa concepção que ressalta a subjetividade na linguagem, o sujeito ganha um status de total vinculação ao sistema linguístico, sendo dele dependente. Cria-se uma relação que estipula uma realidade da linguagem, sempre a partir de um imaginário teórico, em que estariam, de um lado, a questão da exterioridade-interioridade e, de outro lado, a própria língua(gem) como uma coisa (HENRY, 2013[1977]). Pela exterioridade/ interioridade, entende-se que o exterior comanda as determinações sociais e os meios físicos, e o interior as determinações psicológicas. A coisa, por outro lado, seria a língua(gem) em seu próprio processo de transformação histórica/teórica (sistema e/ou órgão inato).

É esse sujeito da linguagem que esbarra nos limites das análises linguísticas logicistas e empiristas ressaltadas por Pêcheux (1995[1975]) e exemplificadas por Indursky (1998) ao ressaltar as feridas narcísicas⁴. O sujeito da linguagem, então, estaria submetido a um sistema de linguagem dependente do tipo de epistemologia que define tal sistema.

Segundo Jakobson, fora dos limites da frase, o falante não sofre coerções. Entretanto, se examinarmos tal afirmação à luz das teorizações realizadas pela Linguística Textual, veremos que essa liberdade para além dos limites da frase não se sustenta, sobretudo se levarmos em conta a noção de *coesão textual*, que é responsável pela “amarração” do texto, ou seja, pela sua sintaxe. (Indursky, 1998, p. 114)

⁴ Trata-se de circular o sentido do que Freud chamou de feridas narcísicas: Copérnico tirando o homem do centro do universo; Darwin colocando a espécie humana como um acaso; e Freud ressaltando nossos desejos e impulsos pelo inconsciente. Dessas feridas, é feito um histórico das relações de exclusão e inclusão do sujeito com os imaginários da noção sujeito/mundo nas produções teóricas/científicas dos linguistas.

Henry (2013[1977]) enfatiza essa mesma observação sobre a liberdade do sujeito, mas fazendo diretamente menção à teoria do gerativismo, enquadrada como realismo metafísico em Pêcheux. Sobre a liberdade do sujeito, Henry nos diz:

Há aí uma ruptura que, entre outras coisas, torna caduca a ideia de uma escala ascendente da liberdade do locutor no uso da língua, liberdade em que se alojaria sua subjetividade, através do que passariam suas opiniões, suas crenças, suas convicções próprias etc. Nesse sentido, esse projeto de uma teoria da gramática retoma e prolonga a tradição saussuriana na medida em que o corte que funda a linguística como ciência constitui-se a partir de uma recusa (parcial) da subjetividade, como modo de explicação dos “fatos da língua”. De acordo com a fórmula de Chomsky, é a própria linguagem que é a criadora. (Henry, 2013[1977], p. 39)

A própria linguagem é a criadora, retomando essa citação de Henry. Tal enunciado subjetifica sintaticamente a linguagem. Se tomamos como exemplo o sujeito numa posição de função sintática de objeto de verbo mais acima, agora temos como exemplo a própria linguagem sintaticamente sendo um sujeito. Ela é a criadora!

O limite desse sujeito esbarra no limite da própria ciência e condiz, nesse caso, com a necessidade de termos sempre uma certeza. Da mesma forma que o sujeito da ciência se crê a partir do seu próprio pensamento, a ciência depende de uma certeza de si. Uma certeza científica pode ser tão crente de si mesma que ela exclui o ser pensante, aquele dependente do pensamento para existir, para ela mesma ser a verdade por si mesma.

Importante ressaltar que não se nega a existência de uma produção de verdades que se materializam como uma ciência com saberes produzidos discursivamente. Os *objetos de pensamento* dessas ditas ciências existem e se materializam. A história retrata, por exemplo, fronteiras e estados que existem simplesmente por um consenso social⁵, e o linguista é capaz de descrever e refletir sobre seu objeto linguístico, sem perder suas validades epistêmicas e importância nos quadros acadêmicos. Reitera-se que as observações propostas neste texto tratam do desenvolvimento teórico das noções de sujeitos implementadas no percurso de leituras da Análise do Discurso.

Há um objeto com o qual a ciência trabalha, em sua técnica, que permite aplicabilidade funcional e comparativa. Não se nega, portanto, o sujeito da sociolinguística, nem o sujeito das teorias funcionalistas e nem o sujeito criativo do gerativismo. O que se questiona é a posição desse sujeito. Ou seja, tendo em vista a teoria da Análise do Discurso, é possível enfatizar a noção de que a produção do saber científico, produzido por um discurso, faz parte de determinações históricas a partir de gestos dos sujeitos constituídos por um processo discursivo científico.

⁵ Quando se atravessa uma fronteira, geralmente marcada por algum aspecto geológico, a mudança de um Estado para outro só faz sentido se o sujeito estiver inserido num consenso de que ali haveria uma fronteira. Mesmo assim, como podemos negar a existência material dos estados com tantas guerras, línguas e projetos político-econômicos? Não se trata apenas de um objeto imaginário e muito menos de algo idealista. Trata-se também de um sentido materializado.

O sujeito da ciência, inserido nas teorias linguísticas enquanto sujeito da linguagem, é tomado por certezas e definições que marcam seus históricos de rejeições, de dúvidas e de equívocos. A partir da necessidade de deslocar essas certezas, tanto da ciência, quanto do sujeito (epistêmico e linguístico), a Análise do Discurso aprofunda a reflexão da noção do que chamamos de Sujeito da Ideologia.

3. SUJEITO DA IDEOLOGIA

A constituição do sujeito da ideologia ocorreu através das leituras críticas sobre o curso da história a partir de leituras marxistas. Tal noção de sujeito foi criada por meio da preocupação com o político, ou seja, com as questões do poder. Trata-se de uma análise sobre o papel das teorias em um percurso de transformação da vida social e política, iniciada a partir das leituras de Karl Marx sobre os processos de exploração do trabalho industrial.

Para compreender o funcionamento do capitalismo, na leitura do primeiro livro de “O capital”, é indicado que o erro da economia clássica seria não tirar do valor da mercadoria sua *forma valor* que se torna *valor de troca* (Marx, 1996[1875], p. 205)⁶. Ao trazer o termo *forma*, temos então uma breve indicação de que quando os teóricos anteriores a Marx se referiam ao valor, não estavam falando do valor em si. Sem terem noção, falavam da *forma* que o valor toma na história. A percepção dessa diferença (forma do objeto e objeto em si), em Marx, condicionou o desenvolvimento do materialismo histórico. Este, por sua vez, estará, pela teoria da história, na constituição da Análise do Discurso.

A presença do termo *forma*, então, se aproxima da crítica da filosofia da linguagem em que o objeto de pensamento não se figura como um objeto real (forma valor não é o valor em si). Essa presença submete os imaginários do pensamento a uma estrutura simbólica de representação. Sendo assim, nas leituras de Pêcheux, podemos aproveitar a noção de *forma* com a noção de *forma-sujeito* quando se indica que a produção científica é uma produção feita pela forma-sujeito num efeito de evidência.

O que seria essa *forma-sujeito*⁷? Seria, segundo Pêcheux, o resultado do pré-construído que fundamenta a certeza do sujeito pensado como si mesmo, mas esquecido daquilo que o constitui. A forma-sujeito não é, assim como a forma valor, a coisa em si.

[...] modalidade na qual a “incorporação” dos elementos do interdiscurso (pré-construído e articulação-sustentação) pode se dar até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito. Essa modalidade, que é da *ficção*, representa, por assim dizer, a forma

⁶ A informação consta na nota de rodapé 119.

⁷ Pêcheux retoma a noção de Forma-sujeito relendo Althusser quando caracteriza a forma-sujeito como sendo a forma da existência histórica de qualquer indivíduo. Pêcheux indica essa releitura na nota de rodapé 31 da terceira parte do livro *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1995[1975]).

idealista pura da forma-sujeito sob suas diversas formas, da “reportagem”, à “literatura” e ao “pensamento criador”. (Pêcheux, 1995[1975], p. 168)

A constituição dessa *forma-sujeito* precisa de uma instância produtora de uma ilusão de verdade. Essa instância seria o funcionamento da ideologia, através das releituras de Althusser das obras de Marx. Segundo Teixeira (2005, p.46), Pêcheux “toma a teoria de Althusser sobre o sujeito para formular uma teoria semântica que busca desmistificar a ‘evidência’ do sentido”. O funcionamento da Ideologia, quando este termo foi reterritorializado⁸ na Análise do Discurso, permite a produção de certezas através de formações ideológicas específicas (a localização do sujeito na sua relação social) materializadas no discurso pelas formações discursivas⁹.

Então, essa ideologia em seu funcionamento chamaria o sujeito a si, centrando sua imagem a um Eu, ciente de si e autônomo. O sujeito da ideologia, então, é esse sujeito produzido por um efeito da interpelação:

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos “rituais” ideológicos da leitura e da escrita), mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*. (Pêcheux, 1995[1975], p.153-154)

A interpelação é aquilo que chama o sujeito a pensar *eu sou*, numa resposta simples à pergunta: quem é você? A interpelação funcionaria enquanto *teatro da consciência*, nas próprias palavras de Pêcheux, passível de observação nos bastidores da configuração daquilo que “se pode captar que se fala do sujeito, que se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘eu falo” (Pêcheux, 1995[1975], p. 154).

A interpelação pela ideologia, portanto, não encerra a constituição do sujeito. Ela trabalha enquanto funcionamento da constituição de sua *forma-sujeito*, através dos esquecimentos persentes no sujeito por meio do pré-construído. Esse funcionamento, portanto, não se dá como óbvio, mas regido por falhas, por isso há a dificuldade em manter a formulação de que o sujeito seria interpelado pela Ideologia.

Se a leitura de Lacan por Althusser enfatiza a noção de *imaginário*, a leitura de Pêcheux, em *Les vérités de la Palice*, busca tratar o sujeito em sua estruturação pelas leis da linguagem, que falha exatamente porque toma o sujeito integralmente pelo campo do Outro [...], desconhecendo sua condição desejante. (Teixeira, 2005, p.85)

O interessante, para a constituição do Sujeito da Análise do Discurso, seria a possibilidade de pensar na *forma-sujeito* através da sustentação de uma evidência. Isso enfatiza a crítica para o próprio discurso científico, isento da neutralidade em seus aspectos políticos. Por outro lado, essa

⁸ Noção de que o conceito estaria em *território* teórico diferente do original.

⁹ Pela posição ideológica, a formação discursiva determina o que pode e o que não pode ser dito. Nesses termos, a formação discursiva permite a materialização das formações ideológicas no discurso.

visão, ela mesma teórica, precisa trabalhar com o paradoxo de que toda produção discursiva (inclusive a teórica) é discurso de um sujeito não-empírico submetido a sua própria evidência da *forma-sujeito*.

Ou seja, o paradoxo é que não há prática sem sujeitos, mas também não são práticas dos sujeitos (Pêcheux, 1995[1975]). Se considerarmos uma prática como sendo de um sujeito, estaríamos esquecidos exatamente do teatro da interpelação. Eis uma complexa estrutura que tem o mérito de descolar o sujeito da ciência, mas sem resolver sua posição lógica, exatamente porque a lógica é um efeito dos processos discursivos com suas respectivas *forma-sujeito*.

A concepção do Sujeito da Ideologia constituído a partir da não neutralidade da ciência, se ao mesmo tempo permitiu efeitos de sentidos nas posições críticas ao formalismo e ao logicismo linguístico, também se evidenciou como um problema pela sua concepção lógica. Ao determinar um sujeito interpelado, a ideologia levantou críticas para ela mesma, a partir do ponto em que esse sujeito pode ser lido em um emaranhado de processos de identificação sociológicos pulverizados em infinitas categorias pós-modernas.

Ou seja, as releituras marxistas das décadas de 1960/1970 precisaram lidar com a não consciência de si desses sujeitos interpelados. O Sujeito da Ideologia, tanto quanto o sujeito da ciência, corre o risco de ser interpretado como um *já-lá*, quase num aspecto idealista, mas visto por dialéticas materialistas.

Henry (2017) alimenta a discussão da problemática lógica desse Sujeito interpelado. Há uma falta nesse sujeito, uma falha. Nisso que falta, a interpelação não constitui indivíduos em sujeitos, pois os indivíduos já seriam sujeitos ao serem tomados pela ideologia. Segundo Henry, “Les individus sont pris dans l'idéologie parce qu'il sont déjà devenus sujets avec le langage¹⁰” (2017, p. 7). Ou seja, o sujeito já seria dividido e faltoso por conta da sua própria inscrição na linguagem.

Não se trata, então, somente de um Sujeito da Ideologia. Há um além a ser considerado. Tais observações não se inserem numa posição lógica cronológica, em que primeiro viria a linguagem com um sujeito e depois uma ideologia que o interpelaria para constituir a *forma-sujeito*. Isso nos traria o sujeito lógico, constituído como objeto identificável.

Não estando na lógica de uma cronologia, não há um antes e um depois. Há instâncias. A constituição do sujeito ocorre num momento em que atuam as instâncias da língua, da história e do discurso. Logo, essa constituição estaria submetida ao momento específico de sua enunciação, o momento em que o sujeito em si não está, mas apenas seria representado. Por isso, antes de chegarmos ao Sujeito da Análise do Discurso, passamos a abordar aquilo que falta, que pela falta, se faz presente e se constitui. Trata-se do Sujeito do Inconsciente.

¹⁰ Em tradução livre: “Os indivíduos só são tomados pela ideologia porque eles já foram tornados sujeitos com a linguagem”.

4. SUJEITO DO INCONSCIENTE

Trazer a temática do sujeito do inconsciente representa trazer um impasse. O inconsciente não está no campo da lógica, da síntese. Porém, não se pode falar do Sujeito da Análise do Discurso sem pensar no Sujeito do Inconsciente. O inconsciente, em referência às reflexões freud-lacanianas, é o que se inscreve no Sujeito da Ideologia. É o que falha, é o equívoco. Podemos imaginar que o Sujeito do Inconsciente atua no instante:

O sujeito do inconsciente é pontual e evanescente, no exato momento em que é produzido, na sequência, é perdido. Quando falamos, portanto, falamos alienados ao campo do Outro, uma alienação importante porque, sem ela, o sujeito não se constitui. O inconsciente, portanto, é da ordem da rachadura, do tropeço nessa fala alienada. (Mariani, 2010, p. 121)

A falha referente ao Sujeito do Inconsciente se faz presente porque há nele o desejo. Desejamos algo que não podemos alcançar e, por isso, precisamos simbolizar na linguagem. Há uma falta e há linguagem. Conforme tais leituras, entendemos que esse sujeito é dividido, incompleto, instável.

Nas leituras psicanalíticas, esse Sujeito não é estável e suas representações dependem também dos elementos que funcionam no processo desejante: o significante e o Outro. A divisão do Sujeito da Psicanálise ocorreria por sua relação com a linguagem através da leitura da representação pelo significante e, também, por conta desta representação estar vinculada ao que é anterior ao sujeito, no Outro, ressaltando a ideia de que algo falta. Sobre essa relação com a falta, Lacan nos diz:

[...] em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro - pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro. (Lacan, 1988[1964], p. 194-195)

Por algo faltar, entendemos a presença do desejo e a busca por um objeto causa do desejo. Esse objeto nunca é alcançado, portanto podemos pensar na inscrição desse sujeito na linguagem. Ou seja, a possibilidade de falar passa pela falta: o falante, por ser faltante. Com um jogo de sentido, exemplificamos a falta pela estrutura fonológica desses termos, sendo a falta do T (todo) especificando a diferença que compõe o *falante*, *fal(t)ante*.

Nesse caso, esse sujeito do inconsciente também pode ser referido como sujeito do desejo. Por outro lado, a relação entre o sujeito e desejo não é transparente, não é clara. Dependendo de sua inscrição, há sua ligação com o real impossível, em que a simbolização do objeto do desejo não se prende ao sentido. Esse sujeito, então, caminha pela noção de um gozo incontável envolvendo: a busca insaciável de uma satisfação que não se sabe o que satisfaz; e a angústia

dessa satisfação estar no impossível. A importância do campo do desejo, conjugado com a noção do inconsciente, alimenta outras formas de denominar esse sujeito dito pela psicanálise.

Essa perspectiva comporta colocar em questão o próprio termo sujeito, porque o sujeito é sempre um elemento mortificado; aliás, Lacan o definiu como falta-a-ser, e é por isso que ele faz entrar o corpo vivo na psicanálise. Ele substitui o termo sujeito por *falasser*, que é o contrário de falta-a-ser, é o sujeito mais o corpo, é o sujeito mais a substância gozante. (Miller, 1998, p. 102)

Esse sujeito na psicanálise, então é um sujeito que vem de uma falta que o faz ser pela linguagem. Por essa leitura, podemos pensar no sujeito barrado representado pelo significante devido à falta estrutural desse sujeito: “em nosso vocabulário próprio, simbolizamos por S barrado o sujeito, no que constituído como segundo em relação ao significante” (Lacan, 1988[1964], p. 135).

Isso permite entender o Inconsciente, no jargão lacaniano, “estruturado como uma linguagem”. O sujeito do inconsciente não é. Ele se constitui na falta para então falar: “O desejo é uma relação de ser a falta. Essa falta é, falando com propriedade, falta de ser. Não falta disso ou daquilo, mas sim a falta do ser pelo qual o ser existe” (Lacan, 1985[1954-55], p. 280). Por ele faltar e desejar, ele se dá na linguagem. Temos, então, o caminho do *falta-a-ser* para o *fala-a-ser*¹¹, pois a fala lhe permite se supor como ser.

Portanto não é inútil repetir que, na experiência de escrever: penso: "logo existo", com aspas ao redor da segunda oração, lê-se que o pensamento só funda o ser ao se vincular a fala, onde toda operação toca na essência da linguagem. (Lacan, 1998[1966], p. 879)

O Sujeito do Inconsciente é forjado no discurso psicanalítico a partir do Sujeito da Ciência. Como a certeza de ser se dá numa alienação ao Outro, há a inversão do ser cartesiano que existe por pensar. Indo ao encontro da constituição do Sujeito da Ideologia a partir da crítica a uma verdade da ciência, o Sujeito do Inconsciente também ressalta uma dissonância entre a verdade, a língua e um suposto saber dado enquanto objeto por si.

O aspecto paradoxal apontado pelo psicanalista francês concerne à atividade de operar, isto é, a psicanálise criou condições de operar sobre um sujeito e não sobre um homem ou indivíduo, enquanto a ciência, fundadora desse mesmo sujeito, não o localiza como um operador, mas trabalha a partir de uma concepção idealizada acerca do sujeito que resultará numa equivocada relação com a linguagem como sendo transparente. (Maia, 2006, p. 207)

Isso nos permite entender o atravessamento dessa leitura do Sujeito do Inconsciente no desenvolvimento da teoria do discurso em Pêcheux. A releitura do sujeito da certeza cartesiana traz a dúvida, um sujeito que não sabe de si e é falado por uma instância alheia ao seu domínio do saber. Algo fala por ele, *ça parle*, e assim o Sujeito se formaliza a partir de uma injunção Outra. Não

¹¹ O significante utilizado por Lacan é *falasser*, mas grafamos o acústico com hífen para nos fazer representar pela relação com o outro significante *falta-a-ser*.

mais direcionado para o consenso como seria a ideia da interpelação Ideológica, mas para o vacilo, o equívoco.

Ao comparar o Sujeito da Ciência, a partir do *cogito* cartesiano, com o Sujeito trazido pela teoria lacaniana, Di Ambra nos diz:

La vision de Lacan est totalement autre: le sujet est représenté par le signifiant et par la chaîne signifiant: **ça parle** freudien et lacanien et non pas **je pense** cartésien, qui est le sujet fondé par la Science et dans la certitude, opposé au sujet du doute de la psychanalyse¹². (Di Ambra, 2003, p. 22)

Por estar inserido na linguagem para poder se deixar constituir, o Sujeito do Inconsciente, dependente da representação entre significantes, não se dá conta de que ele não é. A representação por significantes não o caracteriza como um ser, pois esse sujeito quando pensa, ele não é. Ele, ao pensar, está dependente de instâncias que lhe são exteriores.

Nós nos localizamos, posicionamo-nos como sujeito ao falar, mas não nos damos conta disso. O sujeito, portanto, se reconhece nessa cadeia articulada e o desconcerto (ou a surpresa) se dá, justamente, quando essa cadeia falha, quando há um tropeço na cadeia. A noção de inconsciente, quando articulada às categorias real/simbólico/imaginário de Lacan, aponta, por um lado, para a radicalidade de uma falta nessa cadeia significante – falta um significante que diga quem sou... ou que diga 'sou isso'... – e mostra, por outro, que buscamos constituir sentidos o tempo todo – tentativas de dar consistência ao ego – por sermos marcados por esse não dito estrutural. (Mariani, 2010, p. 121-122)

Podemos ler, através dessas leituras, a ideia da formulação lacaniana de que o sujeito seria dependente de uma representação por significantes que marca sua divisão na instância do inconsciente. Logo, tal ideia não está vinculada a instâncias de certezas ideológicas conforme referido em Análise do Discurso. Não se trata, portanto, de falar em si do Sujeito do Inconsciente quando abordamos as falhas e os equívocos nas análises discursivas, mas se trata do atravessamento desse Sujeito para dar base a um gesto de interpretação dos equívocos de sentidos nos processos discursivos. Isso caracteriza aquilo entendido como o atravessamento da teoria da subjetividade psicanalítica na Análise do Discurso.

É com essas noções dos limites de cada área do conhecimento com releituras e reterritorializações que abordaremos, por fim, o Sujeito da Análise do Discurso.

5. SUJEITO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Essa noção de sujeito se constrói na teorização do discurso alinhado às premissas iniciais levantadas por Pêcheux. Vale ressaltar que montar um histórico dos possíveis sentidos sobre

¹² Em tradução livre: “A visão de Lacan é totalmente outra: o sujeito é representado pelo significante e pela cadeia significante: isso fala freudiano e lacaniano e não pelo eu penso cartesiano, que é o sujeito fundado pela ciência e na certeza, oposto ao sujeito da dúvida da psicanálise”.

sujeitos de acordo com leituras teóricas específicas não os categoriza, nem os limita. Nesse caso, as referências a essa multiplicidade de concepções sobre sujeito servem para agora entendermos o sujeito da Análise do Discurso pela consideração do real da língua, da história e do inconsciente.

O Sujeito da Análise do Discurso é entendido como a conjunção do Sujeito da Ideologia com o Sujeito do Inconsciente, lembrando que ambos foram formulados a partir da concepção do *cogito* do Sujeito da Ciência que deu base ao Sujeito próprio da Linguagem. A questão ressaltada, então, é a maneira pela qual o Sujeito do Inconsciente atravessou o Sujeito da Ideologia.

Refletir sobre o funcionamento do ideológico foi importante para a Análise do Discurso compreender a concepção de *forma-sujeito* e a questão do posicionamento dos sujeitos no discurso. Esse posicionamento sustenta o imaginário do saber do sujeito por causa da interpelação ideológica. Sendo assim, temos a base que funda a certeza do sujeito, aquilo que nos permite interpretar o enquadramento¹³ do sujeito ao sentido já dito e a sua inserção no discurso.

A Análise do Discurso, portanto, postula o sujeito como historicamente determinado, interpelado pela ideologia e dividido pelo inconsciente. O ideológico produz evidências que fazem com que o sujeito se aceite pleno, sem que se perceba afetado e identificado a determinadas práticas, constituindo-se na/pela linguagem através da filiação a determinadas redes de sentido. (Trajano, 2016, p. 68)

Portanto, esse funcionamento não é categórico, não é linear. Não se trata dos autômatos do sujeito da Ciência e da Linguagem que respondem ou determinados pela estrutura linguística/gramatical, ou utilizariam essa estrutura para um livre expressar. Por outro lado, não se trata também do Sujeito enquadrado numa posição teórica que permite o efeito de sentido de ler um sujeito identificado ao seu papel determinado pela formação ideológica.

Nesse ponto, Pêcheux reconhece a necessidade de considerar as leituras do sujeito lido pela Psicanálise: “o que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria desse imaginário localizada em relação ao *real*” (Pêcheux; Fuchs, 1997[1975], p. 171). Junto com o processo discursivo, então, há também o processo desejante de um sujeito constituído pela falta.

Logo, considerar o Sujeito da Análise do Discurso é também considerar a presença de que há o real de cada área epistemológica que influencia os conceitos da Análise do Discurso: o real da história, o real da língua e o real do inconsciente.

Toucher à ce triple réel de la langue, de l’histoire et de l’inconscient, sans présupposer une théorie plus ou moins générale de l’objet ‘discours’, cela exige d’explorer le réseau des questions qui y circulent: nos terrains de rencontre problématiques¹⁴. (Conein *et al.*, 1981, p. 11)

¹³ Importante ressaltar que a teoria da análise do discurso nos fornece dispositivos teóricos para interpretação. Não se trata de identificar o sujeito.

¹⁴ Em tradução livre: “Tocar nesse tríade do real da língua, da história e do inconsciente, sem pressupor uma teoria mais ou menos geral do objeto “discurso”, exige explorar a rede de questões que nele circulam: nossos terrenos dos encontros problemáticos”.

Real, como o ponto do impossível, é o próprio de cada área. A língua como sendo não fechada e sujeita ao equívoco; a história como sendo não toda demarcada e genealogizada (dando sentido completo aos fatos); e o próprio inconsciente como o inesperado que atua no não-saber. O real da língua, da história e do inconsciente, nas leituras que simbolizam cada sentido em suas respectivas áreas, podem ser: ora aquilo que é excluído, mas mantém sua insistência na simbolização (a ideia do sujeito objetificado); ora totalmente excluído, retornando enquanto furo naquilo que foi simbolizado (a ideia de filtrar o sujeito para ter só o objeto).

Ao trazer a noção do real, entendemos que há uma tentativa tanto de se referir ao campo da subjetividade, quanto também uma referência ao campo das construções teóricas com seus objetos de pensamento.

Em certas passagens da obra de Pêcheux, o real é referido juntamente com os registros lacanianos do simbólico e do imaginário. Em outros momentos, o real é ligado à condição da existência dos campos linguística, da história e da psicanálise e seus *objetos de conhecimento* (Baldini; Ribeiro, 2016, p. 166-167)

Ambos, tanto o sujeito como a teoria, possuem seu real enquanto ponto do impossível. A contradição histórica, os limites da língua e o lapso pelo inconsciente. A Análise do Discurso, portanto, precisa lidar com essa tripla asserção para não cair nem no sociologismo definindo seções fragmentadas de um sujeito e suas falas, nem no psicologismo tentando deduzir as pretensões e intenções de um sujeito. É uma análise que não define o sujeito, mas trabalha nos questionamentos dos supostos objetos do conhecimento, que podem ser uma mensagem (língua) e/ou uma identidade (história).

A partir de releituras teóricas, os conceitos da teoria psicanalítica passam a influenciar a construção dos sentidos nas leituras conceituais da Análise do Discurso. Porém, isso deve ocorrer numa característica própria para lidar com os limites epistemológicos de cada área do conhecimento pela qual a Análise do Discurso se constitui: língua, história, psicanálise. Refletindo sobre esse processo histórico das leituras de Pêcheux, Mariani (2010) nos diz:

Seus textos iniciais, dos anos 60 e 70, são construídos com frases mais dogmáticas, mais longas, com raciocínios intrincados e imbricados na teoria materialista. Em *Semântica e Discurso* e em *A língua inatingível*, uma primeira mudança: a forte entrada do chiste e da ironia na escrita. Na terceira parte de *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux prossegue onde, no meu entender, Althusser parou. Questionando-se sobre um real próprio às disciplinas de interpretação, Pêcheux afirma que os efeitos desse real não podem ser descartados como um defeito. Ou seja, um real “que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” Não levar em conta esse real representa o risco de se cair no comodismo dos velhos hábitos de pensar, que encontram, em uma ciência régia, os caminhos que domesticam o real da língua e da história. (Mariani, 2010, p. 124)

A língua, então, é um não todo e o sujeito é dividido. Os limites das considerações sobre o sujeito ocorrem pelos próprios limites da língua, que é o real. Por isso, insistimos em dizer que

pensar sobre sujeito é um pensar filosófico. Devemos considerar o equívoco, as contradições, os limites daquilo que se aponta como um sujeito. Nesse caso, a teoria desenvolvida com o pressuposto materialista dos processos semânticos discursivos considera exatamente a contradição na constituição permanente de um se fazer sujeito.

Não obstante, lidar com o impossível não impossibilita empregar tais conceitos nos gestos de interpretação. Tais considerações marcam exatamente a não totalização e a não estabilização daquilo que procuramos dizer, definir, concluir. O sujeito dos enunciados do *corpus* de uma pesquisa em Análise do Discurso, se se posiciona numa posição discursiva para dar conta de um sentido sobre suas suposições, ele se deixa também atravessar pelo furo nas suas representações.

Sem uma estabilização e sem uma definição literal, são considerados os efeitos: do *Real*, aquilo que é o impossível; do *Imaginário*, aquilo que ratifica nossa imaginação; e do *Simbólico*, a estrutura que permite a imaginação do real. Podemos dizer que o sujeito, enfim, quando pensa, ele não é. Quando pensamos, nada fazemos senão imaginar um real através de símbolos. Sendo assim, nos deixamos levar em conflitos e em equívocos para tentar dar conta de cada falta, por causa do desejo de saciar essa falta. Porém, por esse objeto da falta estar no real, não temos acesso a ele.

É por essas razões que devemos ter o cuidado de não nos deixarmos levar pela evidência do sujeito nas análises discursivas. Suas definições de si, suposições, certezas, devem sempre ser trabalhadas pelos processos da falha de suas certezas. É, por exemplo, a revolução que tomou outro rumo. É o militante político que se contradiz. É a exceção dos exemplos funcionalistas e sociolinguísticos. É aquele que deveria estar identificado à suposta ideologia definida numa teoria social, mas não está.

O limite dos saberes está no real de cada tentativa de olhar um objeto do pensamento como se fosse um objeto real. O real da história nos traz a contradição, como a revolução que não ocorreu ou a censura que não impediu o dizer. O real da língua possibilita o equívoco, o lapsos, o descontrole metonímico dos efeitos de sentido. O real do inconsciente aponta o desejo por desejar, a parte faltante exatamente desses sujeitos impelidos para o além do prazer de um sentido domesticado por supostos saberes.

O Sujeito da Análise do Discurso, portanto, é o efeito de um sentido, mas afetado pela falha desse sentido. Quando pensa, ele imagina um real por símbolos configurados pela linguagem. Esse pensamento não o estabiliza, pelo contrário, o faz mover nas estruturas do simbólico aberto sempre ao contraditório pela própria impossibilidade do real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa abordagem sobre o conceito de sujeito contou com uma leitura da filosofia da linguagem desenvolvida por Pêcheux (1995[1975]) para diferenciar o objeto de pensamento do

objeto real. Sendo a língua entendida como uma ferramenta imperfeita, indicando a existência de um real próprio na área da linguística, o sujeito dessa língua não pode ser pleno e localizável, pois ele é um objeto de pensamento.

A caracterização desse sujeito pleno o coloca numa acepção do Sujeito da Ciência, considerado a partir do *cogito* cartesiano que funda a noção da existência do sujeito pelo campo da racionalidade. Esse sujeito, à medida que surgiu no racionalismo, precisou ser filtrado para permitir uma objetividade das análises científicas. Ou seja, ou um sujeito idealmente universalizado como reservatório de percepções empíricas ou um sujeito filtrado das deduções logicamente calculáveis.

Esse sujeito da ciência é o sujeito da linguagem nas críticas à linguística (Pêcheux, 1995[1975]; Henry, 2013[1977]), que aprofundaram a noção do Sujeito da Ideologia especificando a existência dos aspectos político e histórico em qualquer discurso teórico. Porém, esse Sujeito interpelado pela ideologia também tem seus equívocos. O limite do Sujeito da Ideologia está, portanto, na consideração do real da língua, da história e da psicanálise. Assim, caracterizamos o que seria o Sujeito da Psicanálise, dividido e desejante, para, por fim, apontar aspectos do Sujeito da Análise do Discurso.

Logo, o pensar sobre sujeito é dependente da posição (discursiva) da qual se pensa. A construção do saber científico, para dar uma lógica de homogeneidade e lisura em suas argumentações, evita tratar o sujeito pelo sujeito a fim de sustentar a ideia de objetividade. Nesse trâmite de objetificar o que se diz, o sujeito ou é excluído, ou é lido ele mesmo como um objeto. A questão, reiterada pela reflexão da Análise do Discurso, é que a referência a um objeto é feita pela língua e, por isso, se insere nos processos discursivos. Então, o sujeito pensa e, a partir desse pensamento, ele imagina algo do real pelos aspectos simbólicos da linguagem.

REFERÊNCIAS

- BALDINI, L J S.; RIBEIRO, T. O que é a língua se a psicanálise e o materialismo histórico existem? **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, nº 38, p. 167-187, jul./dez. 2016.
- DI AMBRA, R. **Le concept de sujet dans l'élaboration lacanienne**. Paris: A.E.P Arts Editons, 2003.
- CONEIN, B. *et al.* (org.). **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981
- HENRY, P. Fundamentos teóricos da “análise automática do discurso”. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997[1969]. p. 13-39.
- HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso**. Campinas: Unicamp, 2013[1977]
- HENRY, P. L'analyse de discours n'est pas une analyse de texte. **Seminário LAS**, UFF, Niterói, out. 2017. (Comunicação oral) Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/405629340/Henry-Paul-L-Analyse-de-Discours-n-Est-Pas-Une-Analyse-de-Texte> Acesso em 21 ago. 2023
- INDURSKY, F. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. **Gragoatá**, n. 5, p. 111-120, dez. 1998.

- LACAN, J. **O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985[1954-55].
- LACAN, J. **O Seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988[1955-56].
- LACAN, J. **Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988 [1964]
- LACAN, J. **A ciência e a verdade**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 [1966]. p. 869-892
- MAIA, M. C. G. **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**. 265fls. Tese (doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2006.
- MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- MARIANI, B. Textos e Conceitos Fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. **Alfa**, v. 1, n. 54, p. 113-127, 2010.
- MARIANI, B. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Revista Desenredo**, v.12, n. 1, p. 48-63 - jan./jun. 2016.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. O processo de produção do capital**. In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996[1875]. v. 1.
- MILLER, J. A. O osso de uma análise. **Agente: Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise - Bahia**, n.º especial, 1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/240394102/O-Osso-de-Uma-Analise>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995[1975].
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997[1969]. p. 61-162.
- PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes, 2014[1984]. p. 151-162.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997[1975]. p. 163-252.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004[1983].
- PIAGET, J. Les problèmes principaux de l'épistémologie des mathématiques. In: **Logique et connaissance scientifique**. Paris: Gallimard, 1967.
- TEIXEIRA, M. **Análise do Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2. ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2005.
- TRAJANO, R. M. **Hip Hop: sujeito e(m) movimento**. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2016.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Frederico Sidney Guimarães

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, graduado em história pela UNIRIO. Colaborador do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS). fredericosidney@outlook.com

Fatores socioeducativos que limitam a aprendizagem de línguas indígenas no Chile

Socioeducational factors limiting the learning of indigenous languages in Chile

Factores socioeducativos que limitan el aprendizaje de lenguas indígenas en Chile

RESUMO

O artigo problematiza sobre os fatores socioeducativos que afetam o ensino-aprendizagem da língua indígena mapunzugun (língua mapuche) em crianças e jovens mapuche, que vivenciaram processos de escolarização monolíngue em espanhol para a homogeneização cultural e linguística desenvolvida na escola. Os resultados permitem sustentar que as novas gerações de jovens mapuches têm suscitado processos de resistência cultural e práticas de resiliência, para aprender sua cultura e língua vernacular com o objetivo de transmiti-la às crianças e jovens das famílias e comunidades, desde sua própria educação com base nos métodos educacionais da pedagogia indígena e educação..

Palavras-chave: fatores socioeducacionais; revitalização da linguagem; língua indígena; educação intercultural.



Recebido em: 14 de abril de 2023
Aceito em: 3 de dezembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.48096

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Katerin Arias-Ortega

karias@uct.cl

<http://orcid.org/0000-0001-8099-0670>

Universidad Católica de Temuco (UCT),
Temuco, Araucanía, Chile

Segundo Quintriqueo

squintri@uct.cl

<https://orcid.org/0000-0002-7228-4095>

Universidad Católica de Temuco (UCT),
Temuco, Araucanía, Chile

ENSAIO

ABSTRACT

The article problematizes about socio-educational factors that affect the teaching-learning of the Mapunzugun indigenous language (Mapuche language) in Mapuche children and young people, who have experienced monolingual schooling processes in Spanish for the cultural and linguistic homogenization developed in the school. The results allow to sustain that the new generations of young Mapuches have raised processes of cultural resistance and resilience practices, to learn their culture and vernacular language with the purpose of transmitting it to the children and young people of the families and communities, from their own education with based on educational methods of indigenous pedagogy and education.

Keywords: socio-educational factors; language revitalization; indigenous language; intercultural education.

RESUMEN

El artículo problematiza sobre factores socioeducativos que inciden en la enseñanza-aprendizaje de la lengua indígena mapunzugun (lengua mapuche) en niños y jóvenes mapuches, quienes han vivido procesos de escolarización monolingüe en castellano para la homogeneización cultural y lingüística desarrollada en la escuela. Los resultados permiten sostener que las nuevas generaciones de jóvenes mapuches han levantado procesos de resistencia cultural y prácticas de resiliencia, para aprender su cultura y lengua vernácula con la finalidad de transmitirla a los niños y jóvenes de las familias y comunidades, desde una educación propia con base en métodos educativos de la pedagogía y educación indígena.

Palabras clave: factores socioeducativos; revitalización del lenguaje; lengua indígena; educación intercultural.

Como citar:

ARIAS-ORTEGA, Katerin; QUINTRIQUEO, Segundo. Fatores socioeducativos que limitam a aprendizagem de línguas indígenas no Chile. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 161-178, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

La revitalización de las lenguas indígenas se ha tornado una preocupación en distintas agendas a nivel mundial, puesto que su no conservación implica la pérdida de los saberes y conocimientos indígenas presentes en los distintos territorios (Chiblow; Meighan, 2022). De esta manera, la revitalización de la vitalidad lingüística favorece la preservación de la cosmogonía y cosmovisión propia de los pueblos indígenas, lo que incide en su autodeterminación y en las relaciones que establecen con el mundo material e inmaterial, desde sus propios marcos epistémicos. Es así como, por ejemplo, desde la Asamblea General de las Naciones Unidas se ha establecido en el período de 2022 a 2032 el Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas (Ishwar, 2022). Esto, en la práctica implica promover, revitalizar, preservar y revigorizar las lenguas indígenas en los distintos territorios a nivel mundial. Resultados de investigación de Ishwar, (2022) sostiene que, de acuerdo al registro de las Naciones Unidas, existen alrededor de 3000 idiomas susceptibles de desaparecer para fines de este siglo. Lo anterior, producto de su baja utilización en el medio social y en la educación escolar, lo que lo ha limitado y relegado el uso de la lengua vernácula a espacios familiares y comunitarios privados. De esta manera, las nuevas generaciones de niños y jóvenes indígenas que transitan por una escolarización formal de corte eurocéntrico occidental de más de 8 horas diarias, han ido perdiendo progresivamente el uso funcional de su lengua materna, producto del monolingüismo que ha caracterizado la educación escolar, en territorios indígenas colonizados.

En ese mismo sentido, Ishwar, (2022), sostiene que del total de 7000 idiomas indígenas que se hablan actualmente en el mundo, alrededor de 6700 están amenazados. En este contexto, es de vital importancia discutir las formas de enseñanza y aprendizaje que se han ido incorporado en la sociedad en general y en la escuela en particular, para favorecer la revitalización lingüística desde enfoques socioculturalmente pertinentes. Esto es de suma urgencia puesto que a través de las lenguas se conserva la memoria social indígena en tanto es una herramienta poderosa de transmisión de la historia propia, de las prácticas epistémicas, los valores y principios de la pedagogía y educación indígena.

Sostenemos que la pérdida progresiva de las lenguas indígenas es una consecuencia de los siglos de colonización de los territorios indígenas en las américas en el que a través de la imposición de los idiomas hegemónicos como el español, inglés y francés se integró de manera forzada a las comunidades indígenas a procesos de evangelización y escolarización impuesta por los colonizadores como el único idioma de la religión católica (Chiblow; Meighan, 2022). Esto implicó un proceso institucionalizado y sistemático para la conversión en la fe cristiana de los indígenas, para salvar su 'alma' y controlar sus territorios y comunidades. Ante esta realidad es que los distintos estados a nivel mundial, han implementado políticas educativas compensatorias que buscan una reparación histórica con los pueblos indígenas, producto de los siglos de racismo y

discriminación que han permeado las relaciones sociales, culturales, políticas y epistémicas entre indígenas y no indígenas en la sociedad actual.

En el marco de este artículo nos situamos en el contexto chileno, el que se ha caracterizado por implementar un Programa de Educación Intercultural Bilingüe como un intento de revitalizar la lengua y la cultura indígena en tanto factor que incide en los resultados de aprendizaje de los niños y jóvenes indígenas (Moya; Quiroga, 2022) y, que producto de la descontextualización curricular ha aumentado las brechas y desigualdades educativas entre indígenas y no indígenas (Maheux *et al.* 2020). De este modo, a través del Programa de Educación Intercultural Bilingüe se busca de manera indirecta mejorar la calidad y pertinencia de los aprendizajes escolares a través de la contextualización y fortalecimiento curricular de la identidad sociocultural de niños y jóvenes indígenas. Sin embargo, la falta de un adecuado acompañamiento y formación en métodos de enseñanza de los saberes y conocimientos educativos indígenas en los profesionales de la educación, ha limitado su enseñanza en la educación escolar. Esto se puede explicar producto de una formación inicial docente monocultural en el que los profesores no son formados para ofrecer una educación intercultural. Ante esta problemática se han incorporado a la educación escolar sabios indígenas que tienen un dominio de la lengua y cultura propia para acompañar al profesorado en la enseñanza de las lenguas indígenas. No obstante, ninguno de estos actores educativos tiene la formación en métodos de enseñanza de segundas lenguas, además, no han sido formados para un trabajo de co-enseñanza, por lo que sus prácticas pedagógicas terminan implementándose desde la intuición y generando una educación informal entre ellos mismos.

El artículo discute factores socioeducativos que inciden en la enseñanza-aprendizaje del caso de la lengua indígena mapunzugun (lengua mapuche) en niños y jóvenes mapuche en Chile, quienes han vivido procesos de escolarización caracterizados por ser monolingües en español a partir de la homogeneización cultural y lingüística desarrollada en la escuela.

1. DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA DE LA LENGUA INDÍGENA EN CHILE

En contextos de diversidad social, cultural y religiosa en los territorios colonizados como es el caso de Chile, la lengua vernácula adquiere una importancia vital para la transmisión de la memoria social, como base de contenidos y métodos educativos propios (Soto, 2014; Arias-Ortega; Previl, 2023). En esta perspectiva, constatamos que en América Latina existen alrededor de 40 millones de indígenas, cifra que equivale al 10% de su población total, pertenecientes a más de 600 pueblos, con sus respectivas lenguas, cosmovisiones y formas propias de organización social (Quintriqueo *et al.* 2016). Este hecho muestra una realidad social y cultural rica en patrimonios culturales propios de los indígenas y se constituyen en una riqueza para mejorar el desarrollo de las sociedades en Latinoamérica, particularmente en el ámbito de la educación, para la formación de nuevos ciudadanos desde una perspectiva

de interculturalismo que promueva el buen vivir de los sujetos que pertenecen a sociedades y culturas diferentes y que están en coexistencia en un espacio territorial particular (Arias-Ortega, 2019).

Actualmente, Chile tiene una población estimada de 18.000.000 de habitantes, de los cuales 2.185.792 afirman pertenecer a algún pueblo indígena, equivalente al 12,8% del total de población del país. El pueblo indígena predominante es el mapuche con 1.745.147 personas, equivalente al 9,9% del total de la población nacional (Caracterización Socioeconómica Nacional [CASEN] 2017). Este hecho impone el desafío de convertir a la escuela en un espacio educativo intercultural, en el cual se asegure a niños y niñas el aprendizaje de culturas y lenguas diferentes, el acceso a oportunidades de aprendizaje desde los principios de la pedagogía y educación indígena que aseguren la persistencia de la transmisión cultural (Arias-Ortega, 2019). Esto, permitiría la incorporación de conocimientos indígenas a la educación escolar de modo sistemático y pertinente a la realidad de los estudiantes, de acuerdo con sus costumbres, valores y cosmovisión propia.

En contexto de colonización, como es el caso de Las Américas, la escolarización ha construido una racionalidad colonial en las personas indígenas, como una estrategia para someterlas al dominio de los conquistadores (Arias-Ortega, 2019). Este modelo de escolarización aplicado a los pueblos indígenas, ha sido monocultural eurocéntrico occidental y colonial, buscando su asimilación, omitiendo y suprimiendo el valor del patrimonio cultural indígena en la educación escolar y en la sociedad moderna en general. La discusión teórica a nivel internacional y nacional nos permite sostener que la escolarización en contexto de colonización ha sido empleada como un medio de minorización y subalternización de los indígenas a la colonialidad del poder y del saber, donde el idioma de los conquistadores se impone como oficial y hegemónico (Lander, 2000). La colonialidad del poder y del saber constituyen estructuras (de la economía, sociedad, cultura, política e ideológicas) que permanecen arraigadas en la institucionalidad, pero que es invisible para quienes viven en la racionalidad colonial (Quijano, 2000). Es así como la escolarización monocultural eurocéntrica occidental y el colonialismo en educación es un proyecto político diseñado y aplicado por la *élite* en el marco de los Estados-Nación modernos, con el fin de homogeneizar a la población. Esto, para establecer estructuras jerárquicas y posicionar el orden del conocimiento escolar como válido para comprender la realidad (Arias-Ortega *et al.* 2023). En la racionalidad monocultural y homogeneizadora de la escolarización se emplea un discurso asociado a la complejidad étnica, en la cual la diversidad sociocultural es vista como un 'déficit a superar'. Así, la monoculturalidad en educación se relaciona con el racismo institucionalizado que es evidenciado en formas sutiles de discriminación, las que permean el nivel macro, meso y micro del currículum escolar (Arias-Ortega, 2019). En esta perspectiva, la monoculturalidad eurocéntrica

occidental es empleada por los Estados-Nación como un dispositivo de poder que ha permitido legitimar la dominación ejercida hacia los indígenas, por medio de una escolarización de carácter colonial (Mansilla *et al.* 2016). Esta escolarización colonial ha enseñado a los grupos minorizados la sumisión, formando en ellos la idea de inferioridad en relación a la 'supremacía blanca', la construcción de un mundo diferenciado por 'raza', clase social, género y nacionalidad, posicionando lo europeo occidental como ideal de progreso (Kakkar, 2017; Whitehead, 2017). En efecto, el colonialismo se ha sustentado también en un racismo científico, por medio del cual se ha justificado la dominación, esclavitud e incluso los genocidios cometidos en los procesos de conquista y colonización, sobre la base 'biológica' de la selección natural (Sánchez-Artega *et al.* 2013).

En esa perspectiva, investigaciones recientes a nivel nacional e internacional, precisan la necesidad de incorporar los principios de la pedagogía y educación indígena a la educación escolar en contextos de colonización como una forma de facilitar el aprendizaje de la lengua propia (Cajete, 1994; Loiselle; Mckenzie, 2009; Toulouse, 2013, 2016; Campeau, 2017; Brossard, 2019). Esto, porque es urgente contrarrestar la estructura colonial de la sociedad que perdura hasta hoy, como base de la desigualdad e injusticia social. Es lo que se constata, por ejemplo, en Canadá en el que la estructura colonial se constituye en un obstaculizador para generar acercamiento entre los grupos indígenas y no indígenas, como un proyecto político instaurado en contextos de colonización (Toulouse, 2016; 2018; Campeau, 2017; Brossard, 2019). Así, la estructura colonial ha instalado una educación escolar desigual para indígenas a nivel educativo, social, económico y territorial. Esto, ha traído como consecuencia en los estudiantes una negación de su propia lengua, su cultura y sus conocimientos en la escuela y la sociedad, afectando el desarrollo de su identidad, el compromiso ético, social y político con las nuevas generaciones de su pueblo (Comission de Verité et Réconciliation du Canada, 2015). Para revertir estas problemáticas, desde el Estado Canadiense se ha propuesto como una forma de reconciliación con los pueblos indígenas, la incorporación de los principios pedagógicos y educativos indígenas en la educación escolar, en una primera instancia, solo en los territorios indígenas, y en una segunda instancia, se ha masificado a otros contextos escolares no indígenas como una forma de avanzar en la sensibilización de los actores del medio educativo y social, sobre la importancia de formar a las nuevas generaciones con arraigo social, cultural y territorial. Lo anterior, implica articular los conocimientos indígenas y los conocimientos escolares, para superar el antagonismo en la forma de concebir la enseñanza y los aprendizajes, tanto en la educación escolar como indígena (Loiselle; Mckenzie, 2009; Toulouse, 2016; Campeau, 2017; Brossard, 2019).

En ese contexto, en Chile, en los últimos años se constatan estudios que evidencian la pérdida progresiva del uso de lenguas y conocimientos educativos indígenas como consecuencia de la escolarización monocultural eurocéntrico occidental (Loncon, 2013; Gundermann, 2014; Ospina, 2015; Fuentealba *et al.* 2021), afectando, particularmente a los nueve pueblos originarios

reconocidos por el Estado chileno: Mapuche, *Aymara*, *Rapa Nui*, *Likan Antai*, Diaguita, *Quechua*, Colla, *Kawashkar* y *Yagan*.

En esa perspectiva, los procesos de cambios socioculturales en contextos de colonización están asociados a la extinción de las lenguas vernáculas como un patrón social común en Las Américas y el mundo (Ospina, 2015). En este proceso, la principal variable externa que inciden en la pérdida de las lenguas vernáculas es la escolarización monolingüe en castellano, que impone una nueva cultura y racionalidad eurocéntrica occidental en los estudiantes, relevando el aprendizaje de las lenguas hegemónicas como una forma de ascenso social y beneficio particular (Vidal, 2003). Mientras que la variable interna, es la actitud negativa de las comunidades hacia su propia lengua, como consecuencia de una educación monocultural y monolingüe en castellano (Ospina, 2015). De esta manera, el indígena asume una posición de negación de su lengua vernácula, para evitar prejuicios, burlas y discriminación, tanto en la escuela como en la sociedad nacional (Ospina, 2015). En el caso mapuche, la negación y el ocultamiento de 'lo indígena' en los procesos de escolarización ha construido una vergüenza étnica en niños y jóvenes, lo que les limita su desenvolvimiento en el contexto de la sociedad global (Arias-Ortega *et al.* 2023).

En la actualidad, la velocidad de la pérdida de las lenguas vernáculas ha aumentado, esto se refleja principalmente en niños y jóvenes que no la dominan, como consecuencia de la educación escolar y la migración a los centros urbanos (Vidal, 2003; Ospina, 2015). La consecuencia de este proceso es la disminución de los saberes y conocimientos sobre la naturaleza, lo cultural, social y espiritual de los pueblos indígenas. En el caso específico de La Araucanía, el *mapunzugun* (lengua mapuche), es de mayor predominancia. No obstante, estudios recientes han develado su paulatino deterioro debido a la escolarización, en las distintas territorialidades de La Araucanía (Loncon, 2013). Esto se conjuga con la negación social e institucional de la diversidad cultural y las lenguas vernáculas presentes en el contexto escolar. En el presente artículo sostenemos que: 1) La escuela monocultural y monolingüe en castellano incide significativamente en la pérdida del *mapunzugun*, tanto en el medio educativo como social; 2) En las familias y comunidades mapuches se relega el uso del *mapunzugun* al medio familiar y comunitario, como una estrategia interna para preservar su uso y dominio en la sociedad actual; y 3) Las nuevas generaciones mapuches viven procesos de re-identificación como la manifestación de un nuevo orgullo de sus saberes y conocimientos propios, promoviendo la revitalización de la lengua mediante las herramientas que les ofrece la modernidad.

1.1 Factores socioeducativos que inciden en la pérdida del *mapunzugun*

En La Araucanía, los factores sociales que han incidido en la pérdida progresiva del *mapunzugun* son: el racismo, la discriminación y el monolingüismo en castellano en la educación escolar y la educación familiar. El racismo refiere a la instalación de jerarquías raciales en el imaginario colectivo de la sociedad hegemónica, que emerge desde el Estado para la normalización

disciplinaria y el control político de las poblaciones, que han sido minorizadas socialmente, instalando un menosprecio hacia lo indígena (Grosfoguel, 2012; Velasco, 2016). Desde ese argumento, se podría explicar la estigmatización histórica de las lenguas vernáculas, a las que se les han atribuido calificativos peyorativos como lenguas 'salvajes', por no ser escritas. En relación a la discriminación lingüística, refiere a situaciones de opresión de un grupo social mayoritario hacia una minoría involuntaria (pueblo mapuche), a través de mecanismos de violencia simbólica, psicológica y física (Hernández-Rosete; Maya, 2016). Según Quidel (2015), las prácticas de discriminación lingüística han relegado el uso del *mapunzugun* a espacios intracomunitarios, para evitar ser objeto de ridiculización, prejuicios y estereotipos por el hecho de hablar su lengua vernácula. Esto plantea a las personas mapuches el desafío de generar mecanismos de auto-resistencia, con la finalidad de mantener el *mapunzugun* y junto con ello, las prácticas epistémicas propias. Sin embargo, observamos que la educación familiar también se realiza desde un monolingüismo del castellano, aprendido por los padres jóvenes en la educación escolar eurocéntrico occidental. Es así como observamos que, en el caso de La Araucanía, la lengua dominante es el castellano en desmedro de la lengua vernácula *mapunzugun*, tanto en el medio educativo como en el medio familiar y comunitario.

Es así como los factores educativos que han incidido en la pérdida progresiva del *mapunzugun* son: la escuela, el monolingüismo en castellano en la escolarización y la hegemonía de la lengua oficial sobre el *mapunzugun*. La escuela históricamente ha negado la incorporación formal del *mapunzugun*, imponiendo una castellanización, caracterizada por la supremacía de la escritura en desmedro de la oralidad (Quidel, 2015). Así, la escuela se transforma en una estructura de poder, que limita la incorporación y reconocimiento de la diversidad social, cultural y el dominio de la lengua vernácula *mapunzugun* que portan los niños mapuches producto de la educación familiar y comunitaria (Czarny, 2009; Villalón, 2011). De esta manera, la escuela se constituye en un mecanismo de vigilancia, registro y control de la población mapuche, promoviendo de manera consciente o inconsciente la sustracción del *mapunzugun* por el castellano en niños y jóvenes mapuches (Mansilla, 2016). Esto a través de la institucionalización del castellano como lengua oficial y única para la formación de los niños y jóvenes, mediante una escolarización uniformadora (Quidel, 2015; Quintriqueo *et al.* 2016). En este proceso la escolarización se caracteriza por: 1) la enseñanza de contenidos educativos escolares sólo en castellano, por ser una lengua con mayor prestigio y utilidad social; 2) el desconocimiento de los profesores, sean mapuche o no mapuche, con respecto a la lengua vernácula de sus estudiantes; y 3) el uso instrumental y conceptual de las lenguas indígenas que promueve un bilingüismo sustractivo, altamente riesgoso para la revitalización de la lengua vernácula (Villalón, 2011). Por ejemplo, la enseñanza del *mapunzugun* en la escuela promueve acciones que limitan su vitalidad, ya que es homologada a métodos de enseñanza de segunda lengua, sustentada en aprender vocabulario y traducción de palabras (Lagos, 2015; Turra, 2016), omitiendo sus significaciones y subjetividades que subyacen a la lengua. Así, al prescindir

del uso de lenguas indígenas en los procesos de escolarización, se pierde su riqueza para la formación de ciudadanos interculturales en el contexto regional y nacional (Villalón, 2011). Pensamos que, al continuar con dichos procesos, se corre el riesgo de transmitir a los niños mapuches y no mapuches una representación social de minorización involuntaria y una auto-negación del marco *epistémico* propio. Lo anterior es una barrera para el aprendizaje de la lengua indígena en el medio escolar, particularmente en la implementación de la asignatura de Lengua Indígena *mapunzugun* en La Araucanía.

En Chile existen numerosas experiencias que tienen por objeto que los profesores reconozcan el *mapunzugun* en el contexto escolar. Por ejemplo, está la Carrera de pedagogía en Educación Básica Intercultural de la Universidad Católica de Temuco, que forma a sus futuros profesores en los conocimientos educativos mapuches, así como en el aprendizaje de la lengua vernácula, en articulación con el conocimiento educativo escolar (Arias-Ortega; Quintriqueo; Valdebenito, 2018). En la zona Norte de Chile en Iquique, la Universidad Arturo Prat ofrece la Carrera de Pedagogía Básica Intercultural Bilingüe, tanto para estudiantes indígenas como no indígenas. El objetivo es que los futuros profesores se sensibilicen en relación a la diversidad social y cultural, generando un vínculo con los pueblos originarios (Arias-Ortega; Quintriqueo; Valdebenito, 2018). Además, existen capacitaciones que ofrece el MINEDUC, para que los profesores aprendan el *mapunzugun*. También, en algunas universidades del Consejo de Rectores de Universidades Chilenas (CRUCH), existen cursos y diplomados libres que tienen como finalidad la enseñanza del *mapunzugun* a los académicos y estudiantes. En la Universidad de la Frontera (UFRO) la agrupación estudiantil *Chillkatufe UFRO Mew*, dicta talleres gratuitos de *mapunzugun* para la comunidad local, que tiene como objetivo aportar al rescate de la lengua vernácula. Sin embargo, en general se observa que los profesores no aprenden el *mapunzugun*, ni los conocimientos educativos indígenas, transformándose estas acciones en instancias esporádicas, sin mayor continuidad en el tiempo.

También existen experiencias de la sociedad civil sobre la enseñanza del *mapunzugun*, mediante el uso de herramientas tecnológicas, dirigida a distintos actores del contexto educativo y la sociedad. Es el caso de la biblioteca mapuche auto-gestionada *mogeleam kimün* (para que el conocimiento mapuche continúe vivo), que busca sensibilizar en la importancia del *mapunzugun* en personas mapuches y no mapuches. La finalidad es revitalizar el conocimiento mapuche, mediante la construcción y difusión de material bibliográfico y audiovisual propio. En La Araucanía, la Federación Mapuche de Estudiantes (FEMAE), ofrece un internado lingüístico de *mapunzugun*, denominado *Mapunzuguletuayñ* (volveremos a hablar el *mapunzugun*). Esta experiencia surge con la finalidad de crear ambientes propicios para la enseñanza del *mapunzugun*, mediante procesos de inmersión lingüística en las familias y comunidades de mapuches hablantes.

A nivel nacional, existen experiencias como la creación de una página web denominada *kimeltuwe* (espacio de aprendizaje), que aporta con recursos y material didáctico gráfico y

audiovisual, para la enseñanza de la lengua *mapunzugun* (Kimeltuwe, 2017: en línea). Asimismo, existen videos y canciones educativas en *mapunzugun* que abordan contenidos y saberes educativos mapuches. Por ejemplo, la enseñanza de los números, el saludo, la importancia de prácticas socio-religiosas como el *gijatun* (pedir al ser superior), *we xipantu* (año nuevo), *jejipun* (rogativa). Dichos materiales se encuentran alojados en sitios web como *YouTube* y son susceptibles de trabajar e incorporar en el medio educativo. Además, se han creado materiales didácticos concretos, como juegos de cartas, *puzzles*, juegos interactivos, los cuales abordan contenidos educativos mapuches. Y Finalmente, en el sistema educativo escolar chileno, a través del programa de Educación Intercultural Bilingüe se ha implementado la asignatura de lengua indígena.

1.2 Asignatura de lengua indígena *mapunzugun*

La asignatura de lengua indígena se enmarca en el desarrollo de la Educación Intercultural Bilingüe (EIB), implementada en Chile, desde el año 1996, amparada bajo la Ley Indígena 19.253, del año 1993, estipulada en el Decreto N° 280 (MINEDUC, 2010). Surge como respuesta del Estado chileno a las demandas históricas del pueblo mapuche, en relación a una educación contextualizada a la realidad local, la cual incorpore saberes y conocimientos educativos propios al sistema educativo escolar, mediante la elaboración de planes y programas propios (Soto, 2014). La finalidad es promover procesos educativos pertinentes al contexto de los estudiantes, para abandonar paulatinamente los procesos de homogeneización y de asimilación forzosa, que se ha perpetuado históricamente a través de la escolarización.

En la política pública EIB en Chile se establece que los establecimientos educacionales que cuenten con el 20% de matrícula con ascendencia indígena, están obligados a impartir la asignatura de Lengua Indígena (Mineduc, 2010). No obstante, debido al desconocimiento de las lenguas vernáculas por parte de los profesores, surge la necesidad de incorporar a personas mapuches hablantes como educadores tradicionales, que en conjunto con el profesor mentor implementen la asignatura. Para la implementación de la asignatura de lengua indígena se proponen Planes y Programas de estudio del *mapunzugun*, construidos a través de un levantamiento curricular de los saberes y conocimientos lingüísticos como culturales, mediante jornadas de trabajo con docentes de educación intercultural, educadores tradicionales y actores del medio educativo (Secretaría Regional Ministerial [SECREDOC] 2016). Estos Planes y Programas de estudio se estructuran en base a tres ejes: 1) oralidad, refiere a la transmisión de los saberes y conocimientos mapuches, mediante la narrativa; 2) comunicación oral, para la práctica interaccional del *mapunzugun*, agregando progresivamente mayor vocabulario; y 3) comunicación escrita para el desarrollo de la lectura y escritura de palabras en *mapunzugun* (Mineduc, 2009). Precisamos que en la asignatura de lengua *mapunzugun*, el eje de tradición oral se focaliza en la vinculación de los aspectos

lingüísticos y las prácticas socioculturales mapuches, mediante relatos fundacionales, para la transmisión de contenidos educativos mapuches (Mineduc, 2009). En este sentido, la tradición oral se constituye en la base de la sociedad mapuche que a través de la lengua materna se transforma en un vehículo de comunicación y transmisión cultural. Además, permite transmitir valores, expresión de los sentidos, lógicas de pensamiento, concepciones de mundo, espiritualidad y manifestaciones sociales y culturales de las personas indígenas, que le permiten comprender y dar sentido a la realidad.

Remarcamos que el aspecto escritural del *mapunzugun* se constituyen en uno de los puntos de tensión, por la diversidad de grafemarios existentes, entre los más conocidos están: 1) Raguileo elaborado por Anselmo Raguileo, quien hace una distinción entre los grafemas y fonemas del español respecto del *mapunzugun*, incluye 6 vocales y 20 consonantes; 2) *Azümchefe* elaborado por la Corporación Nacional de Desarrollo Indígena, el que unifica la escritura del *mapunzugun* desde un enfoque funcional a la política, cuenta con 6 vocales y 22 consonantes; 3) Mapuche Unificado, que fue construido por la academia y con una fuerte influencia cristiana, cuenta con 6 vocales y 21 consonantes; 4) Cacicado Huilliche elaborado por la Junta General de Caciques en el 2000, cuenta con 7 vocales y 20 consonantes; 5) Salvador Rumian elaborado por él en 2011, cuenta con 6 vocales y 21 consonantes; y 6) *Chijkatuku zugun* elaborado por Catriquir y Llanquino en el 2002, cuenta con 6 vocales y 22 consonantes (Álvarez-Santullano *et al.* 2015). Estos grafemarios en general son escasamente conocidos por los profesores, especialmente por el profesor mentor y el educador tradicional, para la implementación de la educación intercultural bilingüe. Sin embargo, la política pública en educación impone el uso del grafemario *azümchefe* en todo el territorio nacional, sin considerar la variación lingüística correspondiente a cada territorialidad. Lo anterior implica que el uso de un grafemario se constituya en un punto de disputa, discusión y tensión permanente entre el profesor mentor y el educador tradicional, para la enseñanza del *mapunzugun*.

CONSIDERACIONES FINALES

La discusión teórica hasta aquí desarrollada nos permite suponer que el legado colonial y poscolonial en la actualidad ha generado que las lenguas indígenas en territorios colonizados como Las Américas continúen enfrentando una crisis y amenaza en su persistencia y revitalización, producto de la colonización de los sujetos y hegemonía de las lenguas hegemónicas en la sociedad en general. Es lo que hemos constatado, por ejemplo, con las lenguas indígenas en Canadá, las que se encuentran en una situación de desvitalización y corren el riesgo de desaparecer (Boily, 2022). Esto se pudiese explicar producto de la persistencia de los procesos de colonización y monolingüismo es que se les ha posicionado consciente o inconsciente como lenguas que dificultan el aprendizaje de la lengua dominante en los niños y jóvenes en sus procesos de escolarización, limitando el éxito escolar y educativo. Sostenemos que este tipo de discurso está arraigado en la

memoria social de los abuelos, lo que se ha transmitido a la nueva generación de padres (ARIAS-Ortega *et al.* 2023). Esto, aun cuando en la actualidad se han implementado distintas políticas que buscan la revitalización de las lenguas indígenas a través de modalidades educativas como la educación intercultural. Sin embargo, esta enseñanza se concretiza desde marcos socioculturales de la estructura del conocimiento eurocéntrico occidental, avanzado a una nueva colonización de las lenguas indígenas. Según, Chiblow y Meighan (2022), con el avance del colonialismo, el capitalismo y las lenguas coloniales como el Francés, Inglés y Portugués, las lenguas indígenas han sido objeto de procesos genocidas, políticas gubernamentales atrincheradas en el imperialismo lingüístico, supremacía epistemológica y cognitiva, y la implementación de prácticas de lingüicidio e historicidio a través de la educación escolar con la cual se busca la perpetuación del arraigo colonial.

En relación a los factores sociales que inciden en la pérdida progresiva del *mapunzugun* constatamos en nuestros resultados de investigación que en la actualidad las familias y comunidades mapuches se resisten a enseñar a los niños y jóvenes mapuches su lengua vernácula. Esto lo hemos constatado en testimonios como: “*yo he sido testigo que el niño o la niña se entusiasma con la cultura, quiere aprender, que le enseñen, pero los papás dicen, deja a tu abuela tranquila, si esa cuestión ya no se habla no seas tonto*” (padre indígena, 2022). En otros testimonios de resultados de nuestros estudios, hemos constatado como los padres y abuelos reconocen que la pérdida de la lengua se ha impulsado desde la casa, como huellas de la escolarización de sus antepasados, lo que generó la vergüenza étnica, es lo que se observa en el siguiente testimonio: ha existido una pérdida de la lengua por parte de los abuelos, de los padres jóvenes, eso tiene relación con la vergüenza que genera para algunas personas que son mapuche: el decir que son mapuches por todo el prejuicio que hay en la sociedad (madre indígena, 2022).

Esta realidad de rechazo al aprendizaje de la propia lengua, nos permite dar cuenta que la familia y la comunidad mapuche relega el uso del *mapunzugun* al medio familiar y comunitario, como una estrategia interna para preservar el uso de la lengua vernácula en la sociedad actual. Esto bajo el argumento que los padres, omiten el uso del *mapunzugun* para evitar burlas, discriminación y prejuicios de la sociedad dominante hacia sus hijos, principalmente en el medio escolar. Sostenemos que, este pensamiento ha quedado arraigado en las personas de mayor edad, producto de sus experiencias traumáticas vividas en la escuela en el período colonial y post colonial (Quidel, 2015). Es así como en la época actual, son los padres de las nuevas generaciones, quienes desconocen en su gran mayoría el *mapunzugun*. Esto es coherente con la primera tesis, donde sostenemos que la escuela monocultural y monolingüe en castellano, incide negativamente en la pérdida del *mapunzugun*, tanto en el medio educativo como social. Esta negación de la lengua propia, también está asociada al trato que desde la sociedad dominante se le ha dado al *mapunzugun* en el contexto escolar, donde se transmitía la idea de que aprender la lengua

vernácula dificulta el proceso de adquisición y aprendizaje del castellano por parte de los estudiantes (Bengoa, 2008).

Ahora bien, si nos focalizamos en el aspecto lingüístico los textos de estudio del *mapunzugun* no dan cuenta de la enseñanza de una segunda lengua de manera pertinente, puesto que se habla constantemente de 'traducir y repetir'. Lo anterior, es coherente con resultados de investigaciones de autores como Gundermann (2014) y Lagos (2015). Los autores sostienen que uno de los problemas que enfrenta la enseñanza de las lenguas indígenas, refiere a estrategias pedagógicas excesivamente transmisoras y reproductivas en torno a conceptos, sin interiorizar en los significados educativos, naturales, sociales, culturales y espirituales de los contenidos. También, hemos constatado empíricamente la falta de material pedagógico y didáctico fundamentados en saberes, métodos, actividades y estrategias educativas indígenas, para implementar la asignatura de *mapunzugun* en el aula (Arias-Ortega; Quintriqueo; Valdebenito, 2018). La consecuencia de dichas prácticas es la fragmentación y segmentación de la lengua mapuche, quedando ésta supeditada a los conocimientos disciplinarios que se consignan en el currículum escolar. Es así como el empobrecimiento del *mapunzugun* y la falta de material didáctico para su enseñanza y evaluación en la escuela, se transforma en un impedimento para avanzar hacia procesos educativos emancipatorios, que tengan a la base métodos educativos propios, para la enseñanza de lenguas indígenas. En relación a los procesos evaluativos que promueven los planes de estudio, constatamos que se enfocan en el uso de pautas, rúbricas y lista de cotejo en base a indicadores que no necesariamente se condicen con los contenidos educativos mapuches incorporados en la educación escolar. De esta manera, la evaluación del *mapunzugun* se realiza desde una educación escolar de carácter tradicional monocultural, que aún no logra romper con la visión reduccionista de la medición de los aprendizajes escolares. Es así como constatamos, que las sugerencias de actividades y métodos educativos mapuches, para trabajar la asignatura de *mapunzugun* quedan plasmadas sólo en el papel y no son transferibles a las prácticas educativas escolares (Arias-Ortega, 2019). Sostenemos que esto es consecuencia del desconocimiento de los profesores respecto de los saberes y conocimientos propios de sus estudiantes. Además, de su falta de preparación para desarrollar su quehacer educativo en contexto indígena e intercultural. Lo anterior, ha sido resultado de su formación en la Enseñanza Básica, Enseñanza Media y Formación Inicial Docente, desde un enfoque de monoculturalidad y monolingüismo del castellano, que no reconoce la diversidad social y cultural existente en la sociedad en general y en el aula en particular (Quintriqueo et al. 2016).

Como resultado de la discusión teórica nos planteamos el desafío de mejorar las prácticas de enseñanza-aprendizaje para revitalizar no sólo el *mapunzugun*, sino también, lograr un quiebre paradigmático de la educación escolar monocultural y monolingüe en La Araucanía. Esto es coherente con nuestra tercera tesis, donde sostenemos que las nuevas generaciones mapuches viven procesos de re-identificación como la manifestación de un nuevo orgullo de ser mapuche. Así, se plantea el desafío de avanzar en la co-construcción de materiales educativos pertinentes, para

la enseñanza del *mapunzugun* en escuelas situadas en comunidades mapuches, tanto en el contexto rural como urbano. Al mismo tiempo, la tesis de re-identificación que sostenemos permitiría articular las iniciativas de educación comunitaria y/o de la sociedad civil, para la enseñanza y el aprendizaje del *mapunzugun* con el desarrollo de programas de educación intercultural en la escuela.

Concluimos que el uso planificado de los recursos didácticos donde se articulen los saberes y conocimientos sobre la lengua y la cultura mapuche, asociado al uso pedagógico de las nuevas tecnologías, ofrecen una oportunidad para revertir la pérdida progresiva del *mapunzugun* en niños y jóvenes mapuches. Asimismo, una oportunidad para enseñar la lengua vernácula a niños y jóvenes no mapuches, generando con ello, una apertura para avanzar hacia una sociedad donde los ciudadanos vean en la interculturalidad un espacio de inter-aprendizaje, basado en un pluralismo epistemológico. Estos aspectos nos plantean el desafío de desarrollar investigaciones educativas que trabajen con metodologías colaborativas y co-constructivas, con la implicación de los actores del medio educativo y social. Es así como la colaboración inter-institucional, interdisciplinaria y transdisciplinaria emergen como enfoques metodológicos para mejorar la enseñanza-aprendizaje del *mapunzugun* en base a métodos y estrategias que respondan a la racionalidad propia. En definitiva, generar acciones para motivar a los miembros de la familia, comunidad y la sociedad civil, para la transmisión intergeneracional de la lengua vernácula como una riqueza tanto para las personas mapuches como no mapuches. Esto teniendo en consideración que a través de la lengua se transmite el patrimonio sociocultural, en el que para los pueblos indígenas el lenguaje es tierra y la tierra es lenguaje (Ishwar, 2022). De este modo a través del aprendizaje de las lenguas indígenas es posible transmitir y comprender formas únicas que han establecido los indígenas para entender y relacionarse con los mundos materiales e inmateriales que co-existen en el universo (Boily, 2022).

En esa perspectiva, proponemos las siguientes acciones para mejorar progresivamente el aprendizaje y la enseñanza del *mapunzugun* en la implementación de la educación intercultural bilingüe: 1) incorporar a las familias y comunidades mapuches hablantes a la educación escolar. Esto significaría construir una apertura de la escuela para recibir la colaboración de hablantes nativos del *mapunzugun*, que apoyen su aprendizaje desde saberes y conocimientos propios, para la implementación de la educación intercultural bilingüe. Al mismo tiempo, comprometer social, política y éticamente a las familias y comunidades mapuches sobre su responsabilidad para implicarse en el reaprendizaje y enseñanza del *mapunzugun* en las nuevas generaciones de niños y jóvenes; 2) revitalizar y revalorar el uso de la lengua vernácula en prácticas socioculturales propias de las familias y comunidades. Esto significaría construir la apertura en directivos, profesores, educadores tradicionales, padres y sabios, para incorporar prácticas socioculturales propias del territorio como parte de los saberes y conocimientos educativos mapuches que permitan la reafirmación de la identidad social y cultural de niños y adolescentes, desde la educación escolar; 3) valorar y utilizar la lengua vernácula en los medios de comunicación modernos en el marco de la

sociedad global. Esto significaría otorgar progresivamente un status al *mapunzugun*, para comunicar información con contenidos de alto interés público con pertinencia social, cultural y lingüística, tanto para el medio educativo como de la sociedad civil en general; 4) negociar los procesos de colaboración entre las familias y comunidades mapuches en la escuela. Esto significaría consolidar procesos de colaboración entre familia-escuela-comunidad-universidad, sobre la enseñanza-aprendizaje del *mapunzugun* en la escuela, bajo el argumento de que su aprendizaje es de responsabilidad de los padres, la familia, la comunidad y la comunidad escolar; 5) incorporar los principios de la pedagogía y educación indígena en la implementación de la educación intercultural bilingüe. Esto significaría sistematizar e incorporar formas de aprender y enseñar contenidos culturales, asociados al aprendizaje del *mapunzugun*, desde prácticas epistémicas propias. Por ejemplo, haciendo uso del *gübam* (consejo), el *pepilkan* (aprender haciendo), el *ajkütun* (escuchar) con la implicación de autoridades tradicionales, con la finalidad de que sean ellos quienes transmiten y den cuenta de sus experiencias educativas, desde la educación familiar mapuche; 6) sensibilizar y educar a los profesores mentores y educadores tradicionales en saberes y conocimientos educativos mapuches. Esto significaría una apertura de profesores mentores y educadores tradicionales, para aprender acerca de los saberes y conocimientos educativos mapuches como del *mapunzugun*, para promover prácticas educativas contextualizadas, pertinentes y flexibles al territorio donde se sitúa la escuela; 7) incorporar saberes y conocimientos educativos mapuches a los itinerarios de formación inicial docente. Esto significaría construir una apertura en las Facultades de Educación, para valorar los saberes y conocimientos educativos mapuches contruidos en la memoria social mapuches y aquellos que se han sistematizado en investigaciones científicas, para contextualizar la formación de futuros profesores que se desempeñarán en contextos indígenas e interculturales; y 8) instalar capacidades en los procesos de formación continua para el aprendizaje y enseñanza del *mapunzugun* en la educación escolar. Esto significaría un proceso de divulgación del conocimiento construido en la memoria social mapuche e investigación científica, para aportar a la profesionalización de los profesores del sistema educativo que se desempeñan en contextos indígenas e interculturales, mediante procesos de acompañamiento y capacitación, desde un enfoque educativo intercultural y un pluralismo epistemológico.

REFERENCIAS

ÁLVAREZ-SANTULLANO, P; FORNO, A; RISCO, E. Propuestas de grafemarios para la lengua mapuche: desde los fonemas a las representaciones político-identitarias. **Revista Alpha, Osorno**, v. 40, p.113-130. 2015.

ARIAS-ORTEGA, K. Relación educativa entre profesor mentor y educador tradicional en la educación intercultural. Tesis Doctoral (no publicada), Temuco. Chile. 2019.

- ARIAS-ORTEGA, K; MUÑOZ, G; QUINTRIQUEO, S. Discriminación percibida entre profesor y educador tradicional en la educación intercultural en La Araucanía, Chile. **Educ. Pesqui**, Campinas, v. 49, 1-19, 2023.
- ARIAS-ORTEGA, K; PREVIL, C. Challenges of intercultural bilingual education in the interrelation of language, culture and cognition. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília. En edición, 2023.
- ARIAS-ORTEGA, K; QUINTRIQUEO, S; VALDEBENITO, V. Monoculturalidad en las prácticas pedagógicas en la formación inicial docente en La Araucanía, Chile. **Educ. Pesqui**, Campinas, v. 44, 1-18, 2018.
- BENGOA, J. Historia del pueblo mapuche Siglo XIX y XX. Chile: Ediciones del Sur, Colección Estudios Históricos. 2008.
- BOILY, A. La place des langues autochtones à l'adoption du projet de loi C-91 : analyse critique du discours à visée décoloniale. Mémoire de maîtrise, Université du Québec à Chicoutimi, Canadá. 2022.
- BROSSARD, L. Les peuples autochtones: des réalités méconnues à tout point de vue. **La publication en ligne de l'ICÉA**, Québec, n. 76, p. 1-45. 2019.
- CAJETE, G. Look to the mountain: An ecology of Indigenous education. Skyland, NC: Kivaki Press, Inc. 1994.
- CAMPEAU, D. La pédagogie autochtone. **Persévérance scolaire des jeunes autochtones**, p. 1-5. 2017.
- CHIBLOW, S; MEIGHAN, P. Language is land, land is language: The importance of Indigenous languages. **Human Geography**, Estados Unidos, v. 15, n. 2, p. 206-210. 2022.
- COMMISSION DE VÉRITÉ ET RÉCONCILIATION DU CANADA. Commission de vérité et réconciliation du Canada : appels à l'action. Winnipeg: la Commission. 2015.
- CZARNY, G. Indígenas en la educación primaria general (regular). La persistencia de la exclusión en las políticas interculturales: *Construcción de políticas educativas interculturales en México: debates, tendencias, problemas, desafíos*, (Ed). Velasco, Saul y Jablonska, Ana. México: Universidad Pedagógica Nacional, 187-222. 2009.
- ENCUESTA DE CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA. [CASEN]. (2017). Síntesis de resultados. Ministerio de Desarrollo y Planificación. Ediciones Santiago de Chile. 2017. Disponible en: http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/casen/casen_obj.php.
- FUENTEALBA, L; FRIZ, M; SUMONTE, V; SANHUEZA, S; RAMÍREZ, B. La Enseñanza de Lenguas en Chile: Una Mirada desde la Planificación y Política Lingüística. **Estudios filológicos**, Valdivia, n. 68, p. 69-88. 2021.
- GROSGOUEL, R. El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? **Tabula Rasa**, Cundinamarca, n.16, p. 79-102. 2012.
- GUNDERMAN, H. Orgullo cultural y ambivalencia: Actitudes ante la lengua originaria en la sociedad mapuche contemporánea. **RLA**, Santiago, 52, 1: 105-132. 2014.
- HERNÁNDEZ-ROSETE, D; MAYA, O. Discriminación lingüística y contracultura escolar indígena en la Ciudad de México. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 14, n. 2, p.1161-1176. 2016.
- ISHWAR, G. Teaching and learning of indigenous languages in the Pacific: are we doing enough in teacher education? **Asia-Pacific Journal of Teacher Education**, Inglaterra, v. 50, n. 5, p. 447-452. 2022.
- KAKKAR, A. Education, empire and the heterogeneity of investigative modalities: a reassessment of colonial surveys on indigenous Indian education. **Pedagógica Histórica**, España, v. 53, n. 4, p. 381-393. 2017.

- KIMELTUWE. (2017). Página web. Disponible en <http://kmm.cl>
- KRIPPENDORF, K. Metodología de análisis de contenido, Teoría y práctica. Barcelona: Paidós. 1990.
- LAGOS, C. El Programa de Educación Intercultural Bilingüe y sus resultados: ¿perpetuando la discriminación? **Revista de Investigación Educativa Latinoamericana**, Santiago, v. 1, n. 52, p. 84-94. 2015.
- LANDER, E. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO. 2000.
- LOISELLE, M; MCKENZIE, L. La roue de bien-être: une contribution autochtone au travail social. **Intervention, la revue de l'Ordre des travailleurs sociaux et des thérapeutes conjugaux et familiaux du Québec**, Québec, n. 131, p.183-193. 2009.
- LONCON, E. La importancia del enfoque intercultural y de la enseñanza de las lenguas indígenas en la educación chilena. **Revista Docencia e Investigación**, México, n. 51, p. 44-55. 2013.
- MAHEUX, G; PELLERIN, G; QUINTRIQUEO, S; BACON, L. La décolonisation de la scolarisation des jeunes Inuit et des Premières Nations: sens et défis. PUQ. 2020.
- MANSILLA, J; LLANCAVIL, D; MIERES, M; MONTANARES, E. Instalación de la escuela monocultural en la Araucanía, 1883-1910: dispositivos de poder y Sociedad Mapuche. **Revista Educação e Pesquisa**, Campinas, n. 1, p. 213-228. 2016.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN [MINEDUC]. Marco curricular de lengua indígena, Programa de Educación Intercultural Bilingüe. Santiago de Chile: Ministerio de Educación. 2009.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN. Guías pedagógicas del sector de lengua indígena. Material de apoyo para la enseñanza del mapunzugun, primer año básico. Santiago de Chile: Ministerio de Educación. 2010.
- MOYA, P; QUIROGA, J. An overview of Indigenous peoples in Chile and their struggle to revitalise their native languages: the case of Mapudungun. **London Review of Education**, London, v. 20, n. 1, 2022.
- OSPINA, A. Mantenimiento y revitalización de lenguas nativas en Colombia. Reflexiones para el camino. **Revista Forma y Función**, Colombia, v. 28, n. 2, p. 11-48. 2015.
- QUIDEL, J. Chumgelu ka chumgechi pu mapuche ñi kuxankapagepan ka hotukagepan ñi rakizuam ka ñi püjü zugu mew: Awükan ka kuxankan zugu Wajmapu mew. Violencias coloniales en Wajmapu, (Eds). Antileo, Enrique; Carcamo-Huechante, Luis; Calfio, Margarita y Huinca-Piutrin, Herson. Temuco: Comunidad Historia Mapuche, 21-55. 2015.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En Lander (dir.), Colonialidad del saber y eurocentrismo. Buenos Aires: UNESCO-CLACSO. 2000.
- QUINTRIQUEO, S; MORALES, S; QUILAQUEO, D; ARIAS-ORTEGA, K. Interculturalidad para la formación inicial docente: Desafíos para construir un diálogo intercultural. Ediciones Universidad Católica de Temuco, Chile. 2016.
- SÁNCHEZ-ARTEGA, J; SEPÚLVEDA, C; EL-HANI, C. Racismo científico, procesos de alteración y enseñanza de ciencias. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, Colombia, v. 6, n. 12, p. 55-67. 2013.
- SECRETARIA REGIONAL MINISTERIAL DE EDUCACIÓN [SECREDOC]. Orientaciones de Gestión Institucional y Didácticas para la Implementación de la Interculturalidad y Sector de Lengua Indígena. Santiago de Chile: Programa de Educación Intercultural Bilingüe. 2016.
- SOTO, E. Mapuzungun y los procesos de colonización. **Revista UNIVERSUM**, Talca, n. 1, p. 57-83. 2014.

- TOULOUSE, P. Au-delà des ombres: Réussite des élèves des premières nations, des Métis et des Inuits. Québec. 2013.
- TOULOUSE, P. Chaque enfant a un don à partager: Nourrir l'identité autochtone et le sentiment d'appartenance. Ontario, p.10. 2018.
- TOULOUSE, P. Mesurer ce qui compte en éducation des autochtones: Proposer une vision axée sur l'holisme, la diversité et l'engagement. Mesurer ce qui compte. Un projet de people for education. Portage & Main Press. 2016.
- TURRA, O. Tensiones en la enseñanza y aprendizaje de la historia en contexto interétnico: significaciones y experiencias escolares de jóvenes pehuenches. **Revista Atenea**, Concepción, v. 5, n. 13, p. 263-278.
- VELASCO, S. Racismo y Educación en México. **Revista Mexicana de ciencias políticas y Sociales**, México, n. 226, p. 379-408. 2016.
- VIDAL, C. Factores que inciden en los Procesos de Conservación y Cambio Intergeneracional de la lengua quechua en dos comunidades q'iru, Cuzco Perú". Memorias del Congreso de Idiomas Indígenas de Latinoamérica-I, 23-25. University of Texas at Austin. 2003.
- VILLALÓN, M. Lenguas amenazadas y la homogeneización lingüística de Venezuela. **Revista boletín de lingüística**, Venezuela, 23, 35: 143-170. 2011.
- WHITEHEAD, K. British teachers' transnational work within and beyond the British Empire after the Second World War. **History of Education**, Inglaterra, v. 46, n. 3, p. 324-342. 2017.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Katerin Arias-Ortega

Profesora Asociada de la Universidad Católica de Temuco Chile. Desarrolla la línea de investigación de educación e interculturalidad. Investigadora del Laboratorio de Estudios, Investigación y didáctica del universo social (LERDUS), Quebec, Canadá. Investigadora Asociada en el Equipo de Desarrollo y Investigación Acción Colaborativa en el Contexto Educativo Indígena (ÉDRACCÉA) de la Universidad de Quebec en Abitibi-Témiscamingue, Quebec-Canadá. <http://orcid.org/0000-0001-8099-0670>. E-mail: karias@uct.cl
Agradecimientos al proyecto Fondecyt Iniciación N°11200306, financiado por la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo de Chile (ANID)

Segundo Quintriqueo

Profesor Titular de la Universidad Católica de Temuco Chile. Desarrolla la línea de investigación de educación e interculturalidad. Investigador del Centro de Investigación en Educación en Contextos Indígenas e Interculturales (CIECI). E-mail: squintri@uct.cl. Agradecimientos al proyecto FONDEF ID21110187

Notas sobre anotações: o registro informal da atividade psicológica como processo discursivo

Considerations on notes: the informal record of psychological activity as a discursive process

Consideraciones sobre notas: el registro informal de la actividad psicológica como un proceso discursivo

RESUMO

O ensaio apresenta ao leitor algumas considerações sobre a prática das anotações como um fenômeno discursivo característico do exercício profissional da psicologia. Propõe-se o entendimento da atividade do psicólogo como um jogo de ocupação de espaços na configuração subjetiva do outro com quem dialoga e argumenta-se que as anotações marcadas pela subjetividade do psicólogo podem representar questões interpretativas e mesmo éticas em relação à pessoa atendida.

Palavras-chave: anotações; psicologia; discurso; subjetividade.



Recebido em: 6 de outubro de 2023
Aceito em: 29 de abril de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i1.51079

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Fábio Luiz Nunes

fabio.nunes.fln@cefetmg.br

<https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Belo Horizonte, MG, Brasil

Jussara Biagini

jussara.biagini@uemg.br

<https://orcid.org/0009-0004-3715-4828>

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

ENSAIO

ABSTRACT

This essay introduces the reader to some reflections on the practice of note-taking as a typical discursive phenomenon in the professional exercise of psychology. It proposes an understanding of the psychological activity as a game of occupying spaces in the subjective configuration of the person he attends, and argues that notes marked by the psychologist's subjectivity can represent interpretative and even ethical issues regarding his client.

Keywords: notes; psychology; discourse; subjectivity.

RESUMEN

El ensayo presenta al lector algunas consideraciones sobre la práctica de tomar notas como un fenómeno discursivo característico del ejercicio profesional de la psicología. Se propone entender la actividad del psicólogo como un juego de ocupación de espacios en la configuración subjetiva del otro con quien dialoga, y se argumenta que las notas marcadas por la subjetividad del psicólogo pueden representar cuestiones interpretativas e incluso éticas en relación con la persona atendida.

Palabras clave: anotaciones; psicología; discurso; subjetividad.

Como citar:

NUNES, Fábio Luiz; BIAGINI, Jussara. Notas sobre anotações: o registro informal da atividade psicológica como processo discursivo. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 179-186, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Tome seu bloquinho de papel comprado há algumas semanas na papelaria do bairro ou uma daquelas suas agendas surradas que acabaram se tornando um *organizador de qualquer coisa* no presente – o que alguns vão chamar de *planner*, talvez. É possível, de outro lado, que estejamos diante de alguém que tenha aposentado esses suportes celulóxicos e que hoje faça uso corriqueiro de aplicativos de *smartphone* com função semelhante. Pois então, neste momento, convidamo-lo, leitor, a abrir esse recurso digital em seu *gadget* portátil...

Mas, afinal de contas, o que há lá? Há *notas*. Ou *anotações*. Ou notas e anotações. Se há alguma diferença entre esses dois registros, cabe-nos, por certo, discorrer sobre isso. Seja qual for o termo, falamos de um conjunto de frases, em geral curtas que, com frequência, não chegam a compor um texto. Porém, sob o ponto de vista comunicativo, poder-se-ia dizer que a nota se pretende a uma tarefa fundamentalmente informativa e cognitiva (em sua função de memorando ou recado), razão pela qual se estrutura como um material *enuncivo*,¹ em essência. A anotação, por seu turno, costuma remeter a um procedimento de comentário, no sentido de se veicularem impressões sobre o mundo, fato que, às claras ou às escuras, nos *delata* no interior de nosso próprio dizer: esta, em distinção àquela, é um material significativamente *enunciativo*.

As inteligências artificiais parecem corroborar a concepção acima citada. Perguntei a um mecanismo *on-line* gerador de texto² (ou seria *autor de texto*?) o que *nota* e *anotação* queriam dizer. A máquina assim me respondeu:

uma “nota” é um tipo de texto conciso e sucinto, geralmente utilizado para comunicar informações de maneira rápida e direta. Pode ser usado em diferentes contextos, como comunicações internas em uma organização, comunicados oficiais, lembretes, avisos, entre outros. As notas são caracterizadas por serem breves, objetivas e fornecerem informações específicas de forma clara e direta. Por outro lado, uma “anotação” geralmente se refere a um registro pessoal ou individual de informações. É um texto mais informal e pode ser usado para tomar notas durante uma reunião, palestra, aula ou qualquer situação em que alguém queira registrar pontos importantes para referência futura. As anotações são frequentemente escritas de maneira mais livre e podem incluir comentários pessoais, esquemas, diagramas ou desenhos que auxiliam na compreensão do conteúdo registrado.

Argumentando dessa maneira, confessamos enxergar bastante lucidez no que o robô nos *fala*. Apesar disso, devemos assinalar que, entre nota e anotação, impõe-se muito mais uma

¹ Em suas *Astúcias*, o prof. José Luiz Fiorin (2021), reportando-se às elaborações benvenisteanas e ao célebre dicionário greimasiano de semiótica, opõe a construção *enunciva* à construção *enunciativa* da linguagem. Enquanto aquela não explicita marcadores de subjetividade, esta evidencia a instauração do *eu* no discurso, por meio de diferentes elementos: pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos temporoespaciais e outros. Uma elaboração discursiva do tipo enunciva, como é possível perceber, opera o apagamento dos sujeitos da interação, do *aqui e/ou do agora*, promovendo efeitos de sentido relacionados a distanciamento, objetividade, neutralidade, sobriedade, cientificidade...

² Consultamos, em maio de 2023, um modelo de linguagem treinada em ambiente informático denominado ChatGPT, cuja plataforma *on-line* fornece um ambiente de conversação escrita na qual se pode obter, com elevada precisão, informações sobre os mais variados assuntos. O ChatGPT é uma tecnologia de comunicação criada em 2022 pelo laboratório de pesquisa em inteligência artificial estadunidense OpenAI.

diferença de grau que de substância, uma vez que, na prática cotidiana desses registros de linguagem, notas costumam conter anotações, e o contrário também é verdadeiro.

Diríamos até que, em última análise, toda anotação é, em sua origem, uma nota... Uma nota carregada de cor, cheiro e sabor, de matizes que nem sempre se deixam capturar pela consciência de seu próprio produtor. Drama pelo qual certamente os psicólogos, em suas rotineiras e personalíssimas *glosas*, buscam evitar passar, seja por força de uma coerção intrínseca, seja por conta das representações sociais (Moscovici, 2015) que eles mesmos erigem em torno da profissão, imaginários que conjuram repetidamente o lugar do psicólogo como aquele que, mais do que qualquer outro, deve antecipar-se a suas lacunas de saber – principalmente quando se fala em *saber sobre si*.

Ora, se o fazer psicológico não é sobre *inserir-se em lacunas*... Mais precisamente nos vãos da vida daqueles sobre quem a cognição, a intuição e a técnica do psicólogo se debruçam... É nesse ato de meter-se nos interstícios da pretensa totalidade alheia (uma totalidade que, deixe-me adiantar, nunca é *total*) que o psicólogo, como *figura e função*, media conexões e colabora na engenharia de pontes de sentido demandadas pela inquietude dessa alteridade. Ele, o psicólogo, deve saber, porém, que ocupar os hiatos do sujeito com quem se defronta não se confunde, sob hipótese alguma, com tamponar a falta (de que falam os psicanalistas) ou promover a *Gestalt* (como compreendem os fenomenólogos wertheimerianos). E pode-se sugerir que essa inexorável frustração ante a incompletude de ser sujeito dá-se porque o vazio pungente que experimentam aqueles que narram sobre si em contextos psicológicos é tanto (i) efeito da lancinante constatação do absurdo da vida (e os existencialistas aqui se identificam) quanto (ii) resultado de um trabalho de retrospecto do simbólico que nunca alcança um suposto e imaculado significante originário,³ o que diz respeito, evidentemente, à dimensão que os lacanianos tratariam como o Real do inconsciente humano estruturado como uma linguagem (Lacan, 1988).

Além do mais, e para não perder de vista essa orientação psicodinâmica sobre o estatuto da falta, deve-se observar que é constitutivamente inexecutável o sujeito pleno, não lacunar, tendo em conta que, na relação com a exterioridade, o *eu* se depara, todos os dias de sua existência, com o fato de que nada é ilimitado: nem o prazer, nem o poder, nem o saber, nem o dizer. Nem mesmo seu desejo. Aliás, é principalmente esse desejo que se submete a toda sorte de constrangimentos intersubjetivos e histórico-culturais.

Para o psicólogo, de fato é importante dar-se conta de que seu movimento de penetração na natureza intervalar da alteridade não representa a “solução última” para o sofrimento que ela vocifera. É bem verdade que o sujeito que se encontra *sob os cuidados* da psicologia rapidamente se decepciona ao perceber que o profissional diante dele não está nem nunca estará investido da

³ Nessa direção, o Círculo de Bakhtin (2003) nos ensina que o *enunciado adâmico* – talvez aquele que pudesse dizer sobre o mundo, e sobre quem o produz, através de um significante primevo – é uma entidade à qual não se tem acesso. Ele é, pois, uma ficção linguística que não faz frente à inescapável dialogicidade do existir humano.

capacidade de ejetá-lo definitivamente da órbita da angústia. Mas esse desapontamento é necessário, pois dá causa ao começo de uma segunda etapa da relação com o psicólogo, sobretudo no *setting* terapêutico. Nesse novo e genuíno estágio, o indivíduo (i) desloca-se da (busca pela) eliminação do padecimento que o funda para sua *autogestão* (que não deve ser resignada, mas ancorada na realidade) e (ii) enxerga o psicólogo, afinal, como mais um sujeito,⁴ para além de seu papel social e profissional.

Essa digressão que a você nós trouxemos se fez precisa, caro leitor, porque com ela podemos reiterar o problema que identifico na tentativa deliberada de os psicólogos, mesmo os mais experientes, apagarem-se como sujeitos em seu próprio fazer profissional, o que interfere na produção mesma de suas notas e anotações de bordo. Certo é que o psicólogo, preocupado em perscrutar o sujeito no outro, eclipsa a si e a seus equívocos, sob a crença de que só haveria espaço para a subjetividade alheia no quadro da relação profissional estabelecida.

Bem, é claro que não se deve relativizar o compromisso ético e técnico do agente da psicologia. Com efeito, guiar-se cegamente por suas vicissitudes subjetivas afasta o psicólogo de sua missão e pode, inclusive, atribuir-lhe preocupantes consequências administrativas e jurídicas, mas não é sobre isso que estamos falando. Na realidade, o exercício aqui é o de considerar que o sujeito psicólogo simplesmente não se deixa do lado de fora da porta de seu trabalho, por mais que possa haver esforços nessa direção.

Mais que nas intervenções orais, é na escritura que o psicólogo se faz *eu*. Nem dizemos tanto de documentos característicos da profissão, como relatórios e declarações psicológicas, mas fundamentalmente desse gênero do discurso, de certa forma marginalizado, a que chamamos de *anotações psicológicas*. Corriqueiras, mas cujo uso não é consensual e nem verificado em todos os contextos de atuação profissional, as anotações psicológicas guardam com o ensaio, veja só, um aspecto comum: apresentam trajetórias composicionais bastante livres e abordam assuntos que, ainda que na aparência eventualmente possam sê-lo, jamais são triviais na essência.

É por meio das anotações produzidas *pari passu* ou *a posteriori* em relação a sua prática que o psicólogo pode elaborar dados e *insights* sobre o discurso evocado pelo outro a quem dedica sua escuta. Muitas vezes denso e não linear, e algumas vezes debilmente congruente, o dizer do outro inspira tratamento atencioso por parte do psicólogo, que vê nas anotações um recurso para a (re)organização do trabalho relativamente simples e bastante acessível... As anotações são, por isso, uma ferramenta mnemônica, porque quando retomadas, são capazes de suscitar informações relevantes para a condução de intervenções de médio e longo prazo, sem as quais a qualidade do serviço psicológico poder-se-ia colocar em risco.

⁴ Podemos estabelecer alguma aproximação entre essa noção de sujeito e a do *eu* da Análise do Discurso. O psicólogo, em sua fragilidade e dubiedade enquanto ser empírico, é *sujeito de* e *sujeito a*, tal como o sujeito do discurso (Orlandi, 2001), clivado por sua própria natureza. É certo que o psicólogo, quando enuncia, ocupa uma posição actorial distinta do outro com quem dialoga; ainda assim, ele se torna espelho de falha e de impotência com quem esse outro, depois de se surpreender, será capaz de se identificar.

Devemos dizer que essa recuperação das anotações não se faz sem que haja alguma implicação: primeiro, porque toda (re)leitura de um enunciado é um *acontecimento discursivo*,⁵ o que faz com que o psicólogo da anotação produzida não seja o mesmo da anotação revisitada. Elaboraões fatalmente se perdem, mas também (e paradoxalmente) se multiplicam nessa transição da escrita para a leitura pessoal das anotações. Além disso, o gesto de reexame dos comentários é, de fato, terreno conveniente para que o psicólogo reflita sobre o modo como seu *eu* atravessa essa atividade discursiva tão representativa da profissão.

Fato é que o psicólogo, ao se dar conta da inevitável cisão de seu papel enunciativo, depara-se com seu *eu* leitor substancialmente distinto da entidade autora, assumida no instante da redação das anotações, fazendo emergir aí a contingencialidade plurivocal e sócio-histórica do que Foucault (2001) chamaria de *função-autor*. Entendemos que, nessa configuração, não se fazem presentes *duas instâncias* no interior de um mesmo sujeito de linguagem, mas, em realidade, *dois sujeitos de linguagem*, de alguma maneira autônomos e interdependentes entre si, que promovem, juntos, a instável sedimentação dos sentidos da palavra anotada.

Esse gesto de retorno às anotações não raro desperta uma sensação de *estranhamento* no psicólogo leitor, a despeito da tentativa de se fazer crer que aquele dizer que ora lê é *seu*. Bom, parece-nos que tamanho desconforto não deveria ter razão de existir, caso o terapeuta da palavra tomasse ciência de que o *já-dito*, afinal, a ninguém pertence, a não ser ao *interdiscurso*, e que mesmo revisitando um texto de *autoria sua*, a significação dele irremediavelmente escapa àquele imaginário controle autoral. Tal movimento desconcertante, mas muito produtivo, é materialmente representado, por exemplo, através daquelas pitorescas questões do tipo “o que eu quis dizer com isso mesmo?” ou “eu não fui feliz nesse trecho aqui”, que inundam a atividade crítica de leitura do psicólogo sobre suas anotações. Mais curiosas ainda são as considerações de leitura da categoria “nossa, que olhar aguçado tive eu nesse ponto!”, reveladoras de que a dinâmica de permanente construção dos sentidos do discurso entre autor e leitor opera-se em múltiplas direções e estrutura-se num jogo de (interminável) complementaridade entre os dois lados da moeda.

Portanto, é o *deslocamento* do psicólogo autor para o psicólogo leitor, suscitado pela exploração das anotações produzidas, que mobiliza o *deslocamento* dos sentidos estabilizados para aqueles que são sujeitos a equívoco, “espaço de deslimites e indistinções”, como falaria Orlandi (2012, p. 60). Ademais, viemos sustentando neste texto a ideia de que, a cada vez que se retomam as anotações, um outro psicólogo se institui; a cada leitura corresponde, como se observa, um novo ator da linguagem, que reedita ininterruptamente as semióticas da subjetividade em sua atitude de *interpretação*.

⁵ O *acontecimento discursivo* compreende o tensionamento entre a *atualidade* e a *memória*, que dá causa a um processo de permanente *ressignificação*. Se, por um lado, a memória procura fixar uma regularidade enunciativa, o acontecimento discursivo promove, ao contrário, seu rompimento. Para Pêcheux (2012), vale assinalar, a concepção de acontecimento não é somente um fato exterior ao discurso, mas parte constitutiva da própria discursividade.

Repetitivo e, ao mesmo tempo, inédito, o contato com a alteridade nos encontros que traduzem a processualidade do ofício psicológico enseja anotações que vão se sobrepondo, amalgamando-se ou mesmo estabelecendo relações de oposição entre si, no fio do tempo. Esse caminhar inacabado da escritura sobre o outro, ao lado de sua própria (re)leitura, constitui o que percebo como a força que rege a (pretensa?) *originalidade* do discurso do psicólogo em seu fazer interventivo, *locus* de vida e de criatividade no ranger terapêutico da palavra intercambiada.

E pensar a instauração do sujeito psicólogo em sua produção discursiva de anotação importa tanto porque, nesse ponto, se atualizam os impasses deontológicos que devem ser corajosamente enfrentados por esse profissional quando elementos provenientes da alteridade o atingem em cheio e profundamente. Enquanto registro linguístico e evidência historiográfica do contato discursivo entre o psicólogo e seu outro, as anotações materializam criativas associações e propostas inteligentes de intervenção, mas igualmente podem denunciar silêncios, excessos e afetações de toda ordem as quais, com alguma frequência, ameaçam a boa e justa condução da atividade psicológica. Caberia perguntar, assim, o que o psicólogo faz diante dessas verdadeiras *lacunas* (ou, quem sabe, *transbordamentos*) que suas anotações podem deixar na tentativa de compreensão da alteridade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.
- LACAN, J. **O seminário**: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. do inglês de Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas (SP): Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. 4. ed. Campinas (SP): Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas (SP): Pontes, 2012.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)**Fábio Luiz Nunes**

Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Retórica e Análise do Discurso em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Araraquara (2023) e psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (2015). É profissional técnico-administrativo no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>. E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br

Jussara Biagini

Doutora (2005) e mestra (2000) em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1986) e profissional técnico-administrativa no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Também atua como docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: jussara.biagini@uemg.br

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. Reading Images: The Grammar of Visual Design. Third Edition. Oxon: Routledge, 2021. 291p. ISBN 978-0-415-67257-3.

Resenhado por Maria Eugenia Batista

A terceira edição da Gramática do Design Visual (GDV) - Reading Images: The Grammar of Visual Design, considerado o livro pioneiro na sistematização da gramática do design visual, escrito por Gunther Kress e Theo van Leeuwen, tem como objetivo incorporar mudanças significativas que ocorreram e têm ocorrido no âmbito social, tecnológico e semiótico. Tendo em vista que mudanças semióticas derivam de mudanças sociais, inevitavelmente mudanças profundas no uso e alcance dos recursos semióticos não poderiam ser negligenciadas.



Recebido em: 25 de janeiro de 2024
Aceito em: 3 de abril de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i1.52698

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Maria Eugenia Batista

mebatista@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-3147-2636>

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
Guarulhos, SP, Brasil

RESENHA

Gunther Kress foi professor de inglês e diretor da *School of Culture, Language and Communication* do Instituto de Educação da *University College London* do Reino Unido e faleceu pouco antes da publicação da nova edição do livro. Theo van Leeuwen é professor de linguagem e comunicação na *University of Southern Denmark* e professor honorário na *University of New South Wales*, Austrália. Fazia mais de dez anos que os autores tinham escrito algo juntos, quando a versão final do livro foi concluída em setembro de 2018, uma nova edição com a qual ambos estavam inteiramente satisfeitos.

No que diz respeito à organização, esta terceira edição do livro contém um prefácio que apresenta a nova edição, uma introdução e mantém basicamente a estrutura de capítulos com a mesma nomenclatura, com exceção do Capítulo 9 da segunda edição (Kress; van Leeuwen, 2006), intitulado Pensamentos Coloridos (um posfácio) *Colourful Thoughts (a postscript)*, que foi suprimido na edição de 2021. Nesta nova edição, constata-se a inserção da versão colorida de algumas imagens presentes na segunda edição e adição de novas imagens para ampliar os exemplos e a proposta analítica.

Na Introdução (*Introduction: the grammar of visual design*), é mencionada a hesitação dos autores em relação título do livro desde a primeira edição, tendo em vista que o termo *gramática* pode sugerir regras para o uso correto e inicia-se com uma pergunta: Uma gramática de imagens? A pergunta é por eles respondida retomando que, conforme afirmado na edição anterior, assim como as gramáticas das línguas descrevem como as palavras são combinadas em orações, sentenças e textos, assim também a gramática visual descreve como os elementos representados, pessoas, lugares e coisas, são organizados em *afirmações* visuais de maior ou menor complexidade e extensão.

No que diz respeito à nova organização da Introdução, de modo a guiar o leitor nas questões introdutórias basilares, observa-se três seções. A primeira delas, denominada Uma teoria sociosemiótica da representação (*A social semiotic theory of representation*), posiciona o trabalho dos autores sobre representação visual no quadro teórico da semiótica social e a contextualiza no desenvolvimento da semiótica nos últimos noventa anos. A seção intitulada Aplicação (*Application*) descreve os objetivos descritivos e práticos da obra para análises visuais, propondo um quadro analítico que também tem propósitos críticos. Kress e van Leeuwen apontam a educação como campo-chave para aplicação. Na seção Metafunções (*Metafunctions*), encontra-se a explanação sobre o papel das três metafunções comunicativas de Halliday (ideacional, interpessoal e textual) descrita pelos autores como uma heurística-chave em suas investigações.

No Capítulo 1 (*The semiotic landscape: language and visual communication*), os autores apresentam o cenário semiótico no que tange a comunicação verbal e visual. Destaco a conceito de *transdução* (*transduction*) que nos permite entender quais modos semióticos são predominantes, mais frequentes ou mais validados em determinados contextos, levando-nos a um entendimento mais amplo da representação e da comunicação. Nesta edição, houve a inserção dos conceitos de

multimodalidade e multidisciplinariedade que recebem destaque em uma seção específica a fim de explicitar ao leitor as bases teóricas semióticas de Michael Halliday, sua abordagem e pensamento semióticos que subjazem toda a proposta da GDV.

As representações narrativas são abordadas no Capítulo 2 (*Narrative Representations: designing signs of social action*) no qual caminhos analíticos são apresentados para a identificação de participantes, processos e circunstâncias representados nas ações sociais contidas em imagens. Os autores adicionaram representações imagéticas que elucidam os diferentes tipos de processos narrativos que podem ser identificados nas imagens (Kress; van Leeuwen, 2021, p. 71-73).

O Capítulo 3 (*Conceptual representations: designing social constructs*) foi reorganizado para sistematizar e discutir as representações conceituais. Nota-se que novas imagens foram adicionadas para ilustrar as três principais estruturas conceituais assim descritas: (a) estruturas de classificação que estabelecem relações de hiponímia entre os participantes; (b) estruturas analíticas que criam relações de meronímia (parte – todo); e (c) estruturas simbólicas que visualmente definem os participantes no que diz respeito a quem ou o que são e o que significam por meio da imagem.

A posição de quem vê e interage com a imagem ganha destaque no Capítulo 4 (*Representation and interaction: designing the position of the viewer*) ao abordar a representação e a interação. Os três tipos de interação envolvendo participantes representados (pessoas, lugares e coisas) e interativos (quem produz e quem vê a imagem e constrói sentido por meio dela) são descritos. Os autores abordam a função do contato pelo *olhar*, da *distância social* e da *atitude* na construção da interação. Nesta terceira edição, para ilustrar tais aspectos teóricos, Kress e van Leeuwen acrescentaram imagens coloridas oriundas de espaços interacionais digitais, tais como: *Snapchat*, o site educacional *Mathletics* e a captura de tela do jogo *Battlefield V*.

No Capítulo 5 (*Modality and validity: designing models of reality*), diversas imagens coloridas foram acrescentadas para tratar dos sinais de credibilidade que operam na comunicação visual e do papel das cores como marcador de validade naturalista, realista, no que tange a escala de saturação, diferenciação e modulação das cores. Os autores acrescentaram uma discussão sobre a validade na era digital que trouxe técnicas para alterar imagens existentes e para gerar imagens para simular a realidade em vez de registrá-la. Foram adicionadas discussões sobre as formas pelas quais a tecnologia digital muda o padrão estabelecido pela fotografia, considerando aspectos relacionados à profundidade, às cores e ao naturalismo fotográfico.

O significado da composição da imagem é tratado no Capítulo 6 (*The meaning of composition*). Embora este capítulo reproduza basicamente o conteúdo da edição anterior, o fato de esta nova edição conter imagens coloridas adicionadas pelos autores permite melhor compreender o potencial de construção de significado por meio das cores que atravessam os sistemas que constroem o *valor da informação*, o *enquadramento* e a *saliência*.

O Capítulo 7 (*Materiality and meaning*) detalha a relação entre materialidade (escolha e uso de materiais), construção de sentido e efeitos semióticos, mantendo o conteúdo presente na edição

anterior. Neste capítulo, são encontrados detalhamentos sobre a função comunicativa das cores e o potencial deste modo semiótico, levando em conta as características semióticas que delas decorrem, a saber: *valor, saturação, pureza, modulação, transparência, luminosidade, diferenciação e matiz*.

Por fim, no Capítulo 8 (*The third dimension*), os autores expandem a abordagem aos aspectos tridimensionais das imagens e reconhecem a limitação do livro, tendo em vista o fato de não poderem apresentar um estudo sistemático de todos os aspectos de objetos tridimensionais e imagens em movimento. Nesta direção, Kress e van Leeuwen propuseram explorar os conceitos descritos nos capítulos anteriores de modo a estabelecer similaridades e diferenças entre imagens bidimensionais, tridimensionais e em movimento. No que diz respeito às imagens em movimento, os autores asseveram que os padrões representacionais, interativos e composicionais discutidos neste livro também se aplicam a elas.

Deve-se ressaltar que estudos multimodais abordam a representação, a comunicação e a interação para além da língua, manifesta por meio do modo verbal (Jewitt, 2017). Sendo assim, o modo imagético é visto como um entre diversos modos semióticos, fato este que nos leva a constatar que o modo visual está em constante interação com outros modos (Kress; van Leeuwen, 2021, p. xiv) e, logo, pode encapsular outros modos semióticos. Portanto, esta nova edição atualizada permanece configurando-se como um dos principais pilares teóricos para subsidiar análises multimodais, tendo em vista que, segundo Jewitt, há um interesse crescente entre pesquisadores acadêmicos, profissionais e estudantes sobre o papel das imagens, gestos, olhares, posturas e usos do espaço, por exemplo, na representação e na comunicação.

REFERÊNCIAS

JEWITT, Carey (ed.). **The Routledge handbook of multimodal analysis**. London: Routledge, 2017.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. Second Edition. Oxon: Routledge, 2006.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. Third Edition. Oxon: Routledge, 2021.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Maria Eugenia Batista

Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos. Possui doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUCSP. Atua na licenciatura em Letras Português/Inglês e no Programa de Pós-Graduação em Letras, na linha de pesquisa Linguagem em Novos Contextos da área de Estudos Linguísticos. Membro do GT de Linguística Sistêmico Funcional da ANPOLL e do Grupo de Pesquisa SAL – Sistêmica, Ambientes e Linguagem – cadastrado no CNPq. E-mail: mebatista@unifesp.br

Como citar:

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. Reading Images: The Grammar of Visual Design. 3rd Edition. Oxon: Routledge, 2021. Resenhado por Maria Eugenia Batista. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 187-191, jan./jun. 2025. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



Estudos críticos do discurso e cognição social em tempos de ultrapolarização política: as contribuições de Teun A. Van Dijk

Entrevista concedida a Gisele Azevedo Rodrigues

*Entrevistado: Teun A. van Dijk
Universitat Pompeu Fabra*

Teun A. van Dijk é professor da Universidade Pompeu Fabra e diretor do Centre of Discourse Studies, em Barcelona. Foi professor de estudos do discurso na Universidade de Amsterdã entre 1980 e 2004. No início de sua trajetória acadêmica, produziu trabalhos nas áreas de poética generativa, gramática de texto e psicologia do processamento textual. Desde 1980, dedica-se aos estudos do discurso em perspectiva crítica, a partir de parâmetro sociocognitivo, com foco em ideologia e relações de poder. Sua obra constitui-se como um dos pilares teóricos e metodológicos da análise do discurso crítica (ADC).



Recebido em: 6 de março de 2024
Aceito em: 3 de junho de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i1.53817

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Gisele Azevedo Rodrigues

gisele.edu@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-0920-8081>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

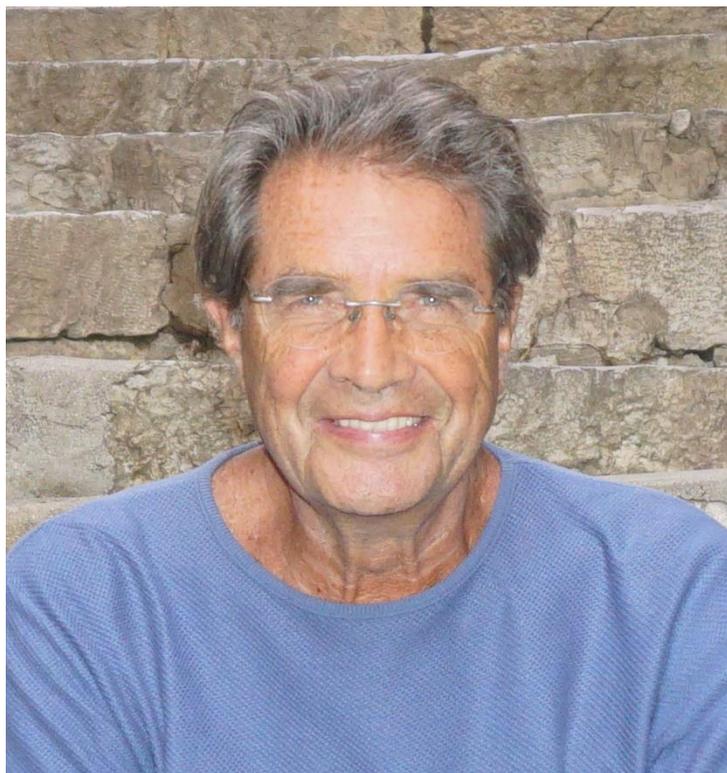
Teun A. van Dijk

vandijk@discourses.org

<https://orcid.org/0000-0001-5394-2630>

Universitat Pompeu Fabra (UPF), Barcelona, Espanha

ENTREVISTA



Em dezembro de 2023, van Dijk lançou o livro *Social Movement Discourse: An Introduction*, que oferece, a partir do estudo da iniciativa *Welcome Refugees*, um olhar cuidadoso sobre as diferentes representações discursivas que os movimentos sociais podem assumir (a publicação está em fase de tradução para o português). Entre a sua vasta produção, destacam-se títulos como *The Handbook of Discourse Analysis* (1985), *Cognição, Discurso e Interação* (1992), *Discurso, Notícia e Ideologia* (2005), *Discurso e Poder* (2008), *Racismo e Discurso na América Latina* (2008), *Discurso e Contexto: Uma abordagem*

sociocognitiva (2012) e *Discurso Antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas* (2021). Van Dijk é também editor dos periódicos *Discourse & Society*, *Discourse Studies* e *Discourse & Communication*. Nesta entrevista, fala sobre o que o motivou a escrever o novo livro e comenta aspectos de ideologia e cognição social dos discursos que circulam pelas plataformas digitais em tempos de ultrapolarização política.

Teun, agradeço muitíssimo por esta entrevista. No prefácio do seu último livro, *Social Movement Discourse: An Introduction* (2023), você fala sobre a sua trajetória acadêmica desde quando ainda pesquisava a poesia surrealista, em 1962. Poderia comentar um pouco sobre como se deu a mudança de foco para os estudos críticos do discurso?

São vários pontos. O prefácio do livro conta um pouco a minha história para enfatizar que o meu trabalho é multidisciplinar. Se hoje estou fazendo pesquisa na área das ciências sociais, no princípio não era assim. Como aluno de língua e literatura francesas, primeiro em Amsterdã e depois em Estrasburgo e Paris, comecei estudando a poesia surrealista do autor francês Paul Éluard. Tantos anos depois, me dei conta de que agora também estou debruçado sobre um movimento, só que muito diferente do movimento surrealista. Estou imerso nas ciências sociais, pesquisando os discursos produzidos no âmbito da iniciativa *Refugees Welcome*, que acolhe refugiados na Europa, América do Sul e Austrália. Então, do meu ponto de partida em 1962, aos 19 anos, quando estudei a poesia surrealista, até agora, quando me proponho a estudar os discursos que circulam no bojo dos movimentos sociais, foi uma ampla trajetória, que passou por diferentes fases. Quis contar essa história para enfatizar que, nesse percurso, sempre estive aprendendo com diferentes disciplinas.

Enquanto eu estava fazendo análise da poesia surrealista, por exemplo, eu senti que, além de estudar o surrealismo como movimento literário e artístico, eu precisava saber mais sobre linguística. Então, antes de concluir a minha tese de doutorado, fui a Paris para ter aulas no Laboratório de Lévi-Strauss, no Collège de France, onde havia seminários de Greimas sobre semântica. Era a época da semiótica francesa. Esse foi o meu primeiro movimento de extensão da literatura à linguística. Mas, naquele momento, ainda restrito à linguística de palavras e orações.

Você se refere à linguística de viés estruturalista?

Sim, ao viés estruturalista em vigor na França e em outros lugares. Também havia os estudos de Chomsky, que falava de orações, mas não sobre textos, que era o que eu buscava. Eu desejava fazer linguística de texto. Por isso, decidi expandir minha pesquisa do doutorado, e minha tese foi sobre gramática de texto. Assim comecei meu estudo sobre texto. Mas eu queria ir além, sentia que precisava caminhar para a linguística do discurso. Depois do doutorado, passei a falar de noções que ainda não havia na linguística, como a de macroestrutura do texto. E essa noção estava relacionada à conceitualização, que era um conceito da psicologia. Decidi, então, conhecer a psicologia cognitiva e lá encontrei trabalhos de pessoas que estavam começando, ainda nos anos 70, a fazer psicologia do discurso. Quis participar disso. Percebi que, para avançar, sempre era preciso sair de uma linha linguística para encontrar outra. Assim, uma vez na linguística de texto, notei que podia seguir para a psicologia cognitiva na compreensão do discurso. Comecei a pesquisar nesse campo nos Estados Unidos e, em 1983, lancei o livro *Strategies of Discourse Comprehension* em parceria com Walter Kintsch, psicólogo que fazia importantes trabalhos na área.

Em que momento você se voltou para a dimensão social do discurso?

Nesse percurso multidisciplinar, passei da literatura à semântica, depois cheguei à linguística de texto e, em seguida, à psicologia do discurso. Mas, somente após a minha primeira visita ao México, ao ver de perto tanta pobreza e outros problemas estruturais da América Latina, entendi que faltava essa dimensão social e crítica nos meus estudos do discurso. Então, mais uma vez, senti que deveria avançar para outros campos. Da psicologia cognitiva, parti para estudos mais aprofundados sobre as estruturas sociais, focando nas relações entre discurso, poder e transformação social. Foi nesse momento que comecei o trabalho sobre racismo, que faço até agora. Grande parte do livro que acabei de escrever relaciona-se a pessoas refugiadas. É um tema que sempre me interessou: o discurso do racismo, do antirracismo e das várias formas de resistência. Como você pode ver, procurei expandir as minhas ideias, conhecer outras áreas. Aos 80 anos de idade, quando as pessoas me perguntam o que aprendi em 60 anos de pesquisas, eu digo que é precisamente isto: nunca fiquei em um lugar só, em uma única disciplina. Sempre busquei explorar outras áreas e métodos. Foi isso que tentei contar no prefácio do livro.

Você descreve a sua abordagem de pesquisa sobre os movimentos sociais como sociocognitivista e construtivista. Poderia falar um pouco sobre isso?

Entendo que a realidade que observamos, seja ela social ou política, é uma realidade que a gente constrói na cabeça. Então, não é uma só, não são dados puramente objetivos, são sempre construções humanas a partir do nosso olhar e das nossas experiências. Esta não é uma ideia nova, vem da sociologia. E a psicologia cognitiva ajuda a compreender os processos mentais envolvidos nas representações discursivas que participam dessas construções. Então, sobre cognição pessoal, já há muita gente falando, como os meus colegas que fazem análise de discurso com o viés da psicanálise, por exemplo. Mas, para além disso, me interessa a noção de cognição social, ou seja, a cognição que temos em comum com as outras pessoas. Como digo no prefácio do livro e em tantos outros trabalhos, proponho um modelo de análise baseado na triangulação entre discurso, cognição e sociedade, numa formulação teórica que leva em consideração as estruturas complexas e multimodais do discurso enquanto forma de interação, no seu contexto comunicativo, social, político, histórico e cultural, e também considera os processos cognitivos envolvidos na construção dos modelos mentais associados às emoções, conhecimentos, atitudes, normas, valores, objetivos e ideologias que são comuns a um grupo de pessoas. Trabalho, então, com uma análise de discurso crítica de base sociocognitiva e multidisciplinar, que dialoga com áreas como a psicologia, a sociologia, a antropologia e a comunicação, entre outras.

Qual foi exatamente o seu objeto de pesquisa para a escrita do livro?

Fiz questão de deixar claro, logo no título, que o livro faz uma introdução aos discursos dos movimentos sociais. Direcionei a pesquisa para o movimento *Refugees Welcome*, que em 2015 buscou dar acolhimento, na Europa, a mais de um milhão de refugiados procedentes da Síria e de outros países do Oriente Médio. Mas não escrevi sobre o movimento em si. Não foquei em números ou resultados. Escrevi sobre os discursos produzidos no âmbito do movimento. Me interessava o que diziam os seus participantes, a mídia, as organizações não governamentais, as instâncias políticas. Não fiz uma análise sociológica, mas sim discursiva. Quis entender como o movimento se apresentava e mobilizava as ações necessárias, o que os participantes pensavam e como se viam nesse processo, como as pessoas em geral enxergavam a situação dos refugiados e como compreendiam o movimento. Também quis entender quais eram os discursos institucionais e políticos de apoio e contrários aos refugiados, especialmente os dos grupos da extrema direita nacionalista. Analisei os diferentes gêneros e formatos das muitas dimensões do movimento: manifestos, panfletos, *slogans*, cartazes, fotos, vídeos, *posts* do Facebook, memes da internet, notícias, textos organizacionais e pronunciamentos parlamentares. Também tive a chance de contar com a colaboração do sociólogo Pierre Monforte, da Universidade de Leicester, que havia entrevistado mais de 100 voluntários, a maioria mulheres, que trabalharam em um abrigo de

refugiados na França. Foram dados muito ricos para a minha pesquisa, pois nas respostas consegui identificar pistas dos valores, ideologias e motivações das pessoas que se envolveram no movimento. A mensagem principal do meu livro é que você pode estudar um movimento social por meio de uma análise sistemática de todos os discursos que se relacionam a ele, em suas várias dimensões.

Quais as contribuições que você espera oferecer, com o livro, para os estudos críticos do discurso e para os movimentos sociais?

Primeiro, gostaria de mostrar para os pesquisadores da linguística e da área da análise do discurso, em particular, que há muito o que estudar a respeito dos movimentos sociais. Isso é importante. Nós já produzimos muito sobre racismo, sexismo, machismo e outras formas de abuso de poder analisando o discurso da mídia e dos políticos, por exemplo. Mas pouca coisa foi feita sobre os discursos produzidos no interior dos movimentos sociais ou a respeito deles. Para ilustrar, cito o Movimento Sem Terra, no Brasil, que é tão atuante. Ainda temos muito a estudar a respeito de seus discursos. Além disso, como analistas do discurso, podemos contribuir com os pesquisadores de outras áreas que estudam os movimentos sociais mas não têm a nossa *expertise*, pois a sua formação costuma ser em sociologia, ciência política ou psicologia, entre outras. Nesse sentido, também gostaria de mostrar para as pessoas dos movimentos sociais que prestar atenção aos seus discursos é tão importante quanto pensar nas suas ações, até porque muitas das suas atividades são naturalmente discursivas. É preciso focar no que é dito e em como as pessoas expressam seus objetivos, motivações, crenças e emoções. E a análise do discurso tem ferramentas adequadas para isso. Não dá para ficar no senso comum e na superficialidade. Temos que sair da área de conforto. Se falamos de vocabulário, de sintaxe, de metáfora, de implicaturas e pressuposições, de retórica, de *frames*, de argumentação ou de narração, entre outras dimensões, precisamos estudar para isso. Então, uma vez que estamos preparados para esse tipo de trabalho, temos muito a contribuir com a pesquisa sobre os movimentos sociais, que certamente vai ficar melhor e mais completa com o olhar atento dos analistas do discurso.

Por que você considera que há uma certa banalização do uso da noção de *frame* entre os autores que pesquisam os movimentos sociais?

Eu acho que a noção de *frame* tem sido utilizada de forma tão genérica que às vezes acaba não significando muita coisa. Em 2023, publiquei uma edição especial da revista *Discourse Studies* dedicada ao tema. Fiz uma análise de mais de 150 artigos com a palavra “*frame*” nos títulos e percebi que cada autor usava o termo de uma forma diferente. Então, acho que uma noção que se aplica a qualquer coisa acaba não tendo muito valor, é inespecífica. Por isso, escrevi um texto bastante crítico sobre o assunto para a revista. Não estou dizendo que não há bons trabalhos sobre

frame. O sociólogo Erving Goffman, por exemplo, tem um trabalho consistente em uma abordagem cognitiva que descreve os *frames* como enquadres interpretativos. Mas penso que, se vai se fazer análise dos discursos que circulam nos movimentos sociais, é preciso aprofundar questões sobre ideologia, valores e atitudes, entre tantas outras. Então, por que não utilizar abordagens e categorias com as quais a análise do discurso como disciplina já trabalha? Não tenho visto estudos aprofundados sobre *frame* que contemplem essas questões detalhadamente. Você pode falar de *frames* quando faz linguística cognitiva e analisa a estrutura semântica das palavras, quando pesquisa estilo ou retórica ou quando estuda as estruturas de modelos mentais associados a eventos sociais, no âmbito da sociolinguística. É claro que a noção de *frame* não deve ser abandonada. Eu mesmo continuo utilizando. Mas antes é preciso deixar claro o que você entende como *frame* em cada contexto de pesquisa. A minha crítica é direcionada para o uso indiscriminado e superficial do termo.

E a noção de *script*?

É outra coisa. É uma estrutura de conhecimento prévio, como o roteiro de um filme. Quando se vai a um restaurante, por exemplo, já se tem na cabeça uma sequência de comportamentos que devem ser adotados com base nos conhecimentos que as pessoas da nossa cultura compartilham sobre esse evento. É o conhecimento convencional sobre eventos sociais. A noção de *script* foi introduzida em 1977 por Roger Schank e Robert Abelson no livro *Scripts, Plans, Goals and Understanding*, nos primórdios da ciência cognitiva. Entre outras coisas, os autores pesquisavam sobre como programar os computadores para que pudessem compreender e produzir textos automaticamente. Então, para eles, era importante sistematizar conhecimentos prévios sobre os diferentes eventos a fim de “alimentar” o computador com *scripts*, de forma que a própria máquina pudesse interpretar e gerar textos. Ou seja, os autores entenderam que, para programar computadores, era preciso conhecimento de mundo. E isso tudo foi bem antes das iniciativas de inteligência artificial que temos hoje.

Você menciona, no novo livro, possíveis aspectos “neoliberais” associados aos movimentos humanitários internacionais que ganham visibilidade. Sobre o assunto, cita o trabalho de Lilie Chouliaraki, que fala em uma moralidade individualista pouco comprometida com grandes transformações sociais e questiona a abordagem “comercial” e espetacularizada de algumas iniciativas do Norte Global dirigidas ao Sul Global. Como isso acontece?

Primeiramente, é preciso entender que, ao tratar de movimentos que apoiam refugiados de várias partes do mundo, não estamos lidando com iniciativas de resistência que se opõem diretamente a fenômenos como o racismo ou o machismo, como fazem o movimento antirracista e o movimento feminista. Estamos no campo da solidariedade e da empatia. Então, ao pesquisar uma bibliografia específica sobre isso, descobri que já havia muita coisa escrita ligada às áreas da psicologia e da

filosofia. Muita gente já refletiu sobre os movimentos sociais com um olhar para esse tipo de motivação. Mas a minha amiga e colega de análise do discurso Lilie Chouliaraki, da Escola de Economia e Ciência Política de Londres, faz reflexões em outra direção. Ela é pesquisadora dos discursos midiáticos e tem uma visão muito crítica sobre o uso comercial que pode ser feito da ajuda oferecida a grupos mais necessitados. Em seus trabalhos, Chouliaraki critica o abuso que há, por exemplo, quando um veículo de comunicação divulga a ida de uma pessoa famosa à África muito mais para alavancar audiência que para efetivamente trazer benefícios à população daquela região. É uma visão crítica sobre a “comercialização da pena”. E eu concordo. Acho que, se você se preocupa com a situação das pessoas, você tem que fazer alguma coisa concreta para mudar a realidade delas, e não apenas tratá-las como “pobrecitas”. Apenas piedade não resolve, não é mesmo? Então, esta é uma crítica mais sociopolítica que teórica em relação à exploração do sofrimento das pessoas.

Sobre esse aspecto crítico da análise do discurso, vemos que existe uma separação teórica entre a ADC, entendida como o tipo de análise inserido no campo dos estudos críticos do discurso, ao qual você se vincula, e a AD de linha francesa. Você acha que, em alguns momentos, pode haver diálogo entre os autores das duas áreas?

Já comentei muitas vezes em palestras e congressos, inclusive no Brasil, que detesto essa divisão da análise do discurso em linhas e escolas. Essa separação não é compatível com o “fazer ciência” de forma ampla e internacional. O discurso é um tema universal e a sua análise deve ser tratada como área universal também. Não deve ter isso de linha francesa, linha inglesa etc. São apenas formas de fazer análise com diferentes nuances e objetivos. O mais importante é estudar, ler os melhores livros relacionados à sua pesquisa. Se você vai analisar metáforas, por exemplo, procure o que há de mais consistente e atual sobre isso, na língua em que conseguir compreender. A mesma coisa vale para outros temas e categorias que possam interessar à sua pesquisa. Não deve haver limitações, afinal estamos falando de uma área multidisciplinar.

Então você não acha um pecado capital fazer análise do discurso crítica e eventualmente considerar um ou outro conceito da AD de linha francesa?

Essa proibição seria uma limitação terrível. Se você vai fazer uma tese especificamente sobre a obra de um autor, vai estudar exaustivamente o que ele disse. Mas, se você quer se aprofundar sobre um tema mais geral, precisa saber o que os diferentes autores estão dizendo, sem se limitar a uma determinada escola. A restrição a um grupo de autores é muito ruim, e vejo que ela ocorre às vezes no Brasil. Eu me sinto no direito de fazer esse comentário porque, na minha trajetória, enquanto estive na França, me permiti aprender com muitos autores de língua francesa, entre eles o Roland Barthes. Então, não podemos nos fechar. Se você vai trabalhar com antropologia, por exemplo, não pode deixar de estudar Lévi-Strauss, claro. No entanto, se vai fazer antropologia

linguística, precisa considerar autores da Califórnia, nos Estados Unidos, que trabalham com isso. É preciso buscar os livros relevantes sobre o assunto que nos interessa, independentemente da origem ou filiação dos autores. Nos últimos anos, quando pesquisei sobre solidariedade no bojo dos movimentos sociais, busquei uma bibliografia internacional. Foi muito bom. E, sobre a minha obra, não me canso de dizer: não existe um método “van Dijk”. Não acho certo fazer uma pesquisa considerando apenas o que eu disse ou tenho a dizer. Primeiro, é preciso definir qual é o seu problema de pesquisa do ponto de vista científico. Aí você vai procurar as leituras mais relevantes sobre o tema. Não acho boa a ideia de fazer uma pesquisa “à la van Dijk”, usando só o meu trabalho. Também não acho bom considerar apenas uma única teoria na investigação. Isso é absurdo, na minha opinião. Não é científico.

O que você tem a dizer para as pessoas que consideram a análise do discurso crítica uma disciplina superficial?

As pessoas que falam isso não sabem o que estão dizendo. Os autores da ADC usam teorias e métodos muito detalhados. Eu poderia citar pelo menos vinte autores, começando por Ruth Wodak, que sabem muito sobre qualquer aspecto da linguística, inclusive os mais técnicos, e a isso somam seus conhecimentos em história, em psicologia cognitiva e em tantas outras áreas. Ou seja, a ADC não tem nada de superficial. E é moderna, não está focada na linguística francesa de 50 anos atrás. Trabalha sobre uma base linguística precisa, referenciada nas principais revistas científicas. É um estudo complexo, de natureza multidisciplinar, que tem método. As pessoas que fazem essa crítica não se dão ao trabalho de se aprofundar e conhecer os diversos autores que trabalham com ADC. Às vezes discordam, por exemplo, de um ponto específico trazido por Fairclough, que é um autor muito conhecido, e se acham no direito de fazer críticas generalizadas, sem conhecer toda a sua obra e sem chegar a ler algum dos outros 200 autores que fazem ADC. Isso não é legal.

Você acha que, diante do grande volume de conteúdos multimodais que circula entre nós, ainda é possível afirmar que a análise do discurso crítica é textualmente orientada?

Na verdade, é mais fácil que seja assim, porque análise multimodal é difícil (risos). Nem sempre você tem todos os dados à mão. Minha doutoranda Camila Cárdenas, professora na Universidade Austral do Chile, tem um trabalho de análise de discurso multimodal que é um caso de sucesso. Ela pesquisou, há poucos anos, memes e outras imagens que circularam no Facebook sobre os protestos estudantis no Chile. Deu bastante trabalho. E é assim, mesmo. Se você pesquisa na área da semântica, tem que ler muito sobre semântica. Se trabalha com retórica, a mesma coisa. Então, para trabalhar com multimodalidade, tem que ler coisas bem específicas sobre semiótica para que o resultado da pesquisa fique bom. A Camila leu muito sobre conteúdos multimodais e a sua tese ficou excelente.

Sobre o conceito de texto, você o considera na forma expandida, que contempla tanto a materialidade verbal quanto os elementos multimodais?

Este é um debate que temos desde os anos 70. Eu prefiro usar “discurso” para qualquer tipo de texto, escrito ou falado, multimodal ou não. E, nesse conceito de discurso, também levo em conta o tipo de interação: vejo se é uma conversa, uma troca de mensagens escritas, uma manifestação etc. O discurso tem muitas dimensões. Tem a dimensão puramente linguística, textual, mas tem também a multimodal, quando há presença de sons ou imagens. Tem os aspectos morfológicos, fonológicos, lexicais, semânticos, sintáticos, estilísticos, retóricos, prosódicos etc. Na escrita, por exemplo, há também a multimodalidade das letras. Alguns pesquisadores se dedicam a estudar a tipologia usada nos textos das manchetes dos jornais, por exemplo, para tentar identificar aspectos do discurso embutidos no tamanho, no formato e na cor das letras e palavras. Além de todas essas dimensões, há, claro, os aspectos cognitivos do discurso, como os sentidos, as implicações, as pressuposições e as metáforas, algo que você não pode ler diretamente no texto porque está ligado às representações mentais. Então, há muito o que pesquisar. O discurso é, de verdade, um objeto muito complexo. Você pode falar em discurso, em texto ou em interação. Estamos tratando de um conceito abrangente, geral. A única exigência é que este conceito sempre mantenha relação direta com uso da língua.

Na triangulação entre discurso, cognição e sociedade, você poderia falar um pouco sobre como se dá o estudo da ideologia?

A ideologia é algo que a gente não pode ver. Está na cabeça das pessoas, é completamente abstrata. Há quase 200 anos, Marx, Engels e tantos outros autores falam de ideologia, mas ninguém definiu exatamente a sua estrutura. A minha proposta é que a ideologia tem estrutura de natureza sociocognitiva que se manifesta de diferentes formas. São essas manifestações que precisam ser observadas, pois são o que pode ser visto. Ao falar de ideologia, precisamos falar concretamente sobre as atitudes das pessoas, sobre os conhecimentos de mundo que elas compartilham, sobre seus objetivos, sobre seus grupos de referência, sobre os tópicos de suas conversas, esse tipo de coisa. São muitas estruturas a serem analisadas. Estamos, então, falando de cognição social, ou seja, de representações mentais que correspondem às crenças, valores e comportamentos compartilhados pelas pessoas em seus grupos. É isso o que me interessa. Estou, neste momento, trabalhando em um artigo sobre a ideologia antirracista. Já escrevi muito sobre ideologia racista, mas sobre a antirracista ainda não. Então, como vou saber qual é essa ideologia? Qual o melhor caminho? Eu penso que analisar discursos é a melhor forma de, sistematicamente, recuperar as categorias que compõem uma ideologia.

Podemos chamar de categorias essas estruturas que compõem a ideologia?

Sim, são estruturas ou categorias dentro da ideologia. Então, ideologia sempre tem a ver com quem somos nós, com as coisas que a gente faz, com as nossas ações. Também com os objetivos que a gente tem, com as normas e valores que compartilhamos etc. E, claro, ideologia tem a ver com o nosso grupo. A que grupo pertencemos? Somos contra qual grupo? Isso tudo são categorias, estruturas, formas de manifestação da ideologia. Vamos usar o feminismo como exemplo. Você não consegue definir muito bem a ideologia feminista sem dizer que ela é contra o machismo. A mesma coisa em relação ao racismo praticado por pessoas brancas contra pessoas não brancas. Então, observar essa relação entre grupos é fundamental.

Poderia falar um pouco mais sobre a importância de observar as atitudes no estudo da ideologia?

Acho que estudar as atitudes das pessoas e dos grupos é mais produtivo que se preocupar em definir logo as ideologias. A briga e o debate ideológico se dão no nível das atitudes. Voltando ao exemplo do feminismo. A ideologia feminista é algo geral que pode ser aplicada em várias dimensões. Uma delas pode estar na relação das mulheres com o seu corpo, na forma como se vestem, como usam maquiagem e acessórios, esse tipo de coisa. Outra atitude das mulheres feministas está na forma como se posicionam em relação a temas como o aborto. E o debate sobre o aborto, por sua vez, revela a atitude de outros grupos na perspectiva religiosa, por exemplo, como o posicionamento proibitivo de católicos conservadores em relação ao assunto. Então, para identificar a ideologia de um grupo, eu preciso observar como as pessoas desse grupo se comportam em relação a temas como pena de morte, imigração, divórcio, matrimônio *gay*, aborto etc. É nesses momentos que acontece o debate ideológico na sociedade. As pessoas têm atitudes em relação a esses assuntos de várias perspectivas: feminista, machista, racista, antirracista, neoliberal, conservadora, progressista etc. Então é isso. A ideologia, na prática, produz atitudes. E essas atitudes estão relacionadas a modelos mentais. É isso que precisa ser analisado. Há muito tempo falo sobre os aspectos cognitivos relacionados à memória, responsáveis por consolidar as nossas representações mentais sobre o mundo. Várias camadas do cérebro participam desse processo. Mas isso é assunto da neuropsicologia. Não me atrevo a detalhar.

O que os seus estudos recentes sobre os discursos da extrema direita têm revelado em relação a atitudes e ideologias?

Bem, em primeiro lugar, acho que os discursos da extrema direita, quando buscam se aproximar do povo, estão, na verdade, buscando apenas o poder. Porque uma forma de conseguir poder é falar como se fosse do povo. É o populismo. Então, o populismo é, antes de qualquer coisa, uma estratégia discursiva. Mas não é recomendado definir a extrema direita como populista do ponto de

vista ideológico. Esse grupo apenas usa a estratégia populista para chegar perto das pessoas, especialmente das mais pobres. É uma estratégia que pode ser utilizada por qualquer campo ideológico. Tem o socialismo *fake*, por exemplo, que discursa em nome do povo mas não tem nada de socialista no sentido de se preocupar com os direitos sociais. Então, na verdade, é preciso falar sobre as combinações ideológicas que se manifestam concretamente no discurso e nas atitudes. No caso da extrema direita, tem um pouco de machismo, de neoliberalismo, de catolicismo, entre outras coisas. É a combinação de ideologias como essas que produz as atitudes da extrema direita.

Em vez de falar sobre o populismo da extrema direita, precisamos falar sobre as suas ideologias, sobre o que aconteceu ou tem acontecido em países como o Brasil, Argentina, Chile, Espanha e Holanda, entre outros. São combinações de ideologias reacionárias contra os direitos das pessoas negras, das mulheres, das pessoas mais pobres, dos imigrantes etc. Então, em vez de falar sobre essa coisa geral que é o populismo, é preciso deixar claro: estamos falando de partido racista, de partido antifeminista, de partido neoliberal, de partido antissocialista e tal e tal. Assim fica mais preciso. E, nesse ponto, discordo de Cas Mudde, cientista político holandês que estuda a extrema direita dos Estados Unidos e da Europa. Ele define o populismo como um tipo de ideologia desse grupo. Eu acho que não é. É só uma estratégia discursiva. Chamar o populismo de ideologia acaba mascarando as reais ideologias da extrema direita, que são aquelas alinhadas ao neoliberalismo, aos privilégios, ao conservadorismo e, muitas vezes, ao autoritarismo e ao desprezo pelas instituições.

A intensificação da polarização política parece ser um fenômeno mundial que se reflete, entre outras tantas dimensões, na escolha das palavras utilizadas pelos grupos que se opõem mutuamente. No Brasil, o discurso identitário afirmativo, que dá visibilidade aos grupos minorizados e corrige preconceitos de linguagem, provoca muita resistência entre as pessoas conservadoras, especialmente as da extrema direita. No Congresso Nacional, por exemplo, a palavra “gênero” tem sido frequentemente substituída por “sexo” nos textos dos projetos de lei em tramitação, numa tentativa de considerar apenas o sexo biológico das pessoas. O mesmo acontece com “etnia”. Muitos parlamentares rejeitam o termo e preferem utilizar somente a palavra “raça”, pois consideram as duas expressões como sinônimos. Você teria algo a comentar sobre isso?

Sim. Vejo que há um grande retrocesso na escolha das palavras. A extrema direita é contra qualquer movimento progressista na sociedade. E seus valores reacionários se refletem no uso da língua e na resistência a mudanças. Vejo, por exemplo, que muitos criticam a existência de cotas raciais para ingresso em universidades públicas, alegando que é difícil definir critérios para dizer se uma pessoa é preta ou branca. Quando ouço esse tipo de coisa, tenho vontade de falar: é simples, pergunte para a polícia. Ela sabe muito bem. Pesado isso, não é?

Bastante. No fim de 2023, o presidente Lula descreveu Flávio Dino, então ministro da Justiça no Brasil e indicado para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, como alguém que poderia ser um “comunista do bem”. Você acha problemático esse tipo de descrição?

Eu entendi perfeitamente o que o presidente Lula quis dizer com “comunista” e “do bem”. Mas a gente sabe que, em tempos de grande polarização política, talvez seja necessário ter mais cuidado com as palavras, porque tudo pode ser usado nas redes sociais de uma maneira exagerada e prejudicial. No Brasil, sabemos que, especialmente desde a ditadura militar, a palavra “comunista” tem uma carga muito pesada, frequentemente associada, de forma equivocada, a pessoas “ruins”, inimigas. Muita gente deixou de votar no Lula em 2022 porque achava que ele era um “comunista”. Então, ele não deve esquecer que certas palavras acionam significados associados a preconceitos e generalizações que podem afastar as pessoas e acirrar a polarização. Algumas palavras têm implicaturas políticas importantes. Talvez tivesse sido mais prudente, nesse caso, descrever o ministro como uma pessoa que tem um bom senso de justiça social. As expressões “pessoa de bem” ou “pessoa do bem” também têm as suas implicações no contexto da polarização política. Então, é preciso cuidado na escolha das palavras. As redes sociais estão aí para amplificar sem critério ou razoabilidade tudo o que dizemos. E não podemos esquecer que os jornais e a televisão também sempre fizeram todo tipo de manipulação. No Brasil, é só lembrar o que aconteceu na época do *impeachment* de Dilma Rousseff. Ainda em 2016, escrevi um artigo sobre isso.

Na sua opinião, as redes sociais digitais trouxeram mais prejuízos que vantagens?

Eu acho que não seria difícil demonstrar que o crescimento da extrema direita, com seus discursos de ódio e intolerância, ocorreu de forma paralela e simultânea ao desenvolvimento das redes sociais. Eu sou muito crítico das redes sociais. Acho que deveria começar tudo de novo, de uma outra forma. Rede social, sim, mas com algum tipo de regulação que impeça qualquer idiota de falar idiotices para milhões de pessoas. Se você quer produzir um alimento e colocá-lo à disposição das pessoas, você pode fazer qualquer coisa? Claro que não. Tem que obedecer a uma série de regras, não adicionar este ou aquele produto, evitar agrotóxicos, observar a higiene. Então, por que com discursos é assim tão solto? Estou falando sobre acabar com a liberdade de expressão? Não. Estou falando sobre responsabilidade. Nem os jornais, as revistas ou a TV têm essa frouxidão toda. Eles têm regras a serem respeitadas. Então, as plataformas de rede social também precisam ser responsabilizadas pela maneira como permitem a divulgação de conteúdos mentirosos ou prejudiciais à democracia em geral. O mesmo vale para as ferramentas de inteligência artificial. Só vou acreditar que elas funcionam quando forem capazes de fazer o mínimo de análise do discurso e identificar se um texto é racista ou sexista, se tem preconceitos e se fala mentiras. É preciso haver regras e critérios claros para evitar que conteúdos assim cheguem a milhões de pessoas, em poucos cliques, por meio das plataformas digitais.

O que você acha que pode ser feito para restringir a circulação desses tipos de discurso?

Precisamos conversar sobre o acesso ao discurso público produzido por pessoas e organizações. Assim como uma comida com veneno não pode chegar a milhões de pessoas, o mesmo cuidado deve haver com o discurso público. Ambos podem matar. Não é possível atribuir a fofocas, por exemplo, o mesmo valor que há nas pesquisas científicas. Nós conhecemos o estrago trazido pela desinformação na época da Covid-19, quando muita gente deixou de se vacinar e de se proteger em um cenário de pandemia. O caso da intolerância com imigrantes na Europa é outro exemplo. Se, nas redes sociais, você só recebe conteúdos que mostram os imigrantes como responsáveis por todos os problemas sociais do seu país, é claro que você vai exacerbar o seu sentimento de nacionalismo e xenofobia. O conceito de liberdade de expressão tem sido mal utilizado, muitas vezes de forma intencional. É uma noção desenvolvida no século XVIII, que tem a ver com resistência aos abusos cometidos pelos reis, pelo Estado. Então, a liberdade de expressão deve existir contra o abuso de poder, e não para se cometer abuso de poder. Se uma empresa consegue falar com milhões e milhões de pessoas em todo o mundo, isso é uma forma de poder, não é mesmo? Então, tem que haver alguma forma de controle que seja democrática e impeça abusos relacionados à veiculação de mentiras e de discurso de ódio. Não se trata de censura ou de proibir críticas ao Governo, por exemplo. Isso não seria democrático e eu jamais defenderia esse tipo de coisa. Mas penso que é preciso encontrar formas de coibir a propagação da desinformação, do preconceito e da intolerância. Nesse sentido, acho que uma providência importante seria vedar o anonimato na produção e veiculação de conteúdos pelas redes sociais. Sei que, no Brasil, está em discussão um projeto de lei que pretende combater as *fake news* e regulamentar o funcionamento das plataformas digitais. Eu desejo, sinceramente, que vocês consigam chegar a um modelo justo e eficiente. Vai ser muito bom para a democracia e poderá servir de exemplo para outros países. Muitos danos já ocorreram no Brasil e em várias partes do mundo. Alguma coisa precisa ser feita. É um assunto muito sério, realmente.

Teun, muito obrigada por esta entrevista.

Obrigado pelo convite.

REFERÊNCIAS

SCHANK, R.; ABELSON, R. **Scripts, Plans, Goals and Understanding**: An Inquiry Into Human Knowledge Structures. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1977.

VAN DIJK, T. A. **The Handbook of Discourse Analysis**. London: Academic Press, 1985.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, Notícia e Ideologia**. Porto: Campo das Letras, 2005.

- VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN DIJK, T. A. **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: Uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAN DIJK, T. A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11, n. 2, p. 199-229, fev. 2017.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso Antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas**. São Paulo: Contexto, 2021.
- VAN DIJK, T. A. Frame Analysis. **Discourse Studies**, v. 25, n. 2, p. 151-152, fev. 2023.
- VAN DIJK, T. A. **Social Movement Discourse: Na Introduction**. London; New York: Routledge, 2023.
- VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. **Strategies of Discourse Comprehension**. London: Academic Press, 1983.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Gisele Azevedo Rodrigues

Jornalista, mestre em Linguística e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. E-mail: gisele.edu@outlook.com.

Teun A. van Dijk

Teun A. van Dijk is founding director of Centre of Discourse Studies, in Barcelona. He was Professor at the University of Amsterdam until 2004 and at Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, until 2014. After earlier work on generative poetics, text grammar and psychology of text processing, van Dijk has been taking a more critical perspective in his studies since 1980, dealing with discursive racism, media and discourse, ideology, knowledge and context, with focus on social cognition. He is the author of several books and is the editor of the international journals *Discourse & Society*, *Discourse Studies* and *Discourse & Communication*.

Como citar:

VAN DIJK, Teun A. Estudos críticos do discurso e cognição social em tempos de ultrapolarização política: as contribuições de Teun A. Van Dijk. [Entrevista concedida a] Gisele Azevedo Rodrigues. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 192-205, jan./jun. 2023. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

